

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Mestrado em Educação Brasileira

Educação e Partido Político:
Elementos para uma reconstrução histórica das
Propostas Educacionais do Partido dos Trabalhadores

Alberto Damasceno

Goânia
1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EDUCAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO;
Elementos para uma reconstrução histórica das propostas
educacionais do Partido dos Trabalhadores

ALBERTO DAMASCENO

Dissertação apresentada como exigên-
cia parcial, para a obtenção do grau
de mestre em Educação Escolar brasi-
leira à Comissão julgadora da Univer-
sidade de Goiás.

GOIÂNIA
1990

Para Conceição, minha mãe e
Lucas, meu filho

Meus agradecimentos muito especiais

aos mestres:

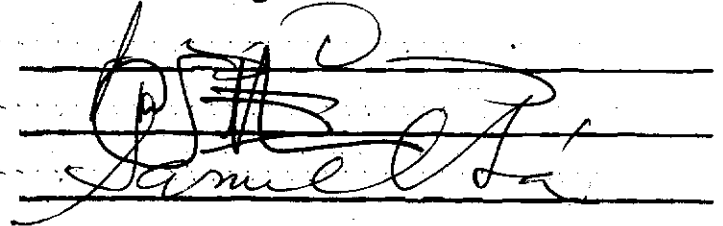
Moacir Gadotti

José Luiz Dominguez

Samuel Sá

Devo esse trabalho a Alaíde Mon
teiro, Ana Maria Maneschy, Anto
nio Roberto Braga, Augusto de
Franco, Célia Maria Ribeiro, E
verardo Lopes. Heloisa Machado
e Silva, Lucia Brandão, Luiz Dou
rado, Regina Affonso de Carva
lho e Selma Rocha pela energia
transmitida de diversas formas
em diferentes momentos e luga
res.

Comissão Julgadora:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Samuel", is written across four horizontal lines. The signature is stylized and cursive.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO -----	9
1. <u>A EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO PARTIDÁRIO</u> -----	18
1.1. <u>A PEDAGOGIA POLÍTICA</u> -----	20
1.2. O PARTIDO COMO "EXPERIMENTADOR HISTÓRICO" -----	25
1.3. BREVES NOTAS SOBRE O NEXO EDUCAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO -----	27
2. <u>A GESTÃO DE UMA PROPOSTA PARTIDÁRIA PARA A EDUCAÇÃO</u> -----	30
2.1. O PENSAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS PETISTAS DE EDUCAÇÃO -----	33
2.2. DESENVOLVIMENTO DO GRUPO DE TRABALHO DA EXECUTIVA NACIONAL -----	39
2.3. A EDUCAÇÃO E A DISCUSSÃO PEDAGÓGICA DENTRO DO PT -----	40
2.4. O MOVIMENTO EDUCACIONAL PETISTA -----	41
2.5. ALGUMAS PROPOSTAS PETISTAS -----	42
2.5.1. <u>Uma proposta municipal</u> -----	42
2.5.2. <u>Uma proposta estadual</u> -----	49
2.5.3. <u>Algumas propostas nacionais</u> -----	53
3. <u>A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA POPULAR</u> -----	59
3.1. OS DESAFIOS NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS -----	60
3.1.1. <u>A necessidade da formação de quadros (técnicos e políticos)</u> -----	61
3.1.2. <u>A questão do funcionalismo</u> -----	61
3.1.3. <u>A relação do partido com a administração</u> -----	62
3.1.4. <u>A questão da informação</u> -----	62
3.1.5. <u>A questão dos conselhos</u> -----	62
3.1.6. <u>O planejamento das ações</u> -----	64
3.1.7. <u>A importância da participação</u> -----	67
3.1.8. <u>Os desafios a enfrentar</u> -----	70

4. <u>EDUCAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE SOCIALISTA</u>	
<u>DEMOCRÁTICA</u> -----	73
4.1. ELEMENTOS DO IDEÁRIO PEDAGÓGICO DO PT -----	76
4.1.1. <u>O partido como educador/educando</u> -----	76
4.1.2. <u>O saber como construção histórica</u>	
<u>e coletiva</u> -----	78
4.1.3. <u>O educador como agente de transformação</u> -----	81
4.1.4. <u>A escola como espaço de criação</u> -----	84
5. <u>CONCLUSÃO</u> -----	88
5.1. BRASIL; DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	
POPULAR -----	88
5.2. A NECESSIDADE DO EDUCADOR MILITANTE -----	89
5.3. A ORGANIZAÇÃO PETISTA PARA A EDUCAÇÃO -----	93
5.4. O PT E A ALFABETIZAÇÃO -----	94
5.5. O PT E A LDB -----	95
5.6. A EDUCAÇÃO NO "GOVERNO PARALELO" -----	96
5.7. EM BUSCA DE NOVAS FORMAS PARA RESOLVER	
VELHOS PROBLEMAS -----	97
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	99

ABSTRACT

The educational propositions of the Partido dos Trabalhadores arrived together with the idea of the party's creation inside a context of pedagogical and political critics of what had already been experimented by the civil society. The P.T. began as a "teacher-student" party which intended to renew mainly the public education, giving to it popular form and content. It has a conception on the knowledge, on the school and on the teacher that goes against the dominant conceptions and was organized both internally and externally to spread it. In specific educational meetings, electoral campaigns or any other meetings it produces a great pile on education and teaching that is beginning to be executed in the new municipal administrations conquered. The conflicts and contradictions emerged from the action give feed back the party's aspirations while a new phase of the its history will arising in its first congress.

RESUMO

As propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores têm seu surgimento ao mesmo tempo em que é lançada a idéia de criação do Partido, num contexto de crítica pedagógica e política ao anteriormente experimentado pela sociedade civil. O PT nasce como partido educador-educando que se propõe inovar sobretudo a educação pública, dando-lhe um conteúdo e uma forma populares. Tem uma concepção de saber, de escola e de educador que se contrapõem às concepções dominantes e se organiza interna e externamente para difundí-las. Seja em encontros específicos de educação, seja em campanhas eleitorais ou em outro momento, produz vasto acervo acerca da educação e do ensino, que começa a ser colocado em prática nas administrações municipais conquistadas. As contradições e conflitos surgidos da prática reinventam suas aspirações enquanto se prepara para uma nova fase de sua história a partir do seu 1º congresso.

INTRODUÇÃO

"A política diz respeito a todos os domínios do conhecimento do homem e da sociedade, ainda que esses conhecimentos sejam ao mesmo tempo balbuciantes, compartimentados e enganadores. A política trata do que há de mais complexo no universo - os assuntos humanos -, e a sua relação com os assuntos humanos tornou-se extremamente complexa. A vida e a morte de cada humano dependem da determinação política, a vida e a morte da humanidade entram doravante no jogo político entre Potências e Impotências."

Edgar Morin

Há mais de mil e quinhentos anos, Santo Agostinho diagnosticava o fracasso escolar como consequência da "... pouca capacidade do mestre, retenção cansativa de conhecimentos, inteligência muito reduzida do educando e desatenção deste no ato do ensino" (ST. AGOSTINHO ap. LARROYO 1982, p.266). Não fosse a certeza de que o Bispo de Hipona está bem "guardado" em sua cripta sagrada desde o ano 430 d.C., seria fácil identificá-lo como um técnico em educação ao analisar a realidade educacional brasileira.

Segundo especialistas governamentais dentre os "... fatores que contribuem de maneira decisiva para agravar os problemas da educação básica" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 1985, p.4) encontra-se a insuficiente e má distribuição espacial da rede escolar, a inadequada formulação dos currículos, e as deficiências na formação e baixos padrões de remuneração dos professores.

Ao lado das lutas populares e sindicais em prol da melhoria do ensino nacional, têm-se alinhado um significativo conjunto de educadores que, no plano da formulação e análise de propostas pedagógicas, muito têm contribuído para a emancipação da escola brasileira.

Esse esforço coletivo pouco tem conseguido diante da política oficial deterioradora da educação, sobretudo no plano escolar. O processo de elaboração de propostas de política educacional com perfis progressistas sofre uma violenta ruptura na medida em que as gestões - sujeitas a ingerências políticas burguesas - tomam rumos absolutamente diferentes daqueles a que originalmente eram orientados. É ilustrativo o fato de que no Brasil, até bem pouco tempo, o Ministério da Educação tinha uma média de um ministro por ano. Essa situação, o sabemos, tem mudado muito pouco mas, apesar dela, busca-se corajosa e permanente saídas que incorporem os mais diferentes segmentos da população interessados na defesa da educação pública, gratuita e de boa qualidade.

A história do nosso pensamento pedagógico é rica em exemplos...

Com êxito ou não, inúmeros educadores ou correntes do pensar educacional têm buscado analisar e propor alternativas educacionais para o Brasil, por isso cabe-nos estudá-las para aprendermos com seus erros e/ou acertos.

O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

Já há muito se ouve falar na necessidade e permanente relação que deve-se ter entre a teoria e a prática. Ao ingressar no mestrado em Educação Escolar Brasileira na Universidade Federal de Goiás não aconteceu o contrário. Toda a experiência de vida forjada durante vinte e sete anos (até aquele momento) deveria ser aproveitada na elaboração de minha dissertação como elemento vivo, dinâmico e profundamente verdadeiro - dizia o coordenador do curso.

Entanto, a relação não se deu de forma tão simples, o primeiro grande problema a resolver era: o que signifi

cava, do ponto de vista de uma dissertação de mestrado, uma experiência de vida? Que dimensão da minha vida, ou, que práticas cotidianas sistematizar, para adequá-las a uma produção teórica? Uma idéia finalmente apareceu, e não apareceu ao acaso. Ainda era assimilável no Brasil se escrever sobre a influência que os movimentos populares devem ter sobre a escola pública e eu já tinha acumulado razoável experiência na área - tanto como militante de Comunidades Eclesiais de Base, como articulador de Associações de Moradores (em minha terra conhecidas como Centros Comunitários), ou como dirigente partidário. Sobrava-me a tarefa de construir uma conexão desta vivência com a questão educacional, mais precisamente escolar.

Veio-me à mente a participação que tive na construção do Centro Comunitário "Unidos Venceremos" em Belém, pois alguns episódios da história da organização popular, apesar de parecerem semelhantes, têm especificidades que justificam o esforço do seu registro. A história da construção do Centro Comunitário "Unidos Venceremos", em Belém do Pará, é, dentro de circunstâncias peculiares, parte do imenso processo de organização do nosso povo na busca de mudanças da situação de exploração econômica, de opressão política e de dominação ideológica experimentada durante esses quase cinco séculos de desigualdade social no Brasil.

Não é preciso dizer da importância de conhecermos histórias como estas para, conhecendo-as, recriá-las por este país continente, pois a nossa história quase sempre foi contada "pelo lado de lá" - é a história dos vencedores. E o fato de reportar-me a experiências como a da construção do Centro Comunitário "Unidos Venceremos" pode se constituir em um resgate da iniciativa de contarmos a história "do lado de cá" - como a vêem os explorados.

Mas o que tudo isso tinha a ver com educação?

A princípio, tratava-se de mais um conjunto de práticas levadas a efeito por um grupo de moradores da periferia que, sentindo na pele e no espírito a necessidade de se organizar, projeta o surgimento de um instrumento de luta para ajudá-los na sua emancipação política como cidadãos. No entanto, uma observação mais atenta da experiência me permitiu perceber uma questão que se estabeleceu como fundamental: o papel decisivo que cumpriu a única escola municipal existente, na área em questão, no processo de organização daquela comunidade.

Mesmo debilitado pelas precárias condições materiais e pela pouca experiência com uma sistemática de organização política, o trabalho político-pedagógico desenvolvido pelo grupo dirigente do movimento pró-centro comunitário, gerou, pelo menos, três hipóteses relevantes quanto à relação da escola com os movimentos de bairro. Hipóteses que eu decidira incorporar no meu (primeiro) projeto de dissertação.

Primeiro - A escola, como instituição social, deve integrar-se à comunidade onde se situa, abrindo-se ao saber informal. Tal relação, como diz Paulo Freire, não se trata de uma extensão daquela à comunidade simplesmente, mas de uma relação dialógica com esta. Note-se que apesar do "silêncio oficial" quanto à abertura para a população, o prédio escolar foi como que "confiscado" para uso desta última.

Segundo - Na contraditória concepção de mundo das classes subalternas, o saber informal deve ser elemento constitutivo de uma emancipação cultural, por conseguinte de sua emancipação política.

Terceiro - O "pedagógico" da escola deve identificar no "pedagógico" das lutas populares, práticas cuja aplicação em seu espaço, contribuíssem para a melhoria do processo ensino aprendizagem e das relações do seu interior.

Uma conclusão parecia pacífica: é preciso reconhecer

o processo educativo como mediador das práticas transformadas e ele próprio como prática transformadora. Como grande tarefa a ser cumprida pelos educadores que se pretendem comprometidos com a transformação das estruturas sociais.

Apesar da sistematização teórica e do âmbito iniciais, essa primeira idéia para a dissertação não vingou. Talvez porque tenha sido gerada pela ansiedade "mal resolvida" de não perder de vista, no escopo de minha dissertação, a importância das lutas populares. Ao mesmo tempo em que eu já desenvolvia atividades noutra patamar de luta política, estava bastante envolvido com o crescimento da discussão educacional que acontecia de forma latente no interior do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

As dúvidas que me afligiam, funcionavam como uma espécie de "dor de parto". Naquele momento eu já encontrara um orientador que comungava das preocupações com a educação no interior do PT. No âmbito da organização de Encontros, elaboração de textos, participação em debates - tudo relativo à proposta petista de educação - meu orientador perguntou-me porque não escrever sobre as propostas educacionais do PT. Inegavelmente foi uma surpresa o conhecimento da possibilidade de redigir uma dissertação de mestrado que abordasse as propostas educacionais de um partido com o qual estava profundamente envolvido. Tanto que, inadvertidamente, respondi-lhe: "É o distanciamento crítico que o cientista deve observar com o seu objeto de estudo?" (Note-se que meu ingresso na academia não passou impune). A resposta foi um desafio que tive que enfrentar.

Lá estava eu começando a escrever sobre o nexu Educação e Partido Político. Quanto à preocupação com o "distanciamento e seus corolários, Gramsci haveria de me convencer de três teses:

Primeira - "O homem é um processo, precisamente o

processo de seus atos. Observando ainda melhor a própria pergunta 'o que é o homem' não é uma pergunta abstrata ou 'objetiva'. Ela nasce do fato de termos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros; e de querermos saber, de acordo com o que vimos e refletimos, aquilo que somos, aquilo que podemos ser, se realmente - e dentro de que limites - somos 'criadores de nós mesmo', da nossa vida, do nosso destino" (GRAMSCI 1987, p.139)

Segunda - "O erro do intelectual - dizia - consiste em acreditar que se possa saber sem compreender, e principalmente, sem sentir, estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, que é o 'saber'" (GRAMSCI 1987, p.139)

Terceira - "Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes (...). Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão tão comigo pulsar a atividade da cidade futura, que estamos a construir (...). Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes" (GRAMSCI ap. GADOTTI 1985, p.9)

A partir das experiências e reflexões derivadas de minha militância político-partidária e pedagógica, e estimulado pelas leituras de Gramsci, decidi dar início a esta nova e definitiva idéia de dissertação: O nexu entre educação e partido político, procurando levantar e discutir algumas interrogações que não foram averiguadas em toda sua extensão. Encontrei dificuldades, é certo, em separar o militante do cientista ou vice-versa, mas se não fosse o militante e o cientista juntos, acredito que não chegaria a este grau de informação e análise. Essa busca pressupõe uma leitura sem preconceitos, visando a apresentar alguns parâmetros que ajudem a compreensão da relação

entre pensamento pedagógico e construção partidária, no caso específico do Partido dos Trabalhadores.

Este estudo busca sistematizar um corpo de proposições e experiências de elaboração educacional com o intuito de contribuir para a construção coletiva de uma prática e de um pensar pedagógico que historicamente se caracteriza como "libertador".

Faz-se necessário advertir no entanto, que com este trabalho, serão abordadas propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores, que se referem unicamente à escola pública brasileira. Ou seja, não serão feitas incursões em outros níveis componentes do amplo quadro das ações pedagógicas de seus militantes, como por exemplo na Educação Popular (no que tange ao objetivo dos Institutos e Fundações de formação político-ideológica) ou ao ensino profissional*.

Tenho como objetivos: sistematizar, a partir da elaboração teórica e das experiências de intervenção pedagógica na sociedade em geral, e no Estado em particular, elementos constitutivos das propostas educacionais do PT; contextualizar o surgimento do PT como um partido educador/educando dos movimentos populares e discutir as propostas para o sistema escolar nacional.

A coleta de dados compreendeu enorme e duradouro esforço. Foram consultados dezenas de textos relativos à questão educacional no interior do PT como por exemplo: jornais ou boletins; textos produzidos por grupos de trabalho, núcleos ou

*Numerosos militantes petistas dedicam-se à escolas que visam a formação e/ou aperfeiçoamento profissional de torneiros mecânicos, ferramenteiros e outras ocupações metalúrgicas.

militantes individualmente; plataformas ou programas eleitorais; planos de governo de prefeituras petistas; documentos oficiais ou extra-oficiais do partido; assim como, livros publicados por educadores petistas, seja individual ou coletivamente, no último caso destaco o livro Educação como Ato Político Partidário, da Cortez, que pode ser considerado um marco na produção pedagógica e educacional petista, por reunir uma gama de posicionamentos de grupos ou indivíduos ligados diretamente ao partido. Estudei relatórios de reuniões ou de encontros de educação do Partido.

Utilizei-me também, de entrevistas e anotações feitas no âmbito das discussões internas. Tudo isto, aliado à minha militância partidária como educador.

A perspectiva político-ideológica que orientou meus estudos e outras atividades em torno desta dissertação é a de que as necessárias mudanças na situação educacional brasileira só ocorrem se desenvolvermos ações em dois níveis básicos e interpenetráveis simultaneamente. O primeiro, no plano dos movimentos sociais - seja ele partidário, sindical, estudantil ou comunitário, buscando construir neles, e a partir deles, a legitimidade de um ideário pedagógico revolucionário. O segundo, no plano de ação individual, questionando ética e cientificamente, e de forma permanente, nossa prática social e pedagógica, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma militância profissional, consolidando o compromisso com um projeto revolucionário.

Na primeira parte deste trabalho, exponho os antecedentes e as origens das preocupações educacionais no interior do PT, incluindo o processo de consolidação do movimento educacional petista fundamentado de suas diretrizes teóricas básicas no contexto da elaboração orgânica das suas propostas. Em seguida, exponho as convergências e contradições entre o projeto

ideal e o estado real na aplicação das propostas educacionais do PT em algumas de suas administrações, discutindo o caso do município de São Paulo, onde atuei como assessor da Secretaria de Educação. Finalmente, traçar o perfil da "Educação Pública Popular" propagada pela agremiação petista analisando seu imaginário pedagógico.

Advirto que este é um trabalho apaixonado e que se dedica ao resgate e à sistematização da memória de uma proposta partidária para a educação brasileira. Sua importância também reside no fato de que a história é decisiva para as experiências presentes e para a construção do futuro. É significativa para essa reflexão, a parábola futurista de Riddley Scott em Blade Runner - O Caçador de Andróides"; em uma sociedade onde andróides produzidos pela engenharia genética se confundem com seres humanos - Chinatown, Los Angeles, novembro do ano 2019 - os primeiros ("replicantes") arriscam suas vidas retornando à Terra para tentar prolongá-las. O aspecto central de suas ações refere-se à busca de dados sobre seu passado, pois a data de seu nascimento ("início de operação") lhes é desconhecida, assim a origem de suas lembranças (inseminada artificialmente). Sua demanda por essas informações e a necessidade de viver mais é vital, portanto sua luta por construir sua história é uma questão de vida ou morte. A patética frase de um dos "replicantes" - "Não somos computadores..., somos seres vivos" - lembra a antológica advertência de Carlitos: "Não sois máquinas, homens é o que sois".

Esse é o espírito que sustenta o presente trabalho. Ou os trabalhadores constroem e registram sua história, ou seus algozes a apagam e a deformam, em nome de seus interesses malditos à humanidade.

1. A EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO PARTIDÁRIO

"Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contarão? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes. Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O V Encontro Nacional apresentou aos trabalhadores do nosso país o perfil político ideológico fundamental da visão petista: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outras são de saírem em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demanda não provavelmente insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções éticas ou ideológicas mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna. O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por isso, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição para o restabelecimento da unidade entre o socialismo e o humanismo." (O SOCIALISMO PETISTA 1990, p.11-2)

Se o exercício do magistério dependesse somente de uma ótima preparação de aulas ou de cursos bem estruturados, to

dos os problemas decorrentes da prática docente talvez já estivessem resolvidos. O bom desempenho em planejar, expor conhecimentos e experiências, aplicar técnicas e motivar para a busca do conhecimento seria bastante para garantir um processo de aprendizagem produtivo e estimulante. Mas a coisa não é bem assim.

Em um dos seus artigos,¹¹ o professor Paulo Freire, afirma que, no que se refere a determinado tema a ser estudado "...há sempre algo mais profundo, cuja explicação se faz indispensável à sua compreensão geral" (FREIRE 1979, p. 69). Tal advertência, fundamental para qualquer discussão ou debate, torna-se particularmente importante ao se tratar do tema político-pedagógico, pois ainda é atitude comum em nossas escolas, ao debatê-lo, limitar a abordagem de seus diferentes aspectos aos universos pessoais e técnicos, tratando o exercício cotidiano do trabalho docente somente como uma questão de competência técnica, de controle sobre a turma, etc.

Tomando somente essa perspectiva do problema, incorre-se no sério equívoco de esquecer as determinações históricas e sociais que permeiam as relações no interior da escola.

Veja-se o discurso "progressista", e ao mesmo tempo vazio (se o confrontarmos com a prática), do Ministro da Educação da "Nova República", senhor Marco Maciel, como exemplo desta dicotomia:

"Tenho consciência de que, para reverter o quadro da atual educação básica brasileira, é necessário ir mais além, faz-se necessário repensar todo o processo educativo para torná-lo democrático, bem como libertar a escola das suas tarefas compensatórias devolvendo-lhe o relevante e essencial papel de bem ensinar a ler, escrever e contar e desenvolver no aluno as habilidades básicas que lhe permitam uma atitude crítica diante da realidade. Isso nos impõe a tarefa de remover preconceitos, exercitar a capacidade criativa, vencer a rotina e superar as naturais resistências de estruturas estratificadas. Para isso é necessário crença, coragem, persistência e obstinação. É preciso ainda que a educação e o ensino não sejam entendidos como uma questão a ser tratada somente como dever e responsabilidade política do Estado. Por sua magnitude, premissa e di-

mensões, deve ser encarada como responsabilidade de toda sociedade." (MACIEL 1987, p.105)

Apesar de serem conhecidas como "intra-escolares" as relações que se desenvolvem no interior da escola incorporam (ou são incorporadas) por outras dimensões que nem sempre tem origem no seu interior. No que se refere aos conteúdos o professor Neilson sugere que se descarte

"... a tradicional concepção de que a formação da consciência crítica do educando se faz a través de conteúdos e relativos a disciplinas específicas, como filosofia, sociologia, história ou geografia, como a consciência crítica resultasse de conhecimentos formais ou de atividades promovidas com essa finalidade. Tal concepção tende a dividir o trabalho pedagógico entre conteúdos 'científicos', conteúdos 'profissionais e técnicos' e conteúdos 'críticos'. A partir dessa divisão de trabalho entre educadores, cada um tende a assumir a propriedade de sua tarefa, descompromissando-se em relação à totalidade do ato educativo. Há de se assumir que o desenvolvimento da consciência crítica se faz pelo conhecimento, análise e ação sobre a realidade vivida e isso não é propriedade de nenhum conteúdo em particular, nem responsabilidade que pode ser dividida no processo pedagógico." (RODRIGUES 1989, p.31.2)

1.1. A PEDAGOGIA POLÍTICA

Em suas anotações sobre a Educação no Brasil, Maurício Tragtenberg dedica três parágrafos à relação Educação e os Partidos:

"Quando foi que o partido se interessou por educação? A educação foi a coisa mais sacrificada na ditadura militar, antes e depois. Tem a Lei Calmon, mas isso não adianta nada, porque não se discrimina em que grau se aplicam os recursos. Vai aplicar, na verdade, naquele grau que tem mais poder de pressão, que é a Universidade. Menino de primeiro grau não faz greve, o professor universitário faz. Então o ensino de primeiro grau não tem dinheiro; primeiro grau só serve para comício. Infelizmente, eu percebo isso. A rede pública que serve à população pobre é crucificada pela precariedade de recursos e isso é anti-social. Eu não vejo por parte dos partidos essa

preocupação em relação à educação. Isso mostra a estrutura anti-social do Estado brasileiro. Você tem verbas de ministros, imensas, inclusive secretas. Educação e saúde pública são áreas crucifixadas.

Partido político no Brasil é uma máquina de redistribuição de cargos públicos. Aqui, a ideologia não vale nada. Os partidos mais ideológicos no Brasil sempre estiveram menos abertos. Quanto menos ideológico é o partido, mais malandramente ele se articula; quanto mais o partido procura uma identidade, mais ele se torna uma seita. E há razões sociais que explicam isso. Oliveira Viana já dizia que os partidos políticos no Brasil são entidades de direito privado e não de direito público. Pôde ser uma firma comercial 'Silva & Souza Cia. Ltda'." (grifo nosso) (TRAGTENBERG 1988, p.31)

Apesar de reconhecer que este relacionamento pode facilitar interpretações como esta, de Tragtenbert, é decisivamente inegável a influência que determinados condicionantes sociais, econômicos e políticos (partidários ou não) exercem sobre as elaborações pedagógicas de uma determinada época ou lugar. Por isso, a cada dia que passa, fica mais difícil compreender o espaço escolar sem se considerar o movimento vivo da totalidade social. É legítimo considerar que os vieses por onde se dão as relações sociais no âmbito escolar têm suas particularidades ou, se quiser, especificidades, mas é profundamente equivocado subtrair das atividades pedagógicas sua dimensão político-ideológica.

Manacorda defende que

"(...) uma sociedade complexa como todas as sociedades 'históricas', como as nossas de hoje, enfrenta problemas enormes: a complexidade das estruturas sociais, a separação na vida entre adultos e adolescentes, a múltipla articulação das tradições culturais e, enfim, a diversidade dos destinos sociais do indivíduo propõem um enredo extremamente complicado de condicionamentos reais e de soluções possíveis. De modo particular, como definir uma cultura comum à qual 'conformar' todos os adolescentes uniformemente e, ao mesmo tempo, como proporcionar-lhes meios cognitivos e operacionais que os qualifiquem e os dife

rencialem de acordo com a emergência de suas potencialidades e as demandas sociais ?"
(MANACORDA 1986, p.8)

Uma das formas de responder a essa interrogação é sem dúvida a que alia a solução pedagógica à solução político-social. É fato que os homens existem numa realidade em constante mudança e que, portanto, suas ações e seus pensamentos estão tão necessariamente informados por ela. A historicidade e as transformações sociais os envolvem independentemente de suas vontades, estando suas práticas político-pedagógicas articuladas com um determinado contexto social e de acordo com determinadas reflexões políticas.

Integrante do conjunto de instituições sociais, a escola, não obstante ser utilizada como reprodutora e difusora do ideário liberal burguês, apresenta em seu interior um processo ininterrupto de desmascaramento da sua utilização como aparelho ideológico pelas classes dominantes no qual as atividades cotidianas refletem e antecipam a história social. Subsiste nessa teia de experiências, uma prática de resistência e um anseio consciente ou inconsciente de inovação, na medida em que o conteúdo escolar

"(...) alienado, articulado e desarticulado, científico e 'folclórico' abre caminho para outras compreensões. Integrado inevitavelmente na própria experiência, traz sempre consigo a possibilidade de reelaboração fora agora do controle escolar. Possibilidade seguramente ligada ao ritmo do movimento social, à formação histórica de classe." (EZPELETA & ROCKWELL 1986, p.57)

Tendo claro que seu espaço só poderá ser devidamente equacionado se compreendido no movimento global da sociedade, a discussão da práxis escolar remete-nos necessariamente à dialética "universal X particular" da luta de classes no capitalismo. De um lado, o educador terá papel mediador e decisivo através de sua atitude político-pedagógica nas atividades escolares; de outro, o enfrentamento das contradições que se lhe a

presentam no decorrer dessas atividades, a influência da luta político-sindical da categoria sobre seu comportamento e o contato (às vezes conflituoso) com as propostas de um partido político, representam fatores que determinam uma mudança qualitativa na sua ação diante das relações sociais na escola ou fora dela (RIBEIRO, 1984).

Sustento essas idéias porque entendo que a escola não é o único espaço educativo. A esfera social é um grande espaço/processo formador que exige também dos educadores uma ação política que não é só pedagógica "strictu sensu". Com muita propriedade Miguel Arroyo reclama que ainda hoje

"(...) o educativo maior (...) é deixado como tarefa de militantes convertidos em pedagogos ocasionais nas periferias, nos fins de semana, enquanto são estudantes e não se assentarem em uma profissão. Preocupado com a educação popular, o partido, o sindicato, as associações como educativas é ainda um pensar e fazer não legitimado, algo marginal ou à margem da legítima e normal preocupação e prática dos profissionais da educação voltados para o seu campo; a escola, os métodos, os conteúdos, a relação professor-aluno, as tendências pedagógicas." (ARROYO 1987, p.11)

Todas estas reflexões podem facilitar a compreensão de que devemos estacionar nas considerações gerais ou nas críticas globais às distorções do modelo de sociedade e do sistema de ensino. Ao contrário, compreendo que elas devem nos servir como modelos interpretativos para que, a partir da constatação dessa crise de identidade política - e até mesmo pedagógica - possamos agrupar elementos, ainda dispersos ou incipientes, que nos possibilitem construir as bases de uma nova cultura capaz de responder às questões fundamentais dessa crise e definir diretrizes para sua superação.

Um bom início é não estacionar em dois pólos que não resolvem o problema: ou a culpa é dos professores que não adotam uma postura profissional e política conseqüente, ou a culpa

é do sistema que provoca desigualdades sociais que por sua vez prejudicam a qualidade do ensino e da aprendizagem. Uma abordagem como esta, dificulta a superação da situação educacional por não tratá-la como realmente é: dialética.

Aqui retomo uma contribuição importante para a aproximação dos dois pólos que citei anteriormente. A discussão de "como" fazer alguma coisa (no caso, a educação), desligada do "o que" fazer, conduz a um equívoco teórico/prático muito grande. Aprende-se o caminho que conduz a algum lugar sem saber para onde ir. É a velha caricatura das "(...) soluções adequadas para problemas inadequados, quando o correto seriam soluções adequadas para problemas adequados (...)" (LUCKESI 1985, p. 23-30). Estas preocupações se justificam na medida em que julgo inaceitáveis as desculpas do tipo: "não faço nada porque não me dão condições", ou "isto nunca vai mudar, então pra que me desgastar?".

Enquanto alguns professores continuarem a pensar desta maneira as mudanças demorarão para eles, mas só para eles, porque as mudanças ocorrem independentemente de sua vontade, como já disse antes o "velho" MARX (1983). Trata-se portanto, de se integrar aos acontecimentos ou de ser superado por eles. A esse respeito o professor Paulo Freire afirma o seguinte:

"Nunca poderei aceitar a mistificação de que a educação é um fazer neutro; pelo contrário, a educação é sempre um que fazer político, Não se pode falar de uma certa dimensão política da educação; a educação é em si um ato político. O educador é um político e um ativista; o que não se pode ser é um técnico frio. Isto significa que o educador e a educadora têm que ter uma certa opção: a educação para quem, em favor de quem, contra quem (...)" (tradução minha) (FREIRE ap. PALÁCIOS, 1985 p. 642-3)

Esta concepção caracteriza a educação como um "locus" social onde também ocorrem disputas pelo poder. Reflete-se nela, de forma particular, a luta pela transformação ou pela con

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

EDUCAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO:

Elementos para uma reconstrução histórica das propostas
educacionais do Partido dos Trabalhadores

RAIMUNDO ALBERTO DE FIGUEIREDO DAMASCENO

Dissertação apresentada como exigência
parcial, para a obtenção do grau de mestre
em Educação Escolar Brasileira à comissão
julgadora da Universidade Federal de
Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Moacir
Gadotti.

servação das relações sociais. Com os limites e contradições que lhes são peculiares, a escola nos oferece uma gama de exemplos sobre tensionamentos conflituosos que são derivados de relações mais globais de poder: professores e alunos, pais e filhos, direção e funcionários, governo e professores, privatista e publicista, etc, disputam entre si a prevalência de sua forma de ver os problemas, de conceber o processo pedagógico, a educação e a vida.

Bernard Charlot analisa assim esta relação:

"Os fins educativos são fins sociais - o que continua a ser verdadeiro mesmo quando a pedagogia mascara ideologicamente a significação social desses fins por trás de uma teoria metafísica da cultura. Toda educação força-se também por transmitir à criança modelos de comportamento conformes aos fins sociais a que serve. A criança, por seu turno é voltada para o adulto e aspira a integrar-se ao mundo social adulto. Não somente aceita, mas ainda procura os modelos sociais que lhe são propostos pelo adulto. A criança não se torna homem seguindo sua inclinação natural, atualizando-se em si a essência humana, mas entrando em relação com o outro no quadro social. A cultura é socialização e, por esse motivo, não poderia abster-se de modelos sociais." (CHARLOT 1986, p.281-2)

1.2. O PARTIDO COMO "EXPERIMENTADOR HISTÓRICO"

No espectro desta relação se estabelece um antagonismo básico entre a defesa de uma educação crítica transformadora e a de uma educação acrítica conservadora. Em que pese o fato de dificilmente uma educação com caráter popular e revolucionário poderá vingar nos marcos de uma sociedade capitalista, mesmo assim ela se justifica enquanto meta a ser conquistada desde já, apesar dos limites que nos impõe a organização social burguesa, sobretudo porque se trata de uma construção que não pode esperar as mudanças das estruturas sociais para acontecer, pois é parte inseparável dessas próprias mudanças. O projeto se faz realização na medida mesma em que vamos executando-o.

Partindo deste princípio, e considerando que não e

xiste verdade absoluta e ainda, que o ponto de vista das classes dominadas é o que permitirá menor margem de erro, pois en contra na busca da verdade uma atitude indispensável para a transformação social⁽¹⁾, a geração de uma proposta educacional para e com os trabalhadores é a direção mais consequente e mais próxima dos interesses históricos das classes exploradas em um quadro cujas relações sociais são capitalistas.

"Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela prática de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela." (FREIRE 1987, p.31)

A luta em prol de uma nova escola com os parâmetros que procuramos traçar, não se esgota na participação de entidades culturais ligadas diretamente à questão educacional como a ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e a ANDE (Associação Nacional de Educação, nem de entidades representativas de professores (CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), estudantes (UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, INEE - União Nacional dos Estudantes) e pais (APM's - Associação de Pais e Mestres), ou dos Conselhos de Escola, mas envolve necessariamente outros segmentos e organismos sociais, dentre os quais destaco o partido político.

(1) Michael Lowy, no seu livro Método Dialético e Teoria Política, desenvolve uma rica discussão sobre a importância da verdade para o processo revolucionário desencadeado pelo proletariado, e conclui: " (...) o ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade da verdade (...)" (LOWY 1987, p.34)

É compreendendo esta luta de forma dialética, que destaco como fundamental o papel do partido político na geração de uma proposta inovadora para a Educação. Como instrumento imprescindível para a luta educacional, atuando através de seus militantes na frente institucional e nos movimentos sociais, o partido elabora e oferece para o conjunto da sociedade suas propostas (sejam de transformação ou de manutenção do "status quo") e as defende como solução para determinada situação social, que pode ser de crise econômica como no caso brasileiro, ou de outro tipo, cumprindo seu papel histórico de "intelectual coletivo", como o designava Gramsci.

Aliás, Antonio Gramsci sempre destacou a importância do cumprimento deste papel pelos partidos políticos:

"Devemos sublinhar a importância e o sig que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como 'experimentadores' históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, a esta seleção opera-se simultaneamente nos campos práticos e teóricos, com uma relação tão mais estreita entre a teoria e a prática quanto mais seja a concepção vital e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar." (GRAMSCI 1966, p.22)

1.3. BREVES NOTAS SOBRE O NEXO EDUCAÇÃO E PARTIDO POLÍTICO

É intrigante a pouca presença de estudos sobre essa relação na historiografia brasileira. Algo se escreveu sobre a história dos partidos políticos ou sobre a história da educação, mas quase nada sobre a história desta relação "educacional-partidária",

Na sua História dos Partidos Brasileiros, Vamireh CHACON (1985, p.11) admite "(...) Atenas e Roma de antes de Cristo

como fontes da moderna organização partidária, mas ela só surge efetivamente na Grã-Bretanha, a partir do século XIX, isto é, da sua revolução industrializante e urbanizadora."

No Brasil, ainda segundo CHACON (1985, p.23), a pré-história dos partidos "começa pouco antes da Independência política", enquanto para TORRES (ap. CHACON 1985, p.28) "o ponto de partida para a vida partidária brasileira foi a abdicação". Após o golpe republicano na tarde do dia 15 de novembro de 1889 "definida por Aníbal Falcão como Jornada dos Otários" (CHACON, 1985, p.23) dá-se início a uma nova etapa na vida político-partidária nacional, seguindo-se a experiência dos partidos republicanos nacionais e regionais, e as tentativas fracassadas de construir um partido católico. O período compreendido pelo fim do século XIX e início do século XX assiste o nascimento de diferentes propostas partidárias de caráter socialista.

Em 1890, surge o Partido Operário do Brasil; no mesmo ano, o Partido Operário de São Paulo; em 1893, o Partido Operário Brasileiro; em 1895, o Partido Operário Socialista; em 1897, o Partido Socialista do Rio Grande do Sul; em 1902, o Partido Socialista (com pretensões nacionais) do Rio de Janeiro; em 1922, o Partido Comunista do Brasil, depois ramificado em outros dois partidos, um com a denominação original e outro chamado Partido Comunista Brasileiro.

Apesar de apresentarem programas radicalmente diferentes dos partidos tradicionais das classes dominantes, esses novos partidos tinham com uma coisa em comum: não apresentavam programas para a execução de uma política nacional de educação pública.

A primeira manifestação propriamente partidária sobre a questão educacional no Brasil data de 1876, e se refere particularmente à responsabilidade pelo controle do ensino público.

blico. O professor da Faculdade de Direito de Recife e organizador do Partido Católico, Soriano de Sousa, em artigo de sua autoria no jornal "A União" (de 2 de novembro de 1876) "*reivindica para a igreja o monopólio do ensino e instrução populares*" (CHACON 1985, p.43). Na verdade essa não era uma grande novidade, pois apesar da recém-outorgada Constituição de 1824 "*garantir*" instrução primária gratuita para todos os cidadãos, essa medida não passou do papel, porque o ensino privado sob a hegemonia da Igreja predominou durante toda a vigência da referida carta.

Esse breve relato demonstra o quanto ainda é preciso resgatar, da luta dos trabalhadores contra seus inimigos de classe, as experiências acumuladas no campo da educação e justifica, alhures, a articulação da prática político-partidária com a elaboração teórica sobre educação.

Exemplo mais recente pode ser o do Partido Comunista Brasileiro que em texto de circulação interna denominado Pressupostos, Posições e Perspectivas (1981, p.5) defendia a necessidade de "*(...) formularmos uma política educacional que muni- cie nossa intervenção na realidade específica com que nos de- frontamos em nossa ação prática. Que nos forneça elementos para a melhor compreensão dessa realidade e de nossa própria ação*".

2. A GESTAÇÃO DE UMA PROPOSTA PARTIDÁRIA PARA A EDUCAÇÃO

"A relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolásticas, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem as suas experiências e os seus valores historicamente necessários amadurecendo e desenvolvendo uma personalidade própria e culturalmente superior. Esta relação existe em toda sociedade no seu conjunto e em relação aos outros indivíduos bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército. Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõe, mas em todo campo nacional e internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais."

Antonio Gramsci

O golpe militar de 1964 representa, inegavelmente, um hiato na história da educação brasileira. A partir da implantação do novo modelo econômico orientado pela associação com o capital internacional, o país se aprofunda em uma realidade de empobrecimento econômico, político e cultural, processo que atinge mais dura e diretamente as camadas pauperizadas da população (CUNHA & GOÊS 1985).

As classes trabalhadoras no seu processo de reação às iniciativas repressivas e castradoras da ditadura militar retomam muito tempo depois a intensidade de suas atividades políticas e organizativas, tomando consciência de seus interesses mais imediatos, redescobrimo então a importância da escola no processo de elaboração e difusão de uma concepção de mundo. Arrisco-me a afirmar que para esta redescoberta, concorrem por um lado, alguns elementos mediadores, entre seus movimentos sociais e a dinâmica "interior" da escola que podem ser i

identificados nas lideranças docentes e estudantis, na organização das categorias profissionais e na construção de seus organismos representativos (cf. RIBEIRO 1984). Por outro lado aponto ainda a convergência entre as mudanças teórico-acadêmicas da época e a nova configuração do conflito entre as classes da sociedade brasileira como outros componentes importantes para o "resurgimento" da educação.

Contrapondo as condições concretas de realização da revolução de 30 com as do golpe de 64, Saviani destaca que o segundo movimento, por não conseguir "acionar mecanismos de persuasão obrigou-se a lançar mão da repressão para garantir o domínio" (SAVIANI 1987, p.38). Ao mesmo tempo, utilizando-se do poderoso aparato que aglutinava dentre outros, o complexo dos meios de comunicação e a educação escolar, buscou alicear as bases de sua hegemonia. Frutos desse processo, fazem parte da reformulação do ensino superior (Lei 5540/68), a criação de um "sistema nacional de pós-graduação" (Parecer 77/69 do C F E) e a reorganização do ensino que passou a ser de 1º e 2º graus (Lei 5692/71) (SAVIANI 1987).

Não é verídico dizer, no entanto, que as visões correntes no bojo desse período fossem unilaterais ou monolíticas. Se por um lado, evidenciava-se cada vez mais o predomínio do tecnicismo de corte tradicional e conservador — embora maquilhado de revolucionário e eficiente — subjaziam posições contrárias, de cunho progressista, que só viriam a se conformar mais completamente ao fim do período militar.

Segundo professor, (SAVIANI) a concepção "humanista" tradicional "está marcada pela visão essencialista do homem". Trata-se de utilizar a educação como instrumento de adaptação dos educandos à realidade — imutável — da essência humana, privilegiando-se o homem em lugar da criança por aquele ser "acabado e maduro", portanto pleno das características ne

cessárias para o exercício da vida. O autor identifica no corpo desta concepção duas vertentes, quais sejam: a religiosa, encontrada em Maritain, Redden e Ryan e a leiga, exemplificada no intelectualismo de Herbart.

Na concepção "humanista" moderna, diferentemente da concepção tradicional a existência precede a essência. O processo educativo é regido pelas circunstâncias que lhe cercam, pelas características da criança/educando, que passa a ser o seu centro, posto que o homem enquanto ser inacabado necessita desde cedo viver diferentes experiências que o ajudem a auto-estruturar-se.

A respeito do confronto pedagógico essência X existência, diz Suchodolsky:

"Aquilo que para a pedagogia da essência devia ser o programa para levar a criança a conhecer sistematicamente as etapas do desenvolvimento da Humanidade torna-se na perspectiva da pedagogia da existência a organização e a satisfação das necessidades atuais da criança, no domínio do conhecimento e da ação. Existe portanto uma diferença fundamental entre a pedagogia da essência e a pedagogia da existência no que respeita a maneira como utilizar a ciência da evolução para a teoria da educação!" (SUCHODOLSKI 1984, p.67)

Apresentando então a concepção analítica o professor Saviani identifica em D. J. O'Connor e I. Scheffler seus representantes e afirma que em sua concepção

"[...] a tarefa da filosofia da Educação é efetuar a análise lógica de linguagem e educacional [...] o método que mais se presta à tarefa proposta é o da chamada análise informal". (SAVIANI 1987, p.26)

Em último lugar, a concepção dialética é entendida por SAVIANI (1987, p.2) como uma corrente que considera como tarefa da Filosofia da Educação "[...] explicitar os problemas educacionais [...]". Esta compreende o homem como produto de múltiplas determinações, mergulhado na realidade concreta

das relações sociais.

O papel da educação nesta concepção "(...)será colo-
car-se a serviço da nova formação social em gestão no seio da
velha formação até então dominante" (SA VIANI 1987, p.27-8).

Seus representantes situam-se no campo do materialismo dialético dentre os quais destacam-se Maxs, Engels, Lênin e Gramsci.

As quatro concepções esboçadas por SA VIANI tiveram, segundo ele, profunda influência na formação das tendências da educação brasileira. Referrindo-se a elas, esclarece que "(...) foi com os olhos voltados para o processo de desenvol-
vimento da educação brasileira que operamos a construção da
quele referencial" (SA VIANI 1987, p.33).

Fiel à preocupação inicial de sistematizar sua aná-
lise, o autor formula uma "periodização provisória" com a se-
guinte configuração:

"Até 1930: predomínio da tendência 'huma-
nista' tradicional;
De 1930 a 1945: equilíbrio entre tendên-
cias 'humanista' tradicional e 'humã-
nista' moderna;
De 1945 a 1960: predomínio da tendência
'humanista' moderna;
De 1960 a 1968; crise da tendência 'huma-
nista' moderna e articulação da tendên-
cia tecnicista;
A partir de 1968: predomínio da tendên-
cia tecnicista e a concomitante emergên-
cia da crítica à pedagogia oficial e à
política educacional que busca implemen-
tá-la" (SA VIANI 1987, p.33)

2.1. O PENSAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS PETISTAS DE EDUCAÇÃO

Desde 1979, a sociedade brasileira vem convivendo com um novo instrumento político das classes trabalhadoras. Nascido enquanto meio de organização, luta e direção política, o Partido dos Trabalhadores preocupa-se desde o seu surgimento com o problema da educação no Brasil.

Em seu programa, afirma que:

"[...] a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformado em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e privatização crescente do ensino (...) prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes. (...) serviços de educação (...) públicos gratuitos são direitos básicos de uma Nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social." (PARTIDO DOS TRABALHADORES 1980, p.8)

As preocupações que presidiram os questionamentos peritistas sobre a educação nacional evidentemente não nasceram do vazio nem se conformaram somente após sua formalização legal.

"Nascido em clima de 'enterro' teórico e político de Marx e Lênin, importado da Europa Mediterrânea, depois de uma ruptura de gerações com as anteriores tradições do movimento popular brasileiro, o PT encontrou uma de suas grandes fontes de vitalidade no aprendizado concreto a partir de sua própria prática. Para banhar-se na nova realidade social e política que emergia do boom econômico da década anterior e das transformações impostas pela ditadura militar, esse procedimento revelou-se um elemento diferenciador favorável ao PT em comparação com outras velhas forças partidárias.

A CUT, as Pastorais da Terra e do Menor, as Comunidades Eclesiais de Base, as Associações Populares nos bairros, puderam se constituir em um manancial insubstituível de experiências de base, que dão ao PT um selo de identidade com os de 'baixo' e que serve como referência inalienável de seu horizonte político." (SADER: s.d., p.163)

Assim como uma herança política mais geral, no plano educacional o PT recebeu uma herança pedagógica fruto de um período de profundas críticas à educação e à escola burguesa.

"O movimento da crítica sócio-política à pedagogia e à didática se inicia no começo da década de 70, mas é na segunda metade que aparecem suas manifestações na prática escolar. No conjunto, essas versões advogam a preponderância das considerações sócio-políticas no tratamento das questões pedagógico-didática, minimizando os aspectos especificamente pedagógicos da realidade escolar: não existem problemas

pedagógicos, mas problemas políticos." (LI
BÁNEO 1986, p.131)

Assim se posiciona Carlos Jamil Cury sobre o mesmo período:

"O final dos anos 70 (que terminaram em 78) e o início dos anos 80 (iniciados em 78/79) apontam para a movimentação social lentamente se fazendo organização. Há uma convergência entre o estudo acadêmico, voltado para as lutas sociais do passado, e as novas formas de conflitos nos movimentos urbanos: a recuperação do passado é a recuperação da história, como prática social contraditória." (CURY 1985, p.6)

Desde esse período, os educadores petistas têm buscado, no âmago de suas lutas em defesa da escola pública, democrática e gratuita, sistematizar um conjunto de propostas capazes de constituir um corpo coerente de medidas que superem a visão reformista de uma escola burguesa "competente" e apontem no sentido de uma escola pública popular.

Um dos grandes avanços observados pelo PT, frente às experiências de criação dos partidos (e aqui refiro-me tanto aos de direita como aos de esquerda) é que ele não foi o resultado mecânico do encontro de diferentes agrupamentos dispostos a negociar entre si seus programas, estratégias, concepções ou até mesmo cargos públicos.

Não existiu, no caso petista, o conhecido processo de fusão de organizações, mas uma rica convergência de práticas e experiências forjadas no movimento social, criando condições para uma unificação orgânica e viva através da intervenção política comum, da implatação conjunta de trabalhos concretos de organização das bases, da elaboração teórica coletiva de quatro tipos de acumulações: movimentos eclesiais de base, remanescentes das organizações marxistas clandestinas, intelectuais comprometidos com as classes populares e finalmente o movimento sindical surgido no fim da década de 70.

Em síntese, o PT é hoje o resultado de um processo

de entrelaçamento de duas experiências de luta: a que é travada no âmbito das massas e a que se desenvolve no âmbito institucional, residindo nesta última os seus maiores e mais recentes desafios.

O PT reúne condições suficientes para capacitá-lo, do ponto de vista da transformação social, a realizar progressivamente as tarefas de destruição do Estado burguês e de construção da sociedade socialista. No entanto, embora disponha de uma grande implantação nas concentrações do proletariado urbano e rural e nas áreas camponesas, ainda não desenvolveu satisfatoriamente no plano teórico; pressupostos, bases, definições e outras elaborações condizentes com as exigências da luta de classes em nosso país.

Uma destas elaborações diz respeito à questão educacional. Por outro lado, os dez anos de vida do Partido já produziram importantes avanços e uma história de luta pedagógica e de pedagogia da luta que pode se orgulhar de ser contada, pois o partido reúne inegavelmente elementos basilares de uma concepção inovadora de educação.

A reconstrução da gênese das preocupações com a questão educacional no PT pode se dar através de duas vertentes históricas. A primeira caracterizou-se na atuação dos trabalhadores durante o 9º Congresso de Dirigentes Sindicais dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, acontecido em Lins, enquanto a segunda se constitui fora do país, gestado na confluência de brasileiros - exilados ou não - na Suíça.

A aprovação, no 9º Congresso de Dirigentes Metalúrgicos realizado no dia 24 de janeiro de 1979, da proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores, significou a definição de várias teses programáticas referentes a vários setores do governo. Mais diretamente ligada à educação, a discussão sobre distribuição de renda e desenvolvimento econômico e social, con

clui pela aprovação da tese do Sindicato de São Caetano do Sul, que propunha:

" (...) maior dotação orçamentária para a educação objetivando exclusivamente maior número de escolas públicas em todos os graus, em todo o território nacional; aumento do número de escolas profissionais em todo o território nacional; gratuidade do material escolar subsidiado através do fundo constituído por uma parcela do lucro das empresas". (GRANMONT 1989, p.23)

Observa-se que antes mesmo de se conformar em partido político, o movimento pró-criação de um partido dos trabalhadores já apontava propostas que se pretendiam avançadas para a educação brasileira, embora seja explícita a ausência de referências à educadores e educandos no texto aprovado.

Estas reivindicações conferem à origem das propostas educacionais petistas uma simultaneidade à criação do próprio partido. Sua concepção educacional nasce quando nasce a idéia de sua fundação. Suas raízes históricas, suas matrizes ideológicas e suas razões políticas portanto, se confundem. Pode-se dizer que as bases da concepção educacional do PT se encontram na origem do movimento posteriormente conhecido por "petismo", que deu início a uma nova forma de organização partidária no Brasil.

A outra vertente histórica a que me referi anteriormente alude às atividades educacionais de brasileiros que trabalhavam na Suíça.

Entre os educadores brasileiros lá residentes, destacavam-se Paulo Freire e Rosiska Darcy de Oliveira. Junto a eles, trabalhava Moacir Gadotti, no Setor de Educação de Adultos da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Seção de Pedagogia - da Universidade de Genebra. Esse grupo desenvolvia um trabalho de informação, comentário e análise da situação do Brasil, além de algumas tarefas voltadas à libertação de prisioneiros políticos da ditadura.

Além do pessoal que pensava educação em Genebra, no Brasil existiam outros grupos. Um deles, o grupo ligado a Paulo Freire, já tinha trabalhado na Campanha de Alfabetização, e deixado vários núcleos atuando. Muitos continuavam desenvolvendo trabalhos práticos e teóricos de documentação, sistematização e organização do trabalho realizado. Moacir Gadotti mantinha contato através do curso de Pós-Graduação da PUC/SP, constituído de um grupo de educadores democratas e progressistas. Desta forma, garantia-se uma ligação com Demerval Saviani, assim como com Joaquim Severino e também Carlos Rodrigues Brandão, que já havia trabalhado antes com Paulo Freire utilizando seu método na linha de educação popular.

Em 1980, durante o processo de construção do PT, Moacir Gadotti foi convidado para criar com Paulo Freire, um grupo de educação dentro do partido e formar, a partir de um documento básico, uma comissão de trabalho. Então, como estavam Moacir Gadotti, Paulo Freire e Carlos Brandão diretamente vinculados ao grupo, procuraram ampliá-lo com outros educadores, embora tivessem também a presença de não-professores como Luís Carlos Menezes da USP, que era físico, Wolfgang Leo Maar que era da área de política e que estava na época à frente da formação da Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES).

A iniciativa de criar um grupo de educação dentro do PT foi tomada pela Comissão Executiva Nacional Provisória, antes portanto, de sua criação. Esse e outros grupos de trabalho visavam de certa forma, subsidiar o conjunto do partido nas suas discussões acerca das políticas sociais a serem implementadas.

Esses grupos de trabalho funcionaram entre 1980 e 1981 e conduziram à criação da Fundação Wilson Pinheiro. Sobre tudo porque Paulo Freire era seu presidente e Moacir Gadotti seu vice-presidente, as discussões educacionais no interior do partido não tiveram uma articulação maior, permanecendo assim

durante 4 anos, mais precisamente de 1982 a 1986.

2.2. DESENVOLVIMENTO DO GRUPO DE TRABALHO DA EXECUTIVA NACIONAL

Como já foi dito, o grupo da Executiva Nacional foi ampliado com a criação da Fundação em 1982 e depois com a campanha eleitoral para o governo do Estado de São Paulo. Naquele momento, alguns integrantes compreenderam que era mais importante interferir direto na campanha do PT, criando chances e militando na campanha de Lula. Foi criado então, o "Grupo de Trabalho da Estadual". Essa atitude reuniu a maioria dos grupos de trabalho da Fundação Wilson Pinheiro que preferiu se engajar na campanha, enquanto outros acabaram se extinguindo. A própria Fundação, por esse e por outros motivos, entrou num período de crise difícil de ser superada.

O primeiro grupo da Fundação terminou seu mandato em 1982 e foi reeleito em 1986 mas, o segundo mandato, diante do esvaziamento dos grupos de trabalho, não encerrou suas tarefas e outro grupo assumiu em agosto do mesmo ano, quando terminou o mandato da Diretoria da qual Moacir Gadotti fazia parte.

Desde o seu início, os educadores petistas - através de seu "Grupo de Educação" - sempre tiveram uma ligação muito grande com a Fundação Wilson Pinheiro, inclusive porque a Direção Nacional do PT, por não ter sede, reunia-se na sede da Fundação. Desta forma, a Fundação transformou-se na sede Nacional do PT até sua transferência para a atual sede, na rua 11 de Junho, na Vila Clementino.

Com a progressiva estruturação do PT, os quadros componentes dos diversos grupos de trabalho passaram a integrar as secretarias de formação política, sindical, etc. Esses grupos de trabalho tinham por tarefa, não elaborar a política do

PT, mas subsidiar as discussões para que o movimento popular, sindical e até estudantil pudesse se organizar dentro do Partido.

2.3. A EDUCAÇÃO E A DISCUSSÃO PEDAGÓGICA DENTRO DO PT

O PT sempre pretendeu chegar a uma política educacional amplamente discutida em seus fóruns e instâncias, para que ela não fosse em hipótese alguma, fruto da elaboração de alguns intelectuais, mas fruto de um processo democrático de elaboração teórica no interior do próprio partido.

Pode-se dizer assim, que a ação do Grupo de Trabalho de Educação se resumia a prestar assessoria e produzir subsídios diante do contexto político-pedagógico à época do surgimento do Partido.

Embora possa ser admitida a hipótese da existência de divergências filosófico-educacionais, do tipo "conteúdo X forma", "competência X compromisso"; Moacir Gadotti afirma:

"Nós nunca nos perguntamos a respeito das divergências, (...) embora evidentemente cada um tivesse sua originalidade, mas o que havia era uma convergência de opiniões no sentido de que as pessoas que atuavam na área da educação deveriam contribuir para o partido, já que muitos educadores estavam engajados no partido como membros filiados, militantes ou simpatizantes e essa força era canalizada para que quem ganhasse fosse o partido, e os trabalhadores de forma geral, quer dizer, era o compromisso com uma educação de classe, da classe trabalhadora que nos unia, evidentemente poderia existir formas de trabalho diversificadas, centradas mais na educação formal ou na educação não-formal; e mesmo nas concepções de educação popular haviam tendências diferenciadas evidentemente entre o pensamento de um e de outro, mas havia realmente e há ainda, uma convergência de propósitos." (entrevista, em 05 de outubro de 1988)

2.4. O MOVIMENTO EDUCACIONAL PETISTA

É visual a coerência entre as mais diferentes proposições do Partido nos diferentes momentos de sua história. Desde as primeiras propostas educacionais no Congresso de Lins em 1979, até a plataforma de governo para a educação nas eleições presidenciais de 1989 existe um fio condutor orientado sempre pela necessidade de lutar para garantir o acesso das classes populares à escola pública.

Fruto de uma política incompetente e genocida da burguesia, o sistema educacional brasileiro sempre foi um dos mais violentos algozes das classes trabalhadoras em seu processo de emancipação política e cultural. Por isso, os trabalhadores nunca deixaram de reivindicar a democratização do acesso e da permanência de seus filhos na escola, a melhoria de qualidade do ensino, melhores condições de vida e trabalho para os educadores e a democratização da gestão educacional em todos os níveis, dentre outras proposições.

A história das propostas educacionais do PT demonstra isso: em 1979 - Propostas Educacionais do 9º Congresso de Dirigentes Sindicais e Metalúrgicos do Estado de São Paulo (Lins) ; em 1980 - Tópicos Relativos à Educação em seu Manifesto e Programa (a partir da fundação do partido) ; em 1982 - Propostas Educacionais para as Eleições de Governos Estaduais, Senado, Prefeituras (à exceção das Capitais e áreas consideradas de "segurança nacional"), Câmaras Federal, Estaduais e Municipais; em 1985 - Propostas Educacionais para as Eleições de Governos Estaduais, Senado e Câmara Federal (Congresso Constituinte) e Assembleias Legislativas Estaduais; em 1988 - Propostas Educacionais para as Eleições Municipais; em 1989 - Propostas Educacionais para as Eleições Presidenciais e Resolu

ções do I Encontro Nacional de Educação.

Por ser praticamente impossível ter acesso à totalidade da produção educacional do PT para os Municípios e Estados de todo o Brasil, e por considerar que este imenso conjunto de propostas não mantém em si, divergências e/ou diferenças significativas por estar orientado por um sólido e homogêneo arcabouço ideológico e político-pedagógico, o que será demonstrado em outra parte deste trabalho, destacarei apenas uma elaboração programática em cada âmbito, considerando evidentemente seu caráter universal e referencial para o restante do partido. No âmbito municipal, resgato algumas propostas do plano da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, onde estão suas diretrizes políticas para 1990; na estadual, da plataforma política de Governo para a Educação, em 1982; e no âmbito federal, da Resolução do I Encontro Nacional de Educação, ocorrido em 1989, realizado sob uma conjuntura riquíssima para o debate educacional no Brasil (vide anexos), no início do ano referido em que se realizaram as eleições presidenciais.

2.5. ALGUMAS PROPOSTAS PETISTAS

Por se constituírem em textos longos, relacionarei tais documentos destacando suas proposições apoiado em cinco aspectos historicamente importantes para aqueles que defendem a educação pública, gratuita e de boa qualidade: a democratização do acesso, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização do trabalho do docente, a democratização da gestão e a erradicação do analfabetismo.

2.5.1. Uma proposta municipal

Eleita em 1988 e empossada em 1989, a administração

petista, após 1 ano de governo na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo, com Paulo Freire à frente, divulga um documento que "reflete o processo de consolidação da Política Educacional" que começou a implementar em janeiro de 1989. O referido documento busca sistematizar as prioridades que norteiam a prática da Secretaria e definir os objetivos e metas que se pretendia alcançar em relação as prioridades adotadas (democratização da gestão, democratização do acesso, ensino com nova qualidade e alfabetização de adultos).

No que se refere à democratização do acesso são estes os objetivos e metas apresentados:

"OBJETIVOS:

- 1- Ampliar o atendimento à demanda real (crianças, jovens e adultos que buscam a matrícula) numa ação conjunta com a Secretaria de Estado da Educação.
- 2- Melhorar as condições físicas das escolas para um atendimento mais adequado aos alunos.
- 3- Desenvolver uma política que contribua para eliminar ou minimizar as depredações.
- 4- Ampliar o atendimento da educação especial.
- 5- Criar condições para, a partir de 1982, diminuir o número de alunos por classe em Escolas Municipais de educação Infantil e reduzir o número de turnos de 4 para 3 (dois diurnos e um noturno) em todas as escolas municipais de primeiro grau.

METAS:

- 1- Oferecer vagas na Pré-Escola de modo a atender prioritariamente a demanda localizada na faixa de 0 - 5 salários mínimos de renda familiar.
- 2- Ampliar o esquema de Classes Comunitárias para atendimento aos alunos de Pré-Escola, e ao mesmo tempo, construir novas unidades escolares.
- 3- Propor projetos alternativos de construções de Escola Municipais de Educação Infantil mais condizentes com a proposta pedagógica a ser desenvolvida.
- 4- Oferecer vagas no Ensino Fundamental procurando atender 100% da demanda, num planejamento conjunto com a Secretaria de Estado de Educação que inclua cooperação técnica e financeira do Estado.
- 5- Organizar as Escolas Municipais de Primeiro Grau, em 1990 e 1991, com funcionamento até 4 turnos, como procedimento emergencial e transitório, quando a

demanda o exigir - mantendo classes de 35 alunos. Utilizar-se-á, ainda em 1990 e 1991, escolas em 4 turnos, classes de matrícula e salas alugadas, para dar cumprimento ao §1º do art. 249 da Constituição do Estado de São Paulo, que obriga o Poder Público a prover vagas para atender à demanda do ensino fundamental obrigatório e gratuito.

6- Ampliar em 28%* a oferta de vagas no ensino fundamental noturno (regular e supletivo).

7- Na falta de salas de aula acomodar a demanda do Supletivo nos estabelecimentos municipais, utilizar os recursos materiais disponíveis da comunidade.

8- Otimizar a ocupação dos equipamentos sociais para a instalação de classes de educação de adultos.

9- Instalar classes de alfabetização nas Regionais (2 classes por Administração Regional) como forma de valorizar o serviço público municipal.

10- Iniciar a construção de 43 Escolas Municipais de Educação Infantil até agosto de 1990.

11- Reformar 131 Escolas Municipais de Educação Infantil, 108 Escolas Municipais de Primeiro Grau e 4 Escolas Municipais para Deficientes Auditivos." (SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação 1990, p.15-6)

Quanto a melhoria da qualidade de ensino e consider

ando a necessidade de garantir:

- o respeito a identidade cultural do aluno;
- a apropriação e produção de conhecimentos relevantes e significativos de forma crítica, para a compreensão e transformação da realidade social;
- a mudança da compreensão do que é ensinar e aprender;
- o estímulo à curiosidade e criatividade do aluno;
- o desenvolvimento do trabalho coletivo na escola;
- a democratização das relações na escola;
- a recuperação do papel do educador;
- a interação comunidade-escola como espaço de valorização e recriação da cultura popular." (SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação 1990, p.17)

*28% era o percentual máximo possível de ser atendido.

A nova proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo incorpora a formação permanente do educador, a promoção de recursos humanos e a nova política salarial como aspectos inerentes à melhoria da qualidade do ensino e estabelece os seguintes objetivos e metas:

"OBJETIVOS:

- 1- Redimensionar a prática pedagógica, visando a valorização da cultura popular;
- 2- Estimular alternativas pedagógicas inovadoras;
- 3- Contribuir para a organização das classes populares, através da apropriação e elaboração do conhecimento, bem como a través do estímulo aos Conselhos de Escola, Grêmios Estudantis e articulação entre escola e movimentos sociais;
- 4- Redefinir o papel da escola, ampliando o conceito de currículo como o principal instrumento da organização da escola;
- 5- Oferecer um programa de formação permanente aos educadores e funcionários;
- 6- Valorizar e redimensionar as funções dos trabalhadores da educação;
- 7- Atender as escolas, fornecendo recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento da ação pedagógica.

METAS:

- 1- Transformar o Plano Anual em um documento que reflita o projeto pedagógico da escola;
- 2- Elaborar o Estatuto do Magistério, com ampla participação dos educadores;
- 3- Organizar grupos de formação:
 - das equipes pedagógicas dos NAEs;
 - de Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Encarregados de Sala de Leitura e Professores por série, modalidade de ensino e turnos;
- 4- Ministrando cursos:
 - para professores de 5ª. série com participação de professores das 4as. séries;
 - de formação específica sobre recursos pedagógicos, metodologia e conhecimentos específicos das diferentes áreas;
 - de formação de agentes culturais nos Núcleos de Ação Educativa visando a organização dos grupos de professores;
 - de formação, para 550 educadores, sobre reorientação do curso de suplência I e II;
 - de alfabetização para funcionários municipais (2 classes por regional, num total de 40);
 - de Habilitação para o Magistério para 283 monitores de Educação de Adultos que não possuem a formação legalmente exigida.

- 5- Promover fóruns, seminários internos:
 sobre Reorganização Administrativa de Secretaria Municipal de Educação;
 sobre curso noturno, visando reorganizá-lo, com participação de 50 educadores;
 sobre avanços nas áreas educacionais específicas ou afins;
 sobre Educação Especial (EMEDAs);
 sobre o Projeto de Educação Sexual;
 sobre reorganização do curso de Suplência I e II, para 550 educadores;
 sobre o Projeto Gênese de Informática Educacional, em 5 EMPGs e 1 EMEDA;
 Fórum de Democratização das Escolas;
 Plenária Pedagógicas, visando envolver maior número de pais, alunos e professores do Movimento de Reorientação Curricular e na discussão da política educacional.
- 6- Acionar as oficinas de Teatro Mamulengo nas 319 EMEIs;
- 7--Promover oficinas de teatro para professores nos Núcleos de Ação Educativa;
- 8- Elaborar programa de formação permanente na TV para educadores;
- 9- Construção de um projeto-piloto de oficinas pedagógicas nos Núcleos de Ação Educativa, para produzir e divulgar materiais didáticos nas e para as escolas;
- 10- Implementar o Projeto de Interdisciplinariedade nas 10 escolas piloto e ampliá-lo a partir do 2º semestre de 1990, em outras 100 escolas;
- 11- Desenvolver projetos pedagógicos especiais em escolas que atendam crianças em período integral;
- 12- Integrar as classes comunitárias à Política Educacional de SME, garantindo supervisão a 137 professores destas classes;
- 13- Continuar repondo as perdas salariais, até atingir o piso do DIEESE para pagamento da jornada parcial do magistério;
- 14- Alteração do vínculo empregatício dos professores comissionados e substitutos visando a garantir as vantagens trabalhistas;
- 15- Realizar concurso para o cargo de professor de Nível I e Educação Infantil;
- 16- Legalizar a situação dos trabalhadores da Secretaria de Educação considerados estáveis;
- 17- Realizar concursos de remoção para os operacionais que atuam na Secretaria de Educação;
- 18- Completar o módulo de pessoal operacional em todas as unidades escolares;
- 19- Prover as escolas de materiais e equipamentos didáticos, de recursos humanos, físicos e institucionais, bem como de material de consumo e permanente necessários ao trabalho pedagógico." (SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação 1990, p.19-21)

Democratização da Gestão:

Para criar canais ágeis e organizados de participação, capazes de articular os diferentes níveis de decisão e execução, estabeleceram-se os seguintes objetivos e metas:

"OBJETIVOS:

- 1- Fortalecer os Conselhos de Escolas como unidades deliberativas, nos marcos das diretrizes político-educacionais da Secretaria Municipal de Educação;
- 2- Tornar efetiva a participação da Comunidade nos Conselhos de Escola;
- 3- Fornecer os canais de comunicação entre os Conselhos de Escolas e Colegiados Intermediário e Central através da criação de um Conselho de representantes de Conselhos de Escola em cada Núcleo de Ação Educativa;
- 4- Incentivar a articulação entre os Conselhos de Escola e as instâncias regionais da Administração Municipal;
- 5- Implementar os Núcleos de Ação Educativa como unidades de apoio técnico-pedagógico às Escolas;
- 6- Garantir a veiculação de informações entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para a realização de sua política.

METAS:

- 1- Reformular o Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal;
- 2- Promover mais acompanhamentos e assessoria nos processos de eleição e reuniões reuniões dos Conselhos através de Encontros Regionais entre representantes dos Núcleos de Ação Educativa e dos Conselhos de Escolas, bem como da organização do Congresso Municipal Anual de Representantes dos Conselhos de Escola;
- 3- Alterar ou reinterpretar a legislação, possibilitando aumento da autonomia orçamentária das escolas e ampliação dos recursos financeiros destinados ao pronto atendimento de suas necessidades;
- 4- Promover formas de acompanhamento e participação das escolas na elaboração e divulgação das decisões sobre o ante-projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei Orgânica Municipal;
- 5- Divulgar amplamente às Escolas e à População usuária dos serviços escolares, o Plano Municipal de Educação (art. 241 da Constituição Estadual de São Paulo), bem como, trimestralmente, informações completas sobre recursos próprios arrecadados e transferências de impostos recebidos (art. 256 da Constituição Estadual de São Paulo) e sua respectiva aplicação na Educação Municipal, com especial destaque ao que se refere a construções escolares;

- 6- Produzir publicações periódicas, como:
 revista destinada a educadores e funcionários da rede municipal de ensino;
 boletim e jornal mural mensal, para os mesmos destinatários, articulado com as publicações dos Núcleos de Ação Educativa;
 jornais e outros veículos elaborados nas próprias escolas, pelos alunos e/ou professores;
- 7- Compatibilizar a estrutura da Secretaria Municipal de Educação com a proposta de descentralização da Administração Municipal;
- 8- Operacionalizar as funções e atribuições dos Núcleos de Ação Educativa e definir seu módulo de pessoal;
- 9- Criar condições para que os Núcleos de Ação Educativa sejam unidades orçamentárias em 1991, permitindo-lhes agilizar as propostas pedagógicas." (SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação 1990, p. 12-3)

Erradicação do Analfabetismo:

Essa diretriz sô poderia ser desenvolvida em íntimo relacionamento com os movimentos populares. Através de Convênio com entidades ou grupos de Educação Popular a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo se propôs a cumprir três funções:

- 1a.- apoiar financeiramente e materialmente os projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidos pelos movimentos populares;
- 2a.- Criar novos núcleos de alfabetização nas áreas onde os movimentos populares não assumem esta tarefa;
- 3a.- garantir a orientação político-pedagógica e a formação permanente dos educadores populares através de Encontros sistematizados entre educadores e movimentos populares e assessores da Secretaria Municipal de Educação." (SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação 1990, p.21)

Estabelecendo para si os seguintes objetivos e metas:

"OBJETIVOS:

- 1- Desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos autonomia intelectual e leitura crítica da realidade;
- 2- Contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e dos educadores envolvidos;
- 3- Reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando os direitos básicos à educação pública e popular;
- 4- Reforçar e ampliar a atuação dos grupos

populares que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade.

METAS:

- 1- Ampliar para 2.000 o número de núcleos de alfabetização, atendendo a 60.000 alunos;
- 2- Capacitar 2.000 monitores e 200 supervisores de núcleos de alfabetização;
- 3- Realizar o primeiro Congresso Municipal." (SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Educação 1990, p.21-2)

2.5.2. Uma proposta estadual

A elaboração deste anteprojeto por um grupo de trabalho constituído por vários educadores de São Paulo foi concluído em outubro de 1982 e visava ser um instrumento capaz de contribuir na discussão acerca da política educacional do governo estadual.

Sobre a democratização do acesso apresenta as seguintes proposições:

1.1. O congelamento imediato de toda a rede escolar privada em todos os níveis, mantendo o seu nível de expansão igual a zero, para diminuir a sua participação proporcional na esfera escolar.

1.2. Ao Estado competirá, através de dotações globais e específicas para objetivos educacionais, dar acesso à escolaridade em todos os níveis - alfabetização pré-escolar, creches, 1º, 2º e 3º graus, pós-graduação, educação não-formal, etc. - à totalidade da população através da rede pública.

1.3. O montante das verbas públicas necessárias para tanto deve ser encarada como prioridade política, na divisão orçamentária deve-se estabelecer uma política de governo que integre as demais prioridades sociais - saúde, transporte, emprego, habitação, saneamento, cultura, lazer, etc.

1.4. Valorização imediata de todas as leis já existentes, que não são aplicadas, que beneficiem a escolaridade - necessidade de haver creches em empresas que têm mais de vinte mulheres, etc., estabelecimento de novas legislações que beneficiem a educação - facilidades para trabalhadores que estudam, facilidade no transporte de estudantes e professores, etc.

1.5. Fim imediato de todos os subsídios,

diretos ou indiretos, à iniciativa privada ligada à educação" (ARELARO et alii 1988, p. 40)

"2.1. A elaboração de planos diretores regionais e setoriais para a educação, aos quais caberá estabelecer as necessidades educacionais no que toca a vagas, instalações materiais, recursos humanos, material didático, currículos e programas, ofertas de cursos, integração com as demais políticas sociais a serem privilegiadas - transporte, alimentação, etc" (ARELARO et alii 1988, p.42)

"- ampliação da rede ensino de 1º grau, de tal maneira que desde o 1º ano do governo, todos os alunos tenham lugar assegurado em uma escola;

- aumento do número de creches, instituição de uma rede pré-escolar, bem como aparelhamento adequado desses estabelecimentos;

- (...) combate ao 'comércio de educação' empenhando-se para atingir o objetivo de proporcionar ensino público e gratuito em todos os níveis;

- aumento substancial do número de cursos noturnos oferecidos pela rede escolar estadual, e empenhar-se para que esses cursos atendam a todos os que trabalham" (ARELARO et alii 1988, p.45-6)

Melhoria da Qualidade de Ensino:

"1.11. Controle, pelo Estado, de um padrão de qualidade único em nível mínimo para todas as escolas - públicas e privadas ainda existentes -, para eliminar qualquer diferença entre a qualidade da educação prestada nestes estabelecimentos." (ARELARO et alii 1988, p.41)

"2.5. Estes planos diretores regionais de vem ser unificados, atendidas as disparidades e demandas setoriais, no sentido de a dequarem a educação em todos os meios a ser prestada à política social geral defendida pelo PT, para o que devem funcionar em consonância com as delegacias de ensino da Secretaria de Educação, de modo que se garanta a igualdade de condições reais aos estudantes, independente de sua condição econômica, oferecendo condições materiais, salariais e formação para os educadores de modo a melhorar o ensino, reduzindo assim os níveis de evasão e a repetência." (ARELARO et alii 1988, p.43)

"- ampliação do horário escolar dos cursos de 1º grau, a fim de melhorar a qualidade de ensino nesse nível;

- revisão do sistema de fornecimento de me

renda escolar e material didático nas escolas do Estado, a fim de melhorar a qualidade da alimentação, assegurar almoço nas escolas de dois turnos e colocar todo o sistema a serviço dos alunos, e não da conveniência dos fornecedores, como ocorre hoje;

- reequipagem das escolas públicas de todos os níveis (bibliotecas, laboratórios, quadras de esporte, etc.) e terminar, de uma vez, com o hábito de exigir dos pais contribuições ditas voluntárias, que servem para suprir deficiências surgidas da negligência do poder público;

- incremento da pesquisa pedagógica, a fim de melhorar os métodos e a qualidade do ensino público estadual em todos os níveis;" (ARELARO et alii 1988, p.45-6)

Valorização do Trabalho Docente:

"1.6. Estabelecimento imediato de uma carreira única para o magistério e todos os funcionários ligados à educação - em toda a rede escolar, mesmo a que ainda for privada.

1.7. Garantia de uma unificação salarial e de condições de trabalho dos professores e demais profissionais, permitindo a sua total representação classista independente do Estado e garantindo uma remuneração justa e adequada, integrada à política econômica e de emprego geral. Fim dos professores horistas, efetivação imediata de todos os funcionários no setor educacional, contratação imediata de todos os funcionários ligados ao setor público pelo Estado. Fim imediato das funções de arrecadação de fundos por parte das Associações de Pais e Mestres; valorização da dedicação exclusiva à educação.

1.10. Garantia, pelo Estado, de uma formação adequada para todos os professores e demais profissionais ligados à educação necessários para universalizar o acesso da população à escolaridade em todos os níveis, bem como o acompanhamento e reciclagem subsequentes destes profissionais em escolas e universidades públicas." (ARELARO et alii 1988, p.40-1)

"- (...) alteração, dentro da política geral de remuneração do funcionalismo, dos sistemas de remuneração dos professores da rede escolar estadual, a fim de possibilitar plena dedicação ao ensino." (ARELARO et alii 1988, p.46)

Democratização da Gestão:

"1.8. Controle de toda a rede escolar - pública e privada - pelo poder legislativo,

que deve examinar e deliberar inclusive sobre a prestação de contas das empresas privadas ainda existentes e sobre a adequação destas à orientação geral do Estado em termos educacionais." (ARELARO et alii 1988, p.40)

"2.2. A elaboração destes planos diretores deverá aproveitar os recursos materiais e humanos das atuais delegacias de ensino, cujo número deve ser ampliado na medida do necessário, para prover, através desta descentralização, uma maior proximidade aos problemas sociais. Os técnicos, educadores e profissionais em educação da Secretaria de Educação devem ser postos à disposição da elaboração destes planos diretores, de modo que esta descentralização seja acompanhada da participação efetiva da população trabalhadora, na definição e fiscalização das prioridades regionais.

2.3. A elaboração e fiscalização destes planos diretores deverá se dar com base no estabelecimento de Conselhos Populares, com poder deliberativo e não somente consultivo, em moldes direcionados, em que se garanta a participação democrática das associações comunitárias e da sociedade, como associações de bairro, de moradores, de pais e mestres, de alunos, de docentes, de sindicatos, de associações profissionais, de comunidades de base, etc. Devem-se aproveitar as experiências reais de participação da comunidade já desenvolvidas por muitas escolas com base no Regulamento Interno das Escolas de 1ª e 2ª graus existente como legislação estadual.

2.4. Estes planos diretores para a educação devem ser unificados, sob controle do poder legislativo, para garantir um padrão mínimo de qualidade da educação popular, no que toca à obtenção de recursos orçamentários especificados para a educação, salários e condições de trabalho, instalações materiais e recursos didático-pedagógicos. No referente à situação trabalhista de carreira e formação dos trabalhadores em educação, deve-se garantir a participação mais ampla das associações de classe destes profissionais, como a APEOESP, Udemo, Associação dos Docentes e Funcionários, etc.

2.8- Deve caber ao Legislativo a definição das prioridades na divisão dos recursos orçamentários para os diversos níveis da educação, da alfabetização até a universidade - garantida a participação de todos os setores da população, em particular os diretamente envolvidos, funcionários, alunos, etc" (ARELARO et alii 1988, p.42-3)

"- extinção das Associações de Pais e Mes-
 tres (APMs) e sua substituição por novas
 formas de participação da comunidade lo-
 cal no funcionamento dos estabelecimentos
 de ensino, os Conselhos serão a melhor ga-
 rantia de uma educação pluralista, que a-
 bra para os escolares a mais ampla gama
 de informações sobre as questões em deba-
 te e, de modo especial, aquelas que atin-
 gem mais diretamente os estudantes. São a
 través do envolvimento da comunidade na
 escola, o sistema estatal de educação dei-
 xará de ser um instrumento de manipulação
 das massas a serviço de classes, grupos e
 conômicos, governos ou ideologias, para
 se tornar uma verdadeira prática de liber-
 dade;

- modificações das normas que regulamen-
 tam o funcionamento dos centros cívicos
 (grêmios, entidades culturais, cineclubs,
 etc.) nos colégios oficiais a fim de esti-
 pular a participação dos alunos e a autô-
 nomia dessas entidades, bem como total a-
 poio à legitimação da representação estu-
 dantil secundarista (grêmios livres e in-
 dependentes, UMES e UPES);" (ARELARO et
 alii, 1988, p.45-6)

No que se refere à eliminação do analfabetismo a
 plataforma não indica nenhuma proposta.

2.5.3. Algumas propostas nacionais

Um marco significativo na história educacional do
 Partido é o seu 1º Encontro Nacional de Educação, acontecido
 em uma conjuntura político-educacional bastante peculiar. O Con-
 gresso Nacional tinha acabado de promulgar a atual constitui-
 ção, preparava-se para discutir e elaborar a Lei de Diretrizes e
 Bases da Educação Nacional e o seu Plano Nacional de Educação.
 Nos Estados começava-se a elaborar as Constituições e nos muni-
 cípios, as Leis Orgânicas, enquanto uma série de conquistas po-
 líticas e econômicas vinha animando as iniciativas das classes
 trabalhadoras, reforçando suas lutas e ampliando suas bases so-
 ciais. Parcelas cada vez maiores da população (especialmente
 nos setores sociais mais significativos), vinham esgotando por

sua própria experiência, as ilusões com as "Repúblicas" recentes, e acordado para a necessidade de organização para a luta e de construção de uma consciência revolucionária capaz de impulsionar a transformação das relações sociais vigentes em relações justas, de igualdade social, sem exploração econômica e opressão política.

As vitórias eleitorais do PT em regiões de alta concentração operária, em 1988, e o significativo crescimento de manifestações organizadas em torno dos interesses populares em oposição às medidas demagógicas dos governos e dos empresários, podem ser considerados expressões concretas do sentimento de revolta com a situação econômica e de esperança em um novo projeto que atendesse às reivindicações mais imediatas dos trabalhadores.

Foi nesse contexto que se realizou o I Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores. Um evento gestado durante nove anos - justamente os nove anos de vida do partido - e que se inseria em um esforço de âmbito nacional por parte de todos os educadores petistas em elaborar uma política educacional para dar respostas aos inúmeros desafios com que vinham se defrontando, tanto ao nível da luta de massas como no plano institucional.

Durante a realização da V CBE (Conferência Brasileira de Educação) na Universidade de Brasília, no dia 3 de agosto, aconteceu a primeira plenária nacional de educação do PT. O evento contou com a participação de trezentos educadores petista advindos de dezessete Estados e tinha por objetivo ser a primeira reunião nacional de articulação partidária visando a realização do I Encontro Nacional de Educação.

O I ENEd/PT contou com a participação de 69 delegados, 18 observadores, 10 secretários municipais de educação, e

outros 11 companheiros distribuídos em 5 grupos de acordo com os temas previamente popostos (Lei de Diretrizes e Bases, Plano Nacional de Educação, Constituintes Estaduais, Leis Orgânicas dos Municípios e Plano de Ação de Governo). Desessete Estados enviaram delegados e 3 solicitaram a presença de observadores por não terem conseguido realizar Encontros Estaduais,

Nunca, em toda história do partido, concentrou-se tantos esforços no sentido de discutir a Questão Educacional.

Represados durante nove anos, os anseios petistas por buscar soluções para este problema eram enormes, e evidentemente os três dias de Encontro não foram suficientes para saciá-los. Diante disso, pode parecer que os frutos tenham sido poucos. No entanto, toda a acumulação prática e teórica dos militantes petistas na área educacional produziu uma síntese significativa se considerarmos o atraso cronológico do Encontro e os desafios que ele se propôs a enfrentar.

As propostas de Educação para o Plano de Ação de Governos foram aprovadas parcialmente, ficando uma parte do texto-base sem ser discutida e um conjunto de pontos a serem apreciados em fóruns mais amplos devido sua natureza polêmica,

Os textos resultantes dos trabalhos de grupos durante o Encontro foram definidos como subsídios para as discussões nos Estados, assim como, as questões que foram consideradas pouco aprofundadas para serem, ali, definidas. No seu relatório estão presentes as deliberações petistas; ora como resoluções, projeto de leis, subsídios, ora na forma de princípios básicos que norteassem a sua política educacional.

O I ENEd/PT elegeu a primeira Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT, que ficou assim constituída: Alberto Damasceno (SP), Antonio Roberto Braga (GO), Beatriz Pardi (SP), Jakson de Toni (RS), José Clóvis (RS), Lisete Arelaro (SP), Marilena Nakano (SP), Moacir Gadotti (SP), Orlando Souza (PA),

Oswaldo Lacieli (SC), Paulo Rubem (PE), Petinha Soares (MG), e definiu pontos-de-vista importantes para a unificação do pensamento e ação pedagógico dos educadores petistas:

1) Quanto à concepção de educação

Para o PT a educação nacional deve ser inspirada nos princípios de liberdade, solidariedade e igualdade social, e pautada no trabalho social enquanto princípio educativo, fonte de riqueza e bem-estar universais. Seus objetivos, portanto, devem ser:

a formação de cidadãos plenamente capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades frente ao Estado e ao conjunto da sociedade;

criação de condições para que cada cidadão possa ser governante e controlar os dirigentes na gestão democrática do poder;

a preparação de homens e mulheres livres, pelo domínio do conhecimento cultural, científico e tecnológico, para o exercício digno do trabalho, visando a construção de uma sociedade mais justa;

a promoção do fortalecimento da unidade e solidariedade internacionais contra todas as formas de opressão, de preconceitos e desrespeito à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade;

a participação popular nas mais diversas instâncias de definição sobre a organização social, política e econômica de nossa sociedade.

2) Quanto a gestão democrática da educação brasileira

O PT se propõe a assegurar a participação da comunidade, com caráter deliberativo, na gestão da educação através dos conselhos populares e conselhos escolares, em todas as instâncias, mantendo fóruns permanentes de discussão das questões educacionais entre os setores organizados da população

3) Quanto à educação infantil

O PT entende que esta deve ter por objetivo geral o desenvolvimento das crianças, nos aspectos físico, emocional e intelectual, a aquisição de habilidades psicomotoras necessárias à realização do trabalho intelectual e a formação de atitudes coletivas de cooperação e consciência social. As crianças matriculadas nas escolas da rede pública terão a garantia de assistência médico-odontológica, psicológica e alimentar, inclusive, esta última, através da suplementação de carências sofridas em seu meio social ou familiar.

4) Quanto ao ensino fundamental

É preciso garantir uma formação integral com idêntico incentivo ao desenvolvimento cognitivo, a uma prática pedagógica que

compreenda a criança em sua totalidade e valorize a abordagem interdisciplinar dos conteúdos, assegurando acesso, a permanência e terminalidade para todos (crianças, jovens e adultos) neste nível de ensino. Obrigatoriedade dos oito anos de ensino fundamental, sem limite de idade, um mínimo de quatro horas diárias em escolas próximas à área de moradia, com opção de atividades pedagógicas complementares em outro horário.

5) Quanto ao ensino médio

O PT defende a adoção do trabalho não alienado como princípio educativo. Na segunda etapa do ensino médio e a partir da concepção de uma educação científica, humanista e técnica, propõe como objetivos:

dominar os fundamentos dos conhecimentos técnicos;

conhecer o processo de desenvolvimento humano em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais;

conhecer os aspectos fundamentais da linguagem e do raciocínio das ciências exatas;

conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos que confirmam os princípios científicos nas diversas áreas de estudo, de forma a permitir a capacidade de compreensão crítica da realidade.

6) Quanto à educação não-formal

O PT se propõe a utilizar todos os espaços institucionais para programas de debates e seminários populares sobre a questão da educação não-formal.

7) Quanto ao ensino superior

Destacamos, dentre outros, alguns pontos: fim do vestibular, buscando uma solução mais justa e democrática de acesso ao ensino superior;

defesa de um padrão único de qualidade para a universidade brasileira que combine pesquisa, educação e extensão;

definição de um prazo para a extinção do ensino superior privado, reafirmando-se que a escola privada é uma concessão do Estado e como tal deve subordinar-se ao padrão único de qualidade.

8) Quanto ao financiamento da educação

O PT defende que se destine as verbas públicas somente para as escolas públicas.

9) Quanto ao trabalho docente

O professor, como agente pedagógico, deve ter garantidos todos os requisitos necessários para o bom desempenho de sua função. Por isso o PT luta:

pela elaboração democrática do Plano Nacional de Carreira Docente a nível nacional, definidor de padrões de formação, seleção e ingresso, progresso, remuneração, etc.;

pela criação de mecanismos permanentes de atualização e aperfeiçoamento de todas

os trabalhadores em educação, inclusive centros de estudo, cursos, seminários, incentivo à participação em congressos, dentre outras atividades de capacitação;

pelo estabelecimento de mecanismos que assegurem aos atuais professores leigos a qualificação ao exercício profissional." (GARDOTTI & PEREIRA 1989, p.195-7)

Por se tratar de um texto com uma organização que dificulta sua análise dentro dos parâmetros propostos neste trabalho, apresento-o em anexo*.

* Também apresento, em anexo, outros textos fundamentais com propostas educacionais de âmbito nacional, quais sejam: Subsídios para a elaboração de um Plano de Educação Nacional Popular, A Política de Educação no Plano de Ação de Governo e A Proposta Nacional de Educação do Governo Paralelo.

3. A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA POPULAR

"A nação nova que eu falo
 pra qual convido você
 é um Brasil onde o povo
 come bem, trabalha e lê...
 Brasil de luta e de flores
 fruto dos trabalhadores
 que estão plantando o PT

Já é hora de chutar
 Ódio, opressão e maldade
 amar e acompanhar
 Quem lutar por igualdade
 unir-se em prol da vitória
 Iniciando outra história
 mudando a sociedade."

Versos extraídos do cordel "A Construção do Partido dos próprios Trabalhadores", de Crispiniano Neto, poeta popular per nambucano.

A prática pedagógica a ser levada a cabo pelos integrantes do partido no âmbito da educação deve objetivar basicamente a formação de novos quadros e a composição de quadros necessários à reforma intelectual e moral; pode-se dizer à reforma cultural da sociedade em que vivem. É relevante a força que Gramsci atribui ao papel educativo do partido, tal como pode ser percebido nessa passagem:

"Hoje em dia um problema aflitivo impõe-se a todo socialista que tenha vivo o sentimento de responsabilidade histórica que pesa sobre a classe trabalhadora e sobre o Partido, que pela missão desta classe se apresenta a consciência crítica e operante"
 (grifo meu) (GRAMSCI & BORDIGA 1981, 33)

Quando Gramsci define o partido na sua relação com os intelectuais, por exemplo, afirma que além de ser

"(...) o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos (que se formam assim, e não pode deixar de se formar dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado) diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva,

(...), proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo - o grupo dominante - e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico' até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política" (grifo meu) (GRAMSCI 1982, 14)

Entretanto, a formação dos quadros políticos não deve ser diferenciada, atribuindo-se instrução científica (no sentido de formação teórica) a alguns, e educação política (no sentido de formação prática) a outros. O processo educativo em um partido deve prever um revezamento de todos os seus membros em funções diferenciadas pois estes devem ser capazes de exercer qualquer papel em qualquer conjuntura, tanto naquelas em que a repressão política os obriga à clandestinidade (sob pena de serem eliminados), como na situação de governo, quando o partido precisa utilizar seus quadros na administração de órgãos públicos. É óbvio que tais medidas de revezamento não obliteram a necessidade de uma divisão racional das tarefas, de modo a garantir a necessária eficiência em uma determinada organização, ou administração.

3.1. OS DESAFIOS NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

O PT tem trilhado um caminho independente e decisivo na construção de alternativas administrativas para o Brasil, sobretudo no que se refere ao município, por esta se tratar da única esfera administrativa onde o PT já colocou em prática suas propostas de campanha.

Nos municípios onde o PT foi ou é governo, vários de

safios têm se colocado neste difícil processo de combinação solucionadora dos problemas mais imediatos que afligem a população, com a difusão (pedagógica) de uma consciência socialista. Todavia, manifestações de vários dirigentes petistas, documentos partidários, ou testemunhos de membros de suas administrações ao analisarem a gestão municipal apontam geralmente para as seguintes questões que vêm sendo enfrentadas e que necessitam ainda de serem respondidas mais eficazmente:

3.1.1. A Necessidade da Formação de Quadros (Técnico e Político)

É comum ouvir-se das administrações petistas o reclamo pela falta de pessoal preparado tanto no que se refere à qualificação técnica, quanto à sua capacidade política mobilizadora. Com a conquista de algumas prefeituras, a maior parte, senão a quase totalidade dos militantes engajados nos movimentos populares precisa ser deslocada para a prefeitura, enfraquecendo desta feita a inserção partidária no movimento vivo. Este problema é grave, pois para o Partido dos Trabalhadores, a sustentação política do governo municipal deve ser a orientação popular, a qual, desfalcada de seus quadros e lideranças, tende a ser vulnerável à cooptação pelas forças conservadoras.

3.1.2. A questão do funcionalismo

Neste ponto, encontramos dois níveis diferenciados do mesmo problema: a) É mais do que justo que os funcionários públicos em uma gestão petista desfrutem de bons salários e dignas condições de trabalho, mas a realidade das finanças das prefeituras da maioria dos municípios, inclusive dos administrados pelo PT têm demonstrado ser impossível o cumprimento de tais direitos.

b) A este problema alia-se o fato de que a ociosidade, a superposição de empregos, os salários hipertrofiados, assim como outros vícios da burocracia estatal, tem dificultado as possibilidades de uma gestão mais competente e capaz de maximizar as conquistas materiais da população.

3.1.3. A relação do Partido com a administração

O PT não tem uma linha administrativa definida. Tal fato gera às vezes uma dissincronia grave entre as medidas administrativas - tomadas diariamente pelo poder executivo municipal e de acordo com as demandas populacionais e técnicas - e as linhas políticas adotadas pelo diretório do partido no município.

Embora essa questão tenha uma ligação profunda com o primeiro item abordado (Formação de Quadros) sua solução exige iniciativas permanentes de definições de políticas gerais e setoriais.

3.1.4. A questão da informação

A grande imprensa tem demonstrado, em alguns momentos, não vacilar quando se trata de denegrir a imagem de um governo petista sobretudo porque a mobilização popular é fortemente influenciada pela qualidade e quantidade de informações a que tenha acesso. Deste modo, deve-se atentar que a necessidade de desenvolver um trabalho eficiente no que se refere à divulgação e discussão dos acontecimentos da gestão de uma forma participativa, é crucial para o Partido.

3.1.5. A questão dos Conselhos

Ao lado de todas as preocupações acima relacionadas,

uma questão tem se configurado como a base para uma gestão popular, comprometida com os interesses dos trabalhadores: os conselhos populares. Esta é uma discussão que ainda é incipiente no interior do PT, que está sendo aprofundada embora o partido já tenha tido experiências positivas ou limitadas em gestões de caráter democrático.

Mais que definições precisas sobre os CPs o que existe acumulado em termos de experiências, são problematizações e algumas sistematizações. Apesar dos pesares, isto significa que está sendo traçado um caminho na construção deste que é, além de um instrumento de participação do povo na gestão da coisa pública, um embrião de exercício do poder popular.

Variando de acordo com os municípios, conjuturas, posições políticas, ou outros fatores, a polêmica sobre os Conselhos Populares, invariavelmente inicia a partir de algumas dessas classificações:

- Quanto à sua natureza: (a) criados por iniciativa dos movimentos populares ou (b) criados por iniciativa da administração;

- Quanto à sua composição: (a) representantes eleitos por regiões do município, (b) representantes eleitos entidades da sociedade civil ou (c) representantes eleitos por setores (saúde, educação, transporte, etc.);

- Quanto ao caráter: (a) deliberativo, (b) consultivo ou (c) fiscalizador;

- Quanto a área de atuação: (a) municipal, (b) regional ou (c) setorial (saúde, educação, etc.);

- Quanto ao seu funcionamento: (a) permanente ou (b) periódico;

- Quanto a sua existência: (a) institucional ou (b) não-institucional.

3.1.6. O planejamento das ações

Em determinado momento da história do Partido dos Trabalhadores chegou-se a um estágio em que seu programa educacional não pôde mais se resumir a uma série de princípios - fundamentais e não-operacionais - sob pena de não conseguir se transformar em um instrumento de unificação das políticas e do próprio discurso partidário acerca do seu ideário educacional.

Algumas características permearam sua constituição, com o objetivo de torná-lo útil e eficiente e não somente um "souvenir" de campanha.

Em primeiro lugar, deu-se conta da necessidade da flexibilidade para adaptar-se a diferentes situações políticas e financeiras. Em segundo lugar, atentou-se para o respeito às especificidades das diferentes regiões (ou municípios) onde deveria ser aplicado, para não incorrer na implantação de modelos inadequados e sem utilidade real. Sua viabilidade econômica é a terceira característica, pois um programa inviável é o discurso de palanque que não é cumprido. Finalmente, considerou-se a importância de o programa funcionar como um programa "trampolim", capaz de integrar a necessidade da melhoria das condições de ensino e aprendizagem para as classes trabalhadoras com a difusão de uma consciência revolucionária.

Impôs-se a necessidade de não se fazer apenas um programa de campanha, mas um documento vivo que ajudasse o partido a construir sua memória e sua tradição administrativa e que, a exemplo de outras administrações em outras partes do mundo, contribuisse para o florescimento de uma consciência socialista de massa.

Neste sentido, os encontros de áreas de atuação profissional dos militantes do PT têm se tornado nestes últimos 3

anos, uma forma extremamente rica de elaboração das políticas setoriais. Embora já tenham acontecido, com razoável sucesso, o encontro de geólogos, de médicos e agrônomos (entre outras categorias) e mais particularmente o I Encontro Nacional de Educação, o partido ressenete-se ainda de maior estímulo e condições materiais a estas iniciativas.

Existem no seu interior sugestões para uma campanha que recupere todas as propostas, sugestões e plataformas do partido desde 1980, visando a consolidação de um verdadeiro arquivo do pensamento do partido sobre a gestão da coisa pública. Menos pela necessidade de resgatar sua história, este arquivo pode funcionar como um centro de pesquisa e acompanhamento das diferentes posições adotadas diante de diferentes conjunturas e regiões. Ali caberiam plataformas para executivo e legislativo, programas de candidatos a vereança ou prefeitura, órgãos de divulgação (oficiais ou informais) do partido, além de contribuições individuais dos militantes.

As administrações petistas cujas características conformam governos democráticos populares têm como marca principal o compromisso com a construção de novas relações entre governo e população.

Este compromisso pressupõe a tarefa inadiável do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, de implantar políticas sociais mediatizadas pela prestação dos serviços públicos que saldem as dívidas sociais contraídas pelos governos anteriores nas várias esferas, com a maioria da população trabalhadora em nosso país.

Esta opção estritamente política implica, no âmbito das propostas petistas, o estabelecimento de políticas sociais que possam atender às necessidades da população no que se refere a transportes, habitação, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer e infra-estrutura urbana.

A implementação de tais políticas requer ainda, a mais profunda ruptura com as práticas assistencialista e clientelista que marcaram governos anteriores e continuam sendo linha condutora de governos estaduais e federal. Requer também o combate à corrupção, o saneamento das finanças públicas com austeridade, e a luta pelo aumento das receitas do município.

De outro lado, a prestação de serviços para ser ágil e eficiente, impõe reestruturações profundas no aparelho administrativo de modo a quebrar a vida própria que a burocracia adquire nos municípios e subordiná-la, como meio, aos fins fundamentais do poder público.

Para a execução destes fins o funcionário público (mais particularmente o educador) deve ser respeitado também no que se refere aos seus salários e carreira para que possa prestar com competência e dedicação seus serviços à população.

Tais decisões, no entanto, não se traduzem no programa de governo, em ações de uma administração "para" o povo, mas de uma administração "com" o povo, isto é, que busca criar condições para que a população, através de seu processo de auto-organização, interfira na definição das prioridades do governo reconhecendo ao mesmo tempo os limites que o poder municipal oferece à transformação substancial das relações sociais vigentes em nosso país.

Para o PT, esta é uma questão-chave. Os governos municipais petistas, por suas disposições e pelas ações até aqui realizadas geralmente se encontram em franca contradição com os governos estaduais e federal, portanto, além dos limites inerentes a um governo de âmbito municipal. Encontram toda sorte de obstáculos impostos por aqueles que resistem e resistirão sempre a mudanças que possam contribuir para o avanço da luta por transformações que resultem no estabelecimento da propugnada sociedade de justa e igualitária, a sociedade socialista.

3.1.7 A importância da participação

A abertura de canais para a organização popular, res respeitadas sempre a autonomia e independência das entidades, mo vimentos e conselhos, procura estimular a compreensão, por parte da população organizada, dos limites de um governo municipal tal como está organizado hoje, e dos boicotes sofridos, tanto por ini ciativa de outras esferas da administração pública como por a ções das elites que visam impedir que as prefeituras petistas implementem políticas sociais mais justas e mobilizadoras da maioria da população.

Estimular a compreensão desse contexto adverso não sig nifica para a administração petista difundir entre a população a idéia de que a sociedade sonhada pelas majorias faz parte de um futuro longínquo e impossível de ser realizado; já, mas, sobretu do, que são fundamentais a organização e a mobilização populares contra as ações políticas comprometidas com os interesses que levaram nosso país a uma das maiores crises de sua história, em pobrecendo-o econômica, ética, política e socialmente.

É justamente neste âmbito que as administrações petis tas precisam urgentemente fornecer esclarecimentos e construir alternativas viáveis.

Não pretendo reduzir aqui, a complexidade destas rela ções, mas é preciso explicitar claramente as dificuldades dos governos petistas em executar o seu programa, tornar claro seus limites institucionais e buscar superá-los.

Para esse fim é preciso distinguir vários planos. Há transformações que dependem da capacidade das administrações de submeter a máquina administrativa às decisões políticas e não o contrário. Está provado que existem limitações, que escapam ao seu raio de ação enquanto poder executor, pois dependem do poder legislativo, do confronto de grupos econômicos poder

sos ou com executivos estaduais e federal.

Neste último plano, ultrapassar os marcos do Estado passou a ser para as gestões petistas algo absolutamente imprescindível. Para que seu projeto se materialize em uma ação real e eficaz precisará ser desenvolvido em três dimensões particulares mas interpenetráveis:

a - É patente a necessidade das administrações serem mais ofensivas na comunicação para as populações, de todos os passos e impasses da gestão municipal. O que está sendo feito por ação de outras esferas de poder é o mínimo que deve-se exigir divulgar para todo o povo.

Democratizar e socializar as informações têm um sentido pedagógico e mobilizador profundo pois permite à população, à partir de seu processo de organização, tomar nas mãos instrumentos e métodos de luta para se impor frente às forças conservadoras e reacionárias, construindo as condições para a ação de um governo popular, ou de outros, que igualmente estejam comprometidos com a transformação estrutural da sociedade brasileira.

b - A possibilidade de responder aos anseios imediatos e históricos dos trabalhadores enquanto Administração Municipal deve ser resultado, mas também capacidade de formação, no processo histórico do atual governo, de novos quadros dirigentes e militantes comprometidos com o projeto democrático e popular. Ao final do mandato a continuidade de mobilização social, do fortalecimento da organização popular, da elaboração de políticas governamentais alternativas, dentre outras, são tarefas que progressivamente aumentam seu grau de complexidade e que portanto exigirão dos movimentos sociais um nível de respaldo político e técnico muito maior do que o encontrado em seu início.

Manifestações populares, pressões para a liberação de verbas, presença massiva de setores organizados da população na Câmara Municipal, participação democrática na elaboração da execução de reformas legais, são exemplos muito positivos da necessidade e da correção das ações concretas junto à população

Outras condições e impasses se colocam e exigem da mesma forma, ações conjuntas. Serviços de transportes, projetos de reurbanização, políticas salariais do funcionalismo, dentre outros, são exemplos de problemas que podem ser enfrentados em conjunto com os movimentos sociais da cidade, no sentido destes interferirem, como principais interessados na sua solução.

Este quadro revela a importância e a urgência de se buscar compreender melhor o papel de uma Administração Municipal na construção da sociedade socialista propugnada pelo Partido dos Trabalhadores. No decorrer desse processo, não estão afastados os perigos de se preterir a discussão estratégica sobre o papel do Estado, em favor de polêmicas superficiais que podem prejudicar em muito a acumulação e a sistematização da experiência histórica de governos democrático-populares.

No âmbito educacional algumas questões se impõem fortemente no sentido da superação de várias contradições:

a - Como se realizar uma proposta socialista de educação em uma escola da sociedade capitalista?

b - Quais as tarefas que cabem a um partido como o PT na transformação da educação brasileira?

c - Em outros termos, o que fazer, nas Secretarias de Educação, para se construir a Educação Pública Popular?

Como se vê a aproximação, por parte da escola pública e de seus atores, de práticas pedagógicas inerentes a uma educação socialista, enfrenta inúmeros desafios.

Como adequar uma prática educativa eminentemente autônoma a uma instituição estatal sujeitando-se a programas, me

metodologias e uma organização pré-estabelecida por uma lei burguesa? Como construir um saber-instrumento de libertação, em uma estrutura fundada na fragmentação e compartimentalização dos conteúdos escolares? Como formar cidadãos com capacidade de pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige, em um espaço cedido e ainda pouco conquistado? Na Nicarágua - que já atravessou a experiência de uma revolução popular e de duas eleições democráticas - essas questões foram enfrentadas. Edgar Silva, ex-assessor do Ministério da Educação Nicaraguense, dizia a respeito das mudanças educacionais que "(...) isto não se pode impor por decreto pois estaríamos trabalhando impositivamente, em nada diferindo dos métodos tradicionais. Tudo o que implica mudanças a nível de currículos, de conteúdos, de textos, de metodologia, etc., tudo o que supõe uma mudança radical em nossa educação, em nosso sistema de ensino se produzirá através do conhecimento, da discussão, do diálogo e da aplicação de todos os que estamos envolvidos no ensino" (tradução minha) (SILVA ap. LAIMERINK 1987, p.81-2).

Este é um procedimento que ainda está longe de ser a dotado na grande maioria dos municípios de nosso país, em consequência a Escola Pública no Brasil continuará experimentando uma deteriorização progressiva. Vivendo eternizada em profundas crises que, frente às demagógicas e casuísticas medidas oficiais, permanecem insolúveis. No que se refere à sua função - o que transmite, a quem transmite, como transmite, o que representa no conjunto das instituições sociais, etc. - continua presente a necessidade de reflexões e ações que a transformem em um espaço que sirva às classes trabalhadoras no seu processo de emancipação.

3.1.8. Os desafios a enfrentar

Em 1988 o Congresso Constituinte brasileiro elaborou uma constituição que ao lado dos pequenos avanços, tem um conteúdo conservador. Os artigos referentes à Educação não garantem, por exemplo, da forma esperada pelo PT, a democratização das oportunidades educacionais para os trabalhadores brasileiros,

Existem, por outro lado, algumas questões que preocupam e mobilizam os militantes petistas. Sente-se falta no PT de uma política educacional mais global que subsidie suas ações enquanto educadores, sobretudo se se considerar suas inúmeras e diversas* experiências pedagógicas.

Acontecido em Goiânia, o I Encontro Municipal de Educação do Partido dos Trabalhadores é um indicador concreto desta necessidade, pois tinha como objetivos:

*"Discutir a questão do ensino no Brasil e em Goiânia, contribuindo com a consolidação de um amplo debate nacional sobre a Escola Pública;
Relacionar princípios e propostas que apontem na direção da elaboração de uma política educacional do Partido;
Propor medidas organizativas que garantam e reforcem a organização e a participação do segmento de educadores petistas no interior do Partido" (ENCONTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 1987)*

Iniciativas como estas têm se multiplicado pelo país, o que caracteriza uma resposta concreta ao descaso oficial para com o ensino nacional. Os educadores petistas ocupam-se não apenas com princípios gerais, mas buscam hoje caminhos viáveis para os inúmeros desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Parcelas cada vez maiores dos educadores brasileiros já se dedicaram à tarefa de tentar fazer

*Como foi mencionado no início deste trabalho, é possível encontrarmos educadores petistas atuando em diferentes frentes de atuação educacional pedagógica: Formação profissional, Formação política, Formação sindical, Assessorias, Educação popular e Educação escolar.

"(...) da ciência já não um instrumento de dominação de classe, mas uma força popular, fazer dos próprios homens da ciência já não proxenetas dos preconceitos de classe, parasitas do estado na mira de bons lugares e aliados do capital, mas livres agentes do espírito" (MARX & ENGELS 1978, 78-9).

Para que existe a escola como instituição promotora de instrução senão para contribuir com a emancipação da espécie humana? Aprender a ler, contar, escrever e compreender um pouco as relações dos homens entre si e destes com a natureza é um meio - e não um fim - para que as sociedades a serem construídas a partir do presente sejam mais justas, solidárias e menos iníquas.

Não é ilegítimo sustentar que o grande objetivo do conhecimento é, em última instância, criar as condições para dignificar a existência humana. À educação que objetiva a domesticação dos homens, precisamos contrapor a educação para a denúncia das verdadeiras causas da miséria e para o anúncio das possibilidades reais de sua erradicação.

4. EDUCAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE SOCIALISTA DEMOCRÁTICA

"A nova sociedade que lutamos para construir incorpora, como inspiração concreta, a rica tradição de lutas igualitárias da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem com isso negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, religiosa, cultural, comportamental etc. Lutará pela libertação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão. Combaterá qualquer exclusivismo e intolerância, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e auto-organização, mais que permitido, deverá ser incentivado em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal, etc.) que a própria sociedade democraticamente decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas 'socialistas', cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos 'interesses estratégicos' do Estado. Que busque conjugar - desafio dos desafios - o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade

produtiva - os conselhos de fábrica são referência obrigatória - quanto para o sistema no seu conjunto através de um planejamento estratégico sob controle social."

O Socialismo Petista

O PT tem a compreensão do "aprender o que é educação fazendo educação". O ato humano de educar não se dá só no trabalho pedagógico da e na escola, mas também no ato de lutar na rua por outro tipo de escola, por melhores condições de vida, por outra sociedade.

Portanto, para o PT educar não é um ato neutro, deve considerar "a favor de quem e do que e contra quem e contra o que" deve-se desenvolver tal atividade político-pedagógica.

As tarefas pedagógicas do PT têm sido historicamente manifestações concretas de um projeto que não estaciona na proclamação verbal ou escrita da opção pelas classes dominadas. Acontecem a partir e na intimidade dos movimentos populares e se espraiam pela sociedade em geral e na escola em particular.

Se considerarmos, em linhas gerais, algumas das diretrizes que o partido tem produzido no decorrer de sua história deve-se entender primeiramente que o PT tem três dimensões sobre as quais orienta os esforços de atuação de seus militantes educadores.

- "1a. - Atuar sobre a educação atual que que muitas vezes é usada contra o trabalhador;*
- 2a. - Atuar pela educação que é atualmente negada ao trabalhador;*
- 3a. - Atuar por uma educação que seja para o trabalhador, a começar por ser politicamente do trabalhador" (PARTIDO DOS TRABALHADORES)*

Um estudo das propostas presentes em diferentes pro

gramas e textos educacionais básicos de algumas prefeituras petistas* aponta para as seguintes diretrizes:

a - Democratização do acesso e permanência da população em idade escolar ao sistema de ensino, através de política de gratuidade do ensino associada a programas de alimentação, material escolar, vestuário, transporte e assistência médica e odontológica;

b - Estímulo à participação da comunidade na gestão da escola;

c - Implementação de programas especiais de erradicação do analfabetismo no município;

d - Capacitação da rede pública para ampliar a oferta da escolaridade;

e - Estabelecimento do atendimento escolar em período integral para a pré-escola e primeiro grau nas escolas municipais mais carentes da cidade;

f - Garantia da acessibilidade à educação das populações rurais, através da compatibilização dos períodos letivos com o calendário agrícola local e referenciando a escola enquanto centro de atividades comunitária locais.

Tais diretrizes podem ser sintetizadas em duas bases político-educacionais:

a) A prática educacional petista deve estar voltada prioritariamente para os interesses da classe trabalhadora propiciando condições para a transformação e desenvolvimento social dentro de uma perspectiva socialista.

*Diadema (s.d.), Fortaleza (1986), São Bernardo do Campo (1989), São João do Triunfo (1989), São Paulo (1989), Vila Velha (s.d.) dentre outras foram administrações que tiveram alguns dos documentos analisados

b) A política educacional do PT visa permitir o acesso à escola de todas as crianças em idade escolar e favorecer a permanência desta população na escola até o término de seus estudos, diminuindo as taxas de evasão e repetência. Trata-se, em fim, de universalizar o ensino básico.

4.1. ELEMENTOS DO IDEÁRIO PEDAGÓGICO DO PT

Para melhor analisar o corpo de paradigmas e proposições educacionais do PT para a Educação, dividi essa parte do trabalho em 4 eixos sob os quais estão orientados os pressupostos básicos de sua política educacional de acordo com as formulações dos seus principais pensadores: o partido como educador/educando, o saber como construção histórica e coletiva, o educador como agente de transformação e a escola como centro de criação.

4.1.1. O partido como educador/educando

Para os educadores petistas, o Partido dos Trabalhadores é dirigente e aprendiz das massas. Ao mesmo tempo em que busca se construir como referência principal dos trabalhadores na luta de classes, se alimenta, cresce, da e na relação permanente com as bases.

Ao falar das transformações sociais e do papel educativo do partido, FREIRE (1988, p.18) afirma que o PT

"Enquanto educador, se, de um lado, não pode aceitar que a educação seja a alavanca das transformações sociais, não pode, por outro desconhecer o seu papel indiscutível nestas transformações. Papel que se realiza, entre outros momentos, fundamentalmente, no esforço mobilizador e organizador da massas populares, como também na da capacitação de seus quadros de militantes, (...) para que o PT assuma seu papel de educador enquanto partido, coerentemen

te com as suas opções proclamadas, ele tem de assumir também o papel de educando das massas populares."

Carlos Rodrigues Brandão concorda com o PT educando do educador

"Há uma tarefa pedagógica em um partido político. Sem ser escolar, ele é educativo. É um instrumento de luta pelo poder e é também um instrumento de educação de seus militantes. Pode ser até um instrumento de educação mais amplo, na medida em que, em sua luta, forma quadros, conscientiza, capacita pessoas e grupos para uma ação política e, principalmente, age politicamente como um instrumento crítico de sistemas educacionais vigentes e pensa politicamente outros sistemas educacionais" (BRANDÃO 1988, p.19).

Paolo NOCELLA (1988, p.232) diz sobre isso:

"[...] nenhum esforço pedagógico isolado e desligado de um coletivo político organizado transformará as crianças ou os alunos para além dos limites traçados pela objetiva política do Estado no qual o mestre, consciente ou não, está incorporado. A correta afirmação de que o sistema é contraditório não implica numa afirmação automática de que o trabalho educativo de resistências, de oposição ou de sabotagem possa ser realizado pelo esforço de um Robson Crusoe esclarecido, pois na história a oposição e a resistência educativas se fazem coletivamente organizadas, isto é, partidariamente."

Ainda sobre a tarefa de transformar globalmente a sociedade, diz Antonio ROBERTO (1988, p.183):

"Essa é uma tarefa que só pode ser feita com a ajuda de uma pedagogia comprometida com a massa trabalhadora, que veja nesse ato uma tarefa político-educativa que ocorre no interior dos movimentos sociais; dos quais não pode se afastar, porque com eles tem que aprender. Só uma pedagogia autoritária, auto-suficiente, elaborada nas oficinas das academias, elitistas, pode negar a íntima relação da educação escolar com a mobilização social e a organização dos trabalhadores."

Esta é uma idéia que não é inerente somente à educa

dores, o Programa de Governo, para a educação, para o Rio de Janeiro, em 1982, reproduz essa tese:

"A tarefa do PT como educador e aluno das classes populares se dá no interior das suas lutas, com as quais deve aprender sempre, desenvolvendo um projeto educacional que eduque os trabalhadores como sujeitos da história, militantes das lutas em defesa de seus interesses, bem como os prepare profissional e intelectualmente para as exigências da vida moderna:" (VAMOS refazer o Rio...1988, p.47)

De outra forma, as diretrizes políticas para a educação, para São Paulo, 1986, reforçam esta relação:

"Uma vez que o PT assume a educação como um processo político que, aliado às diferentes formas de organização, que o trabalhador identifica em sua luta na transformação da sociedade, não tem sentido uma dicotomia entre educação formal e informal, já que só existe uma educação: a que deve levar ao desenvolvimento do senso crítico, à percepção das causas que geram as condições reais de vida do trabalhador e ao exercício do poder pela população, para que ela possa ser agente de transformação da sociedade de classes" (DIRETRIZES políticas para a educação... 1988, p.110)

4.1.2. O saber como construção histórica e coletiva

O imaginário pedagógico do Partido dos Trabalhadores repudia a tese do saber como produção de indivíduos, de sábios. Ao mesmo tempo critica a concepção do saber como algo acabado-pronto para ser transmitido em "templos" especialmente preparados para esse ritual - ao qual se incorporam uma ou outra novidade científica. Quem compartilha dessa visão esquece que vivemos em uma sociedade cujas possibilidades não são as mesmas para todos.

"Quem controla o poder político de uma sociedade, controla a sua educação formal ('oficial', 'institucional'). Controla o poder sobre o povo também através da Educação. Enquanto o sistema político do

país estiver sustentado por princípios de desigualdade, oposição e arbitrariedade, a sua educação terá duas funções principais: a) difundir e inculcar, como conhecimento, os valores que justificam o estado atual de coisas, ocultando tudo o que há de opressor e transitório nele (trabalho pedagógico de ocultamento da realidade); b) separar tipos de trabalhadores e tipos de dirigentes intelectuais através da distribuição desigual do saber e, conseqüentemente, do poder que nele existe. Por isso ela existe politicamente contra o trabalhador e pedagogicamente é negado ao trabalhador nos seus níveis mais elevados, para mantê-lo eficiente como mão de obra e subserviente como cidadão, como militante político de sua classe." (BRANDÃO 1988, p.21)

O saber para os petistas se constitui em um construto permanente criado e recriado no âmbito da história da humanidade, na história da luta de classes e cujos partícipes são todos os homens e todas as mulheres. Ele (o saber) é para o PT, portanto, um Construto Histórico Coletivo.

Temos um exemplo prático na definição da política científica e tecnológica do Estado para o Rio de Janeiro em 1982:

"Não comporemos um 'Conselhão' com 15 [quinze] estrelas e mais 3 [três] cientistas nomeados pelo governador para decidir a política científica. Reuniremos os organismos e as entidades representativas da comunidade científica para trabalhar a partir dela. Reuniremos a comunidade em geral através de seus legítimos canais de representação, como associações de moradores, sindicatos, associações ou sociedades civis para equacionar as necessidades básicas e romper o isolamento da comunidade científica e seus trabalhos do restante do povo." (VAMOS refazer o Rio... 1988, p.55)

Uma contradição fundamental detectada pelo PT reside no fato de os trabalhadores produzirem conhecimento (de uma forma assistemática, bem entendido) mas não terem acesso à sua forma sistematizada. Trata-se literalmente de um processo alienatório, de uma desapropriação vergonhosa que as classes domi

nantes impõem à maioria do povo.

É Moacir GADOTTI (1988, p.30) quem afirma:

"O PT não separa educação de política, o educador do ser educado. Ao contrário, os partidos das classes dominantes separam o ato de educar do ato de ser educado mantendo as massas ignorantes para continuar a educá-las, isto é, domesticá-las. Trinta e dois milhões de brasileiros, designados como analfabetos, são considerados incapazes pelo governo, que lhes nega o direito de votar e de serem votados, restringindo, assim, o exercício da cidadania. Os regimes autoritários temem a inteligência, a cultura, a força da massa consciente e organizada: fazem da ignorância um de seus grandes aliados."

Vejamos essa tese em uma plataforma política de governo para a Educação:

"A educação e a escola não devem ser voltadas à reprodução da disparidade social como atualmente, em que o ensino elitista favorece as camadas mais favorecidas, mas deve servir por igual, à totalidade da população trabalhadora, instrumentando-a em sua vida profissional e em sua experiência cotidiana pela difusão de um saber que não deve ser posto a serviço ideológico e material das classes dominantes. Cabe ao poder público garantir esta igualdade real de condições em todos os níveis a sociedade." (ARELARO et alii 1988, p.41-2)

As "Diretrizes Básicas para uma Ação Educativa da Prefeitura Municipal de Diadema (s.d. p.65), afirmam:

"(...) a educação deve ser um dos instrumentos que possibilitem à população o pleno exercício de seus direitos de cidadãos. Está implícita na afirmação que, atualmente, os cidadãos não estão exercendo os seus direitos. Na história brasileira as elites sempre tomaram as decisões sem qualquer participação popular; isto é verdade tanto nos períodos da ditadura como nas épocas de populismo, e sempre que a população é chamada a participar, as elites tratam de desviar os movimentos e impedir a participação. Portanto, é comum que o governo decida arbitrariamente aumentar as taxas de serviços, os preços da gasolina, gás, alimentos; determinar índices "convenientes" de inflação, arrochar salários, aumentar impostos sem que a

população seja ao menos consultada. Por outro lado, as elites, fardadas ou não, promovem escândalos financeiros, incentivos fiscais absurdos, a tal ponto que hoje somente os trabalhadores e a classe média pagam impostos, enquanto os ricos têm todas as possibilidades para deduzir e até sonegar impostos. Esta questão de governo das elites se aplica tanto a nível federal e estadual quanto municipal. Ora, se a educação pressupõe o desenvolvimento e a transformação social, ela deve se iniciar pelo resgate desta cidadania como direito natural, que transforme a relação cidadão-governo." (Fortaleza, Prefeitura Municipal 1988, p.65)

4.1.3. O educador como agente de transformação

Coerente com suas concepções acerca do conhecimento, o Partido dos Trabalhadores vê o educador como um indivíduo a quem é atribuído uma tarefa histórica. Ele é agente de mudanças e de luta

"[...] por uma educação do povo a partir do próprio povo, fundamentado em ações onde o pedagógico tem como substrato a ação política e coloca a educação não só como um ato de ler, escrever e contar, mas como um processo de participação, organização, democratização e núcleo gerador de meios que propiciem a melhoria do nível de vida da comunidade envolvida" (EDUCAÇÃO Municipal: diretrizes ... p.142-3)

As diferenças entre a grande maioria do povo brasileiro e a minoria dirigente privilegiada não se limitam àquelas situadas no plano material.

As classes sociais têm formas próprias de ver o mundo. Uma greve por exemplo: para a minoria dirigente é encarada como baderna, confusão ou caso de polícia, quando para a maioria subalterna, é forma de luta, processo organizacional e educativo.

A manutenção do domínio da burguesia sobre os traba

lhadores é consequência de uma iniciativa dissimulada de amortizar os conflitos e "esconder" os mecanismos de exploração econômica e de opressão política. A percepção desses mecanismos, portanto, não é fácil. O homem comum continua a ver no seu algoz o "Salvador da Pátria".

Por isso, para o PT, a dinâmica do conflito entre as práticas transformadoras levadas a cabo no seio da nossa sociedade, exige do educador mais do que a simples compreensão de seu "affair", das técnicas referentes ao seu fazer específico (sejam ele um professor de teatro, um professor de matemática ou um educador popular). A intervenção desse agente, que denuncia a realidade de desigualdades e anuncia a utopia da transformação não pode se dar prescindindo de alguns critérios orientadores, de um Plano "desvelador" e "revelador".

Uma boa referência para sua ação são os cinco "pecados" da "liderança revolucionária" assim analisadas FREIRE (1979 p.68):

- a) Denunciar a realidade sem conhecê-la;
- b) Anunciar a nova realidade sem ter um pré-projeto que, emergindo na denuncia, somente se viabiliza na práxis;
- c) Conhecer a realidade distante dos fatos concretos, fatos de seu conhecimento;
- d) Denunciar e anunciar sozinha;
- e) Não confiar nas massas populares, renunciando o educando, com sua família e a população do bairro e da cidade, se realize um processo de aprendizado mútuo onde o educador e população aprofundem o conhecimento e consciência da sua própria realidade e, em consequência, ganhem melhores condições de aperfeiçoamento e objetividade (no ensino) e formas concretas de melhoria e transformações na nossa condição de vida (nos bairros, na cidade).

Educador, para o PT, não é só professor:

"[...] consideramos como educadores todos os funcionários que desenvolvem uma ação concreta onde se percebe a passagem de informações ou trabalho educativo: professores, agentes culturais, técnicos e professores de esporte e educação física,

merendeiras e funcionários administrativos, etc." (Diadema, Prefeitura Municipal 1988, p.69)

NOSELLA (1988 p. 231) desenvolve esta reflexão sobre a descoberta do educador como trabalhador:

"Pois bem, se vários educadores acharam cômodo estacionar na vaga afirmação de uma abstrato pan-politicismo da educação, negando-se a se qualificarem politicamente, grande parte deles, entretanto, não o fez. Por isso, avançando historicamente, deflagrou-se o debate partidário, sindical, associacionista entre os educadores. Nesse debate, o educador cresce no autoconhecimento de si mesmo, à medida que vai decifrando a arqueologia político-partidária de seu 'que-fazer'. Aos poucos, assim, ele se descobre organicamente articulado e participante de grupos políticos locais, que, por sua vez, se articulam e participam de grupos políticos nacionais e internacionais. São assim vai emergindo o concreto projeto de Estado que ele defende, e o processo de hegemonia se torna mais objetivo e concreto. Ad imperativo 'conhece a ti mesmo', o educador responde, com coragem, evidência suas ligações com essas ou aquelas bandeiras de luta específicas."

Moacir Gadotti defende, uma missão para os educadores:

res:

"Como trabalhadores, os educadores têm em primeiro lugar o objetivo de se empenhar na luta principal de todo o povo brasileiro, que é a ruptura com o regime político vigente; mas tem também uma luta específica, que se refere à importância que será atribuída à educação e à cultura nesta 9a. Constituição brasileira." (GADOTTI 1988, p.127)

A administração petista em Vila Velha, também reproduz a concepção acima:

"Uma das questões básicas da educação brasileira, hoje, é a formação do educador. Deseja-se um educador preocupado com o ensino da ciência e comprometido com o despertar da consciência; uma consciência crítica que possibilite aos alunos tornarem-se agentes de transformações sociais profundas" (VILA VELHA. Prefeitura Municipal 1980, p.155)

Para o programa estadual de Governo do Rio de Janeiro

em 1982, o educador deve ser estimulado à organização política: "Estímulo ao aperfeiçoamento dos professores, garantindo-lhes redução de carga horária em sala de aula, sem prejuízo da remuneração, com vistas à realização de cursos de extensão, pós-graduação e reciclagem" (VAMOS refazer o Rio ... 1988, p.52).

Para a Prefeitura Municipal de Diadema (1988, p.68)

"(...) o educador deve estar alerta para que, no ensino e no contato com bandeiras de luta específicas. Obviamente, trata-se de um momento de crescimento muito delicado, porque o educador ~~perde~~ ^{entra} em uma espécie de inocência corporativa; é quando, de alguma forma, se adquire a amarga experiência de rasgar a unidade da 'grande família' dos educadores. É uma experiência que nos lembra o fim da 'unidade' do antigo e gostoso bando de amigos da infância ou de ~~es~~ ^{colégio} onde todos fazíamos parte de um só grupo. De repente, com a idade adulta, cada um descobre que, de fato, existem interesses diferenciados. Todavia, outras e mais profundas solidariedades vão se tecendo com a maioria."

4.1.4. A escola como espaço de criação

Nelson Frateschi, afirma que:

"Uma escola que interesse à Classe trabalhadora é aquela que instrumentaliza o trabalhador a intervir no mundo do trabalho e na sociedade de forma a defender seus interesses de classe. A divisão do trabalho em manual e intelectual é inerente ao capitalismo e sua superação que é a superação mesma do capitalismo, só é possível no socialismo. No entanto, a escola dentro do capitalismo, embora subordinada a este a aos interesses da classe dominante, pode ter seu papel de reproduzidor do sistema cerceado pelas reivindicações dos trabalhadores e pela sua organização; e em certa medida até favorecê-la." (FRATESCHI 1988, p.175)

Para o PT, há que se construir a escola como lugar de convivência que possibilite o companheirismo, a busca conjunta de respostas, a comunhão na luta reivindicatória, o aprendizado coletivo do fracasso e do sucesso, a convicção de que se é agen

te de uma tarefa fundamental, a mística do pacto acordado entre os que dividem a caminhada de sua emancipação.

Não é esta escola (a existente), a formadora dos quadros dirigentes tanto da burguesia como do proletariado. A formação real, global do agente conservador ou transformador se dá principalmente fora dela, justamente porque são os conflitos entre as classes antagônicas, manifestos no plano da luta de massas, o verdadeiro palco de desvelamento das contradições sociais. Neste sentido, na procura do seu verdadeiro papel e na definição de sua nova função social,

"[...] antes mesmo de buscar a função e a especificidade da educação, talvez devêssemos procurar legitimar a ação da escola, entender os mecanismos que fazem dela um instrumento de disciplinação do trabalhador, entender por que, quanto mais o trabalhador precisa saber e gosta de conhecer, tanto menos as nossas escolas atraem esses trabalhadores!" (GADOTTI 1980, p.123)

Essa nova função social que a escola precisa assumir com urgência não pode estacionar na sua relação (que já é deficiente) com a criança-na-escola mas deve se deixar envolver pelas lutas sociais, num esforço de minimizar as dificuldades das classes trabalhadoras em adquirir instrução e formação. Não será a escola a redentora de todos os males do capitalismo - tal tarefa só é realizável pelas próprias classes dominadas em um processo revolucionário - no entanto, para ser popular, a escola desde já precisa ampliar sua função social.

A construção de uma escola verdadeiramente democrática não pode prescindir da construção de uma democracia socialista. No entanto, é possível uma prática pedagógica cotidiana que contribua efetivamente com a conquista de espaços de independência, que sejam os vírus de uma sociedade socialista, que nunca será obra de um só homem, mas de todos os trabalhadores unidos em torno do ideal de sua emancipação. Para o PT, isso também começa na escola pública.

Durante o Seminário de alternativas políticas para o município de São Paulo e buscando responder a pergunta: "Qual é então a escola que queremos?", Diretórios, Núcleos, Centros Comunitários, Comunidades Eclesiais de Base, Grupos de militantes, simpatizantes e trabalhadores na educação responderam:

"O que caracteriza a proposta do PT para a área da educação é o objetivo de desenvolver a cidadania.

Por cidadania estamos entendendo a capacitação de toda pessoa a compreender e participar em todos os níveis do processo histórico que vivemos hoje.

Acreditamos que não desenvolveremos a cidadania através da educação se nos colocarmos só como técnicos que impõem para os alunos conteúdos, normas, valores estabelecidos institucionalmente (apesar de não estarmos contestando o uso, também, desse recurso, é importante não nos submetermos a um processo de cristalização do conhecimento ao nível institucional).

Acreditamos num ensino ao mesmo tempo prático e teórico que formará um indivíduo hábil para o exercício profissional, como conhecedor do modo pelo qual se organiza a produção.

Entendemos que só haverá mudança na qualidade de ensino quando houver uma descentralização do poder, e, assim, pais, alunos, professores, entidades sindicais e associações de bairro participarem da constituição de programas, currículos e procedimentos didáticos a fim de produzir e socializar o conhecimento." (RELATÓRIOS dos Trabalhos 1988, p.102-3)

A partir desse referencial político-pedagógico o referido Seminário propôs:

"- escola profissionalizante no sentido de preparar o futuro trabalhador para suas atividades concretas, geridas pela comunidade e sem perder os objetivos da cidadania. Neste ponto também não houve consenso, havendo um grupo que era radicalmente contra o ensino profissionalizante, por entendê-lo a favor dos interesses capitalistas.

- menor número de alunos por classe; maior tempo de aula e permanência da criança na escola.

- escola aberta como um espaço cultural sob o controle da comunidade local para cinema, teatro, bibliotecas e documentação da memória das pessoas do bairro.

- os petistas devem organizar essa intervenção para que se efetue a participação de associações de bairros, associações, comunidades eclesiais, etc., nos conselhos de escolas, para a deliberação de todas as questões.

- para que todos os órgãos da administração sejam órgãos de apoio técnico, pedagógico e administrativo da escola e não estruturas burocráticas e impositivas.

- a escola deve ter (e conquistar) autonomia na gerência e elaboração do plano educacional.

- o autoritarismo dos elementos da escola - diretor, professores e funcionários - deve ser combatido pela comunidade a partir da sua organização. A nível interno o autoritarismo da direção da escola pode ser enfrentado com a organização e enfrentamento por parte dos professores, que são em muito maior número.

- a população tem medo de chegar na escola que reproduz o poder em cada local, reproduz o autoritarismo,

- o PT deve incentivar a população a 'arrombar as estruturas' da escola, a participar, a opinar e decidir. Assim, a escola deve ser um espaço onde a comunidade deve intervir na educação formal e criar outras formas de educação. O PT deve incentivar associações de bairros de todos os tipos para que discutam e organizem sua intervenção no ensino, criando uma vinculação do ensino com elas (comissões, conselhos populares, etc.)" (RELATÓRIOS dos trabalhos 1988, p.103-107)

5. CONCLUSÃO

"Eram os outros românticos, no escuro
 Cultuavam outra idade média situada no
 futuro
 Não no passado
 Sendo incapazes de acompanhar
 A baba Babel da economia
 Recitadas na televisão
 Tais irredutíveis ateus
 Simularam uma religião
 E o espírito era o sexo de Pixote então
 Na voz de algum cantor de rock alemão
 Com o ódio aos que mataram Pixote a mão
 Nutriam a rebeldia e a revolução
 E os trinta milhões de meninos abandonados do Brasil
 Com seus peitos crescendo, seus paus
 crescendo
 E seus primeiros Mênstruos
 Compunham as visões dos seus vitrais
 E seus apocalipses mais totais
 E suas utopias radicais
 Anjos sobre Berlim
 'O mundo desde o fim'
 E no entanto era um SIM
 E foi e era e é e será assim..."

Caetano Veloso

5.1. BRASIL: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA POPULAR

Urgem soluções para a crise do sistema escolar brasileiro, sobretudo a necessidade de repensar com profundidade a função social da escola; pois uma sociedade independente se faz com homens independentes, autônomos, que pensem com sua própria cabeça. E a escola hoje não representa o melhor lugar para a formação de tais homens.

No que se refere à escola pública que temos, o quadro é desolador. A escola não conquistou ainda o direito (e o dever) de ser plenamente uma instituição educativa.

Temos uma escola pública que reforça permanentemente a tese de que não cabe a um engenheiro colher o arroz ou a um operário fazer poesia. Tal divisão social do trabalho que é re

produzida na escola que temos, introjeta, estimula e fortalece nos alunos, oriundos das classes subalternas - uma concepção autodegradante no que se refere à sua cultura, à sua forma própria de ver o mundo, de pensá-lo e de nele intervir. Isto, sem dizer que se trata da educação de um país citado como mau exemplo no combate à pobreza. Segundo o relatório anual do Banco Mundial sobre desenvolvimento em 1990,

"[...] o Brasil é colocado ao lado do Paquistão e da Venezuela como países em que houve extraordinário crescimento econômico ao longo dos últimos 30 anos sem que esse progresso revertesse em favor dos pobres. Em contraste, o relatório lista a Indonésia, a Malásia e a Costa Rica como exemplos de nações em que, mesmo sem tanto crescimento do PNB, os índices de pobreza baixaram de forma significativa. O relatório reserva quase meia página só para condenar as políticas agrícolas brasileiras. Segundo ele, o Brasil promoveu a agricultura e obteve rápido crescimento no setor. Mas seu desempenho quanto à pobreza é desapontador. Uma razão é a tendência, no setor agrícola, de se favorecer os grandes produtores, em especial com créditos subsidiados e políticas fiscais, em prejuízo do trabalhador. Essa tendência se completa com uma muito desigual distribuição da propriedade agrícola." (Folha de São Paulo: 16.07.90)

A construção de uma escola verdadeiramente democrática não pode prescindir da construção de uma democracia socialista econômica e política. No entanto é possível uma prática pedagógica cotidiana que contribua efetivamente com a conquista de espaços de independência que sejam os vírus de uma sociedade socialista. Que nunca será obra de um só homem, mas de todos os trabalhadores unidos em torno de sua emancipação. E isso também começa na escola pública.

5.2. A NECESSIDADE DO "EDUCADOR MILITANTE"

A história tem mostrado que o caminho para a ruptura com relações de exploração e dominação é o de uma revolu

ção social e este é um processo integralmente pedagógico, cujos instrumentos necessários para sua efetivação se distribuem em âmbitos como os escolares e os profissionais. Não é por acaso que a dicotomização desses âmbitos tem servido durante séculos à burguesia. Com efeito, a união dialética da luta do trabalho com o trabalho da luta na vida escolar, servirá aos educadores comprometidos com as classes trabalhadoras como iniciativa de resgatar o saber que, produzido socialmente, é apropriado privadamente pelas elites.

Como funcionário de um organismo da sociedade civil (a escola) ou como cidadão participante e inserido na luta pela socialização da cultura e sob hegemonia das classes que têm interesse na manutenção do "status quo", o educador petista como qualquer outro educador tem à sua frente tarefas que são inseparáveis e complementares como: a difusão do conhecimento necessário à transformação estrutural da organização escolar - integrado do mesmo modo às perspectivas de mudanças sociais.

Essas tarefas não são cumpridas no interior de uma sala de aula somente, mas, se assumidas como projeto de vida, irão se "derramar" da sua práxis social em todos os lugares onde vá ou esteja, pois mais importante que o acesso ao conhecimento, é importante o acesso à compreensão de que o conhecimento é necessário para transformar a si e ao mundo.

Desta forma

"[...] o educador não poderá exercer suas atividades isento de explícitas opções teóricas: uma opção filosófico-política pela libertação ou pela opressão; uma opção por uma teoria do conhecimento norteadora da prática educacional, pela repetição ou pela criação de modos de compreender o mundo; uma opção coerente com as anteriores, pelos fundamentos específicos de sua prática; e, finalmente, uma opção explícita na escolha dos meios de processar a práxis educativa, que não poderá estar em desacordo com opções anteriores" (LUCKESI 1985, 23-30).

Bogdan Suchodolski diz que

"(...) a educação, apenas quando unida à atividade revolucionária dos homens, consegue satisfazer as esperanças nela depositadas, não podendo evidentemente ser determinadas como nem em que medida se não realizadas" (SUCHODOLSKI: 76,17).

Essa idéia impõe de forma cristalina a necessidade de compreendermos a escola como um espaço de disputa e construção do poder. Poder a ser tomado (no âmbito do estado) mas também, a ser construído (no âmbito da sociedade).

Não é fácil para os militantes petistas caírem no equívoco de considerar o poder uma coisa ruim - e isso talvez aconteça por se ter desenvolvido no interior do Partido uma concepção de poder que não condiz com sua utilização real pela burguesia ou por outros segmentos sociais autoritários. O poder como capacidade ou possibilidade de agir, de produzir determinados efeitos sobre uma pessoa ou grupo, não é um objeto ou coisa que possui, que se toma ou que se dá, não é um lugar a que se chega e nem é unilateral, dizendo respeito a somente uma pessoa ou segmento social. O poder não é ruim nem é bom, pois se constitui numa relação - alguém tem poder sobre alguém ou um grupo tem poder sobre outro e está diretamente ligado aos interesses em jogo nessa relação que ocorre em uma determinada esfera - na esfera da educação, por exemplo.

Convém advertir que, evidentemente, não existem receitas para o exercício do poder. Como educadores e educandos, os petistas estão aprendendo com suas aulas e lutas. "Não posso dizer 'Este é o papel do educador'. Ele é histórico-social. Em outros termos, não está inserido na natureza do ser educado. Não há uma categoria abstrata cuja essência eu encontrasse e dissesse: esse é o papel do educador, que valeria para Pedro, João, Maria, no Japão, nos Estados Unidos e aqui. Numa sociedade de classes o papel do educador tem características específicas. Há

o que está a serviço das classes dominadas. É possível porém que haja uma espécie de ponto em que os dois se cruzam em certos aspectos, mas que não se identificam." (FREIRE ap. GADOTTI et alii 1986, p.64)

E o domínio dos conteúdos? Sem eles, sem a tentativa de apurar-se as sensibilidades no sentido de estar "presente" em momentos cruciais de cada aula e sem conhecer pelo menos um pouco da história de cada aluno, é inegável que o processo educativo fica bastante prejudicado.

Se considerarmos que todo educador pode (e deve) contribuir ativamente não só no processo de instrução e na dinâmica de cada educando, mas também na construção de uma nova cultura - inovadora dos valores, crenças, comportamentos e hábitos herdados da burguesia, aceitamos então que a educação é uma construção coletiva, do poder, onde cada pessoa contribui com sua parte. Se considerarmos o conjunto das experiências que vão se acumulando no cotidiano de um processo educativo parece óbvio que o trabalho vai se configurando numa dimensão bem maior do que a simples instrução - superada que é a educação social que cada pessoa envolvida está sujeita. Educação que é construção de uma nova hegemonia.

Essa "[...] educação revolucionária não pode ser feita pelo poder que silencia, mas somente dentro dos movimentos sociais populares, dentro dos sindicatos, dentro dos partidos populares não-populistas. E através de educadores que façam a sua conversão, o seu suicídio de classe, os pedagogos trâns fugas" (FREIRE ap. GADOTTI 1986, p.123)

Uma concepção educacional que leve em conta estas preocupações, como a concepção petista por exemplo, mais cedo ou mais tarde apresentará saudáveis crises, que têm potencial para serem trabalhadas com serenidade e profundidade, e pode

rão evoluir para um compromisso maior com a transformação da própria prática pedagógica, da escola e da sociedade.

5.3. A ORGANIZAÇÃO PETISTA PARA A EDUCAÇÃO

Desde o seu primeiro documento educacional até as propostas para a educação nacional, passando pelo seu Encontro Nacional de Educação, muitos obstáculos foram superados na construção de uma elaboração coletiva educacional. No entanto, ainda estão presentes limites importantes para seu crescimento. As primeiras limitações encontradas pelos educadores petistas de correm basicamente da falta de estrutura e sustentação material para o desenvolvimento de suas atribuições e tarefas, pelas dificuldades circunstanciais da conjuntura e pelas grandes exigências impostas pelas campanhas eleitorais a todos os petistas.

Diante da grandiosidade de suas tarefas e dos obstáculos que ainda têm que superar, todos os esforços e iniciativas no sentido de consolidar uma prática educacional libertadora se fazem necessárias. Hoje, ainda fazem-se presentes as palavras do professor Florestan Fernandes:

"O Brasil não está condenado a reproduzir-se como um país de mandões e de humilhados, de notáveis e de rústicos. A eclosão do ensino, que sempre foi retardada, hoje coloca-se como uma revolução social e cultural ininterrompível." (FERNANDES 1988, p.161)

Poucos momentos da história brasileira foram tão importantes como o que agora vivemos. Após as eleições presidenciais de 1989 e a posse do novo governo federal, nosso país continua a viver uma crise econômica sem precedentes, que tem seu desaguadouro no aprofundamento da miséria da maioria do povo.

No que se refere à educação, abre-se um período particularmente importante. Nele, pelo menos três acontecimentos

terão grande importância para os rumos da educação no Brasil. 1990 é o Ano Internacional da Alfabetização, momento importante para definição, pelas várias esferas do Poder Público, das iniciativas a serem tomadas para perseguir a meta constitucional de erradicar o analfabetismo em 10 anos, além da polarização que certamente se instalará no país, sobre projetos e perspectivas políticas nessas áreas. Nesse período também, no plano do poder legislativo, mais um enfrentamento entre os defensores do ensino público e gratuito e os defensores das empresas de ensino e da política privatista para a educação nacional, durante o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Ademais, será um momento decisivo para o conhecimento e a análise das medidas oficiais do governo Collor em relação ao ensino público nacional através do "Governo Paralelo" de Lula.

5.4. O PT E A ALFABETIZAÇÃO

1990 é o primeiro ano da década da "década da alfabetização" como definiu a UNESCO. No mundo inteiro, esforços isolados ou conjugados de governo e sociedades civis são dirigidos no sentido da eliminação do analfabetismo da face do planeta. Sabemos que, embora assim designada pela ONU, a eliminação do analfabetismo não é uma prioridade para todas as classes, pois se constitui em condição de marginalidade e fator de dominação em favor do capital. No entanto, criada uma possibilidade de se captar recursos (humanos e materiais) para seu combate resta a responsabilidade de capitanear as iniciativas consequentes da educação de jovens e adultos trabalhadores e lutar para que seus resultados sejam maximizados, resgatando, para cerca de 30 milhões de brasileiros analfabetos essa condição fundamental de exercício da cidadania que é a alfabetização.

5.5. O PT E A LDB

Quanto à LDB, sua importância tem origem na própria constituição.

O novo texto constitucional da República, promulgado em 1988, apresenta alguns avanços em matéria de educação, no entanto, omite-se em diversos aspectos abrindo espaços para a consolidação de propostas que se orientam pela continuação da política educacional vigente. Ainda persistem as possibilidades de repasse de verbas públicas para instituições particulares; apesar da garantia de padrão de qualidade não se sabe quais seus elementos constitutivos, ou se estes servirão somente para a avaliação das escolas públicas; a gestão democrática e a valorização do trabalho docente; entre outras são questões importantes que ocupam a modesta classificação de "incisos".

Para o PT, tais preocupações não são improcedentes, sobretudo diante da história de demagogias, casuísmo e empobrecimento de que vem sendo vítima o ensino público no Brasil desde o seu surgimento. Por isso, como um partido tradicionalmente identificado com as lutas em defesa da escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade, tem novamente um grande desafio a enfrentar: a luta no Congresso Nacional - e fora dele - para elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases que assegure os principais anseios dos trabalhadores para a Educação Nacional.

A LDB, como é mais conhecida, complementa o texto constitucional em vários aspectos: a valorização dos profissionais da educação; a gestão democrática do ensino; seu padrão de qualidade; as formas de garantir ensino fundamental, extensão do ensino médio, atendimento educacional aos portadores de deficiência, atendimento em creches e pré-escolas, acesso aos níveis mais elevados de ensino, oferta de ensino noturno, etc.;

as condições de funcionamento do ensino privado; os conteúdos mínimos curriculares; o regime de colaboração entre Municípios, Estados e União; a distribuição dos recursos públicos; a definição de escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, assim como o Plano Nacional de Educação e suas prioridades. Estas são algumas questões que vêm sendo discutidas, aprofundadas e detalhadas neste processo de elaboração da LDB que se dá a partir do substitutivo do Deputado Jorge Hage e que hoje se desdobra sobre o texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal, o que caracteriza uma nova luta entre os diferentes interesses e políticas educacionais que se confrontaram durante a confecção da Carta Magna vigente.

5.6. A EDUCAÇÃO NO "GOVERNO PARALELO"

Lançado em setembro de 1990, o primeiro documento do Governo Paralelo de Lula, denominado "EDUCAÇÃO URGENTE: proposta nacional de educação do Governo Paralelo" diagnostica um "quadro geral de crise da educação brasileira".

O texto ainda inacabado e cujo caráter é "mobilizador" de uma discussão sobre a educação nacional propaga basicamente as palavras de ordem: "Nenhuma criança brasileira fora de escola de qualidade", "Uma população alfabetizada", "Uma universidade de qualidade e comprometida", "O Brasil inteiro como uma escola", "Um ensino técnico dinâmico e comprometido".

Não se encontra nele um programa educacional, mas um documento político cuja preocupação central é a educação. A proposta não acrescenta nada de novo ao que já foi produzido organicamente no partido, mas, tem a virtude de ser elaborada em um Fórum Alternativo da Sociedade Civil, de caráter pluralista e democrático.

Como o próprio texto afirma, em seu último parágrafo,

ele busca divulgar, "uma vontade política, uma consciência da importância do assunto". (BUARQUE & SILVA 1990, p.15)

5.7. EM BUSCA DE NOVAS FORMAS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS

Fica bastante visível nos documentos ou declarações dos educadores petistas, a despreensão — pelo menos por enquanto — de elaborar definitivamente um projeto educacional ou pedagógico do Partido. Ainda estão em discussão no interior do PT, diferentes versões ou interpretações da questão educacional no Brasil. Entretanto, vive-se um processo importante de aprofundamento das propostas, das críticas e auto-críticas pedagógicas petistas.

O Partido demonstra, com isso, estar sendo chamado a fazer algo mais do que levantar princípios ou posicionamentos gerais, pois as idéias vão se tornando realizações a partir das próprias características históricas da sua formação. O processo de sua criação, como vimos no início deste trabalho, favorece a consolidação de um projeto que inova radicalmente e que tem uma marca bastante peculiar na história do nosso país.

"Os fatos e as circunstâncias que deram origem ao PT foram marcados por uma postura nítida de disposição de luta pela transformação da sociedade. Vieram constituir o PT aquelas pessoas e setores que, em experiências anteriores, com maior ou menor grau de organicidade, dedicavam sua militância à luta pela emancipação dos trabalhadores: militantes do movimento sindical, dos movimentos estudantis, da luta em defesa dos direitos humanos, da anistia, de partidos e grupos que, sob a repressão, organizaram a resistência ao regime militar e buscaram construir saídas para a situação de opressão em que vivia o país. Os componentes da combatividade, da generosidade, da busca da construção do alternativo, do cultivo dos valores éticos que afirmam o exercício político prioritariamente como serviço ao povo o

primido, a valorização de elementos como o respeito pela pessoa e pelos valores democráticos, marcaram profundamente nossa militância." (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1990)

Este caminhar, lento e gradual, do Partido no rumo da sua maior definição, visando o detalhamento de seus posicionamentos diante da Educação Nacional, tem nas experiências de luta e na participação de caráter institucional dos seus educadores, uma fonte imprescindível. Estas reflexões acompanham definições básicas de caráter global, pois, se dão em um momento em que o PT inicia a discussão e elaboração do seu projeto de socialismo. Todas as áreas de atuação militante têm buscado se mobilizar procurando acompanhar essa discussão mais geral, contribuindo com suas vivências "particulares" e criando novas formas de analisar e resolver velhos problemas. É o que diz a Conclamatória para o I Congresso do Partido dos Trabalhadores:

"Envolvidos agora neste processo de preparação do 8º Encontro Nacional (I CONGRESSO), temos que dar conta de responder a questões que vão desde a nossa relação com a institucionalidade e ao papel da luta institucional na construção do socialismo, a reforma do Estado, a nossa relação com a juventude e a intelectualidade, o papel das lutas, das mulheres e das minorias sociais oprimidas, da reforma agrária, da luta ecológica, das experiências alternativas de vida e convivência social, até a disputa de hegemonia e a conquista do poder como meios para a edificação socialista"
(PARTIDO DOS TRABALHADORES)

Em outras palavras, não basta mais ao PT destruir a velha Educação, interessa-lhe agora, construir uma nova, sobre novas bases, não as da pseudo-modernidade, ou as da "competência" burguesa, mas aquelas em cujas raízes repousam o gens da revolução socialista e democrática.

Belém do Pará, novembro de 1990

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984
- ARELARO, Lisete R. G. Plataforma política de Governo para a educação. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.38-46.
- ARBEX, José. Cresce a influência de Cuba no PT; dirigentes negam. Folha de São Paulo, 24.12.1987, p.A-7.
- ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. Salvador, ANPED, 1987.(mimeo)
- BOLETIM ANPED. São Paulo, v.9, n.2-3, abr/set., 1987
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da educação fundamental ao fundamento da educação. Cadernos cedes. v.1, n.1, 1980.
- _____. Um plano popular de educação. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.19-24
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação para todos: caminho para mudança. Brasília, D. F., 1985.
- _____. Política Nacional de educação. Rio de Janeiro, 1989.
- BRASIL Urgente: Lula Presidente. São Bernardo do Campo, Ed. FG, 1989.
- BOLETIM INFORMATIVO, São Bernardo do Campo, n.3, abr., 1989.
- CADERNOS CEDES, São Paulo, v.1, n.1, 1980.
- CADERNO de política Municipal. São Paulo, Comissão de Políticas públicas do D.R., 1987.
- CHACON, Yamireh. História dos partidos brasileiros. Brasília, Editora UnB, 2 ed., 1985.
- CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- CHAMI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura

- popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COUTINHA, Paulo. Povo. In: BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, Editora UnB, 1986
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1980.
- CUNHA, Luiz Antonio & GOÊS, Moacir de. O golpe na educação. 4.ed. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1985.
- CURY, Carlos Jamil. Educação e conjuntura atual. Educação em Revista. Belo Horizonte, n.1, jul., 1985.
- _____. Educação e Contradição. São Paulo, Cortez, 1985.
- DAMASCENO, Alberto & ROCHA, Selma. A educação "colorida". Tempo e presença, São Paulo, v.12, n.251, p.21.22.
- _____. Do popular na escola pública à escola pública popular. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.234-246.
- DIADEMA, Prefeitura Municipal. Diretrizes básicas para uma ação educativa da prefeitura municipal de Diadema: texto para discussão. Diadema. s.d. (mimeografado)
- _____. Projeto universidade popular. Diadema, 1988
- DIRCEU, José & POMAR, Vladimir. Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT. São Paulo, 1986. (mimeografado)
- DIRETRIZES políticas para a educação (São Paulo, 1986). In: A EDUCAÇÃO como ato político. São Paulo, Cortez, 1988.
- DOMINGUEZ, José Luiz. O cotidiano da escola de 1º grau: o sonho e a realidade. São Paulo, PUC, 1985 (Tese de Doutorado)
- DOMINGUEZ, Maria Hermínia M. da S. A escola de 1º grau: a passagem da 4a. para a 5a. série. São Paulo, PUC, 1985 (Tese de Doutorado)
- DOWBOR, Landislau. Aspectos econômicos da educação. São Paulo. Ática, 1986.
- _____. Prefácio. In: CARNOY, Martins. Educação, economia e estado. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988.
- UMA EDUCAÇÃO livre, gratuita e criativa. Bol. Nac. do PT. 1986.

- ENCONTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, Goiânia, 1988. Regimento interno. Goiânia, 1987.
- _____. Relatório final. Goiânia. 1990
- EZPELETA, Justa & ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- FERNANDES, Horestan. Sugestão de dispositivos constitucionais para o esporte, a educação, o lazer e a cultura. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.161-177.
- FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Educação Municipal: Diretrizes para uma reflexão (1987). In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo. Cortez, 1988, p.63-9.
- FRANCO, Augusto de. Autonomia e partido revolucionário. Goiânia, Ferramenta, 1985, 154p.
- _____. O PT, as tendências e a luta interna. Goiânia, s.ed.1987.
- FRATESCHI, Paulo. Proposta de política Educacional. São Paulo, 1984. (mimeografado)
- FRATESCHI FILHO, Nelson. A escola que interessa à classe trabalhista. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.175-7.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. Educação e mudança. 10 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. Entrevista para o programa Temas na Rádio Nacional da Espanha em 18.06.1978 ap. PELACIOS JESÚS. La Cuestion escolar. Madrid, Laia, 1985.
- _____. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.
- GADOTTI, Moacir. Algumas propostas educacionais do partido dos trabalhadores, In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário .

São Paulo, Cortez, 1988. p.29-33.

_____. A crise econômica e o pacto da burguesia. 2p., mimeo ,
1982.

_____. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo, Scipione,
1989.

_____. Uma educação livre, gratuita e criativa. In: A EDUCAÇÃO
como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988.p.126-
8.

_____. Educação e compromisso, Campinas, Parirus, 1985.

_____. Elementos para a crítica da questão da especificidade
da educação. Em aberto, Brasília, v.3, n.22, jul./ago.,1984.

_____. Entrevista em 05.10.1988.

_____. O PT: abrindo caminho, caminhando. Diário do povo, Cam-
pinas, 24.02.1980.

_____. Uma só escola para todos: escola pública popular. Docu-
mento de trabalho para o curso "Questões da Escola Pública",
PIC/SP, 1987.

_____. et alii. Pedagogia: diálogo e conflito. São Paulo, Cortez/
Autores Associados, 1986.

_____. & PEREIRA, Otaviano Pereira. Prá que PT: origem, projeto e
consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Cortez,
1989.

GRAMMONT, Julio de. Sindicatos engatilham o lançamento de um
partido político. Quinzena, São Paulo, n.64, fev., 1989.

GRAMSCI, Antonio. Antologia. 11 ed. México, Siglo Veintiuno, 1988.

_____. Cartas do cárcere. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização
Brasileira, 1987.

_____. Concepção dialética da história. 7 ed. Rio de Janeiro,
Civilização Brasileira, 1987.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. 4 ed. Rio
de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

- Maquiavel, a política e o estado moderno. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- & BORDIGA, Amadeo. Conselhos de fábrica. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GATTARI, Felix. Lula. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LAMMERINK, Marc et alii. Educación popular en Nicáragua: un proceso en marcha desde la educación formal. Educación & Sociedade, São Paulo, n.27, set. 1987.
- LARROYO, Francisco. História Geral da pedagogia. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- LENIN, V. I. Discurso na conferência de toda a Rússia dos comitês de instrução política das secções da Gubernia e Uezd da Instrução Pública. In: _____ Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. v.3
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1986.
- LIMA, Venício Artur de. Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- LOWY, Michael. Método dialético e teoria política. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LUCKESI, Cipriano. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, Vera M. Lorg. A didática em questão. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- LULA condena educação elitista. Folha de São Paulo. 23.10.1982, p.4
- MALRAUX, André. Antimemórias. São Paulo, Difel, 1968.
- MACCIOCCHI, Maria- Antonietta. A favor de Gramsci. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- MACIEL, Marcos. Educação e liberalismo. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1987.
- MANACORDA, mario Alighiero. Prefácio. In: TEORIA da didática .

- São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- MENEGUELLO, Rachel. PT a formação de um partido: 1979-1982. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MANFREDI, Silva. Educação popular no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos et alii. A questão política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- _____ & ENGELS, F. Crítica da educação e do ensino. São Paulo, Moraes, 1978.
- MORIN, Edgar. As grandes questões do nosso tempo. 2 ed. Lisboa, Editorial Notícias, 1981.
- NOSELLA, Paolo. Em busca da identidade política: à margem da V Conferência Brasileira de Educação, 1988. In: A EDUCAÇÃO como ato político. São Paulo, Cortez, 1988, p.219-33.
- NOTÍCIAS. São João do Triunfo, n.1, fev., 1989.
- NUÑEZ SOTO, Orlando. La insurrección de la conciencia. Manáguas, Ed. ESICA, 1988.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis, Vozes, 1988.
- PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Loyola/IBADES, 1972.
- PALÁCIOS, Jesus. La cuestión escolar. Madrid, Laia, 1985
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comissão de Política Educacional dos Professores Comunistas do Estado de São Paulo. Pressupostos, posições, perspectivas. São Paulo, 1981.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Grupo de Trabalho de Educação. Texto preliminar para discussão do plano de governo do PT. São Paulo, 1986.
- _____. A nossa vez, a nossa voz. Belo Horizonte, Movimento Pró-PT, 1981, 20 p.

- _____. Plataforma para o governo do Rio. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Comissão Executiva Nacional. Conclamatória aos petistas.
s. N. T. 6 f. (mimeo.)
- _____. Comissão Nacional provisória. Subsídios para a elaboração de um plano de educação nacional popular. São Paulo, 1980.
- _____. Programa, manifesto e estatuto. Brasília, 1980.
- _____. Projeto de constituição. Brasília, 1987.
- _____. Comissão Executiva Nacional. Projeto político do PT. Boletim Nacional do PT. São Paulo, n. nov./1983. Suplemento especial.
- _____. Educação e Constituinte: documento de posição partidária na IV CBE, Goiânia, 1986.
- _____. Secretaria Sindical Nacional. Convenção 87 da OIT, São Paulo, Diretório Nacional do PT, 1985. (mimeo.)
- PEDROSA, Mário. Sobre o PT. São Paulo, Ched, 1980.
- PLATAFORMA da articulação; uma proposta democrática de massa e Socialista para o PT. São Paulo, 1986.
- Plenárias Populares: as comunidades participam das decisões. Jornal de Fortaleza, Fortaleza, v.2, n.5, jun., 1987.
- OS PROGRAMAS dos partidos políticos no Brasil. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. , n. jan./fev., 1982.p.61-2
- POLESI, Alexandre. Lula admite a luta armada para ganhar o poder. Folha de São Paulo, 29.12.1985.
- PONT, Raul. Da crítica ao populismo à construção do PT. Porto Alegre, Siriema, 1985.
- "O PT lançado em São Bernardo!" Folha de São Paulo, 14.10.1979
- AOS QUE fazem educação em São Paulo. Diário Oficial (do Estado de São Paulo). São Paulo, 1.02.1989. Suplemento.
- RELATÓRIO preliminar da Comissão de educação do PT. São Paulo, Comissão de Educação, 1981.
- RELATÓRIOS dos trabalhos de grupo realizados na 1ª fase do Se

- minário de alternativas políticas para o município de São Paulo - 1985. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.96-108.
- A SITUAÇÃO da infância brasileira. Rev. Retrato do Brasil.s.d. REVISTA TEORIA E DEBATE. São Paulo, v. , n.
- RIBEIRO, Maria Luiza. A formação política dos professores de 1º e 2º graus. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- RIBEIRO JUNIOR, T.C. A festa do povo. Petrópolis, Vozes,1982.
- ROBERTO, Antonio. O PT e a construção de uma pedagogia de escola pública popular, In: A EDUCAÇÃO como ato político. São Paulo, Cortez, 1988. p.178-186.
- RODRIGUES, Neidson. Lições do príncipe e outras lições. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- Da mistificação da escola à escola necessária. 3 ed.São Paulo, Cortez, 1989.
- ROSSI, Clóvis. O PT, o partido que mais cresce, enfrenta uma crise. Folha de São Paulo, 14.10.1984, p.4
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Construindo a educação pública. São Paulo, 1990.
- SADER, Emir. E agora PT? Caráter e identidade. São Paulo, Brasiliense, s.d.
- SANTO AGOSTINHO. De magistro. s.n.t. apud. LARROYO. História geral da pedagogia. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- SAVIANI, Dermeval et alii. Filosofia da educação brasileira.3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- SEVERINO, A. J. Educação: uma proposta para a constituinte. São Paulo, 5.ed., s.d.
- SILVA, Carlos Educarado Lins da. Pobreza atinge 1 bi de pessoas no 3º mundo. Folha de São Paulo. 16.07-1990. cad.B, p.6.
- SILVA, Luis Inácio & BUARQUE, Cristovam. Educação Urgente: proposta nacional de educação do governo paralelo. Brasília, 5 ed.,

1980.

SOBNIÑO, Encarnación. Ideologia e educação: reflexões teóricas e proposta metodológicas. São Paulo, Cortez, 1986.

O SOCIALISMO petista. PT Boletim Nacional. São Paulo, n.51, jul., 1990, p.11-2.

SUBSÍDIOS para a elaboração de um plano de educação nacional popular. São Paulo, G.T. da Comis. Nacional Provisória. 1980.

SUCHODOLSKI, Bogdan. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. 3 ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

_____. Teoria marxista da educação. Lisboa, Estampa, 1976. v.1
TEORIA E DEBATE, São Paulo, n.1, dez., 1987

_____. n.2, mar., 1988

_____. n.3, jun., 1988

_____. n.7, jul./ago./set., 1989.

_____. n.8, out./nov./dez., 1989.

_____. n.9, jan./fev./mar., 1990.

_____. n.10, abr./maio/jun., 1990.

_____. n.11, jul./ago./set., 1990.

TEORIA da didática. São Paulo, Cortez/autores Associados, 1986.

TORRES, Rosa Maria. Nicarágua: Revolução, educação popular. México. D.F., Línea, 1985.

TRAGTENBERG, Maurício. Anotações sobre a educação no Brasil. I
déias, São Paulo, n.1, 1988. p.29-32.

_____. Educação e política: a proposta integralista. Educação e sociedade, São Paulo, v.7, n.8, jan., 1981. p.97-109

VILA VELHA (Espírito Santo). Prefeitura Municipal. Plano emergencial de educação para as escolas de 1º grau da rede municipal de Vila Velha. In: A EDUCAÇÃO como ato político partidário. São Paulo, Cortez, 1988. p.155-158.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Regional de São Paulo. As eleições de 82: o PT e a questão municipal. São Paulo, 1.

A N E X O I

I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

R E L A T Ó R I O F I N A L

"Há nove anos sonhamos com es
se Encontro. Realizar este so
nho, por si só, foi uma gran
de conquista. Agora, só nos
resta mantê-lo vivo, orgânico,
permanente, forte"...

Moacir Gadotti

S U M Á R I O

- Regimento Interno do I ENEd/PT -----	07
I- Apresentação -----	18
II- Introdução -----	22
III- Propostas Educacionais do Partido dos Trabalhadores-----	32
III.a- Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional -----	33
III.b- Plano Nacional de Educação -----	59
III.c- Constituições Estaduais -----	71
III.d- Lei Orgânicas dos Municípios -----	85
IV- A Educação no Plano de Ação de Governo do PT -----	99
V- A comissão de Assuntos Educacionais -----	110
VI- Moções -----	113
VII - Anexos (Contribuições sobre os temas polêmicos) -----	116
VIII - Endereços dos participantes do I ENEd/PT -----	158

Circular nº 020/88 - 29/8/88

Da : Secretaria Nacional de Movimentos Populares

Para: DN, DRs, DM, Secretários Estaduais e Secretários Municipais de MP.

Assunto: **I Encontro Nacional de Educação do PT**

Diante de muitos pedidos e manifestações de interesse por parte de vários educadores espalhados pelo país, assim como de núcleos, diretórios e outras instâncias do PT e após várias consultas a simpatizantes e filiados, frente a esse período em que se avizinham as eleições de 88 e à fase de elaboração da legislação complementar à nova Constituição (lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional), a Secretaria Nacional de Movimentos Populares convoca o I Encontro Nacional de Educação do PT a ser realizado nos dias 3, 4, e 5 de março de 1989, em São Paulo.

Este Encontro tem como objetivo geral elaborar subsídios para a política educacional do nosso Partido e em particular tirar uma posição dos educadores petistas frente à nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira. Para isso deverá contar com o apoio dos Diretórios Estaduais e Municipais no sentido da promoção dos seus respectivos encontros, de elaboração de teses e da eleição de delegados para o Encontro Nacional.

1. Pauta de Encontro Nacional

- a) Princípios e propostas do PT para a Educação Brasileira;
- b) Elementos para uma proposta de nova lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional;
- c) Proposta para um Plano Nacional de Educação;
- d) Propostas sobre educação para as novas Constituições Estaduais;

e) Planos municipais de educação e Lei Orgânica do Município;

f) Propostas para um Programa de ação de Governo (PAG) no capítulo da Educação.

2. Documentos Básicos para a Discussão

A Comissão Organizadora do Encontro publicou pela Editora Cortez, o livro "A Educação como Ato Político Partidário", que reúne alguns textos sobre educação, elaborados no Partido desde sua fundação, onde se fundamenta a preocupação do PT por uma educação a serviço da classe trabalhadora. Os livros devem ser solicitado diretamente à Editora Cortez (R. Bartira, 387 - São Paulo, fone (011) 864-0111). Outro documento básico poderá ser o programa de educação da plataforma de cada município, recentemente discutida.

3. Responsabilidades das Instâncias Partidárias

a) Diretórios Municipais - devem acompanhar o encontro, assinando a ata padrão que conterà data, local, número de participantes, resoluções e as teses aprovadas; assim como, enviar uma lista dos presentes ao Diretório Regional;

b) Diretórios Regionais - Idem, enviando a lista ao Diretório Nacional.

4. Finanças

Os encontros devem ser auto-sustendados a partir da taxa de inscrição nos encontros em todos os níveis (Municipal, Estadual e Nacional).

A taxa de participação no Encontro Nacional será definida num próximo momento.

5. Prazos

- Encontros Municipais - até 31 de outubro de 1988

- Encontros Estaduais - até 31 de dezembro de 1988

- Prazo para os DRs enviarem as listas de delegados,

as teses e resoluções aprovadas - 9 de janeiro de 1989.

6. Comissão Organizadora - Responsáveis por Estado e Comissões de Educação Estaduais e Municipais

Para encaminhar as tarefas de preparação e realização do I ENEd, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares conta com uma Comissão Organizadora composta por: Moacir Gadotti, Alberto Damasceno, Antonio Roberto Medeiros Braga, Nelson Frateschi, Antonio Carlos Pereira, Sérgio Haddad, Marilena Nakano, Lisete Arelaro e Paolo Nosella, além de responsáveis em cada Estado, indicados na Plenária Nacional de Petista na área de educação, realizada em Brasília, no dia 3 de agosto de 88, durante a realização da V Conferência Brasileira de Educação, quais sejam: Arnóbio Marques de A. Junior (AC), Orlando Nobre de Souza e Jaqueline Cunha Freire (PA), Maria Amanda Cavalcante (PI), Maria Laura Moreira e Jacques Therrien (CE), Maria de Fátima Bezerra (RN), Geraldo Barroso Filho (PE), José Francisco Neto e Vera Lúcia de Lira (PB), Ana Lúcia Magalhães e Edenice Santana de Jesus (BA), Luiz Fernandes Dourado (GO), Marcus Galerius Aquino (MT), Oinair Guimarães, Silvia Gonçalves e Eunice de Lima (MS), Jeová de Lima Simões, Jacy Braga Rodrigues e Leda Gonçalves de Freitas (DF), Rogério Cunha de Campos (MG), Robson James e Silvia Telles Rodrigues (SP), Roberto Abreu e Lana Magdiner da Costa (RJ), Francis Guimarães Nogueira e Rosângela Basso (PR), Adilvo Andreazza e Edna Garcia Maciel (SC), Sérgio Pezzi e Sandra Corazza (RS).

Esses companheiros ficaram encarregados de encaminhar o encontro em seus Estados junto às respectivas instâncias partidárias, em especial às Comissões de Educação onde existirem.

Saudações Petistas

MOACIR GADOTTI

EURIDES MESCOLOTTO

P/ Comissão Organizadora Secretaria Nac. de Movimentos Populares

I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PT
REGIME INTERNO PARA A PREPARAÇÃO DO ENCONTRO

Capítulo I - Dos objetivos, pauta e realização

Art. 1º - O I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PT terá como objetivo :

Geral: Elaborar subsídios para a política educacional do Partido dos Trabalhadores;

Específico: Discutir e aprovar uma proposta de Diretrizes e Bases para a educação brasileira.

Art. 2º - O ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PT, realizar-se-á em São Paulo nos dias 3, 4 e 5 de março de 1989.

Capítulo II - Da participação do ENED/PT

Art. 3º - Poderão participar do I ENED/PT:

a) Com direito a voz e voto delegados filiados ao Partido dos Trabalhadores que forem eleitos nos Encontros Estaduais de Educação do PT, ou aqueles filiados que fizerem parte de diretorias das Entidades Sindicais ou Culturais de caráter nacional ligadas à área de Educação e que tenham participado dos encontros em seus Estados;

b) Com direito à voz: convidados pela Comissão Organizadora, observadores, credenciados e membros do Diretório Nacional e Bancada Federal;

§1º - As delegações que não apresentarem teses para as discussões do temário, aprovadas nos encontros estaduais, terão seus membros transformados em observadores.

§2º - As delegações presentes ao I ENED/PT deverão apresentar ainda a ata do Encontro Estadual que as elegeu, em caso contrário, incorrerão no §1º do Art. 3º.

Capítulo III - Dos Encontros Municipais e Estaduais

Art. 4º - Os Encontros Municipais de Educação do PT realizar-se-ão até dia 31/10/88.

Art. 5º - Poderão participar dos Encontros Municipais, com direito a voz e voto, os filiados que se inscreverem dentro do prazo determinado pelo Diretório Municipal ou Comissão Provisória Municipal.

§ Único - O quórum mínimo é de dez filiados. Cada grupo de dez filiados e fração superior a cinco terá direito a um delegado ao Encontro Estadual.

Art. 6º - Os Encontros Estaduais de Educação do PT realizar-se-ão até o dia 31/12/88.

Art. 7º - Poderão participar dos Encontros Estaduais com direito a voz e voto os delegados eleitos nos Encontros Municipais ou aqueles filiados que fizerem parte das diretorias das entidades sindicais e culturais ligadas à área de Educação a nível estadual.

§ Único - Poderão participar com direito a voz os convidados pela Comissão Organizadora, Observadores Credenciados e membros do Diretório Estadual.

Art. 8º - Para serem válidos os Encontros Municipais e Estaduais deverão ser acompanhados pelos respectivos diretores que assinarão a ata padrão, na qual deverá constar data, local, número de participantes, teses aprovadas, relação dos delegados eleitos e lista de presentes.

Art. 9º - O número de delegados ao I ENEd/PT deverá ser igual a 10% dos participantes do Encontro Estadual com direito a voz e voto nos termos do Art. 7º.

§1º - As teses aprovadas nos Encontros Estaduais, bem como a relação de delegados eleitos e respectiva ata

deverão ser encaminhadas até o dia 9/1/89 para a Comissão Organizadora do Encontro, sediada na Sede Nacional do PT.

§2º - O encaminhamento das teses aprovadas seguirá um roteiro próprio que será futuramente encaminhado pela Comissão Organizadora Nacional às Comissões Organizadoras Estaduais.

Capítulo IV - Da Organização do ENEd/PT

Art. 10 - O primeiro ENEd/PT será coordenado pela Comissão do Encontro de Educação da Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Art. 11 - O I ENEd/PT terá a seguinte organização:

1. Plenária de Abertura
2. Grupos de Trabalhos
3. Plenária de Encerramento

Art. 12 - A Plenária de Abertura constará de uma análise de conjuntura feita pela Comissão Executiva Nacional, discussão e aprovação do Regimento Interno e apresentação do documento básico para os trabalhos de grupo.

§ Único - Este documento será elaborado pela Comissão Organizadora do Encontro, com base nas teses dos encontros estaduais.

Art. 13 - As propostas minoritárias, desde que tenham 20% dos votos em seus respectivos grupos, podem ser enviadas à apreciação na Plenária de Encerramento.

Art. 14 - A Plenária de Encerramento constará de apreciação das propostas advindas dos grupos, sistematizada pela Comissão de relatores e a consequente aprovação de um documento final a ser submetido ao Diretório Nacional.

Capítulo V - Das Taxas de Inscrição

Art. 15 - Para participar dos Encontros Municipais, Estaduais e Nacional, os participantes deverão dispor no ato de inscrição de taxas a serem estabelecidas pelas comissões organizadoras a nível municipal, estadual e nacional.

Capítulo VI - Dos Casos Omissos

Art. 16 - Os casos omissos neste regimento deverão ser resolvidos pela Comissão Organizadora deste Encontro.

REGIMENTO INTERNO
DA REALIZAÇÃO DO I ENED/PT

Dias 3, 4 e 5 de Março de 1989

INSTITUTO CAJAMAR

Km 46,5 , Via Anhanguera, Cajamar - São Paulo

Art. 1º - O "I Encontro Nacional de Educação do PT" será realizado nos dias 3, 4 e 5 de março de 1989 nas dependências do Instituto Cajamar, Cajamar - SP.

Art. 2º - Da Comissão Organizadora - A Comissão Organizadora Nacional do "I Encontro Nacional de Educação do PT", vinculada a Secretaria Nacional de Movimentos Populares, é formada pelo seguinte coletivo: Moacir Gadotti, Alberto Damasceno, Antonio Roberto Medeiros Braga, Nelson Frateschi, Antonio Carlos Pereira, Sergio Haddad, Marilena Nakano, Lisete Arelaro, Paolo Nosella Jackson de Toni e Pedro Pontual.

I - Além disso fazem parte da organização do Encontro os responsáveis estaduais indicados na "Plenária Nacional dos Petistas na Área de Educação" realizada durante a V CBE em agosto de 1988.

Art. 3º - Dos Delegados - O "I Encontro Nacional de Educação" será constituído por delegados eleitos na proporção de 1 (um delegado para cada 10 (dez) presentes nos Encontros Estaduais de Educação do PT, registrados em ata e listagem de assinaturas, referendado pela Direção Executiva do PT em cada Estado.

§1º - Só podem ser delegados ao "I Encontro Nacional de Educação do PT", companheiros e companheiras filiados no PT.

§2º - Os delegados terão direito a voz e voto.

§3º - Os membros da Comissão Organizadora Nacional são delegados natos ao "I Encontro Nacional de Educação do PT".

Art. 4º - Dos Observadores

§1º - A critério da Comissão Organizadora Nacional, a través da Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT e dos Diretórios Estaduais do PT, poderão ser convidados 2 (dois) companheiros (as), daqueles Estados que não realizarem Encontros Estaduais de Educação do PT.

§2º - Poderão participar do I Encontro 2 (dois) companheiros filiados ao PT, membros de entidades de caráter sindical e cultural, de âmbito nacional, ligadas à área de educação como observadores (com direito a voz).

§3º - Poderão participar do I Encontro com direito a voz: convidados pela Comissão Organizadora Nacional, membros do Diretório Nacional e Bancada Federal.

Art. 5º - Do Temário - no "I Encontro Nacional de Educação do PT" serão discutidos os seguintes assuntos:

- 1) princípios e propostas do PT para a educação brasileira;
- 2) elementos para uma proposta de nova lei de diretrizes e bases da Educação Nacional;
- 3) proposta para um Plano Nacional de Educação;
- 4) proposta sobre educação para as novas Constituintes Estaduais;
- 5) Planos Municipais de Educação e Lei Orgânica dos Municípios;
- 6) proposta para um Programa de Ação de Governo (PAG) no capítulo de Educação.

Art. 6º - Teses e Prazos - somente serão aceitas teses que abordem os pontos do temário proposto para o I Encontro. Estas teses deverão ser enviadas à SNMP/PT - Sede Na

cional do Partido até 20 de fevereiro de 1989.

§1º - A Comissão Organizadora Nacional indica como su gestão os seguintes textos para subsidiar as discus sões no I Encontro Nacional de Educação do PT:

- a) Livro "A Educação como Ato Político Partidário" ,
que reúne textos sobre educação elaborados desde a
fundação do PT, publicado pela Editora Cortez, SP.
- b) "Documento Base", elaborado pela Comissão Organizada
dora Nacional Sintetizando os temas em discussão
no Encontro.

Art. 7º - Do Credenciamento

O credenciamento dos delegados terá início no dia 3
às 15h e encerrar-se-á no dia 4 às 12h, nas dependência
s do Instituto Cajamar, Cajamar - SP.

Art. 8º - Da Dinâmica ao Encontro - o I encontro terá uma ses são de abertura, uma plenária para aprovação do Regime
nto Interno e da mesa Diretora dos Trabalhos, discus sões em grupos sobre os temas da pauta e plenárias para deliberação de uma sessão de encerramento.

Art. 9º - Da Mesa Diretora dos Trabalhos

A Mesa Diretora dos Trabalhos será proposta pela Co
missão Organizadora e terá a tarefa de encaminhar a discussão do temário do I Encontro Nacional de Educação do PT, encaminhar as votações das propostas que surgirem, resolver as questões de ordem, de dúvidas, e de encaminhamento , sempre consultando o Plenário que se manifestará através de inscrições feitas pre
viamente à Mesa e em seguida, pelo voto através do crachá.

Art. 10 - Da Abertura do I Encontro

A sessão de abertura do "I Encontro Nacional de Educação do PT" será coordenada por um membro da Comissão Organizadora e realizar-se-á no dia 3 de março de 1989 às 18h30min. A Mesa terá a seguinte composição:

- a) um representante da Direção Nacional do PT indicado pela Comissão Executiva Nacional;
- b) o Secretário Nacional de Movimentos Populares/PT;
- c) um representante da Comissão Organizadora Nacional;
- d) um representante da CUT/Nacional;
- e) um representante da Direção Estadual PT/SP;
- f) 3 convidados expositores: Deputado Estadual José Dirceu de Oliveira e Silva, Deputado Federal Florestan Fernandes, Deputado Federal Luiz Gushiken, Secretário Municipal de Educação de São Paulo - Prof. Paulo Freire.

Art. 11 - Dos Grupos de Discussões

Os grupos de discussões serão formados aleatoriamente e proporcionais ao número de delegados presentes no Encontro. Os grupos discutirão os pontos do temário e elegerão 2 (dois) relatores, 01 (um) coordenador a critério do grupo. Os relatores de cada grupo se reunirão após cada reunião e elaborarão um relatório síntese das propostas consensuais e divergentes que apresentarão nas plenárias encaminhando-as à Mesa Diretora dos Trabalhos.

§1º - As propostas minoritárias, desde que tenham 20% dos votos em seus respectivos grupos podem ser enviadas à apreciação na plenária de encerramento.

§2º - Os grupos podem acrescentar moções à plenária final.

Art. 12 - Das Plenária e Grupos de Discussão

Dia 3 de março (sexta-feira):

18h30 às 22h30 - abertura

Dia 4 de março (sábado):

8h30 às 12h00 - Discussão em grupos

12h00 às 13h30 - Almoço

13h30 às 18h00 - Discussão em grupos

18h00 às 19h00 - Jantar

19h00 às 22h00 - Discussão em grupos

Dia 5 de março (domingo)

9h00 às 12h00 - Plenária (discussão e aprovação das propostas encaminhadas pelos relatores dos grupos)

12h00 às 13h30 - Almoço

13h30 às 18h00 - Plenária final (discussão e aprovação das propostas encaminhadas pelos relatores dos grupos)

18h00 às 19h00 - Sessão de Encerramento

Art. 13 - Das disposições Gerais

§1º - As questões de ordem precedem a quaisquer outras questões e serão resolvidas pela Mesa.

§2º - No momento de votações não será aberto tempo para nenhuma questão.

§3º - Serão concedidos 3 (três) minutos de tempo para qualquer intervenção.

I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

ABERTURA

Participaram da abertura oficial do I ENEd/PT os com
panheiros:

- Eurides Mescolotto (representante da Secretaria Na
cional de Movimentos Populares)

- Moacir Gadotti (representante da Comissão Organiza
dora do I ENEd/PT)

- José Dirceu (Deputado Estadual/SP e Secretário Ge
ral do Partido)

- Ivan Valente (Deputado Estadual/SP)

- Wladimir Pomar (Coordenador da campanha presiden
cial aLULA 89)

- Gumercindo Milhomem (Deputado Federal/SP)

- Paulo Freire (Secretário de Educação do Município
de São Paulo)

- Florestan Fernandes (Deputado Federal/SP)

Após as falas de abertura, foi eleita a mesa dirigen
te da Plenária para discussão das propostas, que ficou assim
composta:

Eurides Mescolotto

Moacir Gadotto

Beatriz Pardi

Para relatores foram eleitas as companheiras:

Marilena Nakano

Petinha Soares

A P R E S E N T A Ç Ã O

I - APRESENTAÇÃO

Companheiros petistas

Uma série de conquistas tem animado nossas iniciati
vas políticas, reforçando nossas lutas e ampliando nossas bases
partidárias. Parcelas cada vez maiores da população (especial
mente nos setores sociais mais significativos), têm esgotado
por sua própria experiência, as ilusões com a "Nova República"
e acordado para a necessidade de organização para a luta e de
uma consciência revolucionária capaz de impulsionar a transfor
mação das relações sociais vigentes em relações justas, de igual
dade social, sem exploração econômica e opressão política.

As vitórias eleitorais do PT em regiões de alta con
centração operária, a adesão do povo à greve geral nos dias 14
e 15 de março, o significativo crescimento de manifestações or
ganizadas em torno dos interesses populares em oposição às medi
das demagógicas do governo e dos empresários, são expressões
concretas do sentimento de revolta com a atual situação e de es
perança em um novo projeto que atenda às reivindicações imedia
tas dos trabalhadores articulando-as com seus interesses histó
ricos.

Nesse contexto se realizou o I Encontro Nacional de E
ducação do Partido dos Trabalhadores, um evento gestado durante
nove anos - justamente os nove anos de vida do partido - e que
se insere na iniciativa nacional de todos os educadores petis
tas em elaborar uma política educacional para dar respostas aos
inúmeros desafios com que temos nos defrontados tanto ao nível
da luta de massas como no plano institucional.

O 1º ENED/PT contou com a participação de 69 delega
dos, 18 observadores, 10 secretários municipais de educação, e
outros 11 companheiros distribuídos em 5 grupos de acordo com
os temas previamente propostos (LDB, PNE, Constituintes Esta

duais, Leis Orgânicas dos Municípios e PAG). Dezesete estados tinham delegados, 3 enviaram observadores e os gastos com o Encontro atingiram a cifra de NCz\$4.200,00.

Nunca, em toda nossa história como partido, concentramos tantos esforços no sentido de discutir a Questão Educacional.

Represados durante nove anos, nossos anseios por buscar soluções para este problema eram enormes, e e evidentemente três dias de Encontro não poderiam saciá-los. Diante disto, pode parecer que os frutos tenham sido poucos. No entanto, toda a acumulação prática e teórica de nossos militantes na área educacional produziu uma síntese significativa se considerarmos o atraso cronológico do Encontro e os desafios que nos propomos enfrentar.

As propostas de Educação para o PAG foram parcialmente, ficando uma parte do texto-base sem ser discutida e um conjunto de pontos a serem apreciados em fóruns mais amplos devido sua natureza polêmica.

Os outros textos resultantes dos grupos estão apresentados enquanto subsídios para as discussões nos Estados, assim como as questões que foram consideradas pouco aprofundadas para serem definidas.

Aqui estão presentes nossas deliberações; ora como resoluções, projetos de lei, subsídios, ora na forma de princípios básicos que norteiem nossa política.

Estamos começando um longo e promissor processo de definição da nossa concepção educacional. Este é apenas o início, a luta continua.

**COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS EDUCACIONAIS
SNMP**

São Paulo, 10 de abril de 1989

INTRODUÇÃO

II - INTRODUÇÃO

II.a - Histórico

Os educadores petistas vêm se reunindo desde 1980, realizando numerosos encontros, seminários e debates.

Nesses nove anos de existência do PT, os seus educadores, militantes ou simpatizantes, já percorreram um caminho que convém historiar.

Em julho de 1980, um grupo de professores reuniu-se em São Paulo por ocasião do Congresso Nacional dos Trabalhadores de Educação, preocupados em aprofundar a discussão da educação no interior do partido. Esse grupo, ligado principalmente à APEOESP, promoveu um Encontro Estadual de Educação na busca de uma "diretriz comum que orientasse a atuação do PT" na área. Acreditava o grupo que essa diretriz "deveria brotar do esforço conjunto de militantes e pessoas de alguma maneira comprometidas com aquela prática educativa voltada para os interesses dos trabalhadores". As novas bases e diretrizes, em consequência, não deveriam ser apenas elaboradas por especialistas e profissionais da área, mas também ser resultado da intervenção dos pais, alunos e trabalhadores em geral.

Entre outros debates preparatórios a esse Encontro, foi realizado no dia 13 de setembro do mesmo ano, na sede da ABI (associação Brasileira de Imprensa), uma discussão tendo como tema: "O que é educação voltada aos interesses dos trabalhadores!" Na ocasião foi sugerida a formação de uma Comissão de Educação regional que, funcionou vinculada à Comissão de Políticas Públicas e à Direção Regional do Partido, além de preparar o Encontro Estadual.

Neste primeiro debate que contou com cerca de sessenta pessoas, entre elas representantes de vinte Núcleos de Base do PT, dois temas foram mais debatidos: a relação escola-comuni

dade e a relação educação-trabalho. Mas foram apontados outros temas como: a necessidade de discutir as experiências vividas pelas comunidades de bairro, entidades populares, associações e sindicatos, e os problemas do ensino formal.

Outro debate foi realizado na sede do PT-Zona Sul, sobre o tema: "A situação do ensino de 1º e 2º graus".

A partir desse segundo encontro, a Comissão de Educação decidiu elaborar um plano de trabalho que previa a assessoria a parlamentares e militantes do Partido, a elaboração de material explicativo sobre questões educacionais, a promoção de cursos, etc.

Encontros desse tipo não ocorreram só em São Paulo. As eleições de 1982, as eleições para prefeitos das capitais em 1985 e as de 1986 e 1988 propiciaram em todo país um intenso debate das propostas do PT para a superação da crise educacional.

Em todas essas reuniões e eventos surgiu a proposta de realização de um Encontro Nacional. Só em 1988, com o apoio da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, foi possível programá-lo para o ano seguinte.

Diante da manifestação de interesse por parte de vários educadores do Partido, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares convoca o I Encontro Nacional de Educação do PT a ser realizado nos dias 3, 4 e 5 de março de 1989, em São Paulo, no Instituto Cajamar.

Uma Comissão Provisória apresentou à Executiva Nacional uma proposta de Regimento Interno que foi aprovada no mês de julho de 1988, estabelecendo critérios de participação. Propunha-se que os delegados não trouxessem teses pessoais, mas o resultado de um esforço de elaboração coletiva.

Uma primeira Plenária realizada durante a V CBE na Universidade de Brasília no dia 3 de agosto de 1988, reuniu cerca

trezentos educadores petistas de dezessete Estados. Essa Plenária que contou com a coordenação de Eurides Mescolotto, Secretário Nacional de Movimentos Populares, teve por finalidade a preparação do I Encontro Nacional de Educação do PT (I ENEd/PT).

Nessa Plenária foi tirada uma Comissão Organizadora do ENEd/PT, constituída por Moacir Gadotti, Alberto Damasceno, Antonio Roberto Medeiros Braga, Nelson Frateschi, Lisete Arelaro, Antonio Carlos Pereira, Sergio Haddad, Marilena Nakano e Paolo Nosella. No início de 1989, sentiu-se a necessidade de ampliá-la com a proximidade do Encontro Nacional. Foram indicados à isso: Beatriz Pardi, Robinson James, Dinorah Perlatti Pinto, Orlando Jôia, Jackson de Toni e Waldemar Sguisardi.

Para organizar os Encontros Municipais e Estaduais em cada Estado foi indicada uma comissão de coordenadores com representantes de cada Estado: Arnóbio Marques A. Júnior (AC), Orlando Nobre de Souza e Jaqueline Cunha Freire (PA), Maria Amanda Cavalcante (PI), Maria Laura Moreira e Jacques Therrien (CE), Maria de Fátima Bezerra (RN), Geraldo Barroso Filho (PE), José Francisco Net e Vera Lúcia de Lira (PB), Ana Lúcia Magalhães e Edenice Santana de Jesus (BA), Luiz Fernandes Dourado (GO), Marcus Galerius Aquino (MT), Oinair Guimarães, Silvia Gonçalves e Eunice de Lima (MS), Jeová de Lima Simões (MG), Robson James e Silvia Telles Rodrigues (SP), Roberto Abreu e Lana Mgdinier da Costa (RJ), Francis Guimarães Nogueira e Rosangela Basso (PR), Adilvo Andreazza e Edna Garcia Maciel (SC) e Sérgio Pezzi e Sandra Corazza (RS).

O Encontro Nacional teve como pauta cinco pontos básicos: 1. elementos para uma proposta de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2. proposta para um Plano Nacional de Educação; 3. proposta sobre educação para as novas constituições estaduais; 4. planos municipais de educação e Lei Orgânica

dos Municípios; 5. Proposta para um Plano de Ação de Governo (PAG) no âmbito da Secretaria.

O PT tem um grande número de companheiros educadores mas sô agora está se organizando. Temos um potencial militante maior do que o nosso nível de organização. É preciso reunir essas experiências de forma orgânica e permanente. O desempenho das administrações municipais petistas depende também de uma estrutura ágil de consulta ao Partido para construção de uma política comum.

Nesse sentido seria aconselhável que houvesse um ENED/PT de dois em dois anos preparado democraticamente nos Núcleos ou diretórios.

Os ENED's deverão possibilitar uma rica troca de experiências e idéias e consolidar a organização e a representação dos educadores no interior do próprio Partido.

Um dos objetivos do I ENED/PT foi propiciar a oportunidade para discussão e a construção de uma proposta partidária, que colabore na atuação dos trabalhadores em educação petista, nas suas várias frentes de atuação.

Os educadores petistas estão hoje à frente de numerosas entidades educacionais, a maioria delas filiadas à CUT. Desse modo, o ENED/PT cumpriu um papel político importante, o de socializar as experiências e a elaboração de modo a subsidiar a atuação destes no movimento de educadores visando a unificação de suas intervenções, até então fragmentadas e espontâneas, em diversos setores.

O PT propõe-se a ter uma política educacional própria para que seus militantes possam participar dos movimentos sociais, discutindo, aprendendo e ensinando sem ferir sua independência e autonomia.

II.b - Avaliação da Situação Atual

Todos os relatórios dos Encontros Estaduais apontaram um descaso do governo pela escola pública e, em consequência, os baixos salários e as péssimas condições de ensino.

Falta aos professores um contrato de trabalho unificados. Ademais eles ensinam com classes abarrotadas. Os alunos trabalhadores não encontram ensino noturno e quando encontram não têm condições de estudar ou o conteúdo do ensino não é significativo para eles.

Apontaram ainda o caráter excluente e anti-democrático da escola que temos e a necessidade de construção de uma escola pública popular e democrática quanto ao seu acesso e permanência, quanto a sua gestão, garantindo uma nova qualidade ao mesmo tempo científica e tecnológica. Uma escola construída como projeto a curto, médio e longo prazos, mobilizadora da sociedade, portanto, formadora e transformadora.

A educação infantil atual é considerada fundamentalmente como uma questão assistencial e de segurança pública e não como um espaço de capacitação da criança para a escolarização regular que, ao mesmo tempo, atenda a necessidade dos pais que trabalham.

Para os educadores petistas a qualidade da escola pública popular deverá ser medida não apenas pela qualidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola - incluindo pais e comunidade - tiverem de utilizá-la como espaço para a elaboração e construção da cultura, do conhecimento.

O povo não deve ser chamado à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção do saber, que leve em conta as suas necessidades e lhes possibilita transfor

mar-se em um sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade.

A escola deve ser também um certo irradiador da cultura, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola pode ser também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto emancipação intelectual independente dos valores da classe dominante.

Os educadores petistas consideram necessária a associação da educação formal com a educação não-formal. A escola não é o único espaço da prática pedagógica, a sala de aula também não poderá ser o único espaço de veiculação do conhecimento. Devem ser consideradas também práticas educativas as diversas formas de articulação de grupos, núcleos, unidades escolares, associações e entidades que visem a contribuir para a formação de homem enquanto indivíduo crítico e consciente de suas possibilidades de atuação no contexto social.

Uma escola pública popular não é apenas aquela à qual todos têm acesso, mas aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que atende realmente aos interesses populares que são os interesses da maioria, é, portanto, uma escola com uma nova qualidade baseada no compromisso, numa postura solidária. Nela todos os agentes, e não só os professores, possuem um papel ativo, dinâmico, todos devem experimentar novas formas de aprender, de participar, de ensinar, de trabalhar, de brincar e de festejar.

Reafirmamos que essa nova qualidade da escola não será medida apenas pelas porções de conhecimento socializadas, mas pela solidariedade humana que tiver construído e pela consciência que tiver formado, pelo repúdio que tiver manifestado aos preconceitos de toda ordem e às práticas discriminatórias correspondentes.

II.c- Princípios e Propostas

Desde sua formação, o PT tem dado à questão da educação uma atenção especial. É o que aparece nas discussões dos seus núcleos e diretórios, nos seus documentos de trabalho, no programa do partido e nas plataformas eleitorais.

O PT entende que a educação é um direito e dever de todos, cabendo ao Estado garanti-lo. Ele se considera educador das massas populares, na medida em que conscientiza a favor de quem e contra quem elas lutam, desvelando as contradições da sociedade capitalista; organiza-as para superar a pura sensibilidade dos problemas enfrentados.

O PT distingue mas não separa a educação de política, o educador deve ser educado. Ao contrário, os partidos das classes dominantes separam o ato de educar de ser educado, mantendo as massas ignorantes para continuar a educá-las, isto é, domesticá-las. Mais de trinta milhões de brasileiros, designados como analfabetos, são considerados incapazes pelo governo, que lhes nega o direito de ser votados, restringindo, assim, o exercício da cidadania. Os regimes autoritários temem a inteligência a cultura, a força da massa consciente e organizada; fazem da ignorância um de seus grandes aliados. "O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investimento mais em armas do que em escolas. Uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo neste país em menos de três anos" (Plataforma Nacional).

A educação e a cultura não podem constituir um privilégio de classe, mas um direito fundamental de todos. Por isso o PT entende que a mudança da atual política educacional é tarefa urgente e histórica, e parte de uma política global alternativa. Não significa nesta medida priorizar este ou aquele nível de en sino como se o sistema educacional fosse um aglomerado de estru turas desarticuladas.

Como princípio, o PT defende o ensino público e gratui to em todos os níveis, voltado para as necessidades dos traba lhadores. Defendendo o acesso dos trabalhadores a todos os ní veis de ensino, condena a política educacional do governo de privatização, entendendo-a como um mecanismo de reprodução das classes sociais e de alijamento do trabalhador da totalidade da cultura. Reforçando os privilégios, o ensino pago tem-se trans formado em instrumento de enriquecimento de alguns, em detrimen to do ensino e da escola pública. Incentivando a apropriação privada do saber, a política educacional do governo prejudica principalmente a classe trabalhadora: o ensino de qualidade tor nou-se uma mercadoria cara, de difícil acesso aos estudantes que trabalham.

O PT defende não apenas uma gratuidade passiva, porque esta pode ser igualmente elitista. Apesar do ensino de 1º grau ser hoje gratuito, temos mais de 7,5 milhões de crianças entre 7 a 14 anos, sem escolas. O PT defende uma gratuidade ativa, is to é, condições materiais que possibilitem não só o acesso mas a permanência do trabalhador na escola. Essas condições só po derão existir quando forem aumentadas substancialmente as ver bas para a educação, quando esses recursos forem administrados e fiscalizados pelos próprios trabalhadores, quando os dirigen tes das escolas forem escolhidos democraticamente, e sobretudo, quando a distribuição da renda for justa.

A política de ensino pago condena a escola pública ao desaparecimento. Há 25 anos a escola privada representava já 20% da totalidade do ensino superior. Hoje ela representa mais de 75%. Dessa forma, ficam cada vez mais reduzidas as já minúsculas esperanças de uma formação universitária para as classes trabalhadoras.

Como diz Florestan Fernandes na justificativa de sua sugestão de dispositivos constitucionais para a educação, "o desprezo diante das classes humildes, subalternas e trabalhadoras estigmatizou e empobreceu a educação básica, tornando a escola uma instituição social de segunda ordem, desprezível. A sala de aula perdeu o significado pedagógico que deveria ter como célula do processo escolar, o centro de comunhão do aluno e professor. De outro lado, a escola superior isolada ou como parte da universidade ganhou todas as prioridades, de prestígio e de valorização social, mas somente como mediadora entre ambição de uma carreira e a obtenção de um diploma. Essa tradição cultural está se esfacelando. Ela chegou ao fim. Porém precisamos encetar um novo processo criativo, que una o micro (a escola e a sala de aula) ao macro (a sociedade global e o Estado).

Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ponha em primeiro lugar a escola, a sala de aula, a democracia no seio da comunidade escola e defina as conexões que precisam existir entre o crescimento do sistema escolar e o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade de classes deformada e selvagem. O fim último consiste em extinguir a deformação e a selvageria do capitalismo periférico: emancipar as classes trabalhadoras e a nação e, ao emancipá-las, liberar os donos do poder de seu jugo à dominação econômica, cultural e política externa. Isso exige que se ponha o Conselho Federal da Educação no lugar que lhe compete, que se recorra a um

Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional capaz capaz de ligar o micro ao macro e de conduzir a explosão educacional, a través de um Plano Nacional de Educação concebido em termos do planejamento democrático e da interação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sem formas de centralização absurdas e prepotentes.

O Brasil não está condenado a reproduzir-se como um país de mandões e de humilhados, de notáveis e de rústicos. A eclosão do ensino, que sempre foi retardada, hoje coloca-se como uma revolução social e cultural ininterrompível".

Cajamar, 5 de março de 1989

Coordenação da Comissão de Assuntos Educacionais

III - PROPOSTAS EDUCACIONAIS DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

III.a - Lei de Diretrizes e Bases

Advertência:

O grupo que discutiu o tema não chegou a concluir sua tarefa, deste modo é preciso esclarecer o seguinte:

1. O presente texto é resultado da inclusão das emendas propostas pelo grupo sobre o texto-base distribuído no I ENEd.
2. A estrutura adotada para a redação atual foi sugerida pelo próprio grupo, qual seja:
 1. Questões preliminares: Escola e Classe Trabalhadora
 2. Fins e princípios (Escola Unitária)
 3. Estrutura e Organização
 - 3.1. Educação Infantil
 - 3.2. Ensino Fundamental (1º grau)
 - 3.3. Ensino Médio
 - 3.4. Ensino Superior
 - 3.5. Ensino Supletivo
 - 3.6. Ensino Especial (padrão de qualidade)
 4. Democratização - Acesso, e permanência e gestão (CNDE e Conselho)
 5. Papel do Estado - Verba e Controle
 6. Organização do Trabalho
 7. Formas de Luta (Foruns e Conferências NE)
3. Alguns dos itens propostos na estrutura acima ficaram sem redação devido a mudança na sua forma global.
4. O grupo propôs alguns encaminhamentos:
 - Um novo Encontro com limite até junho e na eventualidade da realização do Seminário sobre LDB, em maio de 89, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares articulada com as Secretarias Estaduais, deverá promover plenárias de debate e preparação dos petistas para esse Seminário.

- A formação de um grupo especial da Universidade e Pesquisa Científica e Tecnológicas.
- Por não ter sido discutida, ficou a preocupação do grupo sobre a formação do educador: "Quem educa o educador".

1. QUESTÕES PRELIMINARES

O PT, instrumentalizado teórica, filosófica e politicamente, para intervir no processo de elaboração da LDB:

a) buscará a direção e fazer triunfar suas concepções e suas propostas;

b) proporá formas de luta, em articulações com partidos, entidades e movimentos, que incorporem no todo ou em parte as posições do Partido.

O PT e a luta pela LDB da Educação

A luta por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade para todos e em todos os níveis é antiga e envolveu, historicamente, entidades, movimentos e partidos, em passado recente.

Essa luta se acentua e avança, substancialmente, durante os anos de resistência contra a ditadura militar e, mais recentemente, no período em que as entidades do movimento sindical e popular, e os partidos progressistas se empenharam no esforço político de ver suas posições consagradas na nova Constituição. Durante esse período, muitas propostas e sugestões foram produzidas e colocadas neste espaço de luta política.

O PT se empenhou, firmemente pela aprovação na Constituinte de uma série de princípios acumulados nessa luta, em torno dos quais se verificou suficiente margem de consenso para chegar-se a uma proposta unitária, a qual foi a base para a emenda de iniciativa popular patrocinada pelo Forum da Educação na Constituinte e, Defesa do Ensino Público e Gratuito.

Uma vez concluídos os trabalhos constituintes e promulgada a Constituição de 1988, abre-se um novo período em que um dos objetivos será a elaboração de uma nova LDB da Educação Nacional.

É previsível que, neste momento, se explicitem, com clareza, as divergências que consubstanciam os interesses contraditórios entre participantes que, conjuntamente, foram aliados na luta comum contra a ditadura militar e contra os conservadores na Constituinte.

Para o PT é importante preparar-se para a defesa dos princípios fundamentais que assegurem na conjuntura e na correlação de forças em permanente movimento a conquista dos objetivos políticos do nosso Partido, na defesa dos interesses da classe trabalhadora, em matéria de educação e cultura.

Para tanto é necessário que o PT se empenhe na ampliação e fortalecimento de um Fórum que articule e unifique entidades, partidos e movimentos que se identifiquem, politicamente, na defesa dos princípios que tenham por objetivo a construção de uma escola e de uma educação públicas que interessem à classe trabalhadora.

É fundamental que se tenha clareza de que a escola e a educação hoje existentes na sociedade brasileira, são resultantes da hegemonia da classe dominante, a qual veicula valores, conceitos e símbolos que servem à manutenção da ordem burguesa, contra a qual lutam os trabalhadores e o PT.

É importante, também, que se tenha clareza que os princípios aprovados no processo de negociação e compromisso que ocorrem na Constituinte favorecem os interesses conservadores e provatistas, a despeito de abrir espaços e algumas perspectivas para que se consolidem algumas conquistas resultantes da luta democrática e popular.

Para um partido como o PT, comprometido com a transformação socialista, é importante a cada movimento, a tentativa de forçar e romper os limites colocados pela institucionalidade burguesa.

Tendo em vista esses pontos como referenciais teóricós políticos centrais, deverá o PT apoiar a convocação de uma Conferência Nacional em defesa do ensino público e gratuito, com o objetivo de buscar a elaboração de uma proposta unitária, em torno da LDB, e da intervenção consequente junto ao Poder Legislativo.

A nova LDB deverá conter os princípios básicos e as diretrizes gerais para o processo educacional brasileiro, desde a educação infantil até o nível de pós-graduação. Deverá constituir a fundamentação jurídica e política para a legislação complementar que se faça necessária, como as leis para o ensino de 1º e 2º graus, para a educação superior, a educação superior, a educação supletiva, a educação especial, etc., que em seu conjunto revoguem a concepção autoritária e os princípios autocráticos das leis educacionais da ditadura militar (Lei 5692/71, 5540/68, etc.) deverá, também, contrapor-se à jurisprudência autoritária, elitista e privatizante criada pelos pareceres do CFE, órgão que deve ser sumariamente extinto, em virtude de seu caráter anti-democrático e anti-popular.

Em seu lugar e no lugar dos atuais Conselhos Estaduais de Educação, defendemos o CNDE.

2. FINS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO

A Educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade, igualdade e justiça sociais e pautada no trabalho social como fonte de riqueza, dignidade e bem estar universais, de

verá contribuir para o fim das desigualdades sociais e portanto deve:

a) formar cidadãos plenamente capazes de uma compreensão crítica da realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades frente ao Estado e ao conjunto da sociedade; esta formação diz respeito especialmente aos trabalhadores do país, aliçados da Escola em todos os níveis.

b) propiciar a cada cidadão condições de poder ser governante e de controlar os dirigentes na gestão democrática do poder;

c) preparar cidadãos, pelo domínio do conhecimento cultural, do científico e tecnológico, para o exercício digno do trabalho, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária;

d) promover o fortalecimento de unidade e a solidariedade internacional, contra todas as formas de pressão, de preconceitos e de desrespeito à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade;

e) promover a participação popular nas definições da organização social, política e econômica da região e do país.

PRINCÍPIOS

A Educação Nacional é pública, gratuita em todos os níveis, laica, democrática e universal.

3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

3.1. Educação Infantil (0 a 6 anos)

1. Constitui obrigação do Estado instituir escolas de educação infantil para atender à demanda da população.

2. A educação escolar infantil tem por objetivo geral o desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, emocional e intelectual, a aquisição de habilidades psicomotoras necessárias à realização do trabalho intelectual e a formação de atitudes coletivas de cooperação e consciência social.

3. As instituições de ensino infantil deverão ter orientação comum quanto à adequação do ambiente físico às atividades pedagógicas das crianças de zero a seis anos de idade, procuraado sempre que possível a garantia de atendimento, em tempo integral, sempre que houver demanda.

Parágrafo Único - As creches e pré-escolas deverão ser irrepreensíveis quanto aos preceitos de higiene e limpeza, cabendo ao Poder Público a rigorosa fiscalização de tais condições.

4. Garantir através do pagamento de impostos especial (Constituição "Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas") pelas empresas urbanas e rurais. Esta verba gerenciada pelo Estado sob controle popular.

3.2. Ensino Fundamental (1º grau)

1. O ensino de 1º grau com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças, a partir de sete anos de idade, visando a propiciar formação básica comum indispensável a todos.

2. O ensino fundamental tem por objetivo o acesso sistemático ao domínio da leitura, da escrita e do cálculo, bem como ao conhecimento historicamente produzido, mediado pelas referências pessoais e sociais do aluno, de modo a torná-lo apto a a, progressivamente, compreender as leis que regem a natureza e as relações sociais próprias da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, desenvolver habilidades que favoreçam

tanto a leitura crítica como a intervenção consequente no mundo em que vive.

3. O ensino fundamental será ministrado em língua nacional e a língua portuguesa será veiculada no que diz respeito à alfabetização bilíngue, considerando-se a diversidade étnica e linguística da sociedade brasileira.

§1º - É assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

4. Além da quatro horas de escolaridade obrigatória, fica garantida ao aluno a frequência facultativa de até quatro horas diárias, em escolas públicas próximas à sua área de moradia para estudos complementares orientados, atividades culturais e de organização.

3.3. Ensino Médio (2º grau)

1. O ensino de 2º grau constitui etapa conclusiva do ensino fundamental e é direito de todos, e visa aprofundar o entendimento das relações entre os homens e destes com a natureza, através de métodos didáticos que levem o jovem a estudar e a pensar de forma cada vez mais autônoma, independente, criativa e crítica.

O ensino de 2º grau visa assegurar formação humanística, científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento da consciência crítica, em todas as modalidades de ensino em que se apresentar. Seu currículo visa compreender a complexa realidade da técnica--trabalho (potencial), produtora de riqueza universal, à luz da técnica-ciência (tecnologia) e da concepção histórico-humanista.

3. A estrutura curricular do 2º grau, além do estudo da língua nacional, abrangerá áreas do conhecimento que per

mitam a apreensão dos fundamentos da estrutura e da dinâmica da formação social, compreensão crítica do processo produtivo em suas relações com a sociedade.

4. O ensino de 2º grau terá duração mínima de três a nos letivos.

5. Os planos plurianuais de Educação deverão ter, o brigatoriamente, fixar metas de expansão da rede pública.

6. Sem prejuízo da concepção do ensino utilitário, as escolas de 2º grau serão informadas pelas difernetes preocupações fundamentais do mundo do trabalho, cujos currículos, portanto, reflitam os grandes matizes da área profissional, tais como, o magistério, o científico e o humanista.

PROPOSTA PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

7. O ensino profissionalizante é atribuição do ensi no superior.

§1º - Se houver insuficiência conjuntural de vagas no ensino superior para o atendimento da demanda de formação de profissionais, poderão ser criados cursos profissionalizantes para estudantes com o 2º grau completo, obedecidas as seguintes condições:

I - Cumprimento das normas gerais da educação nacio nal;

II - Elaboração e acompanhamento do curso por uma IES especial;

III - Autorização, avaliação pelo Poder Público.

§2º - Tais cursos serão suprimidos à medida que a de manda for atendida pelo ensino superior.

§3º - O Estado deverá financiar esses cursos.

8. Estabelecer regime especial de trabalho para os a lunos trabalhadores, assegurnado-lhes a redução de sua jornada, sem prejuízo salarial; condições para estimular a permanência desses alunos na escola, inclusive

sem prejuízo salarial; condições para estimular a permanência desses alunos na escola, inclusive pela redução do número de horas-aula diária, acompanhada do correspondente aumento de a nos letivos, e outras formas de apoio aos estudantes trabalhadores.

3.4. Educação Superior

DOS OBJETIVOS, DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

1. A educação superior tem como objetivos gerais a produção de conhecimento, sua difusão, e a formação de recuros humanos de nível superior e o atendimento às demandas sociais mais amplas tendo em vista contribuir ativamente para a solução dos problemas nacionais, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática, igualitária e justa.

§1º - A educação superior, integrante do Sistema Nacional de Educação, deverá se desenvolver de modo articulado com a educação básica, no que se refere a objetivos, estrutura curricular e capacitação e incapacitação de professores, dando atenção especial aos cursos de licenciatura.

§2º - Organizadas com base na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, as instituições de educação superior visam a atingir um padrão unitário de qualidade em nível nacional, respeitadas as peculiaridades locais e regionais.

2 - As instituições de educação superior poderão ministrar os seguintes cursos:

- a) de graduação
- b) de pós-graduação
- c) de aperfeiçoamento e especialização

§1º - Além dos cursos mencionados, as instituições organizarão, sistematicamente, eventos abertos à participação de toda a população, em resposta a demandas sociais e específii

cas.

§2º - Os cursos de graduação deverão ter uma base comum nacional, de acordo com o disposto no inciso V do artigo 14 da presente lei.

3. A educação superior será desenvolvida, preferencialmente, em universidades públicas, mantidas as seguintes características organizativas:

a) unidade de patrimônio e administração;

b) universalidade de campo, pelo desenvolvimento das áreas fundamentais do conhecimento, em conformidade com o artigo 1º da presente lei.

4 - A educação superior pública e gratuita, constitui dever do Estado, que deverá garantir os recursos necessários ao atendimento pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo as metas fixadas pelos Planos Nacionais de Educação.

5 - As Universidades e Estabelecimentos isolados de ensino superior públicos organizar-se-ão sob a forma de Autarquias do Regimento Especial, em conformidade com a presente lei.

6 - A organização e funcionamento das Universidades serão disciplinados em estatutos (definidos democraticamente), elaborados de acordo com o previsto na presente lei, que serão homologados pelo Conselho Universitário e referendados pelo Conselho Nacional de Educação.

7 - A organização e funcionamento de Estabelecimentos isolados serão disciplinados em regimentos, elaborados de acordo com o previsto na presente lei, homologados pelo Conselho Superior Competente e referendados pelo Conselho Nacional de Educação.

8 - A administração superior da Universidade caberá

ao Conselho Universitário, presidido pelo Reitor e constituído dos dirigentes das unidades de ensino e administrativas, representantes eleitos do corpo docente, discente e técnico-administrativo e nele não haverá membros natos. Caberá à IES definir a forma de participação dos representantes das comunidades científica, artística, cultural, dos trabalhadores e dos empresários.

9 - A administração superior dos estabelecimentos isolados caberá a colegiado deliberativo presidido pelo Diretor, constituído dos dirigentes, representantes eleitos do corpo docente, discente e técnico-administrativo e nele não haverá membros natos. Caberá os estabelecimentos isolados a definição, em seus estatutos, da participação dos representantes da comunidade científica, artística, cultural dos trabalhadores e dos empresários.

10 - Nas IES existirão colegiados deliberativos de coordenação de atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma do respectivo estatuto.

11 - Nas unidades que integram as IES haverá igualmente colegiado deliberativo, presidido pelo respectivo dirigente, na forma do estatuto.

12 - As Universidades e Estabelecimentos isolados de ensino superior públicos terão autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial com relação ao poder público, ressalvados os dispositivos constitucionais e as prescrições da presente lei.

§1º - A autonomia didático-científica consiste em:

I - Fixar seus objetivos pedagógicos e suas metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, sem quaisquer restrições de natureza filosófica, política, religiosa e ideológica, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Na

cional de Educação;

II - Criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação e outros, a serem realizados em sua sede ou fora dela, observadas as diretrizes referidas no inciso I;

III - Definir os currículos de seus cursos, observada a base comum nacional para os cursos de graduação prevista no §2º do art. 43 desta lei;

IV - Estabelecer o calendário escolar e regime de trabalho didático de seus diferentes cursos, sem outras limitações a não ser as previstas na presente lei;

V - Estabelecer critérios e normas de seleção, admissão, promoção e habilitação dos estudantes;

VI - Conferir graus, diplomas e outros títulos universitários.

§2º - A autonomia administrativa consiste em:

I - Elaborar os seus estatutos e regimentos, de acordo com o estabelecido nos artigos 47 e 48 da presente Lei;

II - Escolher seus dirigentes, na forma de seus estatutos e regimentos;

III - Estabelecer seu próprio quadro de pessoal, docente e técnico-administrativo, dentro dos limites de seu orçamento;

IV - Autorizar o afastamento do país de professores e técnico-administrativo para participar de atividades científicas e culturais no exterior, nos termos de seu Regimento.

§3º - A autonomia para a gestão financeira e patrimonial consiste em:

I - Administrar os recursos de dotações orçamentárias globais regulares assegurados pelo poder público;

II - Administrar os rendimentos próprios e o seu patrimônio e dele dispor, na forma de seu Estatuto;

III - Receber subvenção, doações , heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios com entidades públicas ou privadas;

IV - Celebrar contratos referentes obra, compra, a alienação, locação ou conversão, obedecendo ao procedimento administrativo de licitação, cabendo-lhes definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

V - Elaborar o orçamento total de sua receita e despesa a partir de suas unidades básicas e submetê-los a aprovação dos colegiados superiores competentes, de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas nos seus planos globais;

VI - Promover alterações nos planos globais, quando necessárias;

VII - Definir, em regulamento próprio, normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do orçamento, realizando anualmente a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos.

13 - As IES têm legitimidade para pleitear em juízo a anulação de qualquer ato que implique violação do imposto nesta Lei ou que obste a realização dos seus objetivos.

14 - As IES mantidas pela iniciativa privada terão personalidade jurídica própria e distinta da de suas mantenedoras, aplicando-se a elas as normas gerais de organização de Ensino Superior definidas na presente Lei, bem como o estatuto da autonomia relativamente às respectivas Mantenedoras.

15 - O Poder Público, mediante expressa autorização do Conselho de Educação competente, poderá intervir nas administração das Universidades, aempres que se constatar séria ameaça à sua integridade patrimonial em virtude de atos de sua administração superior, improbidade da gestão orçamentária ou declara

da transgressão da legislação superior.

§ Único - a iniciativa da intervenção caberá sempre ao Conselho Superior da IES, que a solicitará ao Poder Executivo.

CAPÍTULO II - DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

16 - As instituições de educação superior públicas e privadas desenvolverão suas atividades dentro do espírito democrático, assegurando a participação da comunidade universitária em todas as instâncias deliberativas.

17 - Os colegiados superiores das instituições públicas referidos nos artigos 49 e 50 serão constituídos por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária, eleitos direta e secretamente e neles não haverá membro natos.

§1º - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos nos colegiados superiores será definida pelo estatuto da Instituição;

§2º - A representação de docentes, discentes e técnico-administrativos nos órgãos colegiados de administração superior dos estabelecimentos isolados será definida pelo estatuto da Instituição.

18 - O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade serão escolhidos entre os membros da comunidade universitária através de eleições diretas e secretas, com participação, preferencialmente paritária, dos segmentos discente, docente e técnico-administrativos.

§1º - O Ministro da Educação nomeará o Reitor e o Vice-Reitor eleitos pela comunidade universitária;

§2º - O mandato do Reitor e do Vice-Reitor é de 4 anos, não sendo permitida a recondução.

19 - O diretor e o vice-diretor de unidades integran

tes da IES serão nomeados pelo Reitor, após eleição direta e secreta realizada em cada unidade, com participação dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo.

20 - o diretor e o vice-diretor de estabelecimento isolado federal serão escolhidos entre os membros da comunidade do estabelecimento, através de eleição direta e secreta, com a participação preferencialmente paritária dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo.

§1º - O Ministro da Educação nomeará o diretor e o vice-diretor eleito pela Comunidade de Estabelecimento de Ensino Superior.

§2º - O mandato do diretor e do vice-diretor de Estabelecimento isolado ou unidade universitária, será de quatro (4) anos, não permitida a recondução.

21 - As eleições para a escolha de Reitor, bem como do Diretor e Vice-Diretor de Estabelecimento Isolado ou unidade universitária, deverão efetuar-se entre 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias antes do esgotar-se o mandato do antecessor ou dentro de 60 (sessenta) dias após a vacância, quando for o caso.

§ Único - Em caso de vacância dos cargos de vice-Reitor e vice-Diretor da Unidade ou de Estabelecimento Isolado o Conselho Universitário ou equivalente elegerá Vice-Reitor ou Vice-Diretor "pro-tempore" até a eleição do sucessor.

22 - O regimento geral da Universidade e o regimento de Estabelecimento Isolado disciplinará os processos eleitorais previstos neste Capítulo, observando-se o disposto nos artigos 20, 21, 22 e 23 da presente Lei.

23 - Os Estatutos e Regimentos decerão ser elaborados e aprovados em processo definido no âmbito de cada IES, com a participação de toda a comunidade universitária, através da

mecanismos democráticos e representativos e homologados pelo Conselho Universitário.

24 - As IES implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação sistemática das suas atividades, levando em conta os fins da educação estabelecidos na presente Lei, e seus compromissos para com a sociedade.

§1º - A avaliação do docente levará em conta as atribuições de ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica.

§2º - a avaliação docente no ensino deverá envolver os estudantes, na pesquisa os pares e, na extensão, a comunidade envolvida.

CAPÍTULO III - DO PESSOAL

(Transcrito, na íntegra, do documento preliminar do GTPE/ago/88)

25 - O regime jurídico dos docentes das IES obedecerá aos seguintes princípios, aplicáveis uniformemente a todas as IES.

I - identidade de estrutura de cargos e funções, isolados e de carreira, e respectiva isonomia de salários;

II - Igualdade de direitos e deveres, em cada classe e nível;

III - exigência de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, como condições para a primeira investidura em cargo de carreira e também para a investidura no cargo final;

IV - regime de progressão funcional, baseado na avaliação de desempenho acadêmico e titulação.

§ Único - O tempo de serviço será considerado apenas para a progressão salarial.

V - a posição funcional não implicará diferenciações de atribuições administrativas nem exclusão de participação em

qualquer cargo eletivo;

VI - a qualificação de vagas e a lotação de cargos deverão ser definidos no âmbito da própria instituição;

VII - política de capacitação de pessoal docente:

§1º - deverá ser instituída uma política de pós-graduação que garanta a aplicação do nº de vagas e apoio ao aperçoamento e capacitação docente.

§2º Serão mantidos todos os direitos dos docentes durante o período de afastamento para afeição em instituição nacional e estrangeira.

§3º - O professor será dispensado de atividades didáticas durante o prazo de cumprimento de créditos, ainda que realize pós-graduação na própria instituição, e terá apoio institucional no caso de deslocamento para capacitação em outras instituições do país e do exterior.

§4º - Os prazos para afastamento serão regulamentados pela IES.

VIII - Fica instituído o semestre sabático para a carreira docente, cuja concessão será coordenada pelo departamento e vinculada à aprovação de plano de atividades.

IX - Fica assegurada a estabilidade no emprego desde o início do contrato de trabalho, resguardada a possibilidade de demissão após o processo deliberativo, garantido o direito de defesa e recursos do servidor e, nos casos de falta grave, a aplicação de pena após a instauração do devido processo administrativo e decisão por 2/3 dos membros em exercícios no departamento.

X - O afastamento de docentes para o exercício de atividades em órgãos públicos não universitários está sujeito à aprovação prévia do departamento.

§1º - Em qualquer caso, o afastamento se fará sem

ônus para a instituição de origem.

§2º - A duração máxima de afastamento do docente será de ____ anos, após o que cessará sua vinculação à instituição.

XI - Aposentadoria integral.

26 - O regime de trabalho fundamental para a carreira docente é a dedicação exclusiva e, nas áreas profissionais, fica garantida a opção a dedicação parcial de 20 horas. Ficam, portanto, extintos os regimes de 40 horas sem dedicação exclusiva de hora-aula.

27 - Após cada (um) ano de efetivo exercício, o servidor faz jus à gratificação adicional por tempo de serviço, correspondente a um por cento (1%) do respectivo salário.

28 - A aposentadoria do servidor ocorrerá:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente por implemento de idade;

III - voluntariamente, ao completar 30 anos de efetivo exercício em funções do magistério, se do sexo masculino, ou 25 anos, se do sexo feminino.

§1º - Aplicam-se aos docentes das categorias profissionais que trabalham em atividades insalubres ou perigosas, na forma que dispuser a legislação pertinente à matéria.

29 - Será de 45 (quarenta e cinco) dias o período anual de férias para docentes.

30 - O plano único de cargos e salários disciplinará normas e procedimentos no capítulo desta Lei.

4. Democratização (acesso, permanência e gestão)

1. As escolas públicas e particulares desenvolverão suas atividades de ensino dentro do espírito democrático e participativo, assegurando a participação da comunidade na discus

são e implantação da proposta pedagógica.

§ Único - Serão incentivadas as associações de professores e especialistas, os grêmios estudantis e as associações de pais e mestres.

2 - Nas escolas públicas serão formados os Conselhos Escolares e a direção será escolhida por eleição na comunidade escolar, através de normas defidas por seus regimentos internos.

3 - A política educacional do Estado será definida após consulta às entidades representativas de professores, pais, alunos e funcionário, e controlada pelo Conselho Popular de Educação através do Plano Estadual de Educação.

4 - O Conselho Popular de Educação terá como uma de suas atribuições o acompanhamento e fiscalização das receitas do Estado e gastos com a Educação.

5 - O Conselho Popular de Educação será composto por representantes de todas as entidades sindicais, estudantis e populares que defendam os interesses dos trabalhadores e do povo, ligados à Educação.

6 - Garantir eleições livres e diretas para todos os cargos de direção da Educação Pública Popular.

7 - As Instituições de Ensino em todos os níveis possuirão um Conselho Escolar que será a instância máxima e real de decisões da escola com atribuições de fiscalização e avaliar a implementação do Plano Estadual de Educação na unidade em termos administrativos, técnicos e didático-pedagógicos.

8 - A composição do Conselho Escolar dar-se-á com representantes dos professores, funcionários, estudantes e da comunidade organizada (Associação de Moradores, Associação de Pais e Mestres).

9 - As Instituições de Ensino em todos os níveis terão garantidas a sua autonomia pedagógica, científica e adminis

trativa em relação ao Estado que garantirá os recursos financeiros para seu pleno funcionamento.

10 - A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira das Instituições de Ensino em todos os níveis de verá ser democrática e de domínio público e será regulamentada por Esatatos e Regimentos próprios definidos no seu âmbito e com a participação da comunidade escolar e da comunidade organizada (Associação de Moradores, Associação de Pais e Mestres).

4.1. Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional

1. Fica criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional, que deverá estabelecer as metas e os programas de curto, médio e longo prazos do Plano Nacional de Educação, conforme se determinações a serem fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ele deverá combinar o planejamento educacional com a descentralização e a democratização nos âmbitos dos sistemas nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais de ensino, das escolas ou estabelecimentos educacionais de todos os graus e níveis, levando em conta as contribuições e as potencialidades do ensino público e do ensino privado leigo e confessional.

2. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional indicará em conformidade com o que foi estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1º) Como se organizarão as diversas categorias de carreiras unificadas no magistério, garantindo a isonomia salarial, a provisão de cargos e funções por concurso público de títulos e provas, salários condignos e condições eficientes de trabalho, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização; 2º) A íntima associação do ensino à pesquisa, especialmente na universi

dade, de modo a assegurar um padrão mínimo comum de qualidade em todas as instituições, a promover a expansão da pesquisa em todos os campos do saber e através dela conquistar a autonomia cultural artística e tecnológica do país e contribuir para a melhoria das condições de vida, trabalho e participação política da maioria da população brasileira; 3º) como as comunidades escolares, através dos Conselhos Escolares, orientação e seleção, a produção, a tradução e a edição de livros didáticos, com vistas a resguardar sua qualidade e a consagrar os princípios do pluralismo intelectual.

3. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional promoverá a expansão dos cursos de extensão, dotando os estabelecimentos de 2º grau, e principalmente as universidades, de condições favoráveis a essa realização, na forma a ser estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional.

4. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional procurará estimular a diferenciação das universidades e, em especial, incentivar o aparecimento de universidades regionais de alto nível, vinculadas aos interesses e aos valores das classes trabalhadoras (como universidades técnicas, universidades operárias, universidades livres) e, segundo o que for estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promoverá um sério esforço para dissociar as escolas e os estabelecimentos de ensino do controle ideológico, intelectual e político das elites culturais das classes dominantes e da modernização à distância, manipulada pelas nações capitalistas que centram sua superpotência e por fundações estrangeiras de vários tipos.

5. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional deverá nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecer os critérios orgânicos de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, com

as conseqüentes necessidades ou possibilidades de suplementação de recursos da União às demais unidades.

5. Papel do Estado, Verbas e Controle

5.1. Papel do Estado

5.2. Verbas para o Ensino

1. Destinar as verbas públicas para as escolas públicas com os seguintes requisitos:

a) percentual específico para a educação da criança de 0 a 6 anos.

b) oferta de vagas suficientes para propiciar a toda a população o acesso a escolaridade completa de 1º grau.

c) promoção e melhoria da qualidade de ensino público e das condições adequadas de formação, exercício e remuneração do magistério;

d) dotações específicas para a educação básica de jovens e adultos trabalhadores.

2. Normas e mecanismos para assegurar que a destinação excepcional de verbas públicas a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, conforme o disposto na Constituinte, só venha ocorrer quando as condições definidas no item anterior estiverem comprovadamente atendidas;

3. Exigências no sentido que os estabelecimentos de ensino comunitários, filantrópicos ou confessionais, que se credenciem a receber excepcionalmente verbas públicas:

a) definam em seus Estatutos, no caso de instituições de educação da criança de 0 a 6 anos, que sua finalidade é eminentemente educativa, e, no caso de instituições de 3º grau, que seus fins únicos são a pesquisa, o ensino e a extensão;

b) possuam único Estatuto para a mantenedora e o es

tabelecimento de ensino;

c) publiquem seus balanços financeiros, de modo a torná-los de domínio público;

d) promovam a gestão democrática de seus recursos, com a participação de docentes, alunos, funcionários, pais e representantes das comunidades interessadas; e) submetam-se a supervisão e coordenação dos órgãos públicos competentes.

5.3. Controle

1. Sanção contra o não cumprimento da L.D.B.

2. Estabelecer mecanismos de controle e punição para o não cumprimento da lei, de tal forma que este controle possa ser excluído mediante recurso impetrado por qualquer cidadão.

6. Organização do Trabalho

1. Estabelecer planos de carreira docente, a nível nacional, que definam: a) padrões de formação, ingresso, progressão, remuneração, aposentadoria e outros direitos e deveres; b) concurso público de títulos e provas para acesso aos níveis finais do sistema público de títulos e provas para acesso aos níveis finais do sistema público de ensino superior; d) adicional noturno compatível com a jornada neste período; e) formas de supervisão e controle des ses planos, por parte de órgãos competentes.

2. Estabelecer regime jurídico e remuneração salarial isonômica mínima para os docente, em cada nível de ensino e nas diferentes esferas de governo (federal, estadual, municipal) em que atuam.

3. CONTRATO DE TRABALHO DOS PROFESSORES

Os professores de qualquer grau de ensino devem ser

contratados em bases permanentes e remunerados com salários mensais baseados nas horas semanais de trabalho. Fim do pagamento por hora-aula e da hora-atividade. O contrato por semana de 20 h ou 40 h ou outra que os professores venham decidir, será a norma contratual. TODAS AS CONQUISTAS DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES SERÃO ESTENDIDAS AOS DEMAIS PROFESSORES.

4. APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES

Todo o professor terá direito e obrigação de aperfeiçoar-se. O aperfeiçoamento dos professores não é apenas de interesse privado dos mesmos e sim da sociedade.

Assim, além do tempo dedicado ao aperfeiçoamento no próprio trabalho com a redução do tempo em sala de aula para 50% do tempo contratual de trabalho, os professores terão o direito ao "ano sabático" é aquele que cada professor terá direito após cinco anos de trabalho na escola. No "ano sabático" o professor deverá desenvolver estudos junto as universidades e institutos de pesquisas para aperfeiçoar-se. Neste ano sabático receberá integralmente seus salários.

5. Estabelecer condições plenas para reciclagem e atualização permanente do magistério, inclusive mediante: a) criação de centros de estudos para professores; b) destinação de recursos financeiros para a participação em cursos, congressos e atividades congêneres; c) fixação de período sabático, para fins de aperfeiçoamento profissional.

6. Estabelecer mecanismos que assegurem aos atuais professores leigos a qualificação necessária ao exercício profissional.

6.1. Zona Rural

1. Expansão e melhorias na rede física já existente;
- = 2. Criação de escolas de 1º e 2º graus em todas as vilas e distritos e de 1º grau nas linhas;
3. Que seja garantido ao professor rural juntamente com a comunidade a elaboração de currículos e programas escolares, a fim de ser garantido a especificidade de cada comunidade;
4. Criação de casa do professor em todos os municípios;
5. Fim do ensino multigraduado;
6. Assegurar o transporte gratuito aos professores e alunos rurais;

6.2. O Trabalhador e a Educação

1. Criar cursos noturnos onde houver demanda comprovada de população trabalhadora.
2. Direito a 150 horas anuais a cada 3 anos de sua jornada de trabalho para sua formação e sob a direção de organização da classe a que pertence.
3. Estabelecer dispositivos que reconheçam a ação de instituições da sociedade civil na educação de jovens e adultos trabalhadores.

7. FORMAS DE LUTA

1. Para garantir o maior sucesso de nossa proposta, considera-se indispensável a ampliação (incluindo-se Partidos) e o fortalecimento do Forum Nacional de Educação junto ao Poder Legislativo, quando da elaboração e aprovação da nova LDB.

2. Por essa ocasião e dentro da mesma preocupação política propõe a convocação de uma Conferência Nacional em defesa do Ensino Público.

III.b - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ADVERTÊNCIA:

A equipe responsável pela redação sentiu-se impossibilitada de construir um texto definitivo sobre este tema pois o grupo encarregado de desenvolvê-lo remeteu à plenária apenas tópicos para a discussão.

Receosos de atribuir interpretações dúbias e de não contemplarmos os eixos principais da discussão ocorrida, apresentamos aqui uma breve introdução feita pela Coordenação e o relatório dos trabalhos do grupo ficando o texto-base como anexo. Desta forma acreditamos facilitar o entendimento dos companheiros a respeito da produção obtida.

I N T R O D U Ç Ã O

A O R O T E I R O D O P N E

GRUPO PNE - RELATÓRIO

PONTOS DA DISCUSSÃO

- Elementos para uma concepção petista de educação
- Crítica histórica da escola capitalista e elementos para sua superação
- Pontos a serem objetivados PNE
- Encaminhamentos e tarefas

I - Bases para um Projeto Petista de PNE

. Clareza da influência da questão ideológica na produção do conhecimento;

. Vinculação da concepção de conhecimento de uma política educacional e crítica da educação formal na escola;

. Relação entre o PNE e o projeto de governo e socialismo que o PT quer construir;

. Vinculação da educação à questão da democracia enquanto criadora de vários espaços que inclusive extrapolam a escola;

. Importância de superar um período de elaborar simplesmente 'fronteiras educacionais' para passar a aprofundar a discussão sobre a concepção de conhecimento que o partido quer construir;

. Sobre a questão do conhecimento: construção de uma concepção de conhecimento dos trabalhadores que rompa com a ideologia burguesa, vinculação do conhecimento à praxis cotidiana, rompimento com uma concepção que torna os trabalhadores receptores do conhecimento e transformá-la numa concepção que os construa enquanto agentes da produção de conhecimento, ques

tão entre as diferentes concepções de conhecimento e os diferentes MLP;

. O PNE deve ser um projeto político e não apenas uma simples cartilha eleitoral, ou seja, um plano de intervenção nos movimentos;

. Construir uma concepção de PNE que contemple a diversidade de concepções sobre a educação que existem no interior do PT e no movimento operário e popular. Exemplo a educação formal e não formal;

. Elaboração teórica e também prática de uma concepção petista da educação;

. Importância do PT elaborar uma estratégia de eliminação do ensino privado;

. Necessidade do PT intervir também nas diferentes experiências educacionais não-formais que se desenvolvem no país como a educação do 'menores de rua' e as escolas comunitárias em Pernambuco;

. Aprofundar a experiência no movimento sindical em sistematizar o ensino não formal como é o caso das 'escolas de Ip';

. Necessidade de renovar nossa linguagem e alguns conceitos ultrapassados no campo da educação;

. O PNE é o resultado do conjunto de discussão do I ENEd/PT.

A educação é um ato político-partidário e com este caráter deve abranger:

1. Organização dos educadores dentro do partido;
2. O PT, enquanto partido revolucionário, construa sua dimensão pedagógica:

As falsas dicotomias entre educação formal X educação

ção não-formal, saber popular X saber erudito, são criadas, no entanto, devem ser entendidas enquanto campos diferentes de a tuação.

Os PNEs que foram elaborados no Brasil revelam a si tuação de luta da burguesia com o proletariado nos momentos históricos em que foram elaborados.

O PNE deve ter a "cara" do PT independente se vai ou não ser aprovado pelo Congresso.

Que tipo de discurso vai ser formalizado no PNE do PT? Este discurso vai se diferenciar do discurso apro priado pela burguesia e esvaziado ao conteúdo significativo, construído historicamente pela esquerda?

II - Crítica Histórica da Escola Burguesa e Propos
tas tas para sua Superação

. Crítica à escola burguesa tanto do ponto de vista de sua concepção bancária de educação, desprestígio profissional da classe dos trabalhadores em educação, papel da escola burguesa como aparelho ideológico, vinculação da crítica da es cola capitalista à sociedade de capitalista, vinculação da con cepção de escola capitalista ao projeto desenvolvimentista, fal ta de recursos, visão taylorista de educação.

. Necessidade de articular reivindicações imediatas com as reivindicações político-partidárias.

. Necessidade do PT dar uma direção política para a luta pedagógica.

. Dar ênfase às questões do dia-a-dia (currículos, etc.) para superar a escola capitalista.

. Dificuldades em expandir novas experiências peda gógicas a alguns setores significativos do professorado.

- . Vínculos e ascensão da carreira dos professores de 1º e 2º graus aos títulos, como é feito na universidade,
- . Garantia do acesso e permanência na escola.
- . Superar relação mercantil da escola, rompimento com a divisão social do trabalho.
- . Cuidado em não reproduzir propostas transformadas de educação uma reação autoritária com os movimento - questão da não imposição de projetos.
- . Construção de uma escola competente e de qualidade.
- . Eixo - não pagamento da dívida externa.
- . Importância da elaboração do PNE com assessoria técnica.
- . Evitar enviar 'pacotes educacionais' para a escola; a transformação da educação deve ser um processo.
- . Importância de romper com qualquer tipo de ranço sectário no interior do partido para construir a unidade partidária.
- . Necessidade de unificar no ensino teórico, o ensino no profissionalizante.
- . Experiência Fórum Nacional de Educação do PT.

III - Pontos a serem objetivados no PNE

1. ENSINO FUNDAMENTAL

- . Garantia de obrigatoriedade dos 8 anos de ensino fundamental, sem limite de idade.
- . Plano amplo e popular para erradicação do analfabetismo no país.
- . Garantia de acesso, permanência e terminalidade para todos, no nível de ensino obrigatório e gratuito (fundamental).

. O ensino fundamental, compreendendo a educação escolarizada obrigatória, básica, unitária; significando acesso ao saber sistematizado na busca de :

a. domínio da leitura, da escrita, do cálculo.

b. compreensão das leis da natureza e das relações sociais.

c. apreciação das manifestações culturais e artísticas, devem visar a formação do cidadão crítico, criativo e reflexivo, capaz de participar do processo histórico de seu tempo.

. O ensino fundamental obrigatório deve ser assegurado a crianças, jovens e adultos.

. Garantia de uma formação integral com idêntico incentivo do desenvolvimento cognitivo à uma prática pedagógica que compreenda a criança em sua totalidade e valorize a abordagem interdisciplinar dos conteúdos.

. O PNE deve estabelecer indicações de conteúdo do ensino fundamental: é necessário colocar como prioridade a garantia de acesso à produção, elaboração e compreensão das ciências da natureza, das ciências sociais, da linguagem e da matemática a nível de seus fundamentos.

. Creches como espaço educativo.

. Entender o ensino básico não por idade mas por conteúdo.

. Pré-escola como ensino fundamental.

. Ensino laico.

. A pré-escola não alfabetizadora e sim preparatória.

. A escola não deve ser o único espaço para a educação, procurar relação com a sociedade.

2. ENSINO MÉDIO

Adoção do trabalho como princípio educativo, na segunda etapa do ensino básico, portanto, numa concepção de uma educação politécnica que assuma como objetivos: conhecer os fundamentos da estrutura e da dinâmica da formação social brasileira e das políticas públicas; dominar os fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna; conhecer o processo de produção e suas reações, bem como discutir a perspectiva de intervenção consciente na vida político-social.

O ponto central que articula a nossa concepção de educação, que é a união do ensino e do trabalho produtivo, ou seja, o ensino médio é aquele que compreende a Escola Politécnica.

3. ENSINO SUPERIOR

. Organização de um amplo debate sobre reforma universitária envolvendo o conjunto da sociedade brasileira.

. Organização do projeto Universidade Popular.

1. ou ocupando os espaços ociosos da universidade para organizar cursos e discussões comuns do movimento operário popular.

2. ou construindo um espaço alternativo de educação, gerido e organizado pelo movimento operário popular.

Aprofundamento da questão da democracia no ensino superior.

Polêmica

Livre acesso da população à uma Universidade que se adapte às exigências e às demandas da população. Os cursos seriam

criados a partir de encaminhamentos de pedidos através dos Conselhos Populares ou de outras instâncias populares.

Esta Universidade teria como eixo a formação política das pessoas, atitude que permearia todas as atividades.

. Redimensionar a produção de conhecimento na universidade à soluções das questões nacionais mais emergentes. (concessão de bolsas de estudo vinculada à prestação de serviços à comunidade) - Polêmica.

. Destacar os seguintes pontos:

1. A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.
2. Definir a Universidade como centro exclusivo de produção científica.

3. Defesa de um padrão único para a Universidade, resgatando a regionalização.

4. Garantir a democratização do acesso ao ensino superior para todos os indivíduos com o fim do vestibular.

.O PNE tem que estabelecer, como uma de suas metas, o fim do ensino superior privado, definindo um espaço de tempo para o cumprimento desta meta.

. A Universidade pública gratuita, autônoma e democrática, a serviço da maioria da população, deve buscar: a produção e difusão do saber e da cultura; o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das letras e das artes; a formação de profissionais em nível de graduação e de pós-graduação.

. O ensino superior articulado à pesquisa e à extensão deve formar profissionais competentes quanto ao domínio de conhecimentos e de métodos de investigação, criativos, críticos e comprometidos com a transformação social.

Polêmica:- o acesso à universidade pública e gratuita será garantido prioritariamente àqueles que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas municipais, estaduais

ou federais.

4. GESTÃO E AUTONOMIA

Resoluções do Encontro Educacional de Pernambuco*

1. Assegurar a participação da comunidade, com caráter deliberativo, na gestão da educação através dos conselhos populares, em todas as instâncias que tratam das questões educacionais.

2. Garantir na escola, a ação sindical e a discussão sobre a prática pedagógica entre professores e servidores.

3. Eleição direta para diretor da escola.

4. Manter um fórum permanente de discussão da educação entre os setores organizados.

5. Elaborar uma prática educacional segundo os interesses da classe trabalhadora.

6. Reconhecer as escolas comunitárias como expressão de lutar popular por educação, garantindo-lhes verbas públicas para seu funcionamento.

5. FINANCIAMENTO*

1. Verbas públicas são para as escolas públicas (estão inclusas as escolas comunitárias).

2. garantir a implantação de um Plano de Cargos e Salários para os profissionais de educação definindo um plano salarial mínimo nacional.

3. Assegurar condições para que se efetive o acesso e permanência do aluno na escola, e ao aluno trabalhador um regime de estudo que assegure essa permanência.

6. CURRÍCULO*

1. Redefinir os conhecimentos trabalhados na escola, na perspectiva da classe trabalhadora.

2. Garantir a participação das organizações da sociedade civil, comprometidas com as lutas populares, na discussão e determinação dos conteúdos currículos, incorporando os aspectos específicos das realidades locais e contemplando os interesses da maioria da população.

3. Currículo mínimo nacional, respeitando as particularidades regionais.

4. Projeto pedagógico vinculado à vida produtiva.

5. Fomento à pesquisa científica.

6. Ensino técnico e profissionalizante, fruto de um estudo da realidade sócio-econômica da micro-região. Ensino este que possibilite ao cidadão produtivo teorizar a prática que já tem e a saber inserir a sua formação técnica ou politécnica ao sistema produtivo global.

7. FORMAÇÃO

1. Assegurar a criação de espaços para a troca de saberes que possibilite aos educadores a compreensão da realidade e da necessidade de sua superação a partir da prática social do professor, visando uma nova prática pedagógica transformadora.

2. Assegurar o acesso dos educadores ao conhecimento produzido nos cursos de pós-graduação/mestrado e doutorado, relativos à temas educacionais metodológicos e de conteúdo:

8. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Utilização dos espaços institucionais para programas

de debates, seminários populares, sobre temas conjunturais, aspectos particulares das lutas populares (política da saúde, habitação, etc.).

-Encaminhamentos/Tarefas

O Encontro Nacional de Educação recomenda:

1) Que os Estados realizem discussões amplas, fóruns, etc. que possam contribuir para:

1º - Aprofundar a discussão no interior do Partido;

2º - Aglutinar setores não filiados ao PT mas que estejam inclinados a assumir a campanha de Lula e que tenham contribuições relevantes e representativas no campo da educação;

3º - Subsidiar os encontros estaduais, visando a participação na discussão nacional sobre o programa de governo no capítulo da Educação.

Constituição de uma comissão para trabalhar junto à primeira, discutindo, elaborando o Plano Nacional de Educação do PT, a partir do resultado deste encontro.

Maio - prazo para ser discutido nos Estados.

Secretaria Nacional de Assuntos Educacionais - polêmica.

Comissão Inter-estadual para aprofundar PNE (procedimento/critério/estrutura).

O PNE tem que permitir relações democráticas entre Estado e movimentos populares.

Criação de um fórum nacional de discussão com entidades de educadores e demais movimentos organizados, resgatando sua autonomia.

Que todos os Encontros Municipais, que se realizarão a partir deste Encontro Nacional deliberem sobre o PNE.

Cajamar, 3, 4 e 5 de março de 1989.

III.c. - Constituições Estaduais

NOTAS INTRODUTÓRIAS

. O PT, através do seu Grupo de Trabalho "da Constitu_{inte}", já apresentou uma proposta de Regimento para os trabalhos das Constituintes Estaduais, discutido em seminário realizado em outubro p.p. na Assembléia Legislativa de São Paulo com a presen_{ça} de companheiros de todos os Estados, e onde ficou evidente que o tempo concreto que existiria para apresentação, discussão eventual incorporação de propostas de iniciativa popular seria extremamente reduzido. De lá pra cá este prazo encurtou-se mais ainda, e dessa forma, resolvemos apresentar uma proposta "enxuta" onde estivesse presente não só as contribuições dos companheiros, mas uma discussão acumulada pelo PT, na militância em sindicato/ associações de educadores.

. É importante destacar que nas discussões havidas nos Estados, pouca ênfase foi dada para propostas visando à Consti_{tuição} Estadual, uma vez que nos textos apresentados evidenciase que: 1) as questões de princípios mais gerais da educação (e ducação popular ou relação educação - trabalho, por exemplo) fo_{ram} prioritárias, utilizando grande parte das discussões; 2) ques_{tões} muito específicas (a importância de bibliotecas comunitá_{rias}, por exemplo) que não cabem num texto de Constituição Esta_{dual}, mas que expressavam preocupações do grupo, acabaram emer_{gindo} nas discussões, e portanto, nos textos.

Neste sentido, a proposta ora apresentada tenta encam_{par} as questões de princípios mais gerais constantes de várias propostas ou com o "espírito" delas, ainda que polêmicas. Não expressam, por isso mesmo, necessariamente um consenso.

. O aspecto da gestão democrática foi um dos mais constantes e as propostas de organização de "conselhos equivalen_{tes}

tes", variaram bastante. Assim, um dos pontos que mereceria, uma discussão mais ampla é se devemos detalhar já na Constituição Estadual a participação desse "Conselho" (incluído aí os atuais Conselhos Estaduais de Educação) ou se deixamos para regulamentação posterior, só estabelecendo nela os critérios de representação (a idéia aparece bastante discutida, o caráter deliberativo também, mas a forma não).

. Apesar de a C.F. ter limitado a gestão democrática à escola pública, achamos importante insistir nesta questão nas Constituintes Estaduais (os juristas do PT acham que há uma "brecha" no texto federal aprovado). O mesmo porém não acontece com as verbas públicas para as entidades privadas. Tudo indica que, a partir da C.F., resta-nos a nível estadual tentar restringir ao máximo, as possibilidades e condições das entidades privadas receberem recursos públicos. E, é com esta intenção, e traduzindo esta preocupação que as "disposições transitórias" estão propostas.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

CAPÍTULO DA EDUCAÇÃO

Art. 1º - A Educação baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão e do respeito aos direitos humananos, é um dos instrumentos do desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade.

Art. 2º - O ensino será ministrado com base nos seguintes principios:

I - igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira e regime de contratação para o magistério (a idéia é um mesmo regime - não um regime único - que seja uma garantia contra os contratos por hora-aula), com piso salarial profissional (conceituar "piso" profissional) e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Estado;

VI - gestão democrática do ensino (explicitar o que significa e como se concretiza "gestão democrática" - ver inclusão art. 12)

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 3º - O ensino público, laico e gratuito em todos os níveis de escolaridade é direito de todos, sem distin

ção de sexo, reação e idade, confissão religiosa, filiação religiosa, filiação política ou classe social.

§1º - É dever do Estado o provimento em todo o território estadual de vagas de vagas em número suficiente para atender a demanda.

§2º - A não oferta ou a oferta irregular do ensino obrigatório e gratuito pelo Poder Público importa em responsabilidade da autoridade competente.

Art. 4º - O ensino fundamental, com oito anos de duração, é direito prioritário de todas as crianças, e obrigação do Estado, a partir de sete anos de idade, visando propiciar formação básica comum indispensável a todos.

§1º - Cabe aos poderes públicos estadual e municipal à chamada ã escola até, no mínimo, a idade de 14 anos.

§2º - É permitida a matrícula no ensino fundamental, a partir de seis anos de idade.

§3º - O ensino fundamental público e gratuito será garantido aos jovens e adultos que na idade própria a ele não tiveram acesso, respeitadas as características especiais desta população.

§4º - Será garantida a oferta de ensino regular noturno, adequado às condições de vida do educando.

§5º - A avaliação do trabalho e do desempenho das escolas dedicadas ao ensino fundamental será feita, em duas instâncias, pelo Conselho Estadual de Desenvolvivimento Educativo e pelo próprio Conselho de Escola.

Art. 5º - O ensino médio, 2a. etapa do ensino fundamental, também é direito de todos e visa assegurar formação humanística, científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica em todas

as modalidades de ensino em que se apresentar.

§ Único - no ensino médio serão oferecidos cursos de:

I - formação geral;

II - caráter profissionalizante, em que a formação geral seja articulada com a formação técnica de qualidade;

III - formação de professores para as séries iniciais do 1º grau e pré-escola;

IV - A avaliação do trabalho e do desempenho das escolas de ensino médio será feito, em duas instâncias, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Educativo e pelo próprio Conselho de Escola.

Art. 6º - As Instituições de ensino e pesquisa devem ter garantido um padrão de qualidade indispensável para que sejam capazes de cumprir seu papel de agentes da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições de vida, trabalho e participação da população.

§1º - As Instituições de ensino e pesquisa de nível Superior terão garantidas plenamente a sua autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira.

§2º - As Instituições de ensino superior serão necessariamente orientadas pelos princípios de:

I - Indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão dos serviços à comunidade ;

II - Caráter público de suas pesquisas, trabalhos, atividades, obras e decisões.

§3º - As Universidades Públicas Estaduais, além do contido no caput deste artigo e parágrafos precedentes, devem reger-se necessariamente também pelo princípio de abrangência de totalidade dos campos conhe

cimento no ensino e pesquisa.

§4º - A escolha dos Reitores das Universidades Públicas Estaduais esgota-se no âmbito da respectiva Instituição, e se fará de acordo com normas por ela estabelecidas, garantida a participação democrática de toda a comunidade universitária, e observado o princípio de os indicados serem membros de comunidade universitária que dirigem.

§5º - A elaboração e/ou reformulação dos estatutos e regimentos das Universidades Públicas Estaduais deverão ser feitos através de processo aberto e democrático, garantida a participação de todas as categorias que compõem a comunidade universitária.

§6º - O Estado garantirá a destinação de verba orçamentária específica para manutenção e funcionamento das universidades estaduais.

Art. 7º - A formação mediante estágios deverá propiciar condições de aprendizado condignas e compatíveis com cada área de especialização na forma da lei.

Art. 8º - O Estado garantirá todos o direito ao ensino público e gratuito através de programas sociais, devidamente orçamentado no seu setor específico, tais como:

I - transporte, alimentação, material escolar e serviço médico-odontológico nas creches, pré-escolas de 1º grau;

II - bolsas de estudo a estudantes matriculados na rede oficial pública, quando a simples gratuidade não permitir que continuem seu aprendizado.

Inclui-se na responsabilidade do Estado:

I - a oferta de creches para crianças de zero a três anos e ensino pré-escolar dos quatro aos seis anos

de idade;

II - a garantia de educação especializada para portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais em qualquer idade.

Art. 9º - Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§1º - O Estado prestará assistência técnica aos municípios no desenvolvimento do ensino e assistência financeira na organização e manutenção do ensino fundamental.

§2º - Os municípios só poderão manter escolas de ensino superior após, 90 % de sua população, pelo menos, tenham sido atendidas no ensino fundamental.

Art. 10 - Será garantida a participação da comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas dos trabalhadores em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional estadual.

§1º - Estes conselhos (ou equivalentes) responsáveis pela normatização da educação serão compostos por: indicação de 1/4 de seus membros pelo Poder Executivo, indicação de 1/4 de seus membros pelo Poder Legislativo, indicação de 2/4 de seus membros pelo movimento sindical e popular organizado.

§2º - Compete ao Estado elaborar o Plano Estadual de Educação, garantida a participação em sua elaboração dos grupos mencionados no caput deste artigo, e a compatibilização com os diagnósticos e necessidades apontados nos Planos Municipais de Educação, respeitadas as diretrizes e normas gerais estabelecidas

pelo Plano Nacional de Educação.

§3º - As diretrizes gerais da atuação universitária do Estado serão fixadas pelo Conselho das Universidades Estaduais, composto por seus Reitores e por representantes eleitos das respectivas comunidades.

§4º - A avaliação do trabalho e do desempenho das universidades estaduais públicas será feita pelo Conselho Comunitário de caráter Consultivo, com participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das comunidades científicas, artísticas e profissionais, dos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa, das entidades de classe, empresariado e dos trabalhadores, dos estudantes, professores e alunos. (Este conselho emitirá parecer público e poderá formular às Universidades)

Art. 12 - A organização democrática do ensino será garantida através de:

I - Eleições diretas para as funções de direção nas instituições de ensino de 1º, 2º e 3º graus, com a participação de todos os segmentos de sua comunidade escolar, esgotando-se o processo de escolha no interior da instituição.

II - Participação de representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar da instituição como membros dos seus órgãos colegiados.

III - Por comunidade escolar na rede de ensino de primeiro grau entendendo-se o universo de professores, funcionários não docentes, alunos e responsáveis dos alunos, e na rede de ensino de 2º e 3º graus entendendo-se o universo de professores, funcionários não docentes e alunos.

IV - Criação do Conselho de Desenvolvimento Educativo.

§1º - Serão constituídos Conselhos de Escola em todas as unidades escolares, sejam elas públicas ou não, que serão instância de deliberação máxima a todas as escolas do Estado.

§2º - Será constituído o conselho Estadual de Desenvolvimento da Educação, cuja composição será: 1/4 representantes do poder executivo, 1/4 representantes do poder legislativo, 2/4 representantes das entidades representativas.

Art. 13 - O Estado e os Municípios aplicarão, anualmente nunca menos que vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma do disposto no art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ Único - é vedado a transferência de recursos públicos estaduais e/ou municipais, incluídos os provenientes do salário-educação para instituições privadas de ensino de qualquer natureza.

Art. 14 - Serão Criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados a educação assegurada a participação de estudantes, professores, funcionários, pais e representantes da comunidade científica e entidades dos trabalhadores.

§1º - O Estado publicará até trinta dias após o encerramento de cada trimestre do ano seguinte, informações completas sobre as receitas arrecadadas e as transferências federais de recursos destinados a educação neste período discriminadas por nível de ensino e sua respectiva utilização.

§2º - As instituições privadas de ensino e pesquisa publicarão semestralmente relatório circunstanciado discriminando todas as receitas e despesas.

Art. 15 - A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira de todas as instituições de ensino, de todos os níveis e das instituições de pesquisa, além de todos os organismos públicos, de financiamento de atividades de pesquisa, extensão e aperfeiçoamento de pessoal docente e desenvolvimento científico e tecnológico deverá ser democrática, conforme critérios públicos e transparentes.

§1º - As funções de direção e coordenação nas instituições de ensino em todos os níveis e nas instituições de pesquisa serão preenchidas através de eleições pela comunidade da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os segmentos dessa comunidade.

Art. 16 - A produção, a seleção, a edição e a distribuição de material didático sob a responsabilidade do poder público devem ser submetidas ao controle social e democrático da comunidade, garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista, respeitadas as especificidades regionais e culturais.

Art. 17 - As normas de funcionamento e supervisão do ensino, fixadas em lei, visarão assegurar padrões de qualidade, na forma do art. (2º, VII) e, incluídas as escolas municipais e particulares, de qualquer tipo ou grau.

§ Único - As escolas de ensino superior municipais, estaduais e particulares terão sua autorização para funcionamento e supervisão feitas por órgãos/conselhos estaduais.

Art. 18 - A autorização para o funcionamento das escolas priva

das será dada pelo Conselho Estadual de Educação e deve estar condicionada a:

- a) estabilidade no emprego para professores e funcionários.
- b) piso salarial profissional.
- c) carreira docente e técnico funcional.
- d) gestão democrática.
- e) liberdade de organização sindical para docentes e servidores técnico-administrativos com estabilidade para os dirigentes.
- f) liberdade de organização estudantil autônoma.
- g) aplicação de seus excedentes orçamentários prioritariamente na capacitação de docentes e funcionários.
- h) avaliação da qualidade de ensino.

§ Único - O Conselho Estadual de Educação ou equivalente fiscalizará a observância dessas normas e penalizará com suspensão de autorização aquelas instituições privadas de ensino que não as cumprirem.

Disposições transitórias

Art. 1º - A partir de 1990 todas as entidades e instituições declaradas de benemerência, assistencial social ou de utilidade pública estadual serão submetidas à completa reavaliação dessas condições.

Art. 2º - Sempre que houver mudanças nos seus mantenedores, as entidades e instituições de ensino consideradas de utilidade pública, benemerência e assistência social terão estas classificações reavaliadas.

Art. 3º - Transitoriamente, por um período máximo de 4 anos, poderão ser mantidas bolsas de estudos em escolas privadas de 1º grau visando exclusivamente atender à demanda.

COMPLEMENTAÇÃO

Tendo em vista que a proposta da Bahia não havia chegado, quando o texto - base para a discussão foi escrito estamos transcrevendo os itens referentes ao "ensino público" e "a democratização da educação", visando a um enriquecimento das discussões, uma vez que os mesmos estão mais pormenorizados que o da proposta original e/ou não foram contemplados no texto.

01. Fica o Estado obrigado a destinar verbas públicas **exclusivamente às escolas públicas**, creches, pré-escola por ele criadas e mantidas e **às escolas comunitárias**. Serão encaradas como verbas públicas todo numerário arrecadado previsto ou não pelo orçamento do Estado ou Município **excluídos os depósitos**.

02. Fica o Estado obrigado a alocar ao ensino **ensino público e gratuito uma parcela de sua receita**, de modo a garantir o desenvolvimento e a qualidade do ensino público em todos os níveis a fim de atender plenamente à demanda.

03. Fica o Estado obrigado a publicar no Diário Oficial mensalmente os dados relativos à receita escolhida e à despesa efetuada com a Educação informando detalhadamente os recursos repassados para cada nível de ensino com sua utilização discriminada.

04. A lei estabelecerá as sanções pelo não cumprimento dos dispositivos números 1, 2 e 3.

05. A política educacional do Estado será definida após consulta às entidades representativas de professores, pais, alunos e funcionários e controlada pelo Conselho Popular de Educação através do Plano Estadual de Educação.

06. O Conselho Popular de Educação terá como uma das suas atribuições o encaminhamento e fiscalização das receitas do Estado e gastos com a Educação.

07. O Conselho Popular de Educação será composto por representantes de todas as entidades sindicais, estudantis e populares que defendam os interesses dos trabalhadores e do povo, ligados a Educação.

08. Garantir eleições livres e diretas pra todos os cargos de direção da Educação pública popular.

09. As instituições de ensino em todos os níveis possuirão um Conselho Escolar que será a instância máxima real de decisões da escola com atribuições de fiscalização e avaliar a implementação do Plano Estadual de Educação na Unidade em termos administrativos, técnicos, e didático-pedagógicos.

10. A composição do conselho Escolar dar-se-á com representantes dos professores, funcionários, estudantes, e da comunidade organizada (Associação de Moradores, Associação de Pais e Mestres) .

11. As Instituições de ensino em todos os níveis terão garantido a sua autonomia pedagógica, científica e administrativa em relação ao Estado que garantirá os recursos financeiros para seu pleno funcionamento.

12. A gestão acadêmica, científica e financeira das Instituições de ensino em todos os níveis deverá ser democrática e de domínio público e será regulamentada por estatutos e Regimentos próprios definidos no seu âmbito e com participação da comunidade escolar e da comunidade organizada (Associação de moradores, Associações de Pais e Mestres).

13. O Magistério Público nos diversos níveis será organizado sob carreiras unificadas, isonomia salarial, provimento por concurso público de títulos e provas, aposentadoria com 25 anos de serviço e com proventos integrais e direito a sindicalização.

14. Os servidores técnico-administrativos do Ensino

Público nos diversos níveis terão carreiras unificadas com iso nomia salarial, provimento por concurso público de títulos e provas, aposentadoria com 25 anos de serviço e com proventos in tegrais e direito à sindicalização.

15. O Estado garantirá a todos os direito à Escola pú blica gratuita e boa qualidade através de programas suplemtares de alimentação escolar, assintência a saúde e transporte com re cursos adicionais aos definidos no item 2.

16. O Estado promoverá e incentivará plenamente o de senvolvimento da pesquisa tecnológica e científica.

O grupo discutiu o tema "Educação nas Leis Orgânicas dos Muni^cípios" propôs ainda que a Cosntituição Estadual garanta a ma nutenção e ampliação do ensino funcional enquanto atribuição do Governo do Estado.

III.d. - Lei Orgânica do Município

- Introdução

Princípios que poderão nortear as discussões sobre a Lei Orgânica:

1º) Os canais de participação e gestão deverão estar explícitos na Lei Orgânica. As competências de cada parceiro também devendo ser explicitadas, não como garantia da participação e gestão, mas como demonstração do compromisso real com a democracia participativa, ficando claro os papéis da administração, do legislativo e dos municípios.

2º) Estabelecer claramente as competências do Município, na relação com os Governos Estaduais e Federais, respeitadas as Constituições dessas esferas, relativas à manutenção de determinadas modalidades de ensino e à interferência em outras sob responsabilidade de outras esferas (Estado e Governo Fede

3º) A garantia da diversidade na unidade, tendo em vista as características de cada Município e os princípios do Partido e a Constituição.

EDUCAÇÃO NAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Fica criado o SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO de integrado as diretrizes da educação nacional e estadual, e inspirado nos seguintes princípios.

I - A Educação é dever do Poder Público e direito do cidadão, sendo asseguradas a todos iguais oportunidades de recebê-la.

II - O ensino mantido pelo Município será gratuito sendo proibida qualquer taxa ou contribuição.

III - A participação na definição das diretrizes, na implantação e no controle do ensino municipal dos cidadãos.

Artigo 2º - São objetivos do SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO:

I - Garantir o desenvolvimento pleno da personalidade humana: levando em conta o trabalho, o lazer, a cultura, a formação de uma consciência social crítica e a preparação para a vida voltada para a construção de uma sociedade democrática como agente de sua própria história.

II - Preservar e expandir o patrimônio cultural do Município.

Artigo 3º - Ao Poder Público Municipal caberá providenciar o atendimento escolar nas modalidades oferecidas, bem como assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades educacionais previstas nesta Lei.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE ENSINO

Artigo 4º - A Prefeitura Municipal de manterá, sob controle e supervisão da Secretaria de Educação, as seguintes modalidades de ensino; garantindo o atendimento às pessoas deficientes.

- I - Educação Infantil
- II - Educação de Jovens e Adultos
- III - Ensino fundamental, nos municípios onde houver condições.

Parágrafo 1º - Os cursos e aplicações previstos no "caput" poderão ser realizados através de convênios somente com instituições públicas, sem fins lucrativos, sob a prévia autorização legislativa e sob supervisão da Secretaria de Educação, desde que garantindo o interesse público, de caráter coletivo.

Artigo 5º - A educação infantil, tem por objetivo assegurar o desenvolvimento corporal, emocional e intelectual e a socialização das crianças de 0 a 6 anos de idade.

Parágrafo Único - A educação pré-infantil será ministrada:

- I - nas creches municipais;
- II - nas escolas municipais de educação infantil.

Artigo 6º - A educação de jovens e adultos, tem por objetivo assegurar a escolarização da população não atendida oportunamente no ensino regular, promovendo a formação básica e as condições objetivas para o exercício profissional.

Parágrafo 1º - A educação de jovens e adultos abrangerá o ensino no fundamental, organizados de maneira própria, atendendo a essa população.

Parágrafo 2º - A Prefeitura poderá organizar cursos de Qualificação Profissional, cabendo ao Conselho Municipal de Educação definir suas modalidades.

Parágrafo 3º - A educação de jovens e adultos será ministrada:

- I - em instalações próprias de educação de jovens e

adultos;

II - em outros locais definidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Artigo 7º - A Educação Especial tem por finalidade instrumentar o aluno portador de deficiência física ou mental, com os requisitos necessários à sua integração na sociedade e no mundo do trabalho.

Parágrafo 1º - As oportunidades de educação serão oferecidas aos portadores de deficiências múltiplas, perceptivas, motoras e/ou mentais.

Parágrafo 2º - A Educação Especial será ministrada:

I - em escolas municipais de educação especial;

II - nas escolas de educação municipal infantil, garantindo a integração do deficiente no convívio social, como um direito seu.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Artigo 8º - O Conselho Municipal de Educação é órgão consultivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal de Ensino, vinculado, tecnicamente, ao Gabinete do Secretário de Educação.

Parágrafo Único - O Conselho integra-se no sistema orçamentário da Secretaria de Educação, como unidade orçamentária.

Artigo 9º - Compete ao Conselho:

I - elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Educação, com aprovação do Prefeito;

II - fixar critérios para o emprego de recursos destinados à Educação, provenientes do Município, do Estado, da União ou de outra fonte, assegurando-lhes aplicação harmônica, bem como pronunciar-se sobre convênios de

quaisquer espécie;

III - supervisionar e fiscalizar a aplicação dos re cursos de que trata o inciso anterior;

IV - fixar critérios para a concessão de bolsas de es tudos;

V - fixar normas para concessão de subsídios a entidades sem fins lucrativos, mantenedoras de unidade de ensino;

VI - fixar normas para instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino mantidos pelo município e aprovar os respectivos regimentos e suas alterações;

VII - fixar normas para a fiscalização e supervisão no âmbito de competência dos Municípios, dos estabeleci mentos referidos no inciso anterior;

VIII - estudar e formular propostas de alteração de estrutura técnico-administrativa da Secretaria de Educa ção;

IX- elaborar ante-projeto do Estatuto do Magistério e manifestar-se sobre modificações que lhe forem propostas;

X - manifestar-se sobre a localização de novas unidades escolares;

XI - promover seminários e debates a respeito de assuntos relativos à Educação e ao Ensino;

XII - avaliar e propor política de recursos humanos para a área de Educação da Secretaria de Educação;

XIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XIV - sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento do ensino;

XV - emitir parecer sobre assuntos ou questões de sua competência, que lhe sejam submetidos pela Prefeitura

Municipal;

XVI - convocar anualmente a Assembléia Plenária da E
ducação;

XVII - manifestar-se no âmbito de sua competência, so
bre questões em que for omissa esta Lei;

XVIII - manifestar-se sobre outras atribuições que ve
nham eventualmente a ser delegadas pelo Conselho Estada
dual de Educação.

Proposta: Estas são competências indicativas, ficando a critério dos Conselhos Municipais sua definição de acordo com a realidade local;

A competência dos Conselhos deve estar explicitada na Lei Orgânica dos Municípios.

Artigo 10 - O Conselho Municipal de Educação é composto por 50% de representantes da administração e 50% de representantes da sociedade civil, ele deverá ser paritário garantida a repre
sentação das entidades.

Proposta: Na Lei Orgânica dos Municípios deverá estar explicitada a composição do Conselho Municipal de Educação, ga
rantindo-se a representação da sociedade civil.

Artigo 11 - Caberá ao Prefeito Municipal nomear os membros do Conselho bem como, os respectivos suplentes, respeitadas as in
dicações feitas pelas entidades ou categorias representadas, e pela administração da Secretaria de Educação.

Artigo 12 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Pre
sidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - O quórum mínimo para deliberação será a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Parágrafo Segundo - O quórum para aprovação das matérias, será de 2/3 (dois terços) dos membros presentes à reunião.

Artigo 13 - Funcionará, junto ao Conselho, uma Secretaria Técnico-Executiva, responsável pelo seu suporte técnico e administrativo, cujos membros serão recrutados dentre os funcionários ou especialistas da Secretaria de Educação.

Artigo 14 - O Conselho Municipal de Educação Organizará comissões de caráter permanente ou transitório, para a elaboração de planos de trabalho ou promoção de matéria específica de sua competência.

Artigo 15 - O Conselho ou as Comissões de que trata o artigo anterior poderão ouvir especialistas, técnicos, servidores ou representantes da comunidade ou entidades de classe, sempre sempre que o desempenho de suas funções o exigir.

Artigo 16 - O Conselho poderá solicitar, de toda e qualquer repartição municipal, as informações necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos, apenas relativas ao Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro - As informações solicitadas pelo Conselho deverão ser a ele fornecidas no prazo máximo dedias.

Parágrafo Segundo - O não fornecimento das informações requeridas ou o desrespeito ao prazo retro, representarão faltas de natureza grave, ficando o funcionário ou servidor implicado incurso nas penalidades previstas na legislação própria.

Artigo 17 - Anualmente, no mês de julho, será realizada a Assembleia Plenária da Educação, para análise do trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal de Educação no exercício anterior e discussão da política da Educação e plano de atividades para o exercício entrante.

Artigo 18 - A Assembléia Plenária da Educação aberta a qualquer cidadão com direito a voz, será composta de representantes dos Conselhos de Escolas, Associações do Magistério, entidades estudantis, Associações de Moradores e sindicatos, sendo um representante por entidade, os quais terão direito a voto.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Municipal de Educação são considerados membros natos, com direito a voz e voto, da Assembléia Plenária de Educação.

Parágrafo Segundo - Serão considerados, para participação na Assembléia Plenária de Educação, as entidades que estiverem cadastradas junto ao Conselho Municipal de Educação.

Proposta: A Lei Orgânica dos Municípios deverá estabelecer critérios para a participação das entidades que deverão ficar garantidas no texto da Lei, assim como definir quem vota na Assembléia Plenária.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS HUMANOS

Artigo 19 - As admissões de pessoal necessário à implantação e manutenção do Sistema Municipal de Ensino se darão por concursos de provas e títulos.

Artigo 20 - Os professores e demais especialistas em educação estarão sujeitos a legislação especial dentro do Estatuto do Funcionalismo ou a ser regulamentada por legislação complementar.

Parágrafo Único - A eleição de Diretor de escola será direta e deverá ser regulamentada em lei complementar.

Artigo 21 - Os demais funcionários serão regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público do Município

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 22 - Anualmente o Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, nos termos definidos na Constituição Federal, conforme Artigo 212

Parágrafo Primeiro - O emprego dos recursos públicos, destinados à Educação, quer estejam consignados no Orçamento Municipal, quer sejam provenientes de contribuições da União ou Estado, de Convênios com outros municípios, ou de outra fonte far-se-á de acordo com plano de aplicação que atenda as diretrizes do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Segundo - Caberá ao Conselho Municipal de Educação e a Câmara Municipal, no âmbito de suas competências, exercer a fiscalização sobre o cumprimento das determinações constantes neste Artigo.

CAPÍTULO VI

DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Artigo 23 - A Prefeitura Municipal encaminhará para apreciação legislativa a proposta do Plano Municipal de Educação, elaborado pelo Conselho Municipal de Educação.

Artigo 24 - O Plano Municipal de Educação apresentará estudo sobre as características sociais, econômicas, culturais e educacionais do Município, acompanhados de identificação dos problemas relativos ao ensino e à educação, bem como, as eventuais soluções a curto, médio e longo prazos.

Artigo 25 - Uma vez aprovado, o Plano Municipal de Educação, poderá ser modificado por iniciativa do Executivo ou do Legislati

vo, obrigatório o parecer do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 26 - Uma vez aprovado o Plano Municipal de Educação poderá sofrer mudanças por iniciativa do Executivo, desde que aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, ressalvado o referendo do Legislativo.

CAPÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Artigo 27 - A integração Escola-Família-Comunidade, nas modalidades de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Fundamental se processará através do Conselho de Escola.

Artigo 28 - O Conselho de Escola deverá ter caráter deliberativo, de composição partidária, garantindo-se a participação do corpo de trabalhadores da escola, alunos, pais e entidades representativas.

Parágrafo Primeiro - A idade mínima permitida para a participação de alunos será definida de acordo com a realidade local, garantindo-se que os deficientes e os alunos menores da idade acima referida tenham sua representatividade assegurada pela participação de familiares.

Parágrafo Segundo - A escolha do Conselho de Escola será feita pelo voto direto.

Artigo 29 - Competirá aos conselhos de Escola:

- a. a discussão dos objetivos da escola;
- b. as discussões e deliberações que visem a manter a disciplina e a segurança do estabelecimento e a mudança de orientação dos cursos, bem como seus métodos de ensino.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 30 - O Poder Público Municipal promoverá a assistência escolar, com vistas ao fornecimento gratuito de alimentação, a atenção à saúde, transporte, material escolar e vestuário, excluí dos os 25% da verba de Educação.

Artigo 31 - A Secretaria de Educação, fornecerá assistência téc nica, mediante convênios com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, visando o paerfeição do magistério, a pesquisa pedagógica e a promoção de congressos e seminários.

Artigo 33 - O Poder Público Municipal procederá, a cada 5 (cin co) anos, ao recenseamento de sua população em idade escolar, o que poderá ser feito em convênio com a Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 34 - O Conselho Municipal de Educação elaborará estudos para a reformulação da estrutura administrativa da Secretaria de Educação, visando a criação do Departamento de Educação e das Divisões de Ensino a ele subordinadas.

Parágrafo Único - O Poder Executivo encaminhará para a aprecia ção legislativa ante-projeto de Lei de reforma asministrativa da Secretaria de Educação, com base na proposta elaborada pelo Con selho Municipal de Educação.

Artigo 35 - O atual quadro de cargos e funções existentes no De partamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação, fi ca mantido inalterado, até que se proceda a reformulação administrativa nos termos do Artigo 33º.

Parágrafo único - Os servidores municipais que atualmente ocupam cargos ou exerçam funções na Seção de Ensino e Alimentação Esco lar da secretaria de Educação, ficam provisoriamente incorporados ao Sistema Municipal de Ensino.

Artigo 36 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei, serão nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação respeitado o disposto no Artigo 11º.

Parágrafo Primeiro - Provisoriamente, até a reformulação da estrutura administrativa da Secretaria de Educação de que trata o Artigo 33, a composição do Conselho Municipal de Educação, no que se refere aos incisos II e III, será a seguinte:

II - O diretor do Departamento de Educação e Cultura da Secretaria de Educação.

III - O chefe da Seção de Ensino da Secretaria de Educação.

Parágrafo Segundo - O Conselho Municipal de Educação se instalará em prazo não superior a 15 (quinze) dias após a nomeação de seus membros, por convocação do Presidente.

Artigo 37 - O Regime Interno da Assembléia Plenária da Educação será elaborado pelo Conselho Municipal de Educação em prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua instalação.

Parágrafo Único - O Regimento Interno será publicado imediatamente após sua aprovação pelo Conselho, no jornal oficial do Município.

Artigo 38 - Juntamente com a publicação do Regimento Interno, o Conselho publicará instruções para o credenciamento das entidades representativas da comunidade, visando a participação na Assembléia Plenária da Educação.

Artigo 39 - Após efetivado o credenciamento das entidades, o Conselho Municipal de Educação convocará, em caráter extraordinário, a Assembléia Plenária da Educação, com o fim de proceder à avaliação, eventuais modificações e aprovação definitiva do Regimento Interno da Assembléia.

Parágrafo Primeiro - A proposta, após parecer favorável do Conselho e aprovação do Prefeito, será remetida à Secretaria de Es

tado da Educação e à Delegacia Regional do Ministério da Educação, visando sua discussão, aprimoramento e aprovação.

Parágrafo Segundo - A aprovação final da proposta dependerá de autorização legislativa.

Artigo 40 - Fica autorizada a abertura de crédito especial junto à Secretaria de Educação, o montante de _____ cruzados novos (NCz\$ _____), com o fim de satisfazer as despesas decorrentes desta Lei durante o presente exercício.

Parágrafo Único - Os recursos para o crédito de que se trata este artigo serão provenientes

Artigo 41 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão, nos exercícios seguintes, por conta de verbas próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 42 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições contrário.

Propostas: Que nas Câmaras Municipais se garanta a existência da tribuna livre no Regimento que regerá as discussões da Lei Orgânica.

Garantir, na elaboração do texto da Lei Orgânica, a visão abaixo explicitada:

• Não à municipalização que garante o clientelismo, que abre espaço para a privatização da educação fundamental, que piora ainda mais a qualidade do ensino, que inviabiliza o acesso na medida em que os municípios brasileiros, em sua maioria, não tem condições econômico-financeiras de manter o ensino fundamental.

Assim, propõe-se que o Governo Estadual seja responsável pela educação fundamental no que se refere a:

a) manutenção e ampliação da rede estadual; b) elaboração de um projeto educacional unitário a nível estadual; c) recrutamento e manutenção do pessoal docente, especialista e operacional.

A EDUCAÇÃO NO PLANO DE

AÇÃO DE GOVERNO DO PT

IV. A EDUCAÇÃO NO PLANO ALTERNATIVO DE GOVERNO DO PT

A respeito do caráter do PAG

1. O PAG deve ter, todo ele, um caráter de programa de governo e de instrumento de educação. A luta pela aplicação e a própria aplicação de todos os seus pontos fornecerá à população brasileira fatos culturais novos, ampliando os estímulos a ponto de tornar o aprendizado um imperativo necessário à vida.
2. O PAG deverá ser um instrumento educativo porque sem um processo geral, educativo e mobilizador dos mais diversos setores organizados, não criaremos os instrumentos necessários à materialização do PAG. Ele será propagandístico e mobilizador como condição para o próprio avanço da confiança no método de planificação e controle por parte da população, e na capacidade da classe trabalhadora como agente das transformações necessárias.
3. Isso facilitará a criação de mecanismo de poder, pois só assim será possível caminharmos na perspectiva de nossos objetivos estratégicos, de construção do socialismo.
4. O Brasil de nossos dias, como toda a América Latina, está frente a um problema central: a dominação imperialista. O Imperialismo define nossa vida econômica, à vida diária dos trabalhadores. Esse problema possui implicações profundas na educação e na produção científica e tecnológica.
5. Reproduziremos aqui o que já está fora de circulação na matriz ou, por outro lado nossa produção é orientada para satisfazer as necessidades dos países mais ricos do mundo, em detrimento das nossas necessidades.
6. O programa educacional do PT, propõe então a ruptura com o FMI e com os grandes bancos internacionais, para que os recursos que saem diariamente do país, na forma de pagamento dos juros da dívida externa, fiquem aqui e aqui sejam aplicados para benefi

da maioria de nosso povo.

7. Nesta luta pela soberania nacional, pela livre decisão sobre nossas prioridades e sobre nosso futuro, sabemos que não podemos contar com nenhum apoio por parte da burguesia nacional, unilateralmente atada ao imperialismo e sócia minoritária do esquema de pagamento da dívida externa.

8. Se queremos uma educação de qualidade, com as escolas como instituições nas quais os trabalhadores e seus filhos possam exercitar de maneira extensa e profunda o conhecimento das ciências e das técnicas, nas quais possam desenvolver a cultura física e artística. Se queremos que os trabalhadores e seus filhos tornem-se homens e mulheres críticos, capazes de pensar e agir autonomamente, então é necessário romper esse mecanismo que faz com que carreguemos nos ombros o ônus de sustentar a riqueza dos países exploradores.

Introdução

9. O Plano Alternativo de Governo, particularmente na área da Educação, deve recuperar toda a produção partidária em campanhas e em experiências práticas desenvolvidas durante os anos de vida institucional, produção que se encontra sistematizada nos programas, nas propostas e nos planos educacionais produzidos para as eleições de 82, 85, 86 e 88. Deve ser fruto ainda, da mobilização dos movimentos sociais em torno das suas necessidades específicas (demanda quantitativa e qualitativa) e do processo de sua organização e formulação de propostas que o Partido tem ajudado a consolidar. O PT, como um partido integrado às grandes lutas populares, conseguiu em grande parte assimilar tais propostas em seu programa, procurando torná-las viável ao nível de uma administração federal.

Outra fonte natural desta proposta tem sido os Encontros de Educação que têm se tornado nestes últimos anos uma forma extre

mamente rica de elaboração, discussão e implementação das políticas educacionais, assim como das bandeiras de luta dos educadores brasileiros.

10. A população-clientela de nossas escolas públicas situam-se na sua grande maioria nas camadas populares, onde enfrentam problemas sociais oriundos da exploração capitalista, tais como: sub-nutrição, péssimas condições de moradia, desemprego, baixos salários, ausência de saneamento básico, etc.

Esses problemas de ordem social política e econômica só serão enfrentados e resolvidos a partir de uma mudança estrutural da sociedade. A educação não pode resolver a questão de marginalidade e da exploração capitalista. Como espaço da luta de classes pode instrumentalizar à classe trabalhadora e sua prática social.

11. Entendemos que um PAG deve apresentar soluções definitivas ao problema das crianças desnutridas no país. Mesmo que pesquisadores comprovem que as crianças de classes populares, que chegam até a escola não apresentam um grau de subnutrição que inviabiliza a construção de conhecimentos, o PT não pode aceitar que ainda existam situações de ensino-aprendizagem de crianças mal nutridas.

Este estigma da incapacidade de aprender internalizado pelas classes populares tem servido aos interesses da burguesia que necessita de um arsenal de reserva de mão-de-obra barata e desqualificada.

12. Uma escola pública popular não é apenas aquela à qual todos tem acesso, mas aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que atende realmente aos interesses populares que não os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma nova qualidade baseada no compromisso, numa postura solidária formando a consciência socialista. Nela todos os agentes e não só os professores, possuem um papel ativo, dinâmico, expe

rimentando novas formas de aprender, de participar, de ensinar, de trabalhar, de brincar e de festejar.

13. Reafirmamos que essa nova qualidade de escola será medida pela apropriação e socialização dos conhecimentos já sistematizados bem como da criação coletiva de novos conhecimentos e pelo nível de consciência crítica e criativa que tiver construído.

14. Os educadores petistas têm demonstrado que é indispensável conhecer para melhor inventar caminhos na conquista da autonomia e independência das classes trabalhadoras.

Neste sentido o PT se opõe ao projeto de educação burguês, e como educador e educando da classe trabalhadora incentiva o conhecimento crítico e desmitificador da realidade na perspectiva de sua transformação.

15. O PT tem a compreensão de de "aprender o que é educação fazendo educação". O ato humano de educar se dá não só no trabalho pedagógico da e na escola, mas também no ato de lutar nas ruas e outras frentes por outro tipo de escola, por melhores condições de vida, por outra sociedade.

16. As tarefas pedagógicas do PT devem ser manifestações concretas de um projeto que não estaciona na proclamação verbal ou escrita da opção pelas classes dominadas. Acontecem a partir e na intimidade dos movimentos populares e se espalham pela sociedade em geral e na escola em particular.

Neste sentido, a prática educacional petista deve estar voltada prioritariamente para os interesses da classe trabalhadora, propiciando condições para a transformação e o desenvolvimento sociais a partir de uma perspectiva socialista. A administração petista deve garantir o acesso à escola a todos: crianças, jovens e adultos, dentro da perspectiva de ensino regular, diurno e noturno, de acordo com as especificidades dos alunos e a permanência desta população na escola até o término de seus estu

dos, diminuindo a taxa da expulsão escolar e reprovação.

17. Esta proposta de gestão do sistema educacional brasileiro se operacionaliza basicamente com três eixos: a democratização do acesso e permanência, a democratização da gestão e a melhoria da qualidade do ensino.

Por democratização do acesso e permanência entende-se não só a garantia da escola para todos, mas também, as condições materiais para manutenção do aluno na escola e da qualidade do ensino. Por democratização da gestão, entende-se a participação e poder na definição e controle da realização do projeto político pedagógico. Por qualidade de ensino, entende-se a escola como espaço onde as diferentes formas de saber são refletidos, organizada e/ou reorganizadas de forma a fazer emergir a consciência do homem e da mulher em relação à natureza, à cultura e a si mesmo; para que possa atuando e participando das lutas populares transformar a sociedade no interesse da classe trabalhadora.

18. Quanto a democratização do acesso e permanência

a) Construção de novas escolas públicas segundo a demanda do movimento popular local.

b) Criação de cursos noturnos onde houver demanda comprovada da população trabalhadora, com duração a 150 horas anuais de sua jornada de trabalho para a sua formação sob direção de sua organização de classe.

c) Garantia da gratuidade ativa do ensino. Por gratuidade ativa entendemos eliminação total de taxas escolares cobradas do aluno e fornecimento gratuito do material necessário.

d) Criação de creches e pré-escola onde se fizer necessário e de forma a integrar-se ao projeto pedagógico global.

e) Organização do ensino sistemático de adultos que não tiveram acesso à escola de modo a atender as especificidades dos mesmos e das realidades locais.

f) Rediscussão do caráter das atuais escolas de educação especial e integração destas na rede de ensino.

g) Rediscussão da forma de acesso à Universidade.

19. Quando à democratização da gestão

1º - Do Ministério da Educação

a) Democratização e modernização da estrutura de administração e deliberação do ME.

b) Elaboração de uma política de formação permanente dos educadores, a partir de planos de cargos e salários, regime de trabalho e acesso à produção da pesquisa em educação.

A política de formação deve conjugar iniciativas próprias do governo petista com as alternativas elaboradas e implementadas pelos próprios educadores de forma autônoma.

c) Integração no planejamento educacional de outros setores da administração visando a implantação de um plano conjunto na área de saúde, cultura, ação social e obras públicas.

d) Melhoria do fluxo das informações entre Ministério, Conselhos, Delegacias, Secretarias e Escolas, através de boletins informativos.

e) Agilização da área jurídica e dos processos internos ao ME.

f) Definição de critérios e prioridades para aquisição e manutenção ou aproveitamento de prédios escolares e materiais didáticos devendo atender as necessidades apresentadas pelas entidades populares.

g) Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional, com poderes deliberativos e composição orgânica que resguarde a maioria às entidades representativas dos trabalhadores em particular.

h) Criação de um plano único de carreira do magistério cuja elaboração deverá envolver os trabalhadores na educação e

suas entidades representativas.

2º - Da democratização das relações no interior das escolas

a) Estímulo para o envolvimento ativo e criativo da comunidade escolar no processo educacional como um todo.

b) Incentivo à organização de todos os componentes da escola em suas entidades autônomas, garantindo seu funcionamento e participação democrática.

c) Incentivo a iniciativas criativas de comunicação e informação no interior da escola e fora dela, visando maior engajamento entre seus membros e destes com a comunidade.

(Segue a parte do texto-base que não pode ser discutida no grupo por falta de tempo):

3º - Das relações da escola com a comunidade através de:

Mobilização e esclarecimento da população para efetivação dos Conselhos de Escola. A elaboração e fiscalização dos planos deverá se dar com base na existência de Conselhos Populares, em que garanta a participação democrática das Associações Comunitárias e da sociedade como associações de moradores, de alunos, de docentes, profissionais, das comunidades de base, etc.

20. Quanto à qualidade de ensino

1º - Conteúdos e Métodos:

a) Incentivar à pesquisa sobre formas de aprender o saber e a realidade do aluno para que os conteúdos trabalhados na escola partam dos interesses e necessidades reais dos alunos e da forma como pensam e explicam suas vidas.

b) Articular o saber já de domínio dos alunos com o saber necessário historicamente à classe trabalhadora.

c) Rever criticamente e traçar uma nova política de

produção escolha e utilização desse horário em atividades de ensino-aprendizagem.

d) Produzir informações e documentos que estimulam e subsidiem as discussões sobre educação e a prestação dos serviços públicos de educação.

e) Extinguir os turnos intermediários com garantia de turnos de 4 horas com plena utilização desse horário em atividades de ensino-aprendizagem.

f) Adquirir material didático para as escolas e para os alunos.

g) Observar a vinculação dos conteúdos escolares com as experiências advindas do processo de trabalho e produção.

2º Quanto ao Espaço Físico:

a) A Aquisição, construção e manutenção de prédios escolares deve atender as necessidades apresentadas pelas organizações populares.

b) Estímulo à criação de equipes municipais de mão-de-obra especializada (pedreiros, marceneiros, bombeiros, eletricitas, carpinteiros e pintores) para manutenção permanente das escolas.

c) Estímulo à criação de hortas escolares com o objetivo de complementar a merenda escolar.

20. Alguns desafios

O PT tem trilhado um caminho independente e decisivo na construção de alternativas administrativas para o Brasil, sobretudo no que se refere ao município, por esta se tratar da única esfera administrativa onde o PT, colocando em prática suas propostas de campanha.

Vários desafios têm se colocado neste difícil processo de combinação de uma administração solucionadora dos problemas mais imediatos que afligem à escola pública, com a cons

ciência socialista. Todavia as manifestações dos companheiros petistas que já experimentaram a gestão municipal apontam geralmente para as seguintes questões enfrentadas e que necessitam ainda ser respondidas mais eficazmente, sobretudo, porque no âmbito federal elas tendem a ser muito mais complexas:

- 1º) modernização da administração do ensino (descentralização?)
- 2º) o controle pela população
- 3º) aperfeiçoamento do corpo docente
- 4º) a melhoria dos métodos de ensino e conteúdos (ref. curricular)
- 5º) ampliação do financiamento
- 6º) tratamento às escolas privadas
- 7º) maior ênfase na educação extra-escolar (integração com outras áreas, Comunicação Social)

Finalmente, impõe-se como tarefas dos educadores petistas, as seguintes:

- 1º) a relação com as entidades de educadores
- 2º) relação com entidades de educação
- 3º) intervenção no movimento dos trabalhadores

(Pontos polêmicos):

1. Se resolveu não priorizar o ensino fundamental por 32 vetos contra 24 e 4 abstenções. Se propôs, porém, que contasse do texto do PAG a intenção de erradicar completamente o analfabetismo, para o que foram propostas, à Mesa, duas redações:

a) "O PAG do PT mobilizará todos os setores da sociedade brasileira para erradicação definitiva do analfabetismo."

b) "Será tarefa do governo popular e democrático promover um grande movimento de alfabetização de toda a população brasileira, com especial atenção à alfabetização dos trabalha

dores e das nossas crianças de rua. Dos trabalhadores, por serem eles os agentes 'naturais' da transformação que almejamos. E das crianças de rua, porque com elas temos uma velha e grande dívida social e porque sem elas não haverá futuro.

A alfabetização terá como função imediata fornecer aos agentes da transformação que desejamos o instrumental básico para tal tarefa. Portanto, não se limitará ao aprendizado da leitura e da escrita (na língua nacional, respeitando o bilíngüismo), mas fornecerá também o instrumental de conhecimentos necessários para que o educando possa compreender a estrutura da nossa sociedade, nos seus aspectos econômicos (particularmente no que se refere à estrutura produtiva), sociais, culturais, e políticos e adquirida capacidade para analisar e reelaborar esta realidade. E escolher, de acordo com suas necessidades e opções, as formas de ação consciente na vida social.

Todas as redes (federal, estaduais e municipais) de educação se colocarão ao serviço dessa tarefa. O governo democrático e popular conclamará às organizações populares a se engajarem nela. A empreitada terá como meta 'libertar o território nacional do analfabetismo (num prazo que não ultrapasse o mandato)', preparando a cada cidadão do ponto de vista cultural, técnico e político para intervir na vida social e econômica do país. A médio prazo, nesse amplo movimento de alfabetização, se assentam as bases para elaborar um Plano Nacional de Educação que se estenderá o curso de alfabetização, visando a educação permanente dos adultos trabalhadores e o aumento real da obrigatoriedade de ensino para as crianças."

2. Se inclui o seguinte texto sobre o ensino privado:

"A expansão da rede privada de ensino no Brasil é um projeto implementado pelo Estado que visa sua desobrigação para

com a educação; torna-se uma mercadoria de alto poder de lucro e a coloca a favor de seus interesses em detrimento da maioria da população. A expansão da rede privada que hoje atinge 40% das vagas no 2º grau e domina o 3º grau com mais de 80% das vagas mostra uma deficiência da rede pública quanto ao atendimento à demanda: especialmente da população trabalhadora.

O PT no governo deve reverter essa situação desenvolvendo um programa de ampliação da rede pública de forma a atingir o ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos. Dessa maneira a destinação de verbas públicas à educação deve ser feita somente à rede pública, colocando fim à sustentação e ao subsídio das empresas de ensino.

O funcionamento de escolas privadas estará condicionado à adequação a um padrão critério de qualidade, cuja não-observação acarretará a dispensa da autorização."

3. Sobre a Municipalização do ensino foi resolvido que devia constar a posição do PT contra a Municipalização. Como este assunto perspassou todas as comissões, nos remetemos ao texto geral sobre Municipalização.

(Assuntos que não puderam ser tratados na comissão e nem no Plenário, foi decidido que deveriam constar no PAG):

1. A questão do analfabetismo
2. A questão do professor leigo
3. Ensino rural
4. Educação Especial
5. A Ciência e a Tecnologia
6. A educação ambiental (textos indicados: propostas da tese do RS e de outros estados, "cartilha 1 Eco-Política, do vereador Get Schinke, Porto Alegre - RS").

A COMISSÃO DE ASSUNTOS

EDUCACIONAIS DO PT

V. RESOLUÇÃO QUE CRIOU A "COMISSÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO PT"

1. Fica criada a Comissão de Assuntos Educacionais ligada a Secretaria Nacional de Movimentos Populares.
2. A Comissão se comporá de um coletivo que compreende a Coordenação e um representante de cada Estado. Estes representantes por Estado têm a tarefa de encaminhar as resoluções deste Encontro nos seus Estados e se integrarem à Secretaria Estadual de Movimentos populares (SEMP) com o objetivo de criar as Comissões nos Estados.
3. O coletivo da Comissão Nacional reunir-se-á a cada seis meses, com o objetivo de avaliar a atuação dos petistas na área de educação e sua organização interna no PT, traçar objetivos e metas para o próximo período e propor políticas para o Partido na conjuntura, tendo como base as decisões partidárias de Encontros e Diretórios.
4. A coordenação da Comissão de Assuntos Educacionais será composta por 12 pessoas, eleitas no I Encontro Nacional com mandato até o próximo Encontro com o aval da Comissão Executiva Nacional. A coordenação se reunirá a cada 40 dias com o objetivo de encaminhar as diretrizes do Partido, as resoluções do Encontro de Educação do PT e do coletivo da comissão, organizar a implementação do Partido na área de Educação nos diversos Estados e municípios e se responsabilizar pelo encaminhamento das questões de educação no PAG.
5. Cabe também à Comissão, garantir o mais amplo debate nas bases do partido através da realização de debates, seminários e atividades afins nas diversas esferas partidárias (Zonal, Municipal, Estadual e Nacional).
6. À Comissão de Assuntos Educacionais podem ser agregados gru

pos de trabalho para discussão e sistematização de temas específicos.

7. A tarefa imediata da coordenação é a sistematização das resoluções do I Encontro de Educação do PT e o envio, o mais urgente possível, do relatório a todos os participantes do Encontro, a todos os Diretórios Regionais e Municipais ou zonais, aos parlamentares e prefeitos do PT e aos membros do Diretório Nacional e Bancada Federal do PT.

8. Foram eleitos os seguintes companheiros para comporem a Coordenação da Comissão de Assuntos Educacionais:

Moacir Gadotti (SP)
 Lisete Arelaro (SP)
 Marilena Nakano (SP)
 Antonio Roberto (GO)
 Petinha Soares (MG)
 Paulo Rubem (PE)
 Jackson de Toni (RS)
 Beatriz Pardi (SP)
 Alberto Damasceno (SP)
 José Clóvis (RS)
 Orlando Nobre Bezerra (PA)
 Osvaldo Maciel (SC)

9. Estes são os representantes estaduais na Comissão de Assuntos Educacionais do PT:

ACRE
 AMAZONAS
 RONDONIA
 MATO GROSSO
 PARÁ
 MARANHÃO
 PIAUÍ
 CEARÁ
 RIO GRANDE DO NORTE
 PARAÍBA
 PERNAMBUCO
 SERGIPE
 BAHIA
 MATO GROSSO DO SUL
 MINAS GERAIS
 GOIÁS
 ESPÍRITO SANTO
 RIO DE JANEIRO
 SÃO PAULO
 TOCANTINS
 SANTA CATARINA
 PARANÁ
 RIO GRANDE DO SUL
 ALAGOAS

M O Ç Õ E S

VI. MOÇÕES

1. Moção em defesa da incorporação de bandeiras do Movimento Ecológico no Programa e Plataforma do PT.

Pela primeira vez na história da humanidade o desequilíbrio ecológico provocado pelo homem põe em risco todas as formas de vida do planeta. Neste sentido é fundamental que o PT combine sua luta pelo fim da exploração do homem pelo homem com a luta pelo fim da exploração predatória da natureza, tarefas indesligáveis e heroicamente simbolizadas na vida e sacrifício do companheiro Chico Mendes.

Essa combinação exige a incorporação das principais bandeiras do movimento ecológico a nível de programa e plataforma eleitoral para 15 de novembro, atendendo assim a preocupação maior do conjunto da sociedade com a defesa da sua qualidade e mesmo continuidade da vida.

Nesta moção propomos que o PT incorpore imediatamente à sua plataforma:

- . A luta intransigente pela preservação da Amazônia e demais ecossistemas (impedindo a militarização da amazônia);
- . O fim do programa nuclear, com a desativação das usinas e do projeto do submarino atômico;
- . Defender políticas ecológicas de planejamento urbano e saneamento básico;
- . Promover o uso de práticas agrícolas alternativas como forma de viabilizar, inclusive economicamente, a reforma agrária;
- . Defender a aplicação rigorosa de toda a legislação ambiental.

2. Moção de Pesar pela morte do professor e companheiro Getúlio Dédio de Brito, presidente do Centro de Professores de Goiás - CPG, e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás - SINTEGO.

O Primeiro Encontro Nacional de Educação do PT, realizado nos dias 3, 4 e 5 de março de 1989, vem lamentar a prematura morte em um acidente automobilístico do companheiro Getúlio Dédio de Brito, ocorrido em Goiás, no dia 31/01/89. Getúlio um dos fundadores do PT e da CUT, deixa para nós, o exemplo de luta e solidariedade, rumo a sociedade socialista que queremos.

I ENED - PT 05/março 89

A N E X O S

(Contribuições para Discussão)

OBS.: Pelo fato de já estarem agrupados em uma publicação, não incorporamos neste bloco anexo, as contribuições do III Encontro Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, no entanto, recomendamos a todos os companheiros e companheiras que solicitem àquele Diretório, exemplares do referido documento.

Endereço: Av. João Pessoa, 209 - Centro

90040 - Porto Alegre - RS

Fone: (0512) 24-3709/ 26-0892

TEXTO - BASE DO ENED

PARA DISCUSSÃO SOBRE O PNE

1. PRÓLOGO

1. Após 10 anos da retomada da luta pela reconstrução de instâncias e entidades guiadas pelo princípio da independência de classe do movimento dos trabalhadores, as 36 prefeituras e mais 1.000 vereadores eleitos pelo PT representam a materialização no meio social de um projeto político popular de desatrelamento da burguesia, do qual, o PT e a CUT são seus principais organizadores. Sendo o PT um partido socialista mais coerente com os princípios que levam ao socialismo e dado que a burguesia cria mecanismos de manobra que iludem o trabalhador e de realizar mudanças convincentes, as forças sociais que levantam a bandeira do socialismo passam a ser reconhecidas pelos trabalhadores como as únicas comprometidas com seus interesses reais.

2. Na educação, o PT também precisa contrapor ao projeto educativo da burguesia, um projeto da classe trabalhadora e para a classe trabalhadora. A educação numa perspectiva socialista não pode ser a mesma que vem servindo aos filhos das camadas médias e da burguesia. A educação na sociedade burguesa nasceu e se desenvolveu marcada pelos interesses de classe. A educação centrada no espírito academicista não tem estimulado o gosto pelo estudo, tem levado a uma compreensão fragmentada e mutilada da ciência e demais conhecimentos humanos e ainda não desenvolve o trabalhador a noção de prática social. Tem-se dessa forma, privilegiado a educação intelectualista, sem nenhuma relação efetiva com o trabalho, com as relações sociais e com a produção de bens materiais. Em lugar da educação empobrecida pelo formalismo, pelas condições materiais de funcionamento, pelas discussões estériles sobre a evasão, fracasso e condições extra-escolares, o PT deve lutar para uma educação rica de condições humanas e materiais e na organização desses elementos, em favor da satisfação das necessidades de sobrevivência, trabalho e pro

dução dos trabalhadores.

3. O trabalhador não pode ter sua educação reduzida à algumas horas de aula e nem, sob condições privilegiadas, dispor o dia inteiro para o estudo, como ocorre com uma minoria. Precisamos vencer a concepção elitista de que a escola ligada a produção de bens materiais deve ser destinadas às camadas populares. A educação numa perspectiva socialista deve direcionar todos os seus esforços para eliminar a diferença entre o trabalho manual e o intelectual.

4. Não podemos achar que é impossível utilizar o projeto de educação sob a perspectiva socialista segundo as necessidades da classe trabalhadora constitui para o PT uma proposta que faço avançar essa perspectiva, em condições sociais determinadas, para efetivá-la sob as condições próprias de socialismo. Esta é uma tarefa que cabe apenas ao partido que em lugar, de ser educado pelo Estado, educa e é educado pelos trabalhadores para juntos educarem o Estado; para que também o setor da educação avance para além dos limites estabelecidos pelo Estado burguês.

2. TAREFAS DO PT NA SUPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO BURGUESA

5. Considerando o PT um coletivo organizado com uma proposta de sociedade acreditamos se dar através dele, que sairá a realização de educação segundo os interesses da classe trabalhadora. As mudanças no setor de educação levadas por pessoas ou grupos de educadores têm-se mostrado limitadas no espaço e no tempo. Nós do PT achamos que é impossível realizar a educação do e para o trabalhador através do partido... Nas condições atuais, os índices de evasão e de repetência mostram que mais de 50% (cinquenta por cento) das crianças que entram na escola são forçadas a deixá-la ainda na 1ª série. A escolarização da clas

se trabalhadora se mantém nos níveis que servem de sustentação para ampliação e atualização das forças produtivas, e quando fogem desse limite, é por pressão dos trabalhadores.

6. É preciso aliar essa visão de ampliação de vagas, de ensino de mesma "qualidade", de currículo mínimo em todos os níveis de ensino, uma educação de interesse da classe trabalhadora, que se concretize pela conscientização, envolvimento e participação, preparação para uma nova forma de relações sociais, políticas e tecnológicas com livros e métodos de ensino, "currículo mínimo", estrutura escolar e concepção pedagógica que contribui para suprir as diferenças sociais a submissão da exploração de classe. Não se trata somente de superar o academicismo e de distribuir mais igualmente os bens materiais e culturais, mas de fazer realizar um plano de educação que se estenda da pré-escola à universidade e prepara o trabalhador profissional e intelectualmente para exigências da vida moderna.

7. A situação da educação hoje mostra que esforços individuais ou de grupos isolados não conseguem superar sua crise, mas apenas continuam alimentando a ilusão de uma melhoria dentro do setor de educação. A compreensão de que todo ato pedagógico é um ato político avançou para a compreensão de que todo ato pedagógico é um ato político partidário. Ao descobrir a relação entre a educação e o Estado o trabalhador avançou sua compreensão histórica da luta e reconheceu no partido o instrumento não apenas de governo e poder político, mas também, da transformação de todos os setores da vida social.

8. Num país capitalista como o Brasil, onde o tipo de desenvolvimento tem determinado lideranças profundas, é preciso um Plano de Educação que leve em conta estas diferenças. Enquanto a educação burguesa quer perpetuar as diferenças sociais com a ajuda de uma escola formalista, a tarefa do PT consiste em

combinar no seu programa, a luta em favor de questões mais elementares, como: a falta de vagas; a permanência do aluno na escola; a formação com qualidade dos professores; a alimentação escolar, etc., com a luta pela mudança da concepção e técnicas de ensino; pela elaboração de novos materiais escolares; modernização dos recursos tecnológicos de ensino; organização de conselhos escolares e da administração democrática das escolas e do sistema de ensino; pela combinação entre estudo e trabalho; para eliminar as diferenças entre escolar rurais e urbanas, e dentre estas, as diferenças entre escolas de centro e escolas de periferia. O Plano de Educação fica assim vinculado à estratégia de transformação da sociedade dentro do Programa de Partido, através das propostas de resolução das questões transitórias da educação e das tarefas para uma educação numa perspectiva socialista, sem no entanto, separar as épocas históricas para colocar no movimento social, os elementos próprios para a negação da educação atual, e de superação da educação e da sociedade burguesa.

3. UM PLANO DE EDUCAÇÃO E DE TRANSIÇÃO

A

O

9. Ao propor resolver a grave crise pela qual passa a sociedade, a crise em que se encontra a educação brasileira, será um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo PT. Para isso o partido precisa apontar com clareza, a direção de sua proposta, a mobilização social em torno do Ensino Público e Gratuito data de algumas décadas passadas, o que mostra um permanente conflito entre os interesses da maioria da população e aqueles que possuem condições privilegiadas e detém o poder de Estado para o controle de suas políticas. Trata-se de uma luta antiga que nesse momento exige por parte do PT uma análise lúcida bem como

o encaminhamento de uma proposta para o setor de educação que contemple as necessidades imediatas dos trabalhadores, mas, também aponte para a transformação social onde o partido é o principal instrumento para garantir sua durabilidade e totalidade.

10. A sociedade já tem acumulado um conjunto de experiências realizadas nos movimentos populares, sindicais e institucional; a nível de ensino formal de 1º, 2º e 3º graus, que permitem a formulação por parte do PT de um Plano Nacional de Educação que defina a camada da população que terá a prioridade de sua ação; a prioridade de distribuição de recursos humanos; materiais e financeiras; a política de formação do corpo docente; uma nova organização das escolas, seus currículos e das instâncias administrativas.

11. A política do setor de educação desenvolvida pelo atual Governo em nada se diferencia daquela implantada pelos Governos Militares. Enquanto alguns setores da economia e universidades realizam pesquisas que os colocam ao nível das grandes potências imperialistas, dados do IBGE apontam para a existência de mais de 60% da população em situação de analfabetismo ou semi-analfabetismo. Se observarmos a situação das regiões economicamente mais atrasadas até as mais ricas, esses dados persistem mostrando que é um problema colocado pela própria natureza de desenvolvimento social adotado. A natureza de classe dessa educação escolar é desmascarada também pelo oferecimento de escolas de péssima qualidade para a classe trabalhadora, onde, nessas condições é forçado a se evadir e à reprovação. Ao mesmo tempo em que se verifica um todos os níveis de ensino, observa-se uma expansão da rede privada. É a continuidade da tendência de privatização da educação com a participação do Estado que usa seu poder para desmoralizar o ensino público, e ainda, o coloca a serviço dos proprietários de empresas de ensino.

12. São aspectos reveladores do descompromisso dos governos burgueses com a educação que ao nosso ver só pode ser rompido com a eleição de um governo democrático e que se propõe implementar um plano econômico voltado para o desenvolvimento social, com a distribuição de rendas e que tenha como uma de suas prioridades o setor de educação. Obrigados a reduzir seus gastos devido os cortes de verbas que o governo submete a educação, as escolas públicas não ampliam suas vagas como ainda extinguem classes em funcionamento em todos os níveis de ensino. Os níveis de evasão e repetência são também consequências das crises econômicas que desestabilizam as famílias e obrigam seus filhos a trabalharem mais cedo. São condições que inviabilizam a definição de um sistema de educação que democratize os diferentes graus de ensino pelo acesso, permanência e qualidade, mais ainda, que supere a finalidade dos ideais de educação das camadas sociais privilegiadas.

13. Este é um Plano de Educação que não pode ser aplicado de forma "isolada" em relação a outras medidas que devem ser tomadas em outros setores da vida social. Tão pouco pode ser adotado por um partido que defenda os interesses do capital. Dentro das condições subjetivas e objetivas colocadas até o momento, é preciso o estabelecimento de um processo que coloque a educação nos níveis de exigências da ciência, da técnica da arte, do lazer e da sua organização de acordo com os interesses da sociedade. Esse processo passa inclusive pela ruptura radical com os interesses, expoliadores do grande capital internacional e pela organização e mobilização dos trabalhadores contra as bases que sustentam a educação burguesa. Estes estão conscientes que os governos democráticos burgueses prometem, de um plano econômico a outro, apenas o sacrifício, o desemprego e a recessão econômica. Sem incorrer no vanguardismo e nem no auto

ritarismo, a situação da educação e sua relação com os demais setores da sociedade deve ser resolvida, sem privilégios os quadros de especialistas, e refletindo as decisões tomadas nas bases do partido.

4. ELEMENTOS PARA UMA CONCEPÇÃO PETISTA DE EDUCAÇÃO: ESTUDO E TRABALHO

14. Tanto no processo de ensino-aprendizagem das ciências quanto da Técnica e das Artes, o ponto de partida é o problema do indivíduo. É o próprio trabalhador que organiza suas atividades e consegue através de suas experiências na escola e na sociedade, apropriar do conhecimento prático, social e histórico. Uma concepção pedagógica de interesse popular deve levar em consideração o mundo do trabalho, a produção cultural do trabalhador, sua relação com o político e a educação e não apenas aspectos psíquicos, o desenvolvimento intelectual e sua relação com o ensino. As condições do trabalhador deverá ser o ponto de partida para sua educação.

15. Se, enquanto o interesse da burguesia e as condições de sua educação, permitem que seus filhos vivam uma experiência escolar de muitas horas despreocupadas e de continuidade com seus valores sociais e culturais - que constituem elementos que fortalecem o seu desempenho na escola burguesa - o trabalhador tem que ser preparado precocemente para a vida, o trabalho e a produção, sem as condições desses privilégios. Uma pedagogia popular deverá levar em conta as necessidades do trabalhador estudante. Ao contrário do que muitos pensam, a sua escola deverá ser alegre, com um currículo que lhe dê a garantia de frequentá-la por longos anos. Levando em consideração as relações de produção, e dentro das contradições próprias do capita

lismo, o trabalhador deverá ser preparado para se libertar das relações de exploração.

16. Isso significa afirmar o caráter historicamente condicionado da educação e considerar sua importância para o fortalecimento do movimento social na tarefa de transformar a sociedade. Em Marx, o princípio fundamental da pedagogia é a combinação do estudo e do trabalho. Lutar contra o ensino puramente acadêmico é lutar contra a educação empobrecida pelo formalismo, e por isso, a mais difícil de ser alcançada pelo trabalhador. A combinação de trabalho produtivo como o ensino das ciências e educação física, arte e lazer, desde os primeiros anos, é um dos mais efetivos mecanismos de transformação social. Em lugar de mãos ou cérebros embrutecidos, essa combinação permite não apenas desenvolver as forças produtivas, mas ainda, desenvolver o homem em sua totalidade.

17. A história nos mostra que não são as reformas conservadoras que garantiram a presença do trabalhador nas escolas e a apropriação do conhecimento escolar. A escola do trabalhador só virá com a transformação de toda estrutura social mas, através do Partido seu acesso ao conjunto de aparelhos de estado e por ele governado, pode contribuir para o fortalecimento do movimento social e fazer implantar experiências que beneficiem os interesses dos trabalhadores e a causa revolucionária. Ao optar por uma concepção de educação, ainda na sociedade capitalista, um partido socialista possui mais condições do que os indivíduos ou grupos isolados, para torná-la duradoura e ainda usá-la contra os interesses de exploração de classe.

5. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO POPULAR

18. Resistindo na luta pela escola pública gratuita e

de boa qualidade os professores tem conseguido avançar sua compreensão das causas estruturais que criam as crises econômicas e políticas e afetam a educação. Amplia-se cada vez mais o número de entidades de classes combativas que mobilizam as categorias de trabalhadores na educação, nas reivindicações econômicas e políticas. O referencial desses trabalhadores se encontram nas condições objetivas de trabalho cada vez mais se deterioram mas também na incapacidade do governo solucionar os graves problemas que afetam a sociedade. Toda essa vontade de transformação acumulada na experiência da luta deve ser canalizada pelo partido de formar revolucionária antes que a burguesia coloque o seu projeto alternativo de reformas conservadoras ou até mesmo reacionárias.

19. Esse descontentamento e mobilização tem também se dirigido contra a função social vigente, da escola, seu currículo e seus métodos, e também ao questionamento das teorias pedagógicas. Os modelos de escolas implantadas autoritariamente, o esforço despendido para o funcionamento das escolas, os métodos de ensino e as teorias que prometem responder os problemas, esbarram-se na dura realidade da evasão repetência e da queda do índice de escolarização que cada vez mais se acentua.

20. Ao apresentar sua proposta de Plano de Educação, cabe ao Partido, orientar os trabalhadores desse setor, no sentido da superação da escola e das pedagogias atuais. A formação dos professores para uma nova sociedade se daria dentro de uma relação dialética entre teoria e prática no campo político e profissional. Deve ser denunciado nesse processo, a redução de professor a um especialista que limita seu horizonte cultural, transformando-o num instrumento das elites, pela incapacidade de romper com as concepções que privilegiam os preconceitos e o individualismo. Um outro aspecto, trata-se da compreensão de nos

sa formação social e a correlação entre suas atividades na escola e a explicitação dessa prática segundo sua identificação política com a luta do trabalhador.

21. Não podemos aceitar acriticamente as propostas de organização escolar e as teorias pedagógicas elaboradas ou implantadas em outras sociedades, mesmo que adaptadas, sem considerar as noções de espaço e de tempo em suas análises. Para isso o partido precisa dispor, dentro do conjunto de seus militantes, de um quadro de educadores que promova debates em torno dessas questões e dê condições para que seus militantes façam realizar os aspectos possíveis e necessários que fortaleçam a educação do trabalhador, até que sejam colocadas as condições para superação definitiva da educação burguesa.

22. Em todos os níveis de ensino, os educadores se encontram envolvidos em uma angústia profunda. O ensino, suas condições de trabalho, a escola, os alunos, os projetos do governo para a educação se encontram gravemente afetados pela crise social que caracteriza a conjuntura atual. Em um dos principais obstáculos que os professores tem encontrado é o oportunismo de certas tendências pedagógicas e a covardia dos representantes eleitos para a direção das instituições diante dos ministérios e representantes do governo no plano municipal, estadual e federal. A "Nova República", dentro de seu projeto político, conseguiu levar para os quadros dos partidos apoiariam, um grupo de educadores combativos, na época do regime militar, fazendo que por um momento, certas teorias pedagógicas e a presença de certas lideranças nas direções de escolas e secretarias confundissem o movimento dos trabalhadores na educação.

23. A tarefa a ser colocada ao Partido nesta conjuntura de crises é a de relacionar seu plano de governo com a preparação dos trabalhadores na educação para a superação da educa

ção de classes, e que aumenta as diferenças sociais. Ao contrário das pedagogias autoritárias que sobrelevam o papel do estado e atribuem ao trabalhador todo o fracasso do setor que atua, é preciso que os educadores petistas, junto com os professores, no processo de suas atividades escolares, articulem suas reivindicações com o programa do Partido. Essas reivindicações devem representar os elementos da educação, elaborados segundo o nível de consciência e condições materiais de uma ampla de educadores, para o programa de conquista do poder político pelo proletariado.

24. Fala-se muito em, do que é necessário e do que é essencial, do que queremos e do que é possível, do currículo-máximo e do currículo mínimo na educação. Normalmente, esses elementos constam do discurso dos liberais e social-democratas em determinadas situações conjunturais, mas na prática querem apenas continuar as condições de miséria em que se realiza a educação burguesa para que, quem sabe, num futuro próximo tenhamos a educação que queremos, a educação do currículo máximo. A mediação dos liberais e social-democratas é a manutenção do capitalismo. Para o PT as reformas constituem apenas pontos de fortalecimento dos direitos democráticos e das conquistas sociais do trabalhador. Para o PT, a formação do educador deve ocorrer nesse processo de mediação: deve ocorrer nesse movimento, entre a educação burguesa e a educação popular, movimento esse, realizado num processo de organização e mobilização revolucionária dos trabalhadores.

6. O PT E A ESTRUTURA ATUAL DE EDUCAÇÃO

25. A superação da escola de classes passa pelo de princípios para a estruturação e funcionamento da educação de a

cordo com a realidade histórica hoje colocada considerando as experiências que o próprio movimento de educadores vem colocando na educação formal e informal. Um dos princípios que deve sustentar esse processo é o de centralizar no partido, a intervenção política na educação. Essa centralização deverá permitir armar os militantes para a intervenção nas questões colocadas nas diferentes formas e níveis de ensino ao mesmo tempo a execução dessa política deverá ser feita de forma descentralizada na medida que só avançaremos no modelo de Sistema Educacional voltada para os interesses dos trabalhadores com a operacionalização de experiências através de nossa ampla discussão nas diversas instâncias do setor de educação. Este é um princípio da intervenção do Partido para a derrubada das bases que sustentam uma estrutura de funcionamento de um sistema de ensino que privilegia a educação de classes. Os trabalhadores tanto quanto aqueles que administram diretamente a educação do país possuem o direito de conhecer os mecanismos de funcionamento das instituições e do sistema nacional da educação. A primeira tarefa do movimento social de educação será a de constituir instâncias populares para conhecer quais as rendas e as despesas da sociedade e determinar a parcela de verbas a ser aplicada na educação. É a partir dessa primeira tarefa, articulada com o Plano Econômico Nacional que os trabalhadores se prepararão para criar e dirigir um verdadeiro sistema nacional de educação que represente os interesses das camadas populares.

Não cabe apresentarmos um Plano de Educação visando somente administrar um sistema de educação de um Estado falido, onde o mesmo fixe as parcelas de sua receita para a educação apenas para justificar a ineficiência do ensino público em todos os níveis. A sociedade não pode e nem quer se conformar com um sistema de ensino adaptado aos interesses de uma estrutu

ra social capitalista dependente que educa os trabalhadores contra os seus interesses ao mesmo tempo que lhe é negado o acesso ã escola. Devemos apresentar um Plano de Educação que forneça os elementos para o trabalhador atuar em favor de uma educação para si na medida que reconstrua todo um sistema de educação a partir de peincipios políticos próprios. A questão fundamental que deve então ser colocada para a reconstrução da estrutura e do funcionamento do sistema de ensino é a sua relação com a tomada do poder político e dos meios de produção decisivos pelo trabalhador.

26. É inútil pensar em moderação na reivindicação e organização do proletariado pois, para a burguesia, a educação boa e possível é a que está aí, e ela não tem capacidade ou mesmo a vontade de realizar mudanças radicais. O Partido é o instrumento capaz de transformar essas reivindicações e a organização do trabalhador em força política de modo a fazer realizar as mudanças que coloquem o sistema de ensino a serviço do trabalhador e ao mesmo tempo prepare os elementos para uma outra educação. Para a intervenção do PT no setor de educação, junto as instituições de educação formal e informal, que deverá ocorrer considerando a sua organização interna e a de seus militantes para a atuação fora do partido, destacamos os seguintes pontos propostos pelo companheiro Carlos Rodrigues Brandão:

26.1 - A formação dentro do Partido, de quadros, de comissões de militantes especialmente dirigidos à avaliação, à crítica dos usos e modos de funcionamento do sistema vigente de educação: Fazer a crítica popular do sistema também através da crítica dos usos opressores da educação dentro dele.

26.2 - A convocação de educadores, cientistas sociais, assistentes sociais e outros que venham a participar como integrantes e/ou como assessores destas comissões, produzindo docu

mentos, colocando dados e informações sobre a educação brasileira, e assim por diante.

26.3 - A análise da situação atual de trabalhos e pedagógicas em todo os contextos: fábrica, comunidade, escola, etc. Do modo como eles são exercidos sobre os trabalhadores, ou à margem deles. A avaliação específica de como a educação está sendo usado agora, em cada lugar, em cada nível, em cada modalidade. A colocação de dados e críticas para fora do âmbito das comissões de educação: no partido, nas comunidades etc.

26.4 - A democratização dos debates, discussões, críticas e propostas de educação. A ruptura com a tradição de que, na educação, alguns poucos controlam-e-educam, e toda a massa é controlada-e-educada. A criação de meios de ampliação do "pensar a educação brasileira", envolvendo os alunos, estudantes, pais e mães, os professores das escolas "de periferia" etc. A denuncia de usos e artimanhas do poder sobre a educação, baseada em depoimentos populares diretos, em avaliações feitas a partir das bases.

26.5 - O estudo sistemático e a formulação de propostas e projetos de educação em todos os seus níveis e modos, a partir da condição e do ponto de vista dos trabalhadores. Ao lado de projetos alternativos imediatos de uma educação nacional a partir do trabalho, fazer propostas concretas de tipos de educação que atingem hoje mais diretamente as classes trabalhadoras: a "escola pública", a alfabetização de adultos, a educação comunitária, o supletivo, os cursos de capacitação de mão-de-obra, e assim por diante. Lutar para que todas as agências e serviços pedagógicos que atingem diretamente o povo sejam avaliados e alternativamente propostos pelo próprio povo. Pensar e propor alternativas de co-participação popular nas decisões oficiais sobre a educação: a nível nacional, a nível regional, a

nível municipal, a nível comunitário, a nível de cada agência (delegacia de ensino, grupo escolar, colégio, curso de profissionalização, universidade).

26.6 - Ou seja: lutar para que os trabalhadores sejam politicamente representados junto ao poder nas questões da educação nacional: lutar para que o povo seja direta e significativamente co-responsável pelas modalidades de educação que, hoje, atingem diretamente as classes trabalhadoras. Atuar de modo que nenhuma questão sobre a educação, que toque diretamente as classes trabalhadoras, deixe de ser avaliada por seus representantes, através do partido.

26.7 - Formular projetos alternativos de educação do trabalhador e responder pela sua direção. Repensar e recriar sistemas de educação do trabalhador, buscando modos de colocá-la sob o seu controle direto a educação sindical, a educação popular (a educação do povo em sua dimensão mais comunitária). Tomar a iniciativa de estabelecer aliança com pessoas, grupos e instituições da sociedade civil que possam se comprometer politicamente com os trabalhadores através também da educação (setores da Igreja, do professorado, do estudantado, de grupos de profissionais).

26.8 - Formular desde já propostas alternativas de uma educação nacional popular que se constitua como a proposta do partido quando no poder.

26.9 - Somar trabalhos de grupos e comissões de educação com outros, próximos ou paralelos, dentro do partido: saúde, habitação, etc. Deste modo constituir unidades de prática popular, comunitária sem uma perspectiva restritamente específica, separada. Ser capaz de a todo momento, compreender o papel da educação entre as outras práticas sociais e políticas populares.

26.10 - Conhecer e explorar as inúmeras modalidades

de educação do povo; as incontáveis experiências através das quais, fora da escola, fora do "sistema oficial de ensino", o povo da roça e da cidade reproduz os seus conhecimentos, valores de classe e comunidade. Partir disso, da experiência popular, das alternativas populares de sua própria educação. Repensar uma educação que parte das práticas populares e venha a ser sistematizada, estendida, multiplicada em seus usos e em seus poderes. Não partir da educação do sistema, da educação oficial do sistema capitalista, procurando apenas "melhorar". Ser sensível ao poder político popular de luta e resistência que existe nas experiências de reprodução do saber entre lavradores, pescadores, operários, comunidades rurais ou urbanas do povo. Partir daí para um primeiro pensar sobre como, hoje, no Brasil, o próprio povo pode pensar, criar e controlar: a) a sua própria educação, dentro e fora do partido, dentro e fora da escola; b) a educação nacional, a partir de um projeto de educação que reflita, como pedagogia de uma nova sociedade, o poder popular sobre esta sociedade.

7. CARACTERÍSTICAS PARA UM SISTEMA DE ENSINO POPULAR

27. Os trabalhadores reconhecem na educação o seu papel fundamental na construção de uma nova sociedade. Por isso, precisamos caracterizar alguns elementos que constituam o eixo imediato para uma ação concreta dos trabalhadores:

- Ensino Público e gratuidade total dos serviços, em todos os níveis, para a classe trabalhadora.

28. Para assegurar esse elemento de democratização da educação, o ensino deverá ser atribuição indelegável do Estado, cabendo inclusive a este pela pressão organizada da sociedade, e em momento próprio, a tarefa de expropriar sem indenização as es

colas particulares. A existência da escola particular significou historicamente a traficância do ensino, contra os interesses dos trabalhadores, pela intervenção dos proprietários da indústria do ensino nos órgãos administrativos da educação em detrimento da escola pública e pela transformação da educação numa mercadoria de difícil acesso. É preciso eliminar essa dualidade de ensino que contribui para aumentar as diferenças sociais: uma escola para os ricos - a escola privada - e outra para os pobres - apública.

29. Não basta extirpar as empresas de ensino, é preciso também garantir a permanência massiva dos trabalhadores na escola. Como um setor de fundamental importância para o desenvolvimento social, cabe ao Estado dar condições reais de educação para todos. Além de eliminar o pagamento das matrículas e outras taxas, deve garantir a todos o material didático, inclusive os livros, sem despesa alguma para as famílias. Um outro ponto de grande importância para acabar com a evasão e a repetência é a criação de um PLANO NACIONAL DE BOLSAS DE ESTUDOS para os alunos em todos os níveis de ensino. Dadas as necessidades de deslocamento campo-cidade ou pelas condições familiares é preciso dar condições para que os estudantes possa permanecer na escola sob o regime de internato ou semi-internato.

O conceito de ensino público e gratuito, dessa forma, vai além da existência de escolas públicas nos locais de fácil acessos e a existência de vagas. As estatísticas evidenciam a necessidade de luta contra as empresas de ensino na medida que representam uma ameaça a existência da escola pública precisa de recursos para a existência de condições materiais e de sua organização que garanta o acesso e a permanência do trabalhador estudante. O conceito que precisamos desenvolver é aquele que considere a qualidade, a quantidade e os mecanismos

de decisões democráticas para aqueles que estão dentro da escola e proponha formas de acesso e permanência às camadas populares de baixa renda, sejam crianças ou adultos.

. União da escola com o trabalho.

30. Ao fazer a relação entre o marxismo e educação, Lenine manifestou no "Partido de Revolução" sobre a Cultura Proletária a edição que se deve dar a educação do trabalhador antes e após a vitória da revolução socialista. Para Lenine, o marxismo alcançou a significação máxima da ideologia proletária justamente retirou os elementos de maior importância da cultura desenvolvida na sociedade burguesa e de toda história humana. Os elementos para a construção da educação do trabalhador também terá que sair dessa base.

Querer realizar a educação do trabalhador sem esses elementos e sem ter garantido suas condições de vida é reconhecidamente uma tarefa que só pode ser realizada muito incompletamente e conseqüentemente com bastante prejuízo para o indivíduo e para a sociedade. Na sociedade de classes, os setores dominantes que dirigem os rumos da educação coloca para a população a seguinte estratégia para "resolver" o problema da desescolarização: se a escola não é o espaço adequado para aqueles sob condições precárias de existência, o trabalho será a fonte principal de sua cultura. A burguesia dessa forma polarizando no ensino acadêmico formalista e na profissionalização estreita - tenta manipular o movimento de educadores para limitar suas reivindicações às pobrezas, de um ou de outro extremo, para debilitar a força revolucionária da classe trabalhadora.

31. Para quebrar as bases dessas formas estreitas de ensino e da oposição entre estudo e trabalho, propomos as seguintes tarefas:

GERAIS

*Participação dos sindicatos, estudantes e todos os setores interessados no processo de educação do trabalhador;

*Combinação do trabalho produtivo com o ensino tendo por base uma formação ideológica, científica, técnica, cultural e física;

*Combinação da escola com a prática social, com a produção, com desenvolvimento econômico e social.

ESPECÍFICAS

*Desenvolvimento de métodos de ensino que amplie a capacidade criativa do aluno em oposição aos métodos que privilegiem a aceitação acrítica do conhecimento e que reforçam as pedagogias burguesas.

*Reformulação dos currículos escolares de modo a aproximá-los da complexa realidade do mundo da produção como princípio de vinculação do ensino formal com o trabalho e de colocar os alunos juntos as questões da produção e da sociedade.

*Ensino Técnico e Profissional combinado com a participação dos alunos nas atividades dos sindicatos, nas regiões de reforma agrária, das empresas estatais, de desapropriação de empresas, etc. em todos os níveis de ensino.

*Combinação de conteúdos escolares para o fortalecimento do caráter politécnico do ensino geral.

-CONTROLE POPULAR DA EDUCAÇÃO

32. Para o PT, a utilização do Sistema Nacional de Educação na sociedade capitalista a favor dos interesses do trabalhador só pode ocorrer com a organização de sua luta. Mesmo assim não podemos acreditar numa realização plena da educação nu

ma estrutura social de classes. Entretanto cabe ao partido a tarefa de articular as reivindicações com as formas de luta, mesmo dentro dos limites de uma escola, aproveitando para educar as camadas de descontentes que se renovam na participação ativa nos movimentos no momento de crises.

33. Uma das formas de fortalecer a luta dos trabalhadores propostas pelo PT são os Conselhos Populares. Mas o elemento vital para uma existência duradoura de Conselhos é a crescente pressão do povo pelo atendimento de suas reivindicações. Nos momentos mais agudos das crises econômicas e políticas podem tornar-se instâncias de dualidade de poder, atingindo todo vigor no período da luta revolucionária.

34. Na educação, constituem elementos para romper com a hierarquia burocrática oficial em favor de uma administração e direção das instituições do sistema de ensino. Mas deve ficar bem claro a necessidade de se opor ao projeto burguês de educação, marcado pelo interesse de classe, com o projeto da classe trabalhadora; que nada possuem de conciliador. Para isso devia-se garantir sua autonomia perante o Estado e seus aparelhos, instituições privadas e partidos políticos.

35. Os Conselhos Populares de Educação constituem tipos de Associações Populares através das quais de exerceria influência dos diversos segmentos dos trabalhadores envolvidos com a educação como, associações de bairro, moradores, pais e mestres, alunos, docentes, sindicatos, profissionais, etc., com o poder deliberativo nas instituições de ensino e no poder público a nível municipal, estadual e federal. Num momento de crise profunda que se apresenta, onde muitos já discutem se a mesma é de regime ou de poder, é oportuna a apresentação de alguns pontos que explicitem as atividades e as formas de organização dos Conselhos.

"Para atingir os seus objetivos, os Conselhos Populares desenvolverão suas atividades em cinco áreas de atuação:

a) apresentação de reivindicações - os CPs se encarregarão de colher e formular as reivindicações dos setores que representam;

b) mecanismo de consultas - os CPs deverão ser consultados - e poderão, por sua vez, estender as consultas a seus representantes - nas decisões governamentais fundamentais;

c) tomada de decisão - os CPs participarão da tomada de decisões governamentais, indicando as opções políticas desejadas;

d) controle da implantação - os CPs exercerão um controle da implantação das políticas de cuja elaboração participaram;

e) fiscalização da execução - os CPs fiscalizarão a execução das políticas governamentais.

36. As cinco áreas de atuação dos CPs acima citadas terão em vista dois níveis de exercício do poder público: o Executivo e o Legislativo.

37. No nível do Executivo, a apresentação de reivindicações e os mecanismos de consultas constituirão formas regulares e permanentes de relacionamento entre os CPs e o governo, tanto no que se refere aos organismos centrais de poder (governador, Casa Civil, gabinete e assessorias, etc.), quanto às diversas Secretarias, Departamentos, repartições, etc. em que esse poder se manifesta. A tomada de decisões será exercida, nas ocasiões oportunas, juntamente com os órgãos centrais do governo em que se elaboram as principais diretrizes políticas (gabinete do governador, Casa Civil, órgãos de planejamento e fazenda etc.) e sempre necessariamente, antes que as decisões governamentais sejam tomadas como fatores consumados, quer sob

a forma de anteprojetos de lei, quer sob a forma de decretos ou quaisquer outros instrumentos administrativos de implementação decisória. O Controle da implantação e a fiscalização da execução serão exercidos pelos CPs principalmente nos órgãos de ponta do poder executivo, nas áreas de atendimento direto ao público, como escolas, centros de saúde hospitalar oficial, etc.

38. No nível do Legislativo, as três primeiras áreas de atuação (reivindicação, consulta e decisão) serão feitas, prioritariamente, nas instâncias internas do Partido dos Trabalhadores e nas bancadas parlamentares do PT, mas também serão acionados junto às Mesas das Casas Legislativas e às Comissões Técnicas parlamentares. As duas seguintes áreas de atuação (controle e fiscalização) serão exercidas, de preferência, nos organismos executivos afetados pelas decisões legislativas.

39. Os Conselhos Populares poderão se organizar com base territorial, por setores de atividades ou interesse comum, ou combinando as duas formas. Os Conselhos poderão, ainda, se articular horizontalmente ou verticalmente entre si. Exemplos: CP do bairro x (para tratar de todos os assuntos dos moradores desse bairro); CP de Esporte e Lazer (para tratar desses assuntos, num Estado ou num Município); CP de Educação da Zona Sul, ou CP de Cooperativismo do Vale do Ribeira; União dos CPs de Saúde da Grande São Paulo; Federação Estadual dos CPs, municipais de Transportes. E assim por diante.

40. Em seu interior, os Conselhos Populares procurarão atender sempre a dupla finalidade de maximizar a democracia interna e o poder de pressão sobre o governo. Para isso, procurarão combinar formas de democracia direta e democracia indireta ou representativa, de maneira que, em pelo menos um momento inicial do processo, as decisões possam contar com a participação da totalidade dos interessados. Assim, dependendo da exten

são da base territorial abrangida e da complexidade dos temas a serem objeto da participação, os Conselhos Populares poderão se constituir como colegiados de representantes livremente eleitos de organismos menores, tais como comissões, núcleos, grupos etc. Dessa maneira, todos os moradores de um bairro ou cidade, por exemplo, poderão participar da Comissão Popular de Saúde desse bairro, e das diversas comissões de saúde dos bairros que formem uma região administrativa ou um município elegerão seus representantes, que passarão a constituir o Conselho Popular de Saúde da região ou do município."

SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

(O plenário posicionou-se por não aceitar a municipalização do ensino.

Seguem contribuições para os diretórios)

Silvia B Adove

Núcleo dos Trabalhadores em Educação da Região Sudeste/SP

A MUNICIPALIZAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA LUTA DE CLASSES

Não se pode conceder um projeto de educação do PT fora do processo concreto de luta pela transformação da sociedade e fora da consideração do estágio desse processo no qual nos encontramos. Um modelo desejável não é suficiente para estabelecer os passos táticos a seguir pelo PT na área educativa como em qualquer outro campo.

A transformação social não é uma soma de pequenas experiências locais. A transformação é o desenlace da luta de classes. E as classes não se distribuem homogeneamente em todo o território nacional. A classe operária, que é a base social "natural" para um programa de transformações socialistas, se concentra nos grandes centros urbanos e é desde aí que irradia sua influência para o conjunto da população explorada da cidade e do campo. Se isto é uma verdade "genérica" o é ainda mais para um país de desenvolvimento desigual como Brasil, onde o poder das oligarquias locais convive com o poder das multinacionais, as relações "pré-capitalistas" com a indústria de ponta.

Qualquer mudança na correlação de forças sociais colocará necessariamente em oposição o campo e a cidade para a qual os trabalhadores do campo voltarão seus olhos. Depois do avanço eleitoral da esquerda nas grandes cidades industriais neste 15 de novembro, fica demonstrado que é dos grandes centros urbanos de onde partirão as iniciativas audaciosas. E as transformações que serão iniciadas nas cidades só se consolidarão na medida em que sejam eliminados os "focos de resistência"

e consolidada a "integração nacional". Esta tarefa, a burguesia se demonstrou incapaz de realizar satisfatoriamente, já que su põe uma luta corajosa contra a estrutura agrária.

Durante a ditadura, se desenvolveram correntes conservadoras como a oligarquia e a burguesia do Nordeste, ou como o "movimento municipalista", que elegeu Quêrcia. Que se opunha à centralização da ditadura. Essa luta delibitava a ditadura, exigindo uma descentralização das decisões e dautilização dos recursos. O argumento de que o governo federal (e não a estrutura agrária) impedia o desenvolvimento das regiões mais pobres, teve certo apelo em camadas médias da população.

Na realidade, a ditadura reforçava a estrutura agrária dessas regiões e os setores conservadores simplesmente pleiteavam maiores recursos para sustentar as relações políticas clientelares. Não nos encontramos na etapa de aproveitar as "brechas" abertas pela luta inter-burguesa para delibitar a ditadura. Essa etapa, felizmente, já se esgotou há tempos. Está de mais dizer que estes setores conservadores municipalistas ou regionalistas não vacilarão em dirigir suas forças já não contra a ditadura e sim contra um governo popular democrático, que é nossa perspectiva a médio prazo, formulada pelo 5º Encontro Nacional do PT. E o argumento do regionalismo será usado contra o nosso programa de transformações emergenciais.

E dentro dessa perspectiva de transformação e integração que deve ser discutido qualquer projeto de educação. E é dentro dessa perspectiva, também, que deve ser discutida a proposta de municipalização do ensino.

A centralização burocrática da administração pública, assim como a estrutura do ensino foi agigantada durante estes 20 anos de ditadura. E é verdade que ela privilegiou a atividade puramente administrativa em detrimento do próprio ensino.

aumentando as instâncias de decisões e a distância entre a população e os trabalhadores da educação, por um lado o poder público, por outro. A municipalização do ensino é defendida com o argumento de que diminuir o peso do aparato democrático em benefício da atividade pedagógica. Na realidade, o aparato centralizado será substituído por numerosíssimos aparatos municipais igualmente inúteis para a educação.

Outro argumento é que a municipalização aumentará o peso das "comunidades" na tomada de decisões, o que redundaria num ensino mais próximo das necessidades da comunidade. Esse argumento se apoia na falsa premissa da comunidade como uma entidade homogênea do ponto de vista de classe. Nas pequenas cidades, os interesses antagônicos permanecem escamoteado pela luta contra o governo federal por mais verbas, etc. A tomada de decisão pelo município reforçará o uso da escola como um instrumento nas mãos do coronelismo, muito mais forte no interior que as forças progressistas. E da centralização será também um instrumento que debilitará o movimento sindical de educadores e de estudantes atomizados.

Mas, se nos opormos à "centralização burocrática" da ditadura e a municipalização agora proposta, qual é o modelo que o PT propõe? Em primeiro lugar os objetivos da escola devem ser únicos em todo o país, assim como os recursos devem ser fornecidos do orçamento federal. Em contrapartida, é necessária maior descentralização na aplicação, diminuindo ao máximo as redes burocráticas e substituindo essas instâncias intermediárias de decisão pelos conselhos de escola. Privilegiar a escola como lugar de elaboração de programas que adaptem os objetivos gerais à realidade global

S O B R E A P R I O R I Z A Ç Ã O
D O E N S I N O F U N D A M E N T A L

(A plenária decidiu não realizar qualquer campanha ou ação particular em relação a priorização do ensino fundamental no país. Esta decisão refere-se em particular a qualquer proposta neste sentido no PAG. Entretanto a plenária pronuncia-se a favor de medidas que visem combater e erradicar o analfabetismo no país.)

SOBRE A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

O Plenário não esgotou a discussão e não votou sobre a ques
tão. Seguem contribuições para os Diretórios.

ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Rosília Duarte
Núcleo de Educadores - RJ

Entendemos ser este tema um tema relativamente polêmico dentro do PT hoje, mais ainda quando se trata de Programa de Governo. Gostaríamos de contribuir com a discussão, oferecendo alguns pontos que, desde a criação dos CIEPs no Rio de Janeiro, vêm sendo objeto de reflexão entre nós.

Não podemos negar o caráter assistencialista e prevencionista que, em geral, marca as propostas neste sentido. Não podemos deixar de considerar perniciososa e equivocada uma teoria que supõe o meio-ambiente da criança pobre como instrumento de "deformação" e comprometimento de sua personalidade. E sabemos ser esta uma das fontes de sustentação de alguns projetos de escola de horário integral.

Contudo, não é nisto que nos baseamos quando defendemos a proposta de criação e manutenção de escolas em que as crianças possam, por opção, passar todo o seu dia. Hoje, as famílias da classe média têm esta opção, há um número cada vez maior de escolas privadas que oferecem turnos de 8 a 9 horas diárias. Nestas escolas as crianças recebem, além do turno regular, aulas opcionais de artes, esporte ou mesmo utilizam-se de um tempo mais livre para jogos, lazer, brincadeiras, passeios, e leituras em boas bibliotecas. além disso podem ver em televisão e vídeos, sejam programas jornalísticos, sejam documentários ou simplesmente distração.

Seriam estas atividades de cunho assistencialista? Esta não seria também uma opção que poderia interessar à classe trabalhadora? Não têm também direito os trabalhadores a que o Estado lhes ofereça uma escola deste tipo? Se vamos nos pautar pe

los custos, lembremo-nos que o PT já afirmamos inúmeras vezes que a educação é cara e uma boa educação exige muitos recursos.

Um outro lado importante de se ressaltar seria o fato de que, na época da construção dos CIEPs no Estado do Rio de Janeiro, durante o assentamento, terraplenagem e limpeza de terrenos onde seria construído um CIEP, havia já inscritas cerca de 1.600 crianças para uma escola que comportaria não mais que 600. E após estarem funcionando, alguns dos Centros Integrados recebiam pedidos de vagas numa média de 6 por dia durante o ano todo.

Evidente que as condições de vida e moradia da classe trabalhadora no Brasil pode levar as famílias a supor que somente uma escola que fique o dia todo com seus filhos pode resolver seus problemas quanto à escolarização das crianças, mas, é importante percebermos que o direito de opção por uma escola deste tipo deve ser garantido. Entendemos que mesmo a sociedade brasileira, numa perspectiva de construção do socialismo, resolveva boa parte de seus problemas sociais, ainda assim haverá o interesse de muitos em mater seus filhos em escola de horário integral. E mesmo por parte da própria criança este desejo poderá permanecer.

E para finalizar gostaríamos de fazer referência a um importante campo de pesquisa na área de educação que diz respeito mais diretamente ao relacionamento das crianças entre si. Segundo muitos destes pesquisadores, a relação que se estabelece entre crianças, muitas vezes de origens diferentes, cultural e até economicamente, é extremamente produtiva no que tange à formação e à construção do conhecimento. O relacionamento criança-criança no interior da instituição escola, desde que respeitado, incentivado e construído numa perspectiva de companheirismo e solidariedade, pode vir a ser um importante fator de melhoria na aprendizagem e na construção do conhecimento coletivo.

Desta forma, desmistifica-se a idéia de que o espaço escolar, em tempo integral, tira a criança do convívio social e priva-a de suas fontes de produção cultural e cognitiva. O caráter de uma escola de tempo integral depende profundamente dos objetivos pelos quais vamos criá-la, e, certamente, não desejamos enquanto pediatras, cortar os laços culturais que unem as crianças da classe trabalhadora entre si e à sua comunidade.

Esperamos ter efetivamente contribuído com a discussão deste tema, embora sabendo-a ainda precária e superficial. Desejamos poder aprofundar mais cada um dos pontos que aqui levantamos, numa perspectiva de trabalho conjunto com os movimentos de educadores.

P.S. Achamos que é importante considerar a questão do percentual da verba pública que seria necessário investir para viabilizar escola de tempo integral em todo o país. Efetivamente não seria viável fazê-lo. Se construir este tipo de escola seria a inviabilidade de outras questões de igual importância, como manter todos os alunos nas escolas públicas, em turnos de, no mínimo, 5 horas, garantindo qualidade e quantidade, evidentemente teríamos que reconsiderar.

Contudo, a verba não deverá ser o único balizador de nossos projetos sob pena de abrirmos mão de conquistas profundamente importantes.

Texto 1

A escola de tempo integral foi defendida , na proposta do PDT, com argumentos reacionários e com argumentos sobre a necessidade de prestar assistência aos filhos da população trabalhadhora.

O argumento reacionário se refere ao "ambiente pernicioso" em que a criança vive, ambiente do qual é preciso retirá-la.

Segundo esses critérios, os governos do PDT, criaram redes de estabelecimentos de ensino de jornada integral. Dessas condições, tais estabelecimentos se transformaram, salvo exceções, em depósitos de crianças, senão em cárceres onde os alunos são obrigados a ficar sentado em sala de aula o dia inteiro.

Não é verdade que o ambiente da criança seja pernicioso, mas é verdade que é relativamente pobre em estímulos. É desejável que a escola popular facilite a ampliação desses estímulos, colocando as crianças em contato com atividades alternativas (turismo, teatro, excursões , etc.).

Para os trabalhadores da educação, o momento da merenda, do banho, devem ser, também, momentos de ensino-aprendizado. Isto vem ao encontro daquili que a população trabalhadora quer e exige da escola. Quando cheguei na escola rural onde comecei a dar aula, fiquei impressionada com a beleza da escola, que contrastava a pobreza do rancheiro circundante. Uma mãe se aproximou para me dizer: "Você é nova aqui, mas sabia que esta escola fomos nós que construímos aos fins de semana. Nós vivemos mal, mas queremos que as crianças aprendam que a vida deve ser outra coisa". Esse deve ser o sentido da "assistência que se presta às crianças populares, deverá ser uma dimensão educativa, que eduque na dignidade humana.

Por isso tudo, não teria sentido, em nome da experiência petista, negar por princípio, a escola integral. Mas é preciso salientar qual a escola integral que o PT propõe.

Silvía Adove

Núcleo dos Trabalhadores em Educação
da Região Sudeste - SP

Texto 2

A questão não se coloca a partir do confronto Tempo Integral X Tempo Parcial. O que deve ser garantido é a qualidade do ensino e a possibilidade de os filhos da classe trabalhadora terem acesso a atividades pedagógicas complementares de boa qualidade independentemente das 4 horas diárias obrigatórias garantidas por lei.

Resumo da defesa do companheiro
Paolo Nosella-PT/São Carlos

Esta posiç~ao foi defendida também por Lisete Arelaro e Secretaria do Rio Grande do Sul.

SOBRE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA

E SOBRE AS APM's

Seguem propostas que deverão ser discutidas nos municípios e as conclusões deverão ser enviadas à Comissão Nacional.

1. Conselho Municipal de Educação

.deve ter caráter deliberativo

.competência: deliberar sobre questões relativas ao Plano Municipal de Educação

.composição: seguem as seguintes propostas de composição para discussão:

- . 1/4 - representantes do poder executivo, 1/4 do poder legislativo, 1/4 representantes de conselhos de escola, 1/4 movimento social, sindical e popular.
- . 1/2 representantes de Conselhos de Escola, 1/4 representantes do legislativo e executivo e 1/4 do movimento popular.

2. Conselho de Escola

.caráter: deliberativo

.competência. (incluir estas atribuições tanto no texto de Constituintes Estaduais quanto no texto da LDB)

- definição do projeto pedagógico da escola
- elaboração do regimento da escola.

3. APM's

O Plenário decidiu não se manifestar sobre a extinção das APM's.

SOBRE A QUESTÃO

ENSINO PÚBLICO X ENSINO PRIVADO

Seguem diferentes posições petistas sobre o tema.

ENSINO PÚBLICO X ENSINO PRIVADO

(POSIÇÕES PETISTAS)

1. Fábio K. Comparato (1986)-Anteprojeto de Constituição

O anteprojeto admite, dando, aí sim, possibilidade real ao exercício da verdadeira escolha, que o serviço público educacional seja prestado por entidades particulares, em regime de concessão. Não se trata, pois, de criar um único tipo de escola, de índole burocrática, nem, muito menos, de instituir a uniformidade ideológica, mas de impedir que as classes pobres, que constituem a esmagadora maioria de nossa população, sejam desfavorecidas pela desigualdade de fortuna quanto à educação da prole, criando-se destarte em verdadeiro círculo vicioso a perpetuar os desequilíbrios sociais.

O regime de concessão de serviço público indica que o Estado tem o dever de exercer estreita fiscalização sobre o desempenho das entidades concessionárias. Sem que estas possam, contra isso, invocar o princípio da livre iniciativa empresarial.

2. Plínio de Arruda Sampaio (1986)

No XII Congresso Nacional da Associação de Educação Católica (AEC), realizado em Brasília, em junho de 1986, o deputado federal Plínio Arruda Sampaio apresentou para debate sua proposta de "educação livre e gratuita em todos os níveis". Para ele, o debate atual se trava entre duas posições extremas: a dos defensores da escola pública e a dos defensores da escola privada. "Uma análise mais profunda, contudo, identificará posições bastante diferenciadas em cada um dos dois lados", afirma ele, propondo "um entendimento entre os que abraçam hoje posições distintas, em razão, contudo, de uma mesma preocupação: a democracia".

Plínio de Arruda Sampaio expôs uma tese "nova e corajosa", segundo suas próprias palavras, para corrigir a situação injusta do nosso sistema de ensino que perpetua as desigualdades sociais. Ele sugere a criação de um "imposto de educação", cujo produto seria destinado a "fundos escolares" que financiariam tanto "redes estaduais como sociedades civis sem fins lucrativos, formadas por comunidades de educadores". Segundo o autor, isso superaria a dicotomia entre a escola pública e a escola privada e retiraria a educação da esfera do comércio.

3. Moacir Gadotti (1986)

Com o intuito de ampliar o debate, desejo sugerir outra alternativa que não exclua inteiramente a proposta de Arruda Sampaio, mas que não abra mão do princípio de que os recursos públicos devem ser destinados exclusivamente para serviços públicos. Em essência, minha idéia é muito simples: *permitir o acesso à escola pública superior apenas àqueles alunos provenientes da escola pública de 1º e 2º graus* e engajar, desde já, a universidade pública num movimento de recuperação da educação pública como um todo, eliminando progressivamente os exames vestibulares.

A situação do ensino público brasileiro chegou a tal ponto que medidas paliativas de nada adiantarão. Concordo com Arruda Sampaio em que a escola privada de caráter puramente empresarial, governada pela lógica do lucro, precisa desaparecer numa sociedade verdadeiramente democrática, bem como uma escola pública burocratizada e incompetente. Entretanto em nome da "liberdade de ensino" não podemos destinar recursos públicos para recuperar instituições privadas. Garantir a liberdade de ensino significa garantir que as escolas confessionais que visam a di

fusão de suas ideologias possam fazê-lo livremente, mas com seus próprios recursos ou daqueles que subscrevem seus credos e não à custa do paternalismo do Estado.

Defendo a idéia de que a universidade pública seja destinada àqueles que estão na escola pública desde o início, não só porque geraria um sistema integrado de educação pública, superando a atual dicotomia escola pública básica para pobres e escola pública superior para ricos, mas ainda porque seria uma forma de estancar a progressiva deterioração da qualidade de ensino público.

4. Bancada do PT na Assembléia Constituinte (1987) - Anteprojeto de Constituição

Art. 235 - O ensino poderá ser prestado, em caráter excepcional, por fundações ou por associações sem fins lucrativos, devidamente registradas até um ano antes da entrada em vigor desta Constituição, na qualidade de concessionárias de serviço público, pelo prazo de dez anos a contar da promulgação desta Carta, findo o qual o ensino será exclusivamente público e gratuito.

5. Florestan Fernandes (1987) - Sugestão de Dispositivos Constitucionais

Art. - O ensino privado, leigo ou confessional, é livre em todos os graus no território nacional. As entidades privadas de ensino devem dispor de meios próprios de autofinanciamento, submeter-se aos padrões oficiais de organização, qualidade e promoção vigentes no ensino público e observar as modalidades de supervisão e fiscalização fixadas pelos órgãos compe

tentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Elas e suas mantenedoras ou proprietários estão taxativamente excluídos do acesso aos recursos públicos destinados à educação escolarizada e de isenções ou concessões fiscais de qualquer natureza.

Art. - O reconhecimento dos estabelecimentos privados de ensino só poderá ser concedido quando os órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios tiverem comprovado sua capacidade material, financeira e pedagógica de atenderem suas funções educacionais e desde que se dispõem:

- 1º) a garantir aos seus professores padrões salariais e equivalentes aos das escolas públicas do mesmo grau, estabilidade no emprego e participação direta dos docentes nas decisões pedagógicas e administrativas essenciais para as atividades educacionais e, quando for o caso, de ensino e extensão;
- 2º) a praticar uma gestão democrática dos estabelecimentos, mediante a criação de um conselho deliberativo, do qual participem, paritariamente, os representantes do corpo docente, do alunado e/ou das associações de pais.

6. Posição do ENEd/PT (1989)

A expansão da rede privada de ensino no Brasil é um projeto implementado pelo Estado que visa sua desobrigação para com a educação; torna-a uma mercadoria de alto poder de lucro e a coloca a favor de seus interesses em detrimento da maioria da população.

A expansão da rede privada, que hoje atinge 40% das vagas no 2º grau e domina o 3º grau com mais de 80% das vagas, mostra a deficiência da rede pública quanto ao atendimento à demanda: especialmente da população trabalhadora.

O PT no governo deve reverter essa situação desenvolvendo um programa de ampliação da rede pública de forma a atingir o ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos. Dessa maneira a destinação de verbas públicas à educação deve ser feita somente à rede pública, colocando fim à sustentação e ao subsídio das empresas de ensino.

O funcionamento de escolas privadas estará condicionado à adequação a um padrão mínimo de qualidade cuja não observância acarretará a discussão de intervenção.

ENDEREÇO DOS PARTICIPANTES DO I ENEd/PT

I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO PT- ENED/PT

Participantes

- BAHIA

Edenice Santana de Jesus
 Rua da Legalidade, 40 - Caminho de Areia
 40000 - Salvador - BA Fone: (071) 226.1394

Elival do Couto Souza
 Rua Teófilo Almeida, 153 - Palmeira
 45343 - Jaguaquara - BA Fone: (073) 534.1022

Evaldo Macedo de Oliveira
 Sítio Macondo - Rua São José
 Poções - BA Fone: (073) 534.1013

Jacira Ribeiro Aragão
 Rua Durval de Mattos, 18 - Centro
 45343 - Jaguaquara - BA Fone: (073) 534.1426

- ESPÍRITO SANTO

Célia Maria Vilela Tavares
 Rua Linhares, 25 - Nova Brasília
 29140 - Cariacica - ES Fone: () 236.1947

Marlene de Fátima Cararo Pires
 Rua Antonio Maria, 17 - Ataíde
 29100 - Vila Velha - ES Fone: (027) 239.2784

Terezinha Baldassini Cravo
 Rua Prof. Mário Bozart, 07 - Maria Ortiz
 29000 - Vitória - ES Fone: () 225.9783

- GOIÁS

Antonio Roberto Medeiros Braga
 Rua 17 Qd 16 Lt 08 - Itatiaia
 74000 - Goiânia - GO Fone (062) 264.1503

Estala Mares Stival

Rua 44 Qd 43 n° 16 - Itatiaia

74000 - Goiânia - GO

Fone: (062) 268.1181

Jerônima Ana de Jesus

Av. 85 Bl.10 apt° 402 - S. Marista

74000 - Goiânia - GO

Fone: (062) 223.3508

Luiz Fernandes Dourado

Rua do Trabalho, 350 apt° 105 b - S. Rodoviário

75520- Goiânia - GO

Fone: (062) 223.1495

Maria Astéria Alves Souza

Rua 11, 05 - Setor Alto Alegre

77450 - S.M. do Araguaia - GO

Fone: (062) 774.1131

Neyde Aparecida da Silva Barreto

Rua 201, 207 apt° 407 - Vila Nova

74000 - Goiânia - GO

Fone: (062) 223.3508

Reinaldo Assis Pantaleão

Rua 16 Qd 14 Lt 23 - Itatiaia III

74000 - Goiânia - GO

Fone: (062) 232.0149

Sandra Rodrigues Cabral

Rua 237 , 945 - Setor Coimbra

74000 - Goiânia - GO

Fone: (062) 233.4725

- MATO GROSSO

Marcos Paes Torrecilha

Rua Oito de Abril, 97 - Jd. Kennedy

78090 - Cuiabá - MT

Fone: (065) 322.3962

Vera Lucia Pereira Araújo

Rua 5 Qd 31 casa 04 - Parque Cuiabá

78000 - Cuiabá - MT

Fone:(065) 361.2623 (viz)

- MATO GROSSO DO SUL

Acácia REGina Milhomem Santos
Av. Noroeste, 6203 - V. Carvalho
79100 - Campo Grande - MS Fone: (067) 383.7292

Ceres Moraes
Rua Melvin Jones, 406 - Centro
791000 - Dourados - MS Fone: (067) 421.4456

Lucimar Rosa Dias
Rua das Margariadas, 115 - V. Jockey Club
79065 - Campo Grande - MS

Renato Goems Nogueira
Rua 13 de Maio. 1414 - Centro
79100 - Campo Grande - MS

- MINAS GERAIS

Helder de Eigueiredo e Paula
Rua Icarai, 335 - Caiçara
30770 - Belo Horizonte - MG Fone: (031) 462.6718

Maria Geovanda Batista
Rua Boa Esperança, 430 - Sumaré
39400 - Montes Claros . MG Fone: (038) 221.7286

Nedson Belizário Soares
Rua Imaculada Conceição, 509 - S^o João
35700 - Sete Lagoas - MG Fone:

Petinha Soares
Rua Jalinas, 2254 - Santa Teresa
31010 - Belo Horizonte - MG Fone: (031) 463.6337

Vera Lúcia Assis Vasconcelos
Rua Ferros, 125 - Bela Vista
35160 - Ipatinga - MG Fone: (031) 823.1439

- PARÁ

Ana Cristina Alves Alcântara

Rua Eunice Weaver , 56 - Sacramento

66000 - Belém - PA

Fône: () 224.9074 (Unipop)

Delma Maria dos Santos

Conj. Cidade Nova IV, WE 45 n° 522 - Coqueiro

67000 - Ananideua - PA

FOne: (091) 229.6397

Domingos de Paula Martins Caldas

Rua Ajaz de Oliveira, 97

66000 - Belém - PA

Eloy Ferreira Borges

Rua Pe. Eutíquio, 3261

66040 - Belém - PA

Fone: (091) 229.7149

Gloria Maria Farias da Rocha

Rua 14 de Abril, 1900 - Res. Ipanema- Bl.B1 -apt° 205

66030 - Belém - PA

Fone: (091) 226.9748

Maria do Socorro da Costa Coelho

Tv. Estrela . 194 - Pedreira

66000 - Belém - PA

Orlando Nobre Bezerra de Souza

Rua Antonio Baena, 493 - S. Braz

66050 - Belém - PA

Fone: (091) 226.2877

Pedro Paulo Araújo Maneschy

Av. Nazaré . 275 apt° 103 - Nazaré

66040 - Belém - PA

Fone: (091) 223.0737

- PARAÍBA

José Maria Gurgel

Rua Júlio Marques do Nascimento , s/n°

58900 - Cajazeiras - PB

Fone: (083) 531.2146

PARANÁ

Eliana Ferreira da Silva Neves
Rua di Viamão, 212 - Guabirota
81500 - Curitiba - PR Fone:(041) 276.4070

Luiz Antonio Sypriano
Rua Guabirota, 30 - Vila Pinto-Prado Velho
80210 - Curitiba - PR Fone: (041) 772.1419 (recados)

Luiz Yoshio Suzuke
Rua Piauí, 2170 - Centro
85870 - Medianeira - PR Fone: (0452) 64.21.44

Maria Lucia Cesar Pereira
Rua Martin Afonso, 226 - Mercês
80410 - Curitiba - PR Fone: (041) 233.9046

Valdenir José Sonda
Rua "A" , 1483 - JD. Ana Paula
85960 - Mal. Cândido Rondon - PR Fone: (0452) 54.4429

- PERNAMBUCO

Antonio Gomes Medeiros
Rua 21, 02 - Vl. SSCM
54500 - Cabo - PE Fone: (081) 521.0729

Luiz Marine José do Nascimento
Rua Saldanha Marinho, 258 - Amparo
53100 - Olinda - PE Fone: (081) 429.3859

Moisés de Melo Santana
Rua Visc. Araguaia, 82
52061 - Recife - PE Fone: (081) 268.7403

Paulo Rubem Santiago Ferreira
Rua Arthur Wanderley, 495 aptº 202 - Cidade Universitária
50740 - Recife - PE Fone: (081) 271.1784

- RIO DE JANEIRO

Ana Cléa Braga Moreira Ayres

Rua Feliciano Sodré, 182/708 - Centro

24610 - São Gonçalo - RJ Fone:

Fátima Lobato Fernandes

Rua Frederico de Castro Pereira, 447 - Centro

26000 - Nova Iguaçu - RJ Fone: (021) 768.4533

Lana Magdinier da Costa

Rua Almirante Alexandrino, 3780 E/S-101 . Santa Teresa

20241 - Rio de Janeiro - RJ Fone: (021) 225.6706

Marcio da Costa

Rua Felix Cunha, 79/304

20260 - Rio de Janeiro - RJ Fone: (021) 264.2405

Maria da Conceição Nascimento

Rua Aluísio Silva, 330 - Morro do Carmo

23900 - Angra dos Reis - RJ Fone: (0234) 65.0708

Maria da Glória Ribeiro da Silva

Rua Humaitá, 102 / 6 - Botafogo

- Rio de Janeiro - RJ Fone: (021) 246.8722

Rosália Maria Duarte

Rua Assunção, 450 aptº 230 - Botafogo

22251 - Rio de Janeiro - RJ Fone: (021) 226.8858

Sérgio Oliveira da Silva

Rua Delfim Campos, 100 - Centro

24400 - São Gonçalo - RJ Fone:

- RIO GRANDE DO SUL

Alfredo Gogliaro

Av. Protásio Alves. 1773/301 - Petrópolis

90410 - Poá RS Fone () 52.64 73

Eunice C. Maragon

Rua Demétrio Ribeiro, 681 - Centro

90010 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 21.4349

Hamilton Dias Braga

Rua Érico Veríssimo, 307 - Cidade Baixa

90060 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 21.66.22

Jackson de Toni

Rua Conde D'Eu, 16 - Santana

90620 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 23.5305

João Weber Griebeler

Rua Pe. Nóbrega, 245 - Centro

97970 - Roqué Gonzales - RS Fone: 228 Centro Telefônico

José Raulo Arnhold

Rua Roberto Silveira, 167 - Centro

99670 - Ronda Alta - RS

Karla Rosane Demoly

Rua Joaquim Nabuco, 336/203 - Cidade Baixa

90060 - Porto Alegre - RS Fone: SMED 27.3182

Marco Antonio Sozo

Rua Chagas Santos, 46 - Sítio São José

94400 - Viamão - RS Fone (0512) 85.2096

Maria de Fátima Baierle

Rua Cristovão Colombo, 486/403 - Floresta

90450 - Porto Alegre - RS Fone;(0512) 28.5122 r.307

Maria Izabel Machado

Rua gonçalves Ledo, 296/301 - Partenon

90610 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 36.1936

Nilce Azevedo Cardoso Soave

Rua Ferreira Viana, 379/17 - Petrópolis

90610 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 426899

Nilze Pellanda
Rua Maestro Pena, 90 - Glória
90630 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 36.0517

Odete Antonia Bresolin
Rua República, 541 - Cidade Baixa
90050 - Poá - RS Fone: (0512) 26.9826

Valério Bernardi
Praça Mose Mécio, s/nº - Centro
99670 - Ronda Alta - RS Fone: 054) 364.1330

Zely Maciel Alves
Rua Gal Neto, 745 - Centro
97570 - Livramento - RS Fone: (055) 242. 2669

- SANTA CATARINA

Gema Dalmagro Burtet
Rua Rui Barbosa, s/nº - Centro
89980 - Campo Erê - SC Fone

Gilberto Borges de Sá
Ruã' Presidente Lincon, 220 - Beatriz
88500 - Lages - SC Bone: (0492) 22.4255

Oswaldo de Oliveira Maciel
Rua das Acácias, 35 - Trindade
88040 - Florianópolis - SC Fone: (0482) 33.2523

Therezinha Cadore Ordakorski
Rua 1º de Maio
89980 - Campo Erê - SC Fone: (0498) 55.1238

- SÃO PAULO

Alberto Damasceno
Rua Jaguaribe, 429/65 - Santa Cecília
01224 - São Paulo - SP Fone: (011) 222.2751

Beatriz Pardi

Rua Arigueme, 58/16 - Alto de Pinheiros

- São Paulo - SP Fone: (011) 831.0507

Eduardo Tadeu Pereira

Caixa Postal 375

13200 - Jundiaí - SP Fone: (011) 437.1186

Hamilton Lacerda

Rua Joana Angélica, 392 - Barcelona

09550 - São Caetano do Sul - SP Fone: (011) 442.6372

Hélio Maurício Barroso

Rua Belchior Carneiro, 290 c/4 - Lapa

05068 - São Paulo - SP Fone: (011) 261.1029

Jupira Cauhy

Rua Albertina de Souza, 185 - Água Branca

05037 - São Paulo - SP

Keiko Kishi Lazzeri

Rua Rio Claro, 27 - Olímpico

09570 - São Caetano do Sul - SP Fone: (011) 453.8150

Lisete Regina Gomes Arelaro

Rua Monte Alegre, 1159 aptº 54 - Perdizes

05014 - São Paulo - SP Fone: (011) 263.7517

Maria Emília Fonseca Moraes (MICA)

Rua Colômbia, 192 - Jd. Guilhermina

11700 - Praia Grande - SP Fone: (0132) 91.2409 (recados)

Maria José Marques

Rua Pasteur, 110 aptº 31 - Gonzaga

11060 - Santos - SP Fone: (0132) 42.793

Marilena Nakano

Tv. Saturnino de Brito, 68 - V1 Assunção

09030 - Santo André - SP Fone: (011) 412.4772

Mauro David Cukierkorn

Rua Fradique Coutinho, 221 aptº 22 - Pinheiros

05416 - São Paulo - SP Fone: (011) 280.2146

Moacir Gadotti
Rua Epeira, 179 - Alto de Pinheiros
05447 - São Paulo - SP Fone:(011) 283.4211 (SME)

Olara Lucia Antas Miranda
Rua Ana Maria, 435 - Jd. Casqueiro
11300 - Cubatão - SP Fone: (0132) 63.1720

Orlando Joia
Rua Corinto, 248 - Vl. Indiana
05586 - São Paulo - SP Fone: (011) 211.6645

Paolo Nosella
Av. Filomeno Rispoli, 95 - Santa Marta
13560 - São Carlos - SP Fone: (0162) 71.5557

Paulo Chiraldelli Jr.
Rua 10-A. 1040 - Vl. Nova
13500 - Rio Claro - SP Fone: (0195) 341063

Silvia B. Adoue
Rua Cajaíba , 15 - Perdizes
05025 - São Paulo - SP Fone: (011) 262.9139

Valdemar Sglissardi
Rua Demétrio Mitre, nº 35 - Santa Marta
13560 - São Carlos - SP Fone: (0162) 71.5090

Vera Lucia Severiano
Rua Alameda João Galeno, nº 354 - Santa Maria
09560 - São Caetano do Sul - SP Fone: (011) 441.8522

Diomedes Santos da Silva
Rua João Andrade, 462 - Santo Antonio
49000 - Aracaju - SE Fone:

Esther Pillar Grossi

Rua Pedro Ivo, 865 - Porto Alegre - RS Fone: (9512) 32.9292

Secretaria Municipal de Educação

Rua Siqueira Campos, 1300 14º andar

90040 - Porto Alegre - RS Fone: (0512) 27.2690

Eurides Mescolotto

Partido dos Trabalhadores

Secretaria Nacional de Movimentos Populares

Av. Onze de Junho, 260 - Vila Clementino

04041 - São Paulo - SP Fone: (011) 575. 2299

ANEXO 2

**SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE
EDUCAÇÃO NACIONAL POPULAR**

Carlos Rodrigues Brandão

Demerval Saviani

Moacur Gadotti

Paulo Freire

A P R E S E N T A Ç Ã O

A Comissão Nacional provisória criou em 1980 um Grupo de Trabalho com o objetivo de estimular a discussão no interior do PT sobre questões de interesse dos trabalhadores e do Partido. O trabalho que o companheiro tem em mãos é um dos Textos para Debate criados pelo Grupo. Outros virão em breve.

Os Textos para Debate tratarão sempre de questões consideradas pela Comissão Nacional Provisória como importantes e oportunas para a discussão partidária. Isto, porém, não significa que os Textos representem, necessariamente, a posição da Comissão Nacional sobre estas questões. Os Textos para Debate são pontos de partida para as discussões que devem se dar em todos os níveis do Partido.

O grupo de Trabalho da Comissão Nacional é aberto e pede a colaboração de todos os companheiros.

Francisco C. Weffort

Coordenador do Grupo de Trabalho

Comissão Nacional Provisória

ÍNDICE

Primeira Parte

O Partido como Educador e um Plano Popular de Educação	01
---	----

Segunda Parte

Uma Estratégia para a Defesa da Escola Pública	17
---	----

Terceira Parte

As Associações de Pais e Mestres	29
--	----

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO NACIONAL
POPULAR

Primeira Parte

O PARTIDO COMO EDUCADOR

Esse texto tem a intenção de provocar um debate entre os militantes e simpatizantes do PT para que estes, pensando a questão educacional do país, possam apresentar contribuições à comissão de Educação encarregada pela Comissão Executiva Nacional de elaborar um Plano de Educação. Esse texto, por isso, é provisório, servindo apenas de "subsídio" para dar início ao trabalho. O Plano de Educação do PT deverá refletir em sua totalidade o ponto de vista dos militantes do partido.

No PT o debate da educação não pode ser uma coisa privativa de círculo restrito de educadores profissionais. Todas as ~~questões do partido~~ são questões de todos: não são questões "técnicas", questões de especialistas. O PT aprende o que é educação ao fazer educação. O PT é educador que educa educando a massa, capacitando os seus militantes para que desafiem a massa a superar a pura sensibilidade dos problemas.

É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e que o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, uma educação neutra, que se digna a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa.

Neste sentido, é que todo partido político é sempre educador, e, como tal, sua proposta política vai ganhando carne ou não na relação entre os atos de denunciar e anunciar. Mas, é neste sentido também que, tanto no caso do processo educativo quanto no ato político do Partido, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno do a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que fazemos a educação e do a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que desenvolve

Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. O em favor de que e de quem que está na origem do partido e de sua luta determina a maneira como sua prática educativa se dá e na qual se incorporam a denúncia e o anúncio antes referidos, bem como o objeto da denúncia e do anúncio.

Um partido de classes dominantes, por exemplo, em primeiro lugar, não pode denunciar as verdadeiras causas dos níveis de pobreza e de miséria das massas populares, mas, pelo contrário, o que ele pode é falar delas fazendo fala, de tal maneira que aquelas causas se ocultem. No fundo, a grande denúncia que fazem os dominantes é a denúncia de quem os denuncia e à sua ordem vistos sempre por eles como "subversivos" e "desordeiros". Por outro lado, que anúncio podem os dominantes fazer e não ser, no máximo, o da "mudança na continuidade?" Por tudo isto não pode um partido dos dominantes estar jamais com as massas populares, mas contra elas e delas servindo-se. O em favor de que e de quem dos dominantes, que o seu partido procura viabilizar, através de um sem número de filigramas e de engodos, explica a intenção de sua prática educativa no seu sentido de preservação do estabelecido. A relação do partido dos dominantes com as massas populares, através do discurso ou de ações assis

tenciais, é sempre manipuladora. O discurso ou as ações assistenciais procuram antes ocultar do que desvelar.

Isto não significa, porém, que as massas populares se deixem sempre docilmente enganar por tais discursos e por tais formas de ação. Uma prática político-pedagógica a ser desenvolvida por militantes de um partido de massas, neste caso, seria, não a de tentar "levar" a população de uma favela a recusar a água e a luz, por exemplo, que lhe chegam como engodo político, ou criticá-la por aceitar algo tão importante à ela, mas pelo contrário, reconhecendo o direito que tem a população de ter água e luz, trabalhar com ela para transformar o sentido falso da doação em reivindicação do povo.

Em última análise, um partido de elite não pode realizar uma educação que, desenvolvendo-se na intimidade mesma dos movimentos populares, ajude as massas a fazer melhor do que já estão fazendo para assim fazer o que ainda não foi feito. Esta sim, é uma das tarefas político-educativas de um partido de massas como o PT. O em favor de que e o em favor de quem, o contra que e o contra quem em torno dos quais o PT se vem constituindo, ao nascer no corpo mesmo dos movimentos sociais, lhe exigem uma compreensão e uma prática necessariamente diferentes, enquanto educador. O PT não pode ser o educador que já sebe tudo, que já tem uma verdade intocável, diante de uma massa popular incompetente a ser guiada e salva. Um educador para quem o futuro seja algo pré-estabelecido, uma espécie de fado ou de sina ou de destino irremediável.

Enquanto educador, se, de um lado, não pode aceitar que a educação seja a alavanca das transformações sociais não pode, por outro, desconhecer o seu papel indiscutível nestas transformações. Papel que se realiza, entre outros momentos, fundamentalmente, no esforço mobilizador e organizador das massas

populares como também no da capacitação de seus quadros de militantes.

É preciso, contudo, chamar a atenção para o fato de que a questão não está apenas em proclamar verbalmente a opção pelas classes e setores dominados, mas ter uma prática político-pedagógica rigorosamente coerente com a proclamação verbal. Uma coisa é a expressão oral da opção pelas classes oprimidas, pelas massas populares, a outra é uma prática elitista, quando sabemos que não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática a que ajuíza o discurso. É então a coerência entre a sua prática e as suas opções proclamadas que virá fazendo o PT, enquanto educador, reconhecendo-se também como educando.

Vale repetir: para que o PT assuma o seu papel de educador enquanto partido, coerentemente com as suas opções proclamadas, ele tem de assumir também o papel de educando das massas populares. A sua tarefa formadora, como partido de massas e não de quadros, se dá na interioridade das lutas populares, na intimidade dos movimentos sociais de onde ele veio, das quais não pode afastar-se e com os quais deve aprender sempre.

Só os educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de ser educado pelos educandos, só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe.

Um Plano Popular de Educação

Há uma tarefa pedagógica em um partido político. Sem ser escolar, ele é educativo. É um instrumento de luta pelo poder e é também um instrumento de educação de seus militantes. Pode ser até um instrumento de educação mais amplo, na medida em

que, em sua luta, forma quadros, conscientiza, capacita pessoas e grupos para uma ação política e, principalmente, age políticamente como um instrumento crítico de sistemas educacionais vigentes e pensa politicamente outros sistemas educacionais.

Para um partido de trabalhadores - que em nada se confunde com um "partido populista" (falsamente dirigido por elites para um povo), mas deve ser um autêntico "partido popular" (dirigido pelo povo, para a nação) - a sua dimensão de educador, a sua crítica da educação dominante e o seu projeto para uma nova educação, têm a ver com as questões políticas que envolve a educação do povo, e ~~tem a ver com as~~ questões pedagógicas que envolve o trabalho político do povo, dos trabalhadores, sejam eles militantes diretos ou não do partido. São dimensões diferentes de prática, mas que se unem em muitos pontos: educar o trabalhador ("capacitado" pelas elites para ser um trabalhador subalterno) como um sujeito consciente e como um trabalhador militante de sua classe; fazer, entre muitas outras, a crítica contínua da educação desigual, opressora, instalada pelo Estado na Nação; propor alternativas novas de educação e, uma vez no poder, constituí-las.

Isto significa que um plano popular de educação tem mais de uma dimensão. Uma delas não será discutida aqui, porque tem a ver com o problema direto das tarefas do partido dos trabalhadores enquanto um instrumento pedagógico das classes populares. Este é um problema político do núcleo das diretrizes da prática do partido, em todos os seus momentos. As outras três (e pode haver mais, pode haver desdobramentos de cada uma delas) podem ser resumidas assim: 1a.) atuar sobre a educação atual que muitas vezes é usada contra o trabalhador; 2a.) atuar pela educação que é atualmente negada ao trabalhador; 3a.) atuar por uma educação que seja para o trabalhador, a começar por ser po

liticamente do trabalhador.

Estas três dimensões mínimas de um plano popular de educação partem das seguintes idéias:

1a.) A educação que existe hoje no país - nas campanhas de alfabetização, nas escolar públicas e particulares de 1º e 2º graus, as universidades, nos cursos especializados de capacitação e profissionalização - não é uma educação "boa" ou "ruim". Ela é um exemplo de educação da sociedade capitalista dependente, em seu pleno funcionamento. Um de seus pontos de partida é organizar sistemas e sistematizar idéias que coloquem, ~~uns, totalmente em mãos de emissários dos interesses do capital~~ (das elites políticas e econômicas), constituídas como seus agentes de controle através da educação (assim como há outros que atuam através da justiça, da saúde, dos transportes, da segurança, etc), outras, como os valores, os conhecimentos, as verdades tidas como universais e necessárias para todos, mas que, na verdade, "dizem" e "educam" afirmando tudo aquilo que serve como ideário da dominação política (e de todas as outras) das e lites sobre o povo, através, também, da educação, ao mesmo tempo em que ocultam para todos a arbitrariedade e as contradições do sistema político e econômico imposto. É preciso fazer a crítica política dos usos e dos modos de funcionamento desta educação, antes de fazer apenas a crítica pedagógica de seus pequenos defeitos de sala de aula. Ela parece ser de todos e para todos, mas existe contra o povo.

2a.) Um dos modos de trabalhar desta educação dominante é o de operar uma divisão institucional. Há uma linha que vai do primário à universidade sem interrupção e que é dirigida a uma pequena minoria de estudantes das elites dirigentes, ou destinados a serem intermediários de seu poder, de seus interesses. Há uma linha que, no Brasil, pára no primário, pelas camp

nhas apressadas de alfabetização, pelos "supletivos" e pelos cursinhos de "formação de mão-de-obra", e que é destinada à i mensa maioria do povo, dos trabalhadores "braçais". A mesma educação capitalista, que é afirmada na Constituição como um direi to de todos e que deve ser igualmente oferecida a todos, só fun ciona sobre as bases desta divisão que é, na educação, o equiva lante político de outras divisões que o sistema precisa criar e manter, para que a sociedade funcione justamente pela desigual dade entre o trabalho e o capital, entre o povo e o poder

3a.) Quem controla o poder político de uma sociedade controla a sua educação formal ("oficial", "institucional"). Con trola o poder sobre o povo também através da educação. Enquanto o sistema político do país estiver sustentado por princípios de desigualdade, oposição e arbitrariedade, a sua educação terá duas funções principais: 1a.) difundir e inculcar, como conheci mento, os valores que justificam o estado atual de coisas, ocul tando tudo o que há de opressor e transitório nele (trabalho pe dagógico de ocultamento da realidade); 2a.) separar tipos de trabalhadores e tipos de dirigentes intelectuais através da dis tribuição desigual do saber e, conseqüentemente, do poder que nele existe. Por isto ela existe politicamente contra o traba lhador e pedagogicamente é negada ao trabalhador nos seus ní veis mais elevados; para mantê-lo eficiente como mão-de-obra e subserviente como cidadão, como militante político de sua clas se.

Assim, há dois momentos de trabalho político do Parti do dos Trabalhadores sobre a educação: 1º o momento de crítica da educação atual e de insistente formulação de propostas sobre o seu funcionamento e os seus usos com relação aos trabalhado dores e - por que não? - a toda a sociedade; 2º momento do tra balho político de criação de uma nova educação, uma educação

sob controle de um poder popular e, portanto, uma educação popular.

Há tarefas imediatas de luta pela educação para o povo; há tarefas de luta de longo alcance por uma educação do povo. Há momentos de lutar pela educação sem ter o poder que oficialmente a controla. Há momentos conjugados de lutas pelo poder político, usando também a educação. Há momentos de lutar, tendo o poder, por uma outra educação.

Esboço de algumas idéias para um plano popular de educação

1a.) A formação, dentro do Partido, de comissões de militantes especialmente dirigidos à avaliação, à crítica dos usos e modos de funcionamento do sistema vigente de educação. Fazer a crítica popular do sistema, também através da crítica dos usos opressores da educação dentro dele.

2a.) A convocação de educadores, cientistas sociais, ~~assistentes sociais e outros, que venham~~ a participar como integrantes e/ou como assessores destas comissões, produzindo documentos, colocando dados e informações sobre a educação brasileira, e assim por diante;

3a.) A análise da situação atual de trabalhos e relações pedagógicas em todos os contextos: fábrica, comunidade, escola, etc. De modo como eles são exercidos sobre os trabalhadores, ou à margem deles. A avaliação específica de como a educação está sendo usada agora, em cada lugar, em cada nível, em cada modalidade. A colocação de dados e críticas para fora do âmbito das comissões de educação no partido, nas comunidades, etc.

4a.) A democratização dos debates, discussões, críticas e propostas de educação. A ruptura com a tradição de que na educação alguns poucos controlam-e-educam, e toda a massa é con

trolada-e-educada. A criação de meios de ampliação do "pensar a educação brasileira", envolvendo os alunos, estudantes, pais e mães, os professores das escolas (sobretudo das escolas "de periferia", etc.). A denúncia de usos e artimanhas do poder sobre a educação, baseada em depoimentos populares diretos, em avaliações feitas a partir das bases.

5a.) O estudo sistemático e a formulação de propostas e projetos de educação em todos os níveis e modos, a partir da condição e do ponto de vista dos trabalhadores. Ao lado de projetos alternativos imediatos de uma "educação nacional a partir do trabalho", fazer propostas concretas de tipos de educação que atingem hoje mais diretamente as classes trabalhadoras: a "Escola Pública", a alfabetização de Adultos, a Educação Comunitária, o Supletivo, os cursos de Capacitação de Mão-de-Obra, e assim por diante. Lutar para que todas as agências e serviços pedagógicos que atingem diretamente o povo, sejam avaliados e alternativamente propostos pelo próprio povo. Pensar e propor alternativas de co-participação popular nas decisões oficiais sobre a educação a nível nacional, a nível regional, a nível municipal, a nível comunitário, a nível de cada agência (delegacia de ensino, grupo escolar, colégios, curso de profissionalização, universidade).

6a.) Ou seja: lutar para que os trabalhadores sejam politicamente representados junto ao poder nas questões da educação nacional; lutar para que o povo seja direta e significativamente co-responsável pelas modalidades de educação que, hoje, atingem diretamente as classes trabalhadoras. Atuar de tal modo que nenhuma questão sobre a educação, que toque diretamente as classes trabalhadoras, deixe de ser avaliada por seus representantes, através do partido.

7a.) Formular projetos alternativos de educação do trabalhador e responder pela sua direção. Repensar e recriar siste

mas de educação do trabalhador, buscando modos de colocá-la sob o seu controle direto: a educação sindical, a educação popular (a educação do povo em sua dimensão mais comunitária). Tomar a iniciativa de estabelecer alianças com pessoas, grupos e instituições da sociedade civil, que possam se comprometer politicamente com os trabalhadores através também da educação (setores da Igreja, do professorado, do estudantado), de grupos de profissionais).

8a.) Formular desde já propostas alternativas de uma educação nacional popular, que se constitua como a proposta do partido quando no poder.

9a.) Somar trabalhos de grupos e comissões de educação, com outros, próximos ou paralelos dentro do partido: saúde, habitação, etc. Deste modo, constituir unidades de prática popular, comunitária, sem uma perspectiva restritamente específica, separada. Ser capaz de, a todo momento, compreender o papel da educação entre as outras práticas sociais e políticas populares.

10a.) Conhecer e explorar as inúmeras modalidades de educação do povo; as inúmeras experiências através das quais, fora das escolas, fora do "sistema oficial de ensino", o povo da roça e da cidade reproduz os seus conhecimentos, valores de classe e comunidade. Partir disto, da experiência popular, das alternativas populares de sua própria educação. Repensar uma educação que parta das práticas populares e venha a ser sistematizada, entendida, multiplicada em seus usos e em seus poderes. Não partir da educação do sistema, da educação oficial do sistema capitalista, procurando apenas "melhorar". Ser sensível ao poder político popular de luta e resistência que existe nas experiências de reprodução do saber entre lavradores, pescadores, operários, comunidades rurais ou urbanas do povo. Partir daí para um primeiro pensar sobre como, hoje, no Brasil, o próprio po

vo pode pensar, criar e controlar: 1a. a sua própria educação, dentro e fora do partido, dentro e fora da escola; 2a. a educação nacional, a partir de um projeto de educação que reflita, como pedagogia de uma nova sociedade, o poder popular sobre esta sociedade.

A Luta pela Democratização da Escola

Nesse debate que a Comissão de Educação quer lançar a través desses "subsídios", existem duas ordens de questões. Em primeiro lugar aquelas relacionadas com a ação concreta que o partido pode ter hoje, imediatamente, para a educação geral e política da classe trabalhadora: é o que ele pode fazer já. Em segundo lugar existe uma política (objetivos, metas, etc.) que o partido quer traçar a médio e longo prazo: é o seu ideal da educação, a sua utopia pedagógica, o seu projeto educativo. Seja qual for a ordem de questões afacada prioritariamente, existe como pressuposto: a análise da situação concreta da educação brasileira hoje.

Nesse contexto, o que salta aos olhos, numa primeira análise é o elitismo: uma educação reservada a uma parcela reduzida da população e uma educação voltada para privilegiar os já privilegiados. O caráter que a define é, sem dúvida, o fato de la selecionar, sistematicamente, as classes privilegiadas em detrimento dos trabalhadores e oprimidos. Esse caráter nasceu com a educação brasileira, mas se acentuou nos últimos anos com a expansão do ensino superior, em detrimento do ensino de primeiro grau. Isso significa que um projeto educacional que se opõe a educação dominante precisa ser eminentemente popular, democrático, procurando privilegiar os que hoje são postergados da educação.

Com base nessa premissa, um dos princípios que deverão nortear esse plano será inverter o sinal da educação no Brasil. Daí decorrem no plano da educação formal certas exigências que podem tornar-se eixo de luta de uma educação alternativa:

1) A defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis para as classes trabalhadoras. A única maneira de combater a traficância do ensino que prejudica apenas as classes populares é a luta contra a privatização que transformou a educação numa mercadoria de difícil acesso para a maioria da população. Para os trabalhadores, a educação e a cultura são fundamentais no seu avanço político. Para as classes populares interessa defender o ensino público e gratuito em todos os níveis pois esse é mais um veículo de elaboração de sua cultura de resistência. Educação, para elas representa maior elevação cultural.

2) A luta por uma outra escola. Entretanto, o ensino pelo qual as classes populares lutam é outro. Não é o que aí está, elitista no seu conteúdo, na sua forma e na sua gestão. Trata-se, portanto, não apenas de ampliar as oportunidades educacionais. Não significa "estender" o ensino que aí está para todos, pois ele é eminentemente anti popular, domesticador. Nem se trata de "melhorar" o que aí está, introduzindo novas reformas sobre as reformas. Será preciso mobilizar as classes populares para uma mudança mais radical: para que não apenas elas estejam dentro da escola, mas tenham o ensino que lhes interessa. Se a escola que aí está foi implantada contra elas e sem elas, a nova escola só pode ser feita por elas e para elas.

3) A formação do professor-educador. Se a ideologia do poder conseguiu êxito muito grande em sua estratégia de eliminação dos profissionais do ensino mais crítico foi porque tirou da escola os recursos tanto para a sua remuneração quanto para o material didático-pedagógico. Transformou os educadores

em meros executores de uma política educacional traçada em gabinetes. Ao contrário, para se fortalecer uma outra escola, melhores condições salariais e melhores condições de ensino deverão juntar-se à ampliação de capacidade dos professores de reinventarem a escola. Sem valorizar esse profissional, sem tirar-lhes as amarras que hoje fazem dele um executor de programas, não será possível uma outra escola. Uma maior liberdade de ensino, em todos os graus, é hoje imprescindível. Gradativamente deverá seguir-se uma mudança na legislação. Uma escola popular, criativa, precisa de autonomia, inclusive no plano didático-pedagógico. Isso poderá restabelecer a confiança onde hoje o regime implantou a descrença e o desânimo. Só assim poderá ela ser arrancada da servidão e da subserviência a que foi reduzida. A escola tem um papel social e político junto às comunidades que foi sistematicamente boicotado nos últimos anos.

Sugestões Iniciais para Discussão e Elaboração

A elaboração de um plano de educação que parta das preocupações populares não poderá partir para especialistas, mas de uma ampla discussão popular. Tratando-se de um plano de educação do Partido dos Trabalhadores, esse plano deverá refletir o ponto de vista de suas bases partidárias. Assim é que a Comissão de Educação indica abaixo uma série de temas - sem excluir outros-que poderiam dar início a esse debate:

1. A relação escola-fábrica: o aluno na escola precisa conhecer a organização sindical da fábrica. Não é o sindicato assumindo tarefas escolares, mas o contrário: a escola como agente da organização popular e sindical. As classes trabalhadoras não interessa uma falsa escola profissionalizante, sim, um ensino sistemático do sindicalismo (o sindicato e suas formas

históricas de organização).

2. Autonomia da escola e descentralização (municipalização) da educação. As escolas do país tentam apenas cumprir um programa uniforme para as mais diversas realidades regionais. Ao contrário, cada escola precisa encontrar os caminhos próprios para a solução dos seus problemas. Toda idéia de uniformização mata a escola criativa e crítica. O atrelamento ao Estado centralizador faz da escola um mero instrumento da classe que se apossou do Estado. A descentralização política e administrativa faz-se necessária na prática escolar ninguém mais acredita hoje que a sociedade política, o Estado possa resolver os problemas básicos da população. O regime autoritário não só perdeu crédito diante da nação como criou uma desconfiança em relação às iniciativas do Estado. A descentralização pode significar a entrega do controle da escola às organizações da sociedade civil (Conselhos populares de educação, sindicatos, partidos, associações de bairro...).

~~Nesse contexto seria necessário divulgar as experiências bem sucedidas, como referências, não como modelos ou "pilotos".~~

3. Ainda outras questões e temas, a título de sugestões para discussão e elaboração, poderiam ser apontados:

a) a questão da linguagem popular. A descoberta da sintaxe (estrutura de pensamento) do povo para se comunicar com ele. Se a educação é uma teoria do conhecimento (de como ele conhece) do rigor da linguagem popular.

b) a questão prática de como integrar saúde-educação-cultura-trabalho, de articular essas preocupações esses setores de luta.

c) como organizar a pré-escola e a creche a fim de permitir à mãe que trabalha a tranquilidade em relação às suas

crianças. Como inventar uma creche popular que não seja um simples "depósito de crianças".

d) o ensino produtivo e a formação do cidadão produtivo que teoriza a prática que já tem, que sabe inserir a sua formação técnica ou politécnica no sistema produtivo global.

e) a questão do ensino formal: cursos noturnos, ampliação do espaço físico escolar, um ensino popular na universidade, maiores verbas e melhores condições de ensino, o aumento das anuidades, o ensino separado das preocupações com o trabalho, a saúde, a alimentação, etc.

Segunda Parte

UMA ESTRATÉGIA PARA A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: RETIRAR A EDUCAÇÃO DA TUTELA DO ESTADO

1. Introdução

No momento atual retornam as discussões em torno do ensino público e do papel do Estado na difusão da Educação.

O que existe de novo na recolocação do problema do ensino público no atual contexto? Em que as experiências anteriores podem servir de orientação (em relação aos acertos) e de alerta (em relação às falhas) para um adequado encaminhamento político da questão? Em que medida a atual movimentação não corre o risco de, ignorando a especificidade histórica, transpor mecanicamente as lutas do final da década de 50 para a situação atual?

As notas que se seguem pretendem suscitar a discussão das indagações acima formuladas visando, sobretudo, o correto encaminhamento político das lutas relacionadas com a questão do ensino público nas condições brasileiras atuais.

o.

2. Antecedentes

Os antecedentes da questão do ensino público no Brasil em confronto com o ensino privado remontam ao período colonial. Assim, em meados do século XVIII, as "reformas pombalinas da instrução pública" acabam por determinar, em 1759, a expulsão dos jesuítas que exerciam, na prática, o monopólio do ensino no país. O problema é retomado no início da década de 1950 sob a forma de uma disputa entre católicos, reunidos na Liga E

leitoral Católica (LEC) e os pioneiros da escola nova, reunidos na Associação Brasileira de Educação (ABE). Tal disputa girou em torno da elaboração da Constituição de 1934, quando ambos os grupos lutavam para que suas idéias em matéria de educação viessem a prevalecer no contexto constitucional. Foi, porém, na segunda metade da década de 50, no bojo do processo de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o conflito entre o ensino público e o ensino privado assumiu maiores proporções, atingindo amplos setores da sociedade. Desencadeou-se, então, um movimento em defesa da escola pública, aglutinando diferentes segmentos da população com matrizes ideológicas também diferenciáveis.

O conflito acima referido constitui aquilo que poderíamos chamar de antecedentes próximos da questão que agora volta a ser agitada. É dele, pois, que cabe extrair as principais lições históricas com vistas à correta colocação do problema no momento presente. Conseqüentemente, é necessário caracterizar, ainda que sumariamente, o sentido básico do movimento em defesa da escola pública nesse período.

No final da década de 50, a campanha em defesa da escola pública assumiu o caráter de cruzada cívica e moral. Sua inspiração ideológica básica era de teor liberal. Isto implicou a colocação do problema em termos a-históricos e a-políticos. Vale dizer, imaginava-se um Estado neutro que pairava acima das diferenças de classe, configurando-se no guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto. Daí, a conclusão de que colocar a educação sob a tutela do Estado constituía a estratégia adequada para garantir o atendimento das necessidades educacionais do conjunto da sociedade brasileira.

Como explicar esta "ilusão liberal"?

De um lado, tal ilusão é até certo ponto compreensível

vel uma vez que dominava então a ideologia política do nacional-desenvolvimentismo como suporte de uma prática política populista. Tal populismo objetivamente tornou possível às forças progressistas aproximarem-se do poder, alimentando, inclusive, a esperança de exercerem o controle efetivo do aparelho governamental. Nessas circunstâncias, a identificação do aparelho governamental (Estado) com os interesses progressistas e, mesmo, a crença na possibilidade de uma revolução social via controle do aparelho político constituiu, para muitos, forte tentação.

De outro lado, porém, a referida "ilusão liberal" constitui também um indicador interessante para se aferir o nível de consciência possível da camada dos intelectuais brasileiros num momento histórico determinado. Com efeito, já naquela época as inspirações populares por mais e melhor educação se faziam sentir de diferentes maneiras como ilustram os seguintes exemplos: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo-CNEA, criada em janeiro de 1958; II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em julho de 1958; Projeto-Piloto Leopoldina, instalado em março de 1959; Movimento de Educação de Base-MEB, criado em março de 1961. Entretanto os intelectuais que se engajaram na campanha em defesa da escola pública se deixaram levar pelo conflito com a escola particular, centralizando os debates em torno da questão do controle das verbas públicas ligadas de modo especial ao ensino médio, naquele momento amplamente dominado pela iniciativa privada. E a questão da educação popular (alfabetização, educação política das massas, absorção pelo ensino primário de toda a população em idade escolar, correção dos altos índices de evasão e repetência especialmente na passagem do primeiro para o segundo ano primário, etc.) sequer chegou a figurar nos debates. Impressionou-nos constatar, ao fazermos um levantamento sobre o assunto abrangendo o período de

1946 a 1963, a ausência no interior do movimento em defesa da escola pública, de uma preocupação com o problema da educação popular.

Hoje, volta à tona o problema da defesa da escola pública. Qual o seu alvo concreto? Qual a bandeira imediata em punhada pelo movimento que começa a tomar corpo? Obviamente, trata-se da defesa da permanência e expansão dos compromissos governamentais com o ensino superior.

Este alvo imediato implica o risco de introduzir e quívocos na colocação da questão do ensino público no Brasil, ~~hoje, equívocos esses que poderiam ser considerados~~ decorrentes de uma transposição mecânica da problemática vivida no final da década de 50.

Entendemos que a questão deve ser posta, agora, em termos qualitativamente diferentes. Mencionemos, pois, ainda que de passagem, os principais equívocos.

3. Os equívocos

a. Encarar os ensinos privado e público como duas modalidades separadas que se contrapõem em bloco

Em verdade, se isso podia ter alguma correspondência com o real da década de 50, hoje a situação é nitidamente diversa: o ensino de 1º e 2º graus público se articula com o ensino privado em nível superior e, em contrapartida, o ensino de 1º e 2º graus privado se articula com o ensino público em nível superior. Com efeito, os membros das elites são preparados via de regra, em algumas poucas e caras escolas particulares para, com ou sem o auxílio dos cursinhos, conquistarem as poucas e disputadas vagas das universidades oficiais.

Aquele, porém, que não integram as elites econômicas

e/ou cultural frequentam os cursos de 1º e 2º graus públicos. Se teimarem em seguir estudos em nível superior terão ressalvas as exceções, que fazê-lo em escolas particulares que operam em condições mais precárias oferecendo, em consequência, um ensino de qualidade inferior. Vê-se, pois que num tipo de sociedade como a nossa, o padrão de qualidade é definido pela elite, pela minoria. Assim, o padrão de qualidade de algumas poucas escolas particulares de 1º e 2º graus corresponde aos "níveis de excelência" das universidades públicas, do mesmo modo que a massificação das escolas particulares de 3º grau.

b. Colocar a tônica da escola pública no ensino superior, do mesmo modo que na década de 50 a tônica foi posta no ensino médio.

Tal postura implica o risco de que determinados grupos se apropriem de determinadas parcelas do aparelho de Estado (a escola superior pública), convertendo-a em instrumento de defesa de seus interesses particulares, vale dizer, instrumento de manutenção e ampliação de privilégios. Não nos enganemos que na sociedade capitalista fundada na propriedade privada dos meios de produção, o público é sempre, ainda que de modo contraditório, privado. Trata-se, com efeito, de apresentar os interesses privados (classe dominante) como expressão "genuína" do interesse público (do conjunto da sociedade). Em outras palavras, trata-se de organizar o poder privado (de uma classe) na forma de poder público (o Estado).

Nesse quadro, a defesa da escola pública pode se converter no seu contrário, isto é, proclamando, ainda que de boa fé, a defesa dos interesses da maioria, pode-se estar, de fato, reforçando os mecanismos de discriminação da maioria da população. A eventual prioridade conferida ao ensino superior na defesa da escola pública tenderá a produzir esse efeito pelo

simples fato de que, nesse caso, é inevitável que venham a pre valecer os interesses daqueles que estão na universidade. Já es tão destinados a ela ou então suficientemente próximos dela para incluí-la como aspiração social a curto prazo. A grande maioria da população está longe da universidade e acabará por ficar ainda mais distante dela se prevalecer a orientação acima apontada. Já tivemos a oportunidade de alertar e denunciar esse tipo de problema em outro trabalho, quando destacávamos a importância social da educação e da escola.

c. Defender a sujeição da educação à tutela do Estado.

Esse equívoco, em verdade, está na base também dos dois anteriores, já que pressupõe um Estado neutro, pairando a cima das classes, Ora, como já dissemos, se essa "ilusão liberal" era até certo ponto compreensível no final da década de 50, hoje ela é imperdoável. Com efeito, o Estado que está aí já mostrou claramente a que veio. É e age implacavelmente como um Estado de classe. Em matéria de ensino é esse mesmo Estado que expan diu a rede de ensino de 1º e 2º graus ao preço de aligeirar a e ducação destinada às camadas populares, abrindo espaço para que a qualidade da educação reclamada pelas elites se concentra-se em algumas escolas particulares e, ainda, esse mesmo Estado que, a despeito de manter uma rede de escolas superiores de qualidade apenas satisfatória, ensejou fosse atirada sobre a iniciativa privada a culpa pelos descabros da educação nacional ao in centivá-la a investir no ensino superior.

Com efeito, se a rede de ensino superior hoje é predo minantemente privada (cerca de 70%), contrariamente ao que ocor ria no final da década de 50 (recorem-se as sucessivas federa lização de escolas superiores particulares ocorridas nesse pe ríodo), tal fato se deve à política traçada pelo Estado e imple mentada pelo Conselho Federal de Educação que patrocinou, atra

vês de sucessivas autorizações e reconhecimentos, o processo de privatização do ensino superior. Ora, é fácil de se perceber que a esse mesmo Estado será muito simples e mesmo interessante expandir, aligeirando, a rede de ensino superior público e, ao mesmo tempo, subvencionar algumas escolas particulares de aualidade satisfatória, reproduzindo, assim, em nível superior, aquilo que já ocorre em nível de 1º e 2º graus.

Em verdade, tal tendência já esboça, uma vez que começam a ser veiculadas idéias relativas a dois tipos distintos de universidades: a "universidade produção" e a "universidade do consumo". A primeira seria constituída pelos "centros de excelência", aos quais seria reservado o privilégio de desenvolver pesquisas e ministrar cursos de pós-graduação "strictu sensu" (mestrado e doutorado). A segunda configuraria a grande maioria das escolas que se dedicariam exclusivamente ao ensino, como regra, em nível de graduação e, excepcionalmente, ministrariam cursos de pós-graduação "lato sensu" (aperfeiçoamento e extensão). Convenhamos que uma campanha em defesa da escola pública marcada pelos equívocos acima indicados teria por efeito reforçar a tendência referida.

4. O dilema

Parece, pois, que a campanha em defesa da escola pública desemboca no dilema do tipo "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Com efeito, a combinação de ensino de 1º e 2º graus privado com ensino superior público indica que os beneficiários do ensino superior público pertencem, predominantemente, às camadas econômicas e culturalmente privilegiadas da sociedade brasileira. Esquecer essa realidade será reforçar os argumentos do governo e de seus cúmplices a favor do ensino supere

rior pago. Por outro lado, defender a manutenção e expansão do ensino superior gratuito poderá implicar o fornecimento de argumentos a favor da idéia da "universidade do consumo". Como escapar do dilema?

5. Solução do dilema

Entendemos que na raiz do dilema está a tutela exercida pelo Estado em relação à educação, uma vez que, seja o ensino pago ou gratuito, nos termos em que a questão vem sendo posta, hoje, no Brasil, trata-se sempre de um ensino tutelado. O caminho para a superação do dilema consiste, pois, na rejeição da tutela do Estado em matéria de educação. Isto significa que cabe à sociedade civil exercer o controle da educação em geral, e principalmente, daquela educação ministrada pelo Estado. Aqui, porém, é preciso estar alerta, pois corre-se o risco de cair novamente em ambiguidades. Com efeito, a expressão "sociedade civil" pode indicar simplesmente os organismos privados que cimentam a dominação, isto é, que legitimam pela hegemonia e pelo consenso, a coerção e a repressão.

Retirar a educação da tutela do Estado implica, pois, um duplo e concomitante movimento. De um lado, é mister que os organismos representativos das camadas populares exerçam severa vigilância e um rígido controle sobre o destino das verbas públicas e sobre o ensino ministrado pelo Estado; de outro lado, cumpre às organizações das camadas populares desenvolverem projetos educativos inteiramente autônomos em face do Estado. Trata-se, pois, de valorizar a educação, de conceder-lhe um lugar de importância no interior dos sindicatos, partidos políticos, associações de classe; etc.; isto de modo sistemático, de modo elaborado, teoricamente fundamentado; organicamente estruturado

e não apenas de modo difuso, relegado ao nível do senso comum, eufemisticamente chamado de bom senso.

6. A estratégia

A estratégia que preconizamos implica, portanto, a inversão da sistemática passível de incorrer nos desvios anteriormente apontados. Assim, de modo simétrico à exposição dos equívocos, apresentamos os pontos constitutivos da estratégia por nós defendida.

a) Em vez de centrar a defesa da escola pública na oposição entre o ensino público e privado, cabe centrá-la na oposição entre o ensino de elite e educação popular, lutando decididamente pela ampliação das oportunidades educacionais a toda a população e pelo aprimoramento da educação destinada às camadas populares. Com isso se opõe a um ensino quantitativamente elitista (restrito a poucos) e qualitativamente também elitista (marcado por conteúdos desvinculados dos interesses populares) um ensino quantitativa e qualitativamente popular. Em verdade, bater na tecla da oposição entre o ensino público e privado seria insistir em argumentos liberais já vazios de conteúdos histórico-político como, aliás, ocorreu na França no final da década de 50.

Ora, também no Brasil a situação de 1980 já não é mais a mesma do final da década de 50. Tanto assim que os responsáveis pelas escolas organizadas em moldes empresariais não parecem incomodados com a tutela jurídico-normativa exercida pelo Estado e parecem estar satisfeitos com os resultados de seus empreendimentos, uma vez que preferem manter autonomia financeira em face do Estado. As universidades católicas, de seu lado, já não estão preocupadas em combater algum suposto mono

pólio estatal do ensino mas, ao contrário, considerando-se prestadoras de um serviço de interesse público, reivindicam a associação com o Estado.

b) Em lugar de colocar a tônica da questão da escola pública no ensino superior, cumpre lutar pela popularização do saber e combater energicamente todo e qualquer tipo de privilégio.

c) Por fim, o ponto fundamental: longe de defender a sujeição da educação à tutela do Estado, trata-se, ao contrário, de libertá-la da referida tutela.

Tal posição não deve, entretanto, ser confundida com a liberação do Estado dos encargos educacionais, sobre-onerando a população. Na verdade, é nisto que está interessado o Estado brasileiro atual. Sua estratégia consiste em não abrir mão do controle do processo educacional transferindo, porém, para a população (via APM e outros mecanismos) os encargos relativos ao custo desse processo. Trata-se, pois, de inverter esta tendência, exigindo que o Estado assumam plenamente os encargos que garantam as melhores condições possíveis de funcionamento da rede de escolas públicas. E isto só será viável na medida em que as organizações populares exerçam severo controle sobre a educação em geral e, principalmente, sobre a educação ministrada nas escolas mantidas pelo Estado.

7. As táticas

Vê-se que as colocações anteriores dependem de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Não cabe, entretanto, entender esse pressuposto em termos lógico-formais, julgando, em consequência, que só quando esta organização consolidada é que será possível desencadear a estratégia proposta.

Não se trata disso. Cumpre sensibilizar todos os setores cujos interesses possam de alguma maneira se identificar com a problemática levantada. Consequentemente, se o encaminhamento político correto da luta em defesa da escola pública supõe a organização das camadas populares, por outro lado, a referida luta, guiando-se pela estratégia proposta, contribuirá, sem dúvida, para a organização e fortalecimento das camadas populares. A estruturação das táticas implicará certamente aquilo que o documento lançado pelo "Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito" denomina "a articulação dos núcleos de base", isto é, o envolvimento de associações estudantis, sociedades amigos de bairros, associações de pais e mestres, associação de docentes, comunidades de base, sindicatos, partidos políticos, etc... Como se vê, as tarefas do Comitê são imensas, cabendo-lhes o detalhamento, desencadeamento e implementação das táticas de luta.

8. Conclusão

Eis como, parece-nos, será impossível colocar de modo correto a questão do ensino público no Brasil, hoje. O público perde, assim, a característica estatal, a contaminação da "fé servil no Estado" para recuperar sua raiz etmológica, isto é, popular. Eis como a defesa da escola pública coincidirá com a retirada da educação da tutela do Estado; deste Estado que está aí e que já nos mostrou à sociedade a que veio.

E não vale fugir com o baixo subterfúgio que o Estado brasileiro tecnoburocrático militar está acuado; que estamos em época de abertura política; de redemocratização. Com efeito, ainda que essa "abertura" tenha sido arrancada a contragosto do Estado, seria uma ingenuidade não perceber que, do ponto de vista do Estado (aparelho governamental), a "abertura" representa

uma estratégia de recomposição da hegemonia orquestrada sob a batuta internacional das diretrizes emanadas da comissão trilateral. (Documento elaborado por Dermeval Saviani).

* * *

Convidamos a todos os militantes e simpatizantes do PT, educadores ou não, a unir esforços nesse repensar da educação no Brasil. Pomos à disposição de todos os interessados os documentos e críticas recebidas. E "pau na máquina"!

Toda comunicação poderá ser feita através da Caixa Postal 16022, A.P. UNICAMP, 13.100 - Campinas (SP).

Terceira Parte

AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES (APM)

1. Histórico

Em 1956 foram criadas em São Paulo as chamadas "Caixas Escolares" com a finalidade de de arrancar fundos para a assistência escolar. Convivendo com as Caixas Escolares, em 1958, foram criadas as A.P.Ms. (Associação de Pais e Mestres), com funções mais amplas do que a caixa escolar. Com a reforma do ensino de 1971 (Lei 5692), prevaleceu a APM e as Caixas Escolares foram extintas. A regulamentação definitiva, na sua estrutura atual, data de 1978.

Segundo o decreto nº 12.983/78, a APM, instituição auxiliar da escola, tem por finalidade "colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade" (Art. 2). As APMs propõem-se:

- a) colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais da escola;
- b) representar as aspirações da comunidade e dos pais dos alunos junto à escola;
- c) mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola;
- d) colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade;
- e) favorecer o entrosamento entre pais e professores.

Os recursos para atender esses objetivos são obtidos através de contribuições dos sócios, convênios, doações e, sobretudo, através das diversas promoções (quermesses, festas, jogos, sorteios, ...).

2. As APMs hoje

Na atuação prática as APMs foram se distanciando dos objetivos constantes nas disposições legais. Entre os motivos que concorreram para isso podemos citar a centralização na figura do Diretor da Escola de todas as decisões, que de certa forma, parece ser o único a preocupa-se com problemas extra-classe, dentre os quais a APM. Há baixa participação da escola nos problemas básicos da comunidade. De modo geral, os professores concentram todas as suas atividades no desenvolvimento dos planos de ensino. As escolas, com funções meramente executivas, tem pouca ou nenhuma autonomia de decisão, atuando na prática apenas como cumpridores de ordens centralizadas.

além dessas dificuldades práticas, provenientes da própria estrutura da escola, as APMs não conseguiram mobilizar realmente a comunidade que, quando se trata de populações mais pobres, está mais preocupada com os problemas de sobrevivência do que com a educação. Para essas populações, a presença da APM é sentida apenas por ocasião de festas esporádicas para arrecadar fundos. Assim, a expectativa da comunidade em relação à APM resume-se apenas a seus aspectos assistenciais.

Embora a maioria das Escolas Públicas esteja com APMs já implantadas ou em formação, muitas delas não conseguem se legalizar simplesmente por excesso de burocracia. Para esse fim, são exigidos dezenas de documentos e sucessivas "passadas" por departamentos, sindicatos, prefeituras, delegacias, cartórios, institutos previdenciários, etc. , como qualquer empresa privada. Por tudo isso, no seu funcionamento real, a APM, no Estado de São Paulo, não obteve melhor rendimento do que a antiga Caixa Escolar.

Destaca-se ainda a existência de uma minoria de APMs

riquíssimas e uma grande maioria com puquíssimos recursos. Muitas delas vivem de contribuições de recursos das comunidades que nem sequer têm acesso aos direitos fundamentais de subsistência e moradia.

3. Desvirtuamento de suas finalidades educativas

Além dos recursos provenientes da comunidade, os convênios das APMs com a CONESP (Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo) mantêm os fundos financeiros de grande parte delas. Entretanto, esses convênios acabam reduzindo a atividade da APM a uma agência locadora de "recursos humanos" para a manutenção e conservação do prédio escolar, que é função da CONESP. As APMs se transformam assim em instrumentos de arrecadação de fundos, justificando nisso a omissão do Estado e desvirtuando a finalidade destas associações

Com verbas arrecadadas da população, as APMs estão suprimindo obrigações específicas do Estado. O I Congresso Estadual das APMs, realizado em setembro de 1980, testemunhou o que o governo do Estado espera delas: assumir cada vez mais os encargos financeiros das escolas face a precariedade das verbas públicas para a Educação. Embora muitos dos congressistas aí presentes denunciassem essa situação e reclamassem do Estado recursos para as finalidades educativas das APMs, estas continuam incentivando os alunos ao pagamento de taxas, e inclusive, a trazerem mantimentos para a escola para serem servidos na merenda que deve ser fornecida pelo Estado.

4. A defesa da não obrigatoriedade do pagamento das taxas.

A não- obrigatoriedade do pagamento de taxas às APMs

é uma farsa. Isto porque os diretores sofrem uma série de pressões indiretas para estimular a arrecadação de dinheiro através dessas associações e acabam por assumir, até involutariamente, o papel de "agentes do Estado". Os pais que não contribuem "voluntariamente" com as associações, tem seus filhos discriminados na escola. Estes, além de se sentirem inferiorizados, não são chamados para participar de atividades extra-classe já que até para os campeonatos esportivos quem não paga a taxa de compra da bola não joga (caso denunciado pela "Folha de São Paulo" de 07 de novembro de 1980).

Esta situação se agrava ainda mais nas Escolas Particulares onde os pais além de pagarem altas mensalidades, sentem-se pressionados, pelos mesmos motivos, a contribuírem com os mais variados tipos de taxas. A elevação gradativa de taxas constituiu-se numa das estratégias do governo, para a implantação do ensino pago em todos os níveis.

5. APM: instrumento de classe

O Estado ao abrir ou ampliar uma escola, fornece os recursos materiais e humanos mínimos para o seu funcionamento. Incentiva imediatamente a criação da APM para dar continuidade, isto é, para manter e conservar a chamada "rede física". Ocorre que as escolas situadas em bairros ricos tem APMs relativamente ricas e os recursos da APM das escolas da periferia são quase inexistentes. Resultado: bairro pobre, escola pobre; bairro rico, escola rica. As APMs servem assim como instrumento de diferenciação de classes no interior da escola pública.

6. Dificuldade de se definir uma política frente às APMs.

Apesar das falhas acima apontadas, algumas APMs tem evoluído no sentido do desenvolvimento de uma verdadeira atividade educativa. Mas, provavelmente, a saída não será o aprimoramento no cumprimento das atividades legais da APM, porque, desde a sua origem, ela tem nitidamente uma conotação assistencialista e de mascaramento do descaso do Estado pela Educação.

A estrutura atual das APMs suporta interesses antagônicos. Os interesses dos pais não são os mesmos dos diretores. Os diretores são delegados do Estado que os nomeia, defendendo sua política educacional, de crescente omissão face às necessidades educacionais das comunidades. Pelo contrário, os pais desejam a ampliação das oportunidades educacionais e uma escola realmente gratuita, com mais verbas e um ensino de boa qualidade.

Em suma, as APMs não resolveram o problema da escola pública. Ao contrário, tentam camuflá-lo, responsabilizando a comunidade pela crise financeira das escolas. A comunidade já paga impostos para ter escolas. APMs sem finalidade primordialmente educativa não despertam interesse da comunidade. (Documento elaborado por Moacir Gadotti).

* * *

Convidamos a todos os militantes e simpatizantes do PT, educadores ou não, a unir esforços nesse repensar da Educação no Brasil. Pomos à disposição de todos os interessados os documentos e críticas recebidas. E "pau na máquina"!

Toda comunicação poderá ser feita através da Caixa Postal 6022 A. P. UNICAMP, 13.100 - Campinas - SP.

A N E X O 3

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO P.A.G

1. Diretrizes

A realidade educacional do Brasil é caracterizada como um fator de reprodução da estratificação e da exclusão social. Por força da prática do clientelismo, da vigência de subsídios e da política de verbas públicas, a rede privada de ensino transformou-se em verdadeiro mercado educacional, a estrutura estatal atual funciona como instrumento de acumulação de capital o que implica desobrigação frente a rede pública.

Acompanhando a orientação geral do PAG, que aponta para um modelo de desenvolvimento que privilegia as funções sociais do Estado e se fundamenta na valorização do trabalho e da produção científica e tecnológica, o governo do PT implementará um plano educacional orientado pelas seguintes diretrizes:

a) Ampliação da rede pública: A rede pública, federal, estadual e municipal, constitui o âmbito próprio de ação educacional e deve ser ampliada. Trata-se de democratizar o acesso à rede formal de escolarização com o objetivo de atender a todo o universo dos educandos, inclusive os adultos analfabetos, não só eliminando as restrições ao seu acesso, mas, também, procurando mantê-los o maior tempo possível nas escolas. Para a BPP, a iniciativa particular na educação deve ser considerada uma concessão de serviço público a particulares, garantindo ao Estado a fiscalização plena do serviço.

b) Democratização da gestão do sistema escolar: A fiscalização e a direção do sistema educacional devem contar com a participação de entidades docentes, funcionários, estudantes e da sociedade civil, incluindo sindicatos e associações de trabalhadores.

c) Estabelecimento de um padrão nacional de qualidade educacional: Esse padrão deve ser implementado através de um conjunto de medidas a serem fiscalizadas pelo governo federal e deve referir-se a todos os níveis de ensino anterior ao fundamental, fundamental, médio e superior tanto na rede pública como na privada.

d) Integração da política educacional com a política global de desenvolvimento: Uma política integrada de educação e desenvolvimento educacional a ser composto não só por representação popular e de associações civis, mas também com representação de outros ministérios.

e) Implementação do plano educacional de emergência: Considerada a educação como prioridade, a ser contemplada devidamente no plano das políticas globais de desenvolvimento do PAG, deve ser objetivo mínimo do governo eliminar o déficit configurado por 31 milhões de analfabetos adultos, 8 milhões de crianças sem acesso ao primeiro ano de ensino fundamental e cerca de 50% de analfabetos funcionais na população brasileira.

2. Detalhamento das Diretrizes

a) Ampliação do atendimento da rede pública:

a.1) Ampliar a rede pública propriamente dita, inclusive contendo o crescimento da rede privada, que hoje representa 40% do número de matrículas no primeiro e segundo graus e 80% no terceiro grau. A Constituição Federal oferece instrumentos legais para esta prioridade, bem como mecanismos de captação de recursos. Impõem-se a fiscalização e a ação política integrada entre União, Estados e Municípios. Esta integração deverá se expressar no Plano Nacional de Educação que estabelece

rã prioridades e a planificação da expansão da rede pública a nível nacional. Nos casos em que orçamento, recursos materiais e humanos se mostram insuficientes para alcançar a universalização do ensino fundamental e a progressiva universalização do ensino médio, a União, os Estados e os Municípios deverão assegurar em colaboração a execução destes objetivos fixados no Plano. A meta de tornar a rede pública exclusiva em dez anos implicará não liberação de verbas para a rede privada em qualquer nível e a qualquer pretexto.

a.2) Ampliar a rede educacional pública através da desburocratização, democratização e sobretudo, desprivatização do aparelho estatal educacional (78% das verbas do MEC são aplicadas fora da função educacional - o Ministério e suas repartições, Delegacias e Órgãos; as universidades, escolas técnicas e fundações. Com isto, vão-se liberar funcionários e recursos indevidamente desviados da atividade-fim da educação, e eliminar o clientelismo e orientar a educação para fins públicos, rompendo sua vinculação estrutural à iniciativa privada; subsídios, contratos, livros e material didático, programas educacionais de TV e rádio, alimentação e saúde escolar, etc. Será realizada severa auditoria nas fundações ligadas ao MEC para verificação de atribuições e aplicação de recursos. De imediato será extinta a Fundação Educar. O salário-educação será recolhido a nível federal e distribuído segundo as necessidades de cada região prevista no Plano Nacional de Educação.

a.3) Tornar pública a rede privada, considerando-a, em todos os níveis, integrada ao Sistema Nacional de Educação, cabendo ao Estado o seu direcionamento, fiscalização e garantia de transparência, a exigência do padrão de qualidade e a garantia de transparência, exercida através da democratização do próprio Estado, que é meta do PAG em todos os níveis.

a.4) Além do período mínimo de quatro horas de escolaridade obrigatória, ficará garantido ao aluno a frequência facultativa de até quatro horas diárias em escolas públicas próxima à sua área de moradia para estudos complementares orientados, atividades culturais, etc. Esta meta deverá ser implantada progressivamente a partir do momento que tenha sido alcançada em cada região a universalização do ensino fundamental.

a.5) Assegurar a criação de cursos de formação profissional de nível médio. Estes cursos devem ser oferecidos opcionalmente àqueles jovens que desejem obter formação profissional específica.

Os cursos de formação profissional devem promover a integração entre as áreas científicas e entre seus princípios e o conhecimento tecnológico de forma a habilitar o educando a enfrentar a crítica e ativamente a alienação e super-exploração do trabalho rompendo, desta forma, com a fragmentação entre as várias áreas do conhecimento e entre técnica e ciência, assegurando que o educando possa prosseguir seus estudos no terceiro grau, caso deseje. Ficarão assegurados os cursos de nível médio de formação geral.

b) Democratização da Gestão do Sistema Escolar:

Essa democratização deve dar sentido e profundidade à ampliação da rede pública e exige ação de reforma legislativa no plano parlamentar ou executivo:

b.1) Extinguir o Conselho Federal de Educação, principal agente das escolas privadas no nível ministerial, e criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional, cuja composição resultará de processo democrático de discussão com a sociedade civil e incluirá a partir de entidades de educadores e representação significativa de sindicatos e associações de trabalhadores. Sua função será fiscalizadora e de direção dos Planos Nacionais de Educação.

b.2) Modernização da estrutura administrativa do Ministério e de todos os órgãos pertencentes ao sistema, agilizan suas áreas de atuação e o tramites processuais internos, democratizando o fluxo das informações entre o Ministério, Conselhos, Secretarias e Escolas. Combate ao burocratismo.

b.3) No caso do Ensino Superior, a autonomia universitária plena e constituição de um Conselho Universitário, com posto com participação de entidades docentes, funcionários e estudantes e de representação popular e social, substituindo as atribuições de fiscalização normativa do CFE.

b.4) Controle democrático da rede pública e privada, através da implementação de Conselhos de Escola, eleições diretas em todos os níveis e Conselhos de Educação fiscalizadores e deliberativos nas esferas municipais e estaduais.

c) Estabelecimento de padrão nacional de qualidade e
educacional:

Neste plano, a ação executiva, através da fiscalização e da execução dos planos nacionais de educação, constiturá uma etapa da transição de uma convivência entre a educação particular e públicas para uma educação exclusivamente pública, na medida em que amplia as exigências educacionais de modo a inviabilizar a educação como iniciativa privada sem recursos públicos. As medidas são:

c.1) Plano de Carreira e de salários (piso nacional de salários) nos três níveis, do Sistema Nacional de Educação (rede pública e privada).

b.2) Obrigatoriedade de formação, reciclagem e aperfeiçoamento permanente de docentes do primeiro e segundo graus nas universidades estatais e privadas.

c.3) Condições mínimas para o desenvolvimento do processo educativo na rede pública e privada: instalações, mate

rial didático, número de alunos por sala, horário corrido, re formulação da jornada de trabalho.

c.4) Integração dos três níveis, objetivando refo rma curricular.

c.5) No caso do terceiro grau, além da democratização proposta na diretriz b.1., o padrão de qualidade implica ainda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

c.6) Gestão democrática das instituições de ensino do Sistema Nacional de Educação.

OBS: Estas diretrizes serão defendidas pelos partidos componentes da Frente Brasil Popular por ocasião da votação, no Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estas propostas serão também, se necessário, futuramente objeto de outras ações parlamentares visando emendas constitucionais.

d) Política Integrada de Educação e Desenvolvimento:

Deve ser objetivo do Conselho Nacional de Desenvolvi vimento Educacional, a ser composto não só por representação po pular ~~de~~ associações civis, mas por representação de outros Mi nistérios.

A ação neste nível integra o esforço global das di retrizes sócio-econômicas do governo, em torno de suas priorida des sociais básicas: saúde, educação, habitação, etc. Neste sen tido, a educação pública universal faz parte de uma estratégia de distribuição de renda. Uma tal proposta de desenvolvimento compreende:

- Valorização do trabalho sobretudo no plano em que integra ao esforço conjunto de políticas sociais:saúde, habita ção, etc.

- Desenvolvimento científico e tecnológico, objetivando do interferir nas relações capital-trabalho, em termos de uma

valorização da atividade criativa, e não do desenvolvimento pautado na competitividade internacional baseada na superexploração da força de trabalho. (idem acima)

- Neste sentido, há quatro eixos fundamentais para desenvolver estas diretrizes:

d.1) Integração da rede formal de educação aos sistemas de TV e rádio, com vistas ao conteúdo informativo e formativo das programações, retirando a atribuição do conteúdo das transmissões do Ministério das Comunicações, transferindo-os ao Ministério da Educação ou a um Conselho Interministerial, vinculado às áreas de prioridade social (aqui compreendida a Cultura).

d.2) Formação e aperfeiçoamento de profissionais das áreas prioritárias na rede de ensino superior (educação, saúde, etc...) sem detrimento do seu funcionamento regular.

d.3) Desenvolvimento científico e tecnológico prioritariamente nas universidades - e não em instituições não universitárias - para garantir não só formação de produtos mas de produtores científicos e tecnológicos. Pode-se assim reagir à situação atual em que entre 60% e 70% das verbas federais para a ciência e tecnologia são destinadas a aplicações militares, não revertendo em prol da formação de recursos humanos objetivando políticas sociais.

e) Implementação do plano educacionais de emergência:

Pode-se implementar o objetivo educacional mínimo, ou seja, a garantia de acesso a programas de erradicação do analfabetismo e do analfabetismo funcional e ao primeiro ano do primeiro grau, sem detrimento da manutenção e funcionamento normal dos restantes níveis de ensino, num prazo de 2 a 3 anos, reduzindo substancialmente o analfabetismo. Este plano seria viabilizado através de ação legislativa parlamentar e realizado em várias etapas, como segue:

→ e.1) Efetuar recenseamento educacional nacional com pesquisa participante.

e.2) Realocar recursos, além dos liberados pela desprivatização do Estado e pela suspensão dos recursos públicos destinados à iniciativa privada.

e.3) Impulsionar amplo Movimento Nacional de Alfabetização. Nesse esforço pretendemos incorporar como parceiro da ação governamental, além dos poderes executivos estaduais e municipais, as forças organizadas da sociedade civil comprometidas com a questão (movimentos populares, igreja, universidades, partidos políticos, sindicatos) respeitando-se sua autonomia política. O objetivo é que este movimento desenvolva-se em duas etapas, cada uma com duração de dois anos, o primeiro ano destinado à alfabetização e o segundo à pós-alfabetização.

e.4) Sensibilizar a sociedade civil no sentido da cessão de todos os espaços físicos aproveitáveis e necessários à execução deste movimento.

e.5) Efetuar a construção de escolas de primeiro grau de forma a atender as 8 milhões de crianças hoje fora da escola. A manutenção destas escolas estará a cargo dos Estados e Municípios.

e.6) Assegurar a formação em serviço de professores leigos a partir do estabelecimento de convênios com as Universidades do país. Assegurar formação e acompanhamento dos demais educadores da rede pública também a partir de convênios com Universidades e outros programas especiais.

e.7) Suplementar e reforçar (nunca substituir) a educação formal pela TV e rádio, visando sobretudo eliminar o analfabetismo funcional, como obrigação concomitante ao regime de concessão destes serviços pelo Estado à iniciativa privada.

Estas medidas, embora careçam de ação parlamentar, podem ser sustentadas pela ação partidária no plano da sociedade civil, em campanhas nacionais destinadas ao fim específico da universalização da escolaridade básica.

A N E X O 4

EDUCAÇÃO URGENTE

Proposta Nacional de Educação do Governo Paralelo

A Nação brasileira está ameaçada. Uma catástrofe está se formando em consequência da situação em que se encontra a educação em nosso país.

Este não é um problema novo, mas sua gravidade atingiu o ponto de representar uma verdadeira calamidade pública. Ao longo de nossa história, nenhum presidente deixou de se manifestar a favor da prioridade para a educação, mas nenhum deles cuidou do problema com a seriedade que ele exige.

O país não pode esperar. É preciso que de imediato, com determinação, toda a população se envolva na solução do problema, cujas características são assustadoras.

A realidade salta à vista nas ruas, nas casas, nos jornais. A cada dia que passa cresce o número de crianças abandonadas perambulando por nossas cidades, condenadas impiedosamente à marginalidade e à violência. Percebemos a dificuldade e o enorme desinteresse com que nossas crianças frequentam escolas sem a qualidade exigida pelos padrões do mundo contemporâneo. Os jornais, por sua vez, não se cansam de estampar estatísticas e manchetes relativas à falta de recursos, ao abandono, à crise permanente da escola em todos os níveis.

Quatro milhões de crianças abandonadas! Descalabro que nenhum outro país jamais permitiu, em nenhum momento de sua história, nem mesmo em períodos de guerra. Das atuais 27 milhões de crianças matriculadas, menos de 10 milhões conseguirão completar as quatro primeiras séries do primeiro grau; apenas cinco milhões completarão o primeiro grau; apenas três milhões, conseguirão concluir o segundo grau. Isto significa que ingressaremos no século XXI com quase 90 por cento de nossa po

pulação tendo menos de 4 anos de escolaridade.

Como se estes números já não representassem uma situação dramática, os que estudam recebem geralmente educação incompleta, sem qualidade, descompromissada com o país e com o futuro. Seus cursos são limitados a apenas 3,5 horas médias de aulas por dia, sistematicamente interrompidas pela carência de condições mínimas para o exercício de atividades pedagógicas: escolas deterioradas e equipamentos obsoletos (quando existem): Têm professores desmotivados pelos baixíssimos salários, pela falta de treinamento, pelo desrespeito aos seus elementares direitos profissionais.

Se compararmos o Brasil com qualquer país do mundo, ele certamente estará entre aqueles com a pior situação educacional. Somos os recordistas dos mais curtos períodos escolares em todo o mundo. Documentos oficiais, nacionais e internacionais, afirmam que o desempenho educacional da população brasileira é inferior ao de quase todos os países latino-americanos e ao de outros países de renda média equivalente. Só na Bolívia a percentagem de trabalhadores sem nenhuma instrução é maior do que no Brasil. As mesmas fontes prevêem que pouquíssimos entre nossos jovens terão condições para cursar com razoável aproveitamento o ensino superior. Isto em um país que ocupa o décimo lugar entre as maiores economias industriais do mundo.

Por estas razões, é possível dizer que muito poucas crianças brasileiras atravessarão sua infância recebendo a educação primária que o Brasil do futuro necessita, e que o Brasil do presente tem a obrigação Constitucional de oferecer.

A realidade não é menos dramática no que se refere ao ensino superior. Das 31 milhões de crianças que deveriam estar no ensino básico, apenas cerca de um milhão e meio conseguirão chegar às universidades e escolas independentes de nível superior. Isto significa que um enorme potencial de criadores

técnicos e científicos é perdido ao longo do caminho; um crime contra a Nação e um crime contra as aspirações destes jovens.

Destes um milhão e meio de alunos do ensino superior mais de um milhão deles são obrigados a uma verdadeira batalha pessoal para pagar os estudos que deveriam ser-lhes oferecidos gratuitamente. Aqueles que superam a barreira do vestibular e entram em uma das escolas superiores públicas, defrontam-se com um igualmente desalentador: inexistência de equipamentos modernos e/ou falta de condições básicas para sua utilização; laboratórios e bibliotecas desatualizados e virtualmente sucateados pela carência de verbas e de pessoal especializado; constante perda de bons professores e pesquisadores indignados com o amesquinçamento da educação e com os salários reduzidos, inferiores ao de qualquer outra atividade de formação equivalente no país. Neste quadro, a universidade não tem conseguido contribuir como poderia e deveria para favorecer a soberania nacional, tanto tecnológico quanto cultural e política, nem tampouco tem colaborado na medida do necessário para qualificar adequadamente a escola pública de primeiro e segundo graus.

Como efeito do longo tempo de abandono da educação, o Brasil vive, como quase nenhum outro país, o drama de uma população adulta de analfabetos. Com raras exceções, todos os países já resolveram este problema diretamente no ensino primário. Também nisto estamos atrás de quase todos os países da América Latina. Esta população analfabeta tem pouca ou nenhuma possibilidade de participar da vida produtiva e da vida cultural e estará marginalizada na vida política do País, mesmo exercendo o direito de voto que conquistou. Como consequência direta, o País fica impossibilitado de aproveitar todo o potencial de seu principal recurso, que é o próprio povo.

Por outro lado, a educação de uns poucos, além de

não ser suficiente para criar o impulso dinâmico que o país ne
cessita, está gerando tão radical desigualdade de saber e po
der, que poderá levar à ruptura definitiva do país em "linguas" diferentes, lógicas incompatíveis de conduta, absoluta
 impossibilidade de diálogo entre uma minoria instruída e uma
 maioria despossuída social e culturalmente.

O processo de deseducação da população brasileira
 não decorre apenas da baixa prioridade dada à escola. A população
 convive por décadas com a corrupção dos governos e das classes
 dirigentes, com o enriquecimento através da exploração do
 trabalho, da destruição ecológica, das trapaças financeiras, da
 especulação, da formação de cartéis. A convivência da riqueza
 com a mais aviltante miséria termina por criar um processo de
 tolerância que significa uma formação cívica insuficiente para
 o desempenho das funções que a sociedade necessita. Da mesma
 maneira, o convívio com a violência social, sob todas as suas
 formas, também deseduca a população brasileira. Para não falar
 do papel deseducador dos meios de comunicação quando manipulam
 informações e disseminam valores individuais e discriminatórios.

Mantido esse quadro, fica ridículo falar em modernização,
 eficiência, crescimento econômico e bem estar; soam falsamente
 as idéias de soberania, de liberdade, de participação. A persistir tal realidade educativa, a desagregação social é
 praticamente inevitável, sejam quais forem os avanços logrados
 nos setores produtivos,

A população brasileira será incapaz de acompanhar o
 ritmo do mundo contemporâneo ou de desenvolver alternativas
 que permitam a construção de uma sociedade livre, eficiente, soberana
 e justa, pois não terá competência para criar nem utilizar
 os instrumentos aptos a construí-la.

O que nossa realidade permite prever, e que devemos
 evitar, é uma ameaça ao futuro do Brasil mais duradoura e mais

dramática do que uma guerra ou a pior das catástrofes naturais. Mantido este quadro, o País fracassará econômica, social, política e moralmente, comprometendo a dignidade de cada um de seus cidadãos.

Por isto é que todos nós devemos enfrentar esta calamidade nacional, com o compromisso firme e obstinado de iniciar desde já a recuperação da educação pública deste País, na esperança de construir no próximo século aquilo que foi inviabilizado ao longo de todo o século XX. Foi neste século que muitos países do mundo deram o salto para o desenvolvimento através da educação. Países socialistas, nos quais a sociedade organizada fez valer padrões menos predatórios de convívio social e de superação dos desafios econômico-sociais, deram-nos o exemplo. Mas não apenas nesse sistema. No mundo capitalista, países periféricos como a Coreia, Formosa, Chile e Argentina, iniciaram seu desenvolvimento através da criação de uma educação de qualidade para toda sua população.

O que faz nossa situação atual ainda mais absurda é que não há qualquer razão que a justifique, salvo propósitos sociais e políticos os mais perversos.

A Constituição brasileira, como poucas outras, define claramente metas e diretrizes para que a população seja educada. Um projeto de Lei de Diretrizes e Bases já elaborado, com o quase consenso das lideranças do Congresso, define as normas necessárias. O Brasil tem unidade territorial e cultural, está integrado por meios de transporte e dispõe de um amplo sistema de telecomunicações; conta com a infra-estrutura econômica necessária para produzir todos os meios pedagógicos requeridos. Conta, se souber aproveitá-lo, com o potencial intelectual capaz de realizar qualquer esforço educacional, em todas as áreas do conhecimento.

Dispondo dos meios físicos e humanos, o país necessita apenas de uma consciência que entenda a gravidade e as causas do problema, de uma vontade política que leve à mobilização nacional pela educação de seu povo.

A primeira das causas do estado de calamidade educacional brasileiro decorre dos interesses dos grupos dirigentes de concentrar as preocupações nacionais no crescimento econômico. Ao longo de décadas a educação foi relegada como algo secundário ou até "irrelaevante" para o desenvolvimento nacional. Enquanto outros países canalizam percentagens de até 17% do PIB para a educação, os sucessivos governos brasileiros têm limitado esta percentagem a valores em torno a 3%.

O quadro de pobreza absoluta em que vive uma parte considerável da população brasileira é certamente a segunda e brutal razão que proíbe a quase totalidade de nossas crianças de concluírem o primeiro grau. Mantido o quadro de pobreza e sem o enfrentamento das carências desta população, especialmente da parcela em idade escolar, nenhum esforço educacional será capaz de produzir os resultados desejados. O desemprego e a rotatividade no trabalho leva à constante incerteza e mudança de local de trabalho, fazendo com que outra parte substancial das crianças abandonem seus estudos, em caráter temporário que logo se torna permanente.

O salário e a formação deficiente de professores da rede escolar de primeiro grau é a maior causa interna da degradação e da indigência da educação. Em algumas regiões do País grande parte dos professores de ensino de primeiro grau, e mesmo de segundo grau, recebem salários inferiores ao mínimo. Em consequência disto, o magistério atrai cada vez menos a juventude. Desmotivados, sem retribuição justa, os professores não dispõem das condições adequadas ao desempenho de suas funções. Com isto, estamos fazendo com que a tarefa de educar a maior parte

de nossas crianças seja realizada por pessoas desmotivadas.

Enquanto os shopping centers e os bancos têm prédios e instalações tão ou mais sofisticadas que em qualquer país desenvolvido, no Brasil temos os piores prédios escolares do mundo. Mais grave que isto é o fato de que esta realidade se manifesta dentro mesmo do setor público. Os prédios escolares são os edifícios públicos mais deteriorados e arcaicos do país.

Além disso, não se pode exigir trabalho eficiente de professores que não são treinados para exercer a atividade profissional específica. Hoje, no final do século XX, quando quase todos os países do mundo atingem um elevado grau de sofisticação cultural e educacional, no Brasil, 19% dos professores são leigos. Não receberam formação e desempenham suas funções de modo autodidático e improvisado. Apenas 32% dos professores brasileiros têm licenciatura.

O curto período escolar que a lei prevê, com apenas quatro horas de aula por dia e somente 180 dias do ano, é também causa da insuficiência no ensino. Instaurou-se entre nós uma lógica perversa que leva a remuneração indigna e as condições opressivas de trabalho a funcionarem como maquiavélico estímulo à redução das atividades escolares, à revelia das experiências pedagógicas.

No caso do ensino superior, em que pese a quase ausência de recursos e os baixos salários, estas são as únicas causas de sua crise. Ela se origina sobretudo na insatisfação de seus professores, alunos e funcionários com o atual projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira, concentrador e dependente, do qual a universidade continua prisioneira. Uma universidade sem o compromisso com a maioria da população é uma universidade sem qualidade, tanto quanto sem qualidade ela perde o sentido de seu compromisso. Por isto, o maior risco para a

universidade está em uma política industrial e agrícola que despreze a necessidade de uma tecnologia comprometida com a eficiência, a soberania e a qualidade de vida do conjunto da Nação.

Diante deste quadro geral de crise da educação brasileira, o governo paralelo, constituído por lideranças de diversos partidos, apresenta à Nação sua proposta. Acreditamos que não é possível protelar soluções para o que consideramos um de nossos mais graves e urgentes problemas. É certo que também temos outros graves problemas a enfrentar como a recessão, a miséria, a situação da saúde pública, o trágico arrocho salarial que está sendo imposto à população trabalhadora, a deterioração de nossa infra-estrutura física e de ciência e tecnologia. Mas começamos pelo enfrentamento do problema da educação do povo brasileiro, que é uma das condições fundamentais para a formação da cidadania, indispensável à consolidação democrática e ao desenvolvimento econômico.

Em diferentes épocas, importantes nações se defrontaram com desafios educacionais. E conseguiram superá-los. É inaceitável que o Brasil não tenha ainda enfrentado o simples desafio de canalizar seus recursos, de ordenar sua energia no sentido de ter uma população minimamente educada. Nós trazemos a vontade de que este desafio seja enfrentado e uma proposta de como o fazer. Propomos que a partir de agora seja iniciada uma mobilização geral da sociedade brasileira para criar uma estrutura educacional que atenda às necessidades de nossos filhos e as exigências do futuro de nosso país. Esta é uma mobilização da qual ninguém pode ser excluído ou dispensado.

Por isto, propomos que:

a) O congresso Nacional reconheça o quadro de calamidade da educação brasileira, e, como maior instância pluriparti

dária da Nação, convoque toda sociedade para a formação de uma grande e ampla Frente Nacional em Defesa da Educação, com o objetivo de, no menor tempo possível, criar no País um eficiente, moderno e democrático sistema educacional, com a qualidade que o futuro exige e que é um direito da população, especialmente de sua juventude;

b) Da Frente Nacional em Defesa da Educação participem todos os segmentos organizados da população que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com o problema da educação - todos os partidos, todas as lideranças da sociedade civil, sindicatos e empresários, Secretarias Estaduais e Municipais, SBPC, Federação dos Professores, Federação das Associações de Pais e Mestres, Conselho de Reitores, UNE, UBES e demais entidades de organização estudantil, OAB, CNBB, CUT e CGT;

c) Uma Comissão Popular Pluritária seja criada, com representantes das comissões de Educação, Trabalho e Orçamento, para a definição dos recursos exigidos à execução das atividades que se fizerem necessárias.

Com estas iniciativas, estarão criadas as condições para deflagração, em todo o território nacional, de um intenso debate sobre os objetivos e os meios para a execução da campanha em defesa da educação, com uma mobilização e uma dinâmica que este País nunca teve e de que tanto necessita hoje.

Como contribuição a este debate, o Governo Paralelo elaborou uma proposta de ações básicas que apresentará Nação. O Coordenador da Área de Educação do Governo Paralelo, já solicitou uma audiência ao Senhor Ministro da Educação do atual governo, com a finalidade de encaminhar-lhe uma cópia desta proposta. É um documento que visa contribuir, sem partidarismo e sem exclusivismo, na luta pela recuperação da educação nacional. O Brasil não pode adiar a recuperação de nossa educação,

tanto quanto suas crianças não esperam para crescer.

A partir daqui a Área de Educação do Governo Paralelo começa a distribuir em todo o País este documento que visa contribuir para o debate, na perspectiva de especificar propostas e inclusive elaborar projetos de lei.

O ponto de partida da proposta de educação do Governo Paralelo é uma concepção de política educacional como parte de um projeto de Nação. Nesta concepção, a política educacional não pode ser realizada por meio de pacotes, de leis isoladas, nem ser considerada como um problema interno das escolas. O que nós propomos como educação é um caminho que vise preparar o país para ser uma sociedade livre, igualitária, eficiente.

Livre para entender o mundo e participar no caminho da libertação.

Eficiente para libertar o homem das necessidades e permitir-lhe o acesso aos bens materiais e culturais.

Igualitária para que estes bens não sejam privilégio de uma minoria.

Nesta perspectiva, elaboramos e propomos ao debate cinco metas de ação, cada uma com um conjunto de medidas integradadas entre si e com uma política geral para o País.

NENHUMA CRIANÇA BRASILEIRA FORA DE ESCOLA DE QUALIDADE

Com um cronograma rígido, o Brasil deve implantar, a partir de agora e em no máximo cinco anos, um sistema de educação que assegure matrícula, em escola pública de qualidade, a toda criança brasileira, com um acompanhamento que possibilite a todas elas a conclusão do curso básico.

De imediato, ampliação do ano letivo para 200 dias, conforme prevê o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, e ampliação

ção gradativa do período diário tendendo para a implantação do horário integral em todas as escolas públicas.

A execução de um programa educacional global exige o atendimento nutricional, médico, pedagógico e afetivo à totalidade da população em idade pré-escolar, cumprindo-se as normas já previstas na Constituição e ampliando-se os serviços públicos em creches. Isto pressupõe o apoio às famílias e o uso de todos os meios necessários, para que nenhuma criança fique excluída, por causa da pobreza, do direito, e da possibilidade de desenvolver todo seu potencial físico e intelectual.

O sistema escolar deve dispor também de todos os recursos necessários para integrar no processo educacional, através da rede pública e com atendimento especial quando necessário, de forma gratuita, todos os portadores de deficiências congênitas ou adquiridas.

Deve ser iniciado desde já um intenso programa de contratação, capacitação e treinamento de professores, em todos os níveis, utilizando-se todos os métodos educacionais disponíveis. Neste esforço devem ser envolvidas especialmente as universidades públicas. Uma prioridade deve ser dada à formação e treinamento de professores do setor de educação infantil, especialmente nas primeiras quatro séries do ensino de primeiro grau.

Definição de um plano que ofereça aos professores de todos os níveis, especialmente àqueles vinculados ao ensino do primeiro grau, remuneração suficiente para atrair os mais competentes profissionais e para assegurar toda a dignidade da função de magistério, além do tempo e do apoio para uma permanente reciclagem e constante aprimoramento dos conhecimentos e da prática pedagógica.

Em caráter emergencial deve-se implementar um programa de atração e treinamento de universitários e graduados de universidades que desejem se incorporar ao programa de recupera

ção da educação nacional, assegurando-lhes remuneração compatível, possibilidade de atuação na sua área de especialização e garantia do direito de retomar sua matrícula, sem qualquer prejuízo, no momento que desejar. Este programa se destinará prioritariamente ao treinamento em serviço dos professores, inclusive professores leigos.

Realização de um programa nacional de construção, restauração e reequipamento das escolas públicas, no que se incluem bibliotecas, equipamentos de vídeo, laboratórios, oficinas e computadores, fazendo com que o prédio escolar sejam um local privilegiado entre as construções públicas do País.

Imediata reformulação curricular dos cursos do primeiro e do segundo graus, dentro do espírito da Lei de Diretrizes e Bases, dando flexibilidade para reformas locais que lhes assegurem eficácia, tendo em vista variáveis sócio-culturais regionais.

Implantação de um sistema de descentralização administrativa das escolas, com o desenvolvimento da comunidade local. Criação e implantação de sistemas locais de avaliação permanente da administração e do funcionamento pedagógico das escolas, através de conselhos constituídos pela comunidade, com a participação de discentes e docentes, com a assessoria técnica dada pelo Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais e as Universidades Públicas.

Implantação de um sistema descentralizado de administração e do material escolar, na perspectiva do horário integral, e com financiamentos a partir de fontes alternativas ao setor educacional, conforme prevê o projeto da Lei de Diretrizes e Bases.

Criação de uma central de identificação, apoio e divulgação de experiências pedagógicas inovativas.

Estabelecimento de uma avaliação nacional do aprendizado escolar, conduzido pelo MEC com o apoio das universidades públicas. A sua aplicação não substituirá a avaliação regular e laborada por cada escola ou professor, e seguirá para aferir a eficácia educacional de cada unidade escolar e, até mesmo, de cada classe.

UMA POPULAÇÃO ALFABETIZADA

Incorporação de todos os recursos da escola em todos níveis, do primário ao universitário, na luta contra o analfabetismo de adultos, especialmente os adultos jovens. Apoio e envolvimento de toda a comunidade nacional neste programa de alfabetização, através do treinamento de alfabetizadores, financiamento a entidades da sociedade civil e a divulgação de novas técnicas, de forma a eliminar, até o final da década, como determina a Constituição, o analfabetismo de adultos no País.

UMA UNIVERSIDADE DE QUALIDADE E COMPROMETIDA

Reforma da universidade:

a) Definição de critérios de ingresso que elimine o elitismo do sistema de vestibular, respeitando um rígido compromisso com a qualidade, através da seleção dos candidatos com melhor potencial para o futuro trabalho profissional;

b) Mudança na composição dos cursos, de forma a adaptá-los às exigências reais da sociedade brasileira, ampliando o papel da universidade no apoio às atividades dos demais níveis educacionais, com prioridade aos cursos para formação de professores;

c) Previsão de carga horária de professores e alunos, inclusive nos semestres posteriores à formatura, em atividades vinculadas aos programas de melhoria do ensino básico, alfabetização e assistência à saúde, entre outras, nas formas compatíveis com a especificidade de cada curso;

d) Ampliação da função social da universidade através da utilização do potencial físico e de pessoal, por meio da implantação de cursos noturnos normais e de cursos especiais de formação complementar, especialmente na alfabetização de adultos e de técnicos de nível médio, assim como outros cursos de interesse da população;

e) Articulação da universidade pública em redes que sirvam ao aperfeiçoamento dos demais níveis educacionais, ao ensino por métodos a distância, e à avaliação educacional;

f) Criação de um sistema nacional de avaliação da universidade com execução descentralizada, com a participação direta da própria comunidade universitária e da sociedade em geral;

O BRASIL INTEIRO COMO UMA ESCOLA

Implantação de um programa abrangente de educação por todos os meios de comunicação, com programas de aprimoramento educacional e cultural da população, em especial dos professores.

Regulamentação de tempo diário dedicado a programas educativos e culturais nas televisões e rádios, cumprindo-se o horário de boa audiência e respeitando-se a liberdade e a criatividade de cada emissora. As geradoras serão responsáveis pela própria programação educacional e cultural, constituindo-se comissão formada por entidades civis e por educadores para avaliação do cumprimento dos objetivos a que se propõem esta programação.

Criação de uma estrutura de apoio a programas locais de ensino à distância, com o envolvimento das universidades e de todos os meios de comunicação, na formulação e execução de programas.

UM ENSINO TÉCNICO DINÂMICO E COMPROMETIDO

Transformação do atual sistema de treinamento técnico em um sistema ampliado de educação pública nacional visando a formação de recursos humanos para todos os setores da economia, com a construção de novas escolas, reformando os cursos das escolas técnicas para integrá-los à dinâmica do processo tecnológico e às necessidades sociais do País.

Uso emergencial das instalações e equipamentos ociosos em outras atividades, especialmente em universidades públicas, para o desenvolvimento imediato da formação técnica.

Esta é nossa proposta para a reconstrução da educação nacional

A Área de Educação do Governo Paralelo concentrará seus esforços nos próximos meses na mobilização da comunidade nacional para a constituição da Frente Nacional em Defesa da Educação, através da qual as propostas serão avaliadas e detalhadas e se definirão os meios para sua execução. Pretendemos que até a abertura da nova sessão legislativa, tenhamos elaborado uma proposta final que será encaminhada a todas as autoridades nacionais e ao Congresso Nacional, sob forma de projeto de lei.

Definimos como prazo para se implantar uma educação digna, o período de 10 anos. Para vencer este desafio não é possível esperar nem mais um dia. Começemos nossa mobilização

em defesa da educação pelo compromisso de fazer desta campanha um esforço nacional suprapartidário, de todos os homens e todas as mulheres deste país, para todas as crianças de hoje e todas as gerações futuras.

Sabemos que este programa exige recursos adicionais àqueles que são gastos atualmente. O Brasil faz parte daqueles poucos países do mundo que menos recursos canaliza para a educação de seu povo. Gastamos apenas 3,5% do nosso Produto Interno Bruto nas atividades educacionais, enquanto os demais países gastam entre 7% e 17%. A execução do programa acima, embora necessitando um cuidadoso detalhamento técnico para viabilização de cada ponto, custaria menos do que 8% do PIB, dispendo o País de todas as condições técnicas de infraestrutura necessárias para sua execução. Falta apenas uma vontade política, uma consciência da importância do assunto. É na busca de divulgar esta consciência e procurar formar uma vontade nacional, que o Governo Paralelo trás a público esta proposta.

Luiz Inácio Lula da Silva

Cristovam Buarque

setembro de 1990